



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO
NÚCLEO DE PÓS – GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO.**

CLEILDES MARQUES DE SANTANA

**OS CONFLITOS AMBIENTAIS NA TEORIA SOCIAL
CONTEMPORÂNEA:
A PERSPECTIVA TRÍADE PARA ANÁLISE DO CONTROLE SOCIAL DOS
TRANSGÊNICOS NO BRASIL.**

Salvador
2007

CLEILDES MARQUES DE SANTANA

**OS CONFLITOS AMBIENTAIS NA TEORIA SOCIAL
CONTEMPORÂNEA:
A PERSPECTIVA TRÍADE PARA ANÁLISE DO CONTROLE SOCIAL DOS
TRANSGÊNICOS NO BRASIL.**

Tese apresentada ao Programa de Pós – graduação em Administração, Escola de Administração, Universidade Federal da Bahia, como requisito parcial para obtenção do grau de Doutora em Administração.

Orientador: Prof. Dr. George Gurgel de Oliveira.

Salvador
2007

Escola de Administração - UFBA

S232 Santana, Cleildes Marques de

Os conflitos ambientais na teoria social contemporânea : a perspectiva tríade para análise do controle social dos transgênicos no Brasil / Cleildes Marques de Santana. - 2007.

261 p.

Orientador: Prof. Dr. George Gurgel de Oliveira.

Tese (doutorado) - Universidade Federal da Bahia. Escola de Administração, 2007.

1. Meio ambiente - Aspectos sociais - Brasil. 2. Política ambiental - Brasil. 3. Gestão ambiental. 4. Organismos transgênicos – Avaliação de riscos. 5. Biotecnologia. 6. Desenvolvimento sustentável – Brasil. I. Universidade Federal da Bahia. Escola de Administração. II. Oliveira, George Gurgel. III. Título.

363.700981

CDD 21. ed.

TERMO DE APROVAÇÃO

CLEILDES MARQUES DE SANTANA

**OS CONFLITOS AMBIENTAIS NA TEORIA SOCIAL
CONTEMPORÂNEA:
A PERSPECTIVA TRÍADE PARA ANÁLISE DO CONTROLE SOCIAL DOS
TRANSGÊNICOS NO BRASIL.**

Tese aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Doutora em Administração,
Universidade Federal da Bahia, pela seguinte banca examinadora:

Data: 15/10/2007

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. George Gurgel De Oliveira - Universidade Federal Da Bahia/ NPGA - Orientador.

Prof. Dr. Amílcar Baiardi - Universidade Federal Do Recôncavo Baiano/UFRB – NPGA.

Prof. Dr. Júlio De Sá Rocha - Universidade Estadual De Feira De Santana/UEFS.

Prof. Dr. Juliano Matos - Universidade Católica de Salvador /UCSAL.

Prof. Dr. Reginaldo Souza Santos - Universidade Federal Da Bahia/ NPGA

Salvador, Setembro de 2007.

Para Cyrillo Joaquim de Sant'Anna que, através de seu violino mágico, sonorizou algumas tardes da minha infância, e que, ao longo de seus 98 anos, transformou sua vivência no mundo em poesias como exemplo de simplicidade, coragem, determinação e perseverança para a posterioridade. (*in memorian*).

Com saudades eternas para Laís e minha Dinda Lena. (*in memorian*).

Com Amor, Alegria, Esperança e Expectativas para Alice, Zuzo, Lucas, Kaiodê Marley e Igor.

AGRADECIMENTOS.

A realização de um trabalho acadêmico envolve não somente um conjunto diferenciado de etapas, procedimentos metodológicos, dúvidas e desafios teóricos, etc. É inegável a contribuição e participação de pessoas que perpassam as várias etapas deste processo: algumas contribuem antes do processo, outras durante e raríssimas permanecem significativamente por toda a vida.

Para não correr o risco de ser omissa agradeço de antemão a cada uma delas que fizeram parte nas várias etapas deste trabalho, entretanto, e como de praxe, gostaria de ressaltar os seguintes agradecimentos:

Em especial ao meu orientador Prof. Dr. George Gurgel, pela simplicidade, generosidade, disponibilidade e paciência com que acompanhou os vários desafios dessa trajetória de investigação.

Aos professores do programa de pós – graduação em Administração da UFBA, em especial, ao Prof. Dr. Nelson Oliveira que apresentou-me as primeiras informações empíricas sobre a temática no plano político governamental.

Aos Profs. Drs. Amílcar Baiardi e Júlio César de Sá Rocha, pelas contribuições sinalizadas na qualificação, que de diferentes maneiras contribuíram para o aprimoramento e enriquecimento intelectual, bem como aos Professores Dr. Reginaldo Souza Santos e Dr. Juliano Matos por integrar a banca examinadora na defesa da tese.

Aos funcionários do programa de pós – graduação em Administração da UFBA, em especial Ernane, Anaélia, Daci e André.

Aos amigos e colegas do curso, em especial, a Gildásio Santana Júnior, Fábio, Sandro, Mônica, Alexandre, Celina, Vânia, Janice, Priscila e os outros “meninos” da turma.

Aos professores da graduação e pós-graduação em Ciências Sociais, que tem acompanhado e contribuído direta ou indiretamente, na minha trajetória, em especial, ao Prof. Dr. Antônio da Silva Câmara (UFBA), Prof. Dr. Edgar Malagodi (UFPB), Prof. Dr. Ubiracy de Souza Braga (UECE).

Às amigas e aos amigos que me estimulam a continuar sempre e sempre, em especial: Ana Teixeira, pela sinceridade, sensibilidade, profissionalismo e, sobretudo, amizade desenhada ao longo destes anos; Cauby de S. Filho, pelos estímulos para continuar esta trajetória.

Às amigas e aos amigos que torcem nesta caminhada, em especial: João Bosco; Fernando Brandão (Muchocho), Eliana Ornelas, Luzia Mota, Mônica Coutinho, Agê Silva, Hudson Marambaia, Lula, Os mosqueteiros da esperança (Júlio Paranaguá – o eterno e sempre Jujuba -, Tricia Calmon, Rafael, Os irmãos Nino e Luís).

Aos amigos que conheci na UNEB/Caetitê, que, de forma direta ou indireta, contribuíram no momento de realização da escrita da tese: Lúcia, Adriana, Rita e Ana Júlia Caíres, Monalisa, Eleandro, Vinícius, Delma, As meninas da gráfica, Os meninos do Inter Planet Cyber Café, Seu Brazão, D. Bia, Joseane, Datiane, Leuce, Elivânia, Wesley, Bruno, Edy, As meninas da Papelaria Santana, D. Vera, Dinha, Jadson, Rose e Conceição.

Aos amigos que mesmo à distância permanecerão e merecem minhas recordações: Marden e Fernando Lucena, Paulo Silva, Roger Luiz, Cleto, Maria Nilza, Maria, Alain Pascal Kaly e Ângela Figueiredo.

Aos colegas do CEFET-Ba, em especial, Maria de Fátima Ventura.

Aos integrantes das organizações, que disponibilizaram material e documentos para a realização da investigação, em especial, Ventura Barbeiro – Coordenador da Campanha Transgênicos, da ONG Greenpeace.

Por fim, agradeço aos familiares consangüíneos e não-consangüíneos: Meus pais, irmão, irmãs e cunhados que, direta ou indiretamente, fazem parte desta trajetória.

Somente neste momento no tempo representado pelo século atual uma espécie – o homem – adquiriu poder significativo para alterar a natureza deste mundo [...] O mais alarmante de todos os assaltos do homem sobre o ambiente é a contaminação do ar, terra, rios e mar com matérias perigosas e até letais. Essa poluição é em sua maior parte irreversível; a cadeia de males que ela inicia não somente no mundo que deve sustentar a vida, mas os tecidos vivos, é em sua maior parte irreversível. Nessa hoje universal contaminação do ambiente, os químicos são os parceiros sinistros e pouco reconhecidos da radiação na mudança da própria natureza do mundo – a natureza da própria vida.

Rachel Carson. In: *Silent Spring*. 1962

RESUMO

As novas biotecnologias, em caráter especial, a engenharia genética, através dos Organismos Geneticamente Modificados (OGMs) ou Transgênicos, requerem uma problematização da sua extensão social e dos interesses determinados pelas organizações sociais às quais a elas se aliam e pelas estruturas sociais necessárias a seu funcionamento. O objetivo deste estudo é analisar os conflitos ambientais decorrentes da disputa pelo controle social dos transgênicos no contexto da sociedade brasileira. O enfoque teórico-metodológico tem como base o princípio da dialética e, ao considerar sua ambivalência teórica e empírica, problematiza-se a temática ambiental como cerne dos conflitos entre organizações. A operacionalização da pesquisa empírica deteve-se em uma ampla categoria de documentos de domínio público (acesso livre e regulamentado) das principais organizações, arquétipos da disputa, a saber: Governamentais (Comissão Técnica Nacional de Biossegurança-CTNBio) e Não-governamentais (Empresa multinacional Monsanto e ONG Greenpeace). Recorreu-se a análise de conteúdo para sistematizar estes documentos que resultou na elaboração de um quadro analítico do processo político que configura a disputa pelo controle social dos transgênicos no Brasil em dois cenários (1998/2002 e 2003/2006, relativos respectivamente à gestão dos presidentes Fernando Henrique Cardoso e Luís Inácio Lula da Silva). Esta incursão permitiu detectar resultados relativos aos mecanismos pelos quais as organizações internalizam a questão ambiental enquanto estratégia de consenso/dissenso no âmbito do processo político. Constatou-se que a questão ambiental, à luz da concepção dialética, por um lado permite a revitalização de dimensões “esquecidas” no âmbito das teorias sociais como contraponto a aconceitualidade nas teorias sociais contemporâneas, que resultaram na visibilidade das nuances dos conflitos ambientais entre as organizações, e de outro sinaliza para os desafios, limites e perspectivas para a construção de um modelo de desenvolvimento que se pretende sustentável.

PALAVRAS-CHAVE: QUESTÃO AMBIENTAL; CONFLITOS AMBIENTAIS; DESENVOLVIMENTO SUSTENTAVEL; ORGANISMOS GENETICAMENTE MODIFICADOS; ACONCEITUALIDADE; BIOTECNOLOGIAS;

ABSTRACT

New bio-technologies, in particular genetic engineering, through Genetically Modified Organisms (GMOs) or Transgenics, require the problematization of its social extension and interests, determined by social organizations to which it associates itself, and also by the structures necessary for its functioning. The main goal of this study is to analyze the environmental conflicts arising from the debate over the social control of transgenics in the context of Brazilian society. The theoretical-methodological focus is based on dialectic principal, and in considering its theoretical and empirical ambivalence, problematizes the environmental theme as the heart of the conflicts between organizations. The operationalization of the empirical research detained itself in a broad category of documents of public dominion (free and/or regulated) of the principal organizations, archetypes of the debate, seen as follows: governmental (the National Technical Commission of Bio-security – *CTN-Bio*), and non-governmental (the multi-national enterprise Monsanto-Brazil and the NGO Greenpeace-Brazil). Content analysis was resorted to in order to systematize these documents, and the result was the creation of an analytical picture of the political process which configures the debate over the social control of transgenics in Brazil, seen during two scenarios (1998/2002 and 2003/2006, respectively relative to the presidential terms of Fernando Henrique Cardoso e Luís Inácio Lula da Silva). This incursion allowed for the detecting of results relative to the mechanisms through which the organizations internalize the environmental issue as a strategy of consensus/dissension in the ambit of political process. It was stated that the environmental issue, in light of the dialectic perspective on one hand, permits the revitalization of “forgotten” dimensions in the ambit of social theories as a counterpoint for the conceptualizing of contemporary social theories, resulting in the visibility of the nuances of environmental conflicts between the organizations, and on the other hand points out the challenges, limits, and perspectives for constructing a model which is intended to be sustainable.

KEY WORDS: ENVIRONMENTAL ISSUE, ENVIRONMENTAL CONFLICTS, SUSTAINABLE DEVELOPMENT, GENETICALLY MODIFIED ORGANISMS

LISTA DE FIGURAS.

		Página
FIGURA 1	Escala de projeção metodológica dos impactos e riscos dos OGMs. Revista Ciência Hoje. Abril/2004.	63
FIGURA 2	Universo das organizações relacionadas à Produção e Comercialização; Regulamentação e Contestação.	125
FIGURA 3	Distribuição espacial do número e CIBios sob coordenação da CTNBio. 1995/2002.	128
FIGURA 4	Composição da Organização CTNBio. 2006.	129
FIGURA 5	Seqüência processual da regulação dos transgênicos no âmbito da CTNBio. Scholze/2001.	131
FIGURA 6	Ranking das empresas no ramo de Biotecnologia / cultivares transgênicas.	132
FIGURA 7	Configuração espacial da Organização Monsanto – Brasil. 2006.	134
FIGURA 8	Configuração espacial da Organização Greenpeace – Brasil. 2006	137

LISTA DE QUADROS

		Página
QUADRO 1	Distribuição percentual de espécies transgênicas por características. ISAAA. 2002	66
QUADRO 2	Distribuição percentual de espécies transgênicas por variedades. ISAAA. 2002	66
QUADRO 3	Controvérsias sobre OGMs/Transgênicos (Borém/ 2004).	70
QUADRO 4	Controvérsias entre sistema tradicional e de monocultura(Shiva /2003).	71
QUADRO 5	Caracterização do universo das Organizações e Não-governamentais	125
QUADRO 6	Documentos e Organizações da pesquisa.	126
QUADRO 7	Nomenclatura para documentos selecionados	127
QUADRO 8	Distribuição quantitativa das Atas de Reuniões Ordinárias da CTNBio.(AROC)– 2003/2006	130
QUADRO 9	Distribuição quantitativa das Notícias Eletrônicas da Monsanto(NEM) – 2000/2004.	135
QUADRO 10	Distribuição quantitativa das Notícias Eletrônicas da Greenpeace (NEG) – 2000/2006.	139
QUADRO 11	Parâmetros do conceito de processo político (Tilly/Alonso)	142
QUADRO 12	Campanha da ONG Greenpeace – Transgênico no meu prato não! (2000/2001)	150
QUADRO 13	Campanha da ONG Greenpeace – Transgênico, não engulo essa! (2003)	155
QUADRO 14	Campanha da ONG Greenpeace – Essa não dá para engolir! (2004)	157

LISTA DE SIGLAS – ORGANIZAÇÕES

ABC	Associação Brasileira de Ciências.
ABRA	Associação Brasileira de Reforma Agrária.
AJUF	Associação de Juizes Federais.
ANPA	Associação Nacional de Pequenos agricultores.
ANPR	Associação Nacional de Procuradores da República.
ANVISA	Associação Nacional de Vigilância Sanitária.
AS-PTA	Assessoria e Serviços a projetos em Agricultura alternativa.
CIBio	Comissão Interna de Biossegurança.
CONAMA	Conselho Nacional do Meio Ambiente.
CONJUR	Consultoria Jurídica.
CTNBio	Comissão Técnica Nacional de Biossegurança.
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária.
FAO	Organização para a Agricultura e Alimentos.
FASE	Federação de órgãos para Assistência Social e Educacional.
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis.
IDEC	Instituto de Defesa do Consumidor.
ISA	Instituto Sócio – Ambiental.
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário.
MMA	Ministério do Meio Ambiente.
ODPV	Ong Direito do Planeta Verde.
OMS	Organização Mundial da Saúde.
TD	Terra de Direitos
WWF	Fundo Mundial para a Natureza.

LISTA DE SIGLAS – PROCEDIMENTOS JURÍDICOS

AC	Ação Cautelar.
ADIN	Ação Direta de Inconstitucionalidade.
AI	Agravo Instrumental.
AP	Audiência Pública.
DL	Decreto Lei.
EIA/RIMA	Estudo de Impacto Ambiental/ Relatório de Impacto Ambiental.
IN	Instrução Normativa.
MP	Medida Provisória.
RI	Regimento Interno.
PL	Projeto de lei.

SUMÁRIO

	Página
1 INTRODUÇÃO.	15
2 O PAPEL SOCIAL DA CIÊNCIA À LUZ DA TRIÁDE: TECNOLOGIA x NATUREZA x SOCIEDADE.	36
2.1 A PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO EM SUA INTERFACE COM AS NOVAS BIOTECNOLOGIAS.	37
2.1.1 A complexa relação Ciência, Tecnologia e Sociedade.	37
2.1.2 Desenvolvimento e a Questão ambiental: o ponto de partida do conceito, suas derivações e equívocos teóricos e sociais.	41
2.2 A TRAJETÓRIA DA ENGENHARIA GENÉTICA: PRINCIPAIS PRODUTOS, PROCESSOS, POLÊMICAS E TENDÊNCIAS.	60
2.2.1 A emergência do vocábulo e os produtos biotecnológicos.	60
2.2.2 As principais polêmicas e tendências das novas biotecnologias.	68
3 MEIO AMBIENTE E CONFLITOS NAS TEORIAS SOCIAIS: CAMPO DE VISIBILIDADE DAS CONTRADIÇÕES SOCIAIS OU ADORNAMENTO PARA O AMBIENTE DE TRABALHO?	78
3.1 A QUESTÃO AMBIENTAL NA SOCIOLOGIA: DA PERSPECTIVA DE ORDEM/INTEGRAÇÃO À TRANSFORMAÇÃO SOCIAL.	79
3.1.1 A formação do campo disciplinar da Sociologia e a singularidade da Sociologia rural.	79
3.1.2 As perspectivas evolucionistas: conflitos como “equilíbrio” natural da sociedade.	90
3.1.3 Os conflitos à luz das teorias dos riscos e como canais de reconfiguração da esfera pública.	92
3.2 ORGANIZAÇÕES E MEIO AMBIENTE NOS PARADIGMAS ADMINISTRATIVOS: ABORDAGENS PRESCRITIVAS E GERENCIAIS PARA UMA ADMINISTRAÇÃO VERDE?	97
3.2.1 Meio ambiente e Organizações na evolução do pensamento administrativo.	97
3.2.2 As relações de poder e a gestão dos conflitos organizacionais: A contribuição dos Estudos organizacionais.	112

3.3	A PERSPECTIVA TRIÁDE DOS CONFLITOS AMBIENTAIS: PARA ALÉM DA ACONCEITUALIDADE COMO ESTRATÉGIA DE CONSENSO/DISSENSO.	116
4	OS CONFLITOS AMBIENTAIS NA DISPUTA PELO CONTROLE SOCIAL DOS TRANSGÊNICOS NO BRASIL.	123
4.1	QUEM É QUEM NA DISPUTA PELO CONTROLE SOCIAL DOS TRANSGÊNICOS NO BRASIL: A TRAJETÓRIA E COMPOSIÇÃO DAS ORGANIZAÇÕES.	124
4.1.1	A (i)legitimidade contestada: Comissão Técnica Nacional de Biossegurança – CTNBio.	127
4.1.2	A montanha sagrada das novas biotecnologias: A empresa multinacional Monsanto – Brasil.	132
4.1.3	Os guerreiros do arco – íris: A organização não-governamental Greenpeace - Brasil.	136
4.2	A ESPETACULARIDADE DOS CONFLITOS AMBIENTAIS NO BRASIL	142
4.2.1	Cenário I (1998/2002): Entre a liberação dos OGMs/Transgênicos para além da Moratória Judicial: Os liames constitutivos de uma arena polifônica.	143
4.2.2	Cenário II (2003/2006): A oficialização da (i) legalidade à luz da Lei de Biossegurança.	152
4.3	A INTERFACE TÊNUE ENTRE CONSENSO/DISSENSO DOS CONFLITOS AMBIENTAIS: CONFLUÊNCIA PERVERSA FACE AO NEOLIBERALISMO?	164
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	168
6	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	175
	APÊNDICES	195
	ANEXOS	219

1 INTRODUÇÃO

As novas biotecnologias, até então apoiadas na engenharia genética, tem como princípio o controle efetivo sobre os processos biológicos, que resultam ainda em uma superposição e imbricamento de vários ramos do conhecimento. Os Organismos Geneticamente Modificados (OGMs) ou transgênicos assumem a liderança em termos de desafio teórico/análítico e destes são decorrentes não somente a produção de bens e serviços, mas, sobretudo, de conhecimento e, por resultante, mediados pelo Estado.

Os impactos provocados pelas novas biotecnologias ganham a dimensão política e social já que nestes estão imbricados as dimensões sociais mais amplas, culturais, econômicas, científicas e tecnológicas que solicitam uma incursão de natureza epistemológica que, sobretudo, apreenda as configurações sociais da realidade estudada.

No plano epistemológico, a crise ambiental e o debate sobre a biodiversidade colocam em xeque o modelo de desenvolvimento da sociedade e as leis que regem sua reprodução e o papel da ciência. Como relacionar os fenômenos da natureza com a realidade social? Existiria uma relação entre a apropriação da biodiversidade e a desigualdade social? Qual o significado da dimensão ambiental no interior desta problemática? Quais os desafios enfrentados pela ciência para dar conta de uma dimensão ou categoria que ainda se constitui em um dilema tendo em vista os diversos interesses no âmbito das organizações?

Em estudo recente sobre o tema, distinguiu-se a utilização da terminologia OGMs ou transgênicos, pois esta última designa unicamente àqueles que possuem genes transferidos de outras espécies pela ação humana. Indica, ainda, que o termo transgênico e variantes, foram evitados, sempre que possível, pois sua apropriação por “grupos que refutam os OGMs, começa a assumir caráter pejorativo” como também para não imprimir uma visão apriorística em sua investigação.(PAIXÃO,2003,p.27).Necessário ressaltar que se utiliza, no escopo desta investigação, a terminologia transgênicos, e a legitimidade das organizações envolvidas na problemática dos conflitos ambientais.

Assim esta problemática reside na seguinte proposição: Como analisar as contradições da sociedade capitalista tendo em vista a existência de sujeitos com trajetórias e interesses diversos em um mercado competitivo e que permita a conceituação das categorias conflitos ambientais como contraponto à aconceitualidade nas teorias sociais contemporâneas, já que envolve a disputa pelo controle social das novas biotecnologias ao considerar que os transgênicos - enquanto tecnologia - provêm da apropriação dos recursos naturais transformados em *commodities*?

Tendo em vista a complexidade desta temática, considera-se para efeitos de fins analíticos e metodológicos, que existe um duplo desafio que envolve, por um lado, questões de natureza epistemológica, haja vista a necessidade de problematização da questão ambiental na “performance” da ciência na contemporaneidade à luz das novas biotecnologias, e de outro, extensivo ao primeiro, empírico ao considerar a complexidade dos conflitos ambientais no contexto da sociedade brasileira.

Estas e outras questões fazem parte das controvérsias dos transgênicos, entretanto, é necessário ainda se questionar e aprofundar, por exemplo, quais os interesses que se encontram nas entrelinhas destas questões? Qual o(s) conteúdo(s) deste novo *round* no Brasil? Quais são as principais organizações envolvidas nesta polêmica? Qual o raio de ação das estratégias organizacionais no que diz respeito ao acesso e à democratização da apropriação dos recursos naturais? Qual a relação entre as organizações envolvidas no projeto de construção democrática da sociedade e o papel do Estado neste contexto?

Na produção sociológica, o conceito de conflitos emerge inicialmente atrelado à perspectiva marxista enquanto fundamento da crítica ao capitalismo, mas, ao longo da evolução teórica, desenvolveu-se, em outras linhas de questionamento. Contudo, em quaisquer destes questionamentos, o enfoque recai sobre um aspecto da vida social. Sua conotação, de uma maneira geral, se refere à suposição de que a vida social é moldada por grupos e indivíduos que lutam, concorrem e competem entre si por recursos variados na sociedade (JOHNSON,1997,p.172).

Quanto ao conceito de controle social, constata-se que, além de ter migrado de uma abordagem essencialmente funcionalista, tem em vista os princípios de regulação e coerção dos sentimentos, pensamentos, aparência, etc imbuídos com propósito de “atrelar” os indivíduos ao sistema social vem assumindo contemporaneamente a perspectiva de que

consiste na capacidade da sociedade organizada de intervir nas políticas públicas, interagindo com o Estado na definição de prioridades municipais, estaduais ou governamentais (MILANI,2005, p. 30).

Para fundamentar-se o suporte da investigação, recorre-se na forma de interface às contribuições da Sociologia e da Administração, especificamente ao utilizar-se os parâmetros do conceito de processo político, gestado no âmbito da Escola do Processo político (TILLY,1978) a partir de seus conteúdos básicos: estrutura das oportunidades políticas; lógica da ação coletiva; estrutura de mobilização e repertório contencioso, para então revitalizar-se o conceito de campo organizacional à luz das relações de poder(DIMAGGIO/POWELL,2006) e, assim, constituir a gênese explicativa dos conflitos ambientais.

Ressalta-se, nesta recomposição, a opção teórica pelo enfoque da questão ambiental à luz da concepção dialética possibilitando uma visão processual quanto às dimensões micro – macro das ações organizacionais, ou seja, reveste-se de significado a medida que é substanciada pela orientação filosófica que permeia a pesquisa qualitativa, valorizando as contradições da dinâmica do fato investigado em relação às dimensões material(trabalho); simbólicas e de poder (relações sociais e de representação política – institucional) enquanto posições contraditórias entre o todo e as partes e os vínculos do saber e do agir em sociedade. Assim é imprescindível a recorrência aos princípios da dialética, expressados no âmbito do materialismo histórico, referentes às contradições da sociedade.

A definição constitutiva (conjunto de conceitos a serem trabalhados) desta problemática compreende uma operacionalização que possibilita a análise de dados que traduzem os passos da construção de uma abordagem dos conflitos ambientais, problematizando os conteúdos das relações de poder materializados nos mecanismos de consenso e dissenso implementados pelas principais organizações, considerando-se que estes não se restringem ao atendimento e à operacionalidade de demandas estritamente técnicas, pois vão além, já que reivindicam uma maior participação dos cidadãos na gestão da “coisa” pública e sinalizam para um reordenamento político institucional no âmbito do capitalismo ainda não devidamente aprofundada (NUNES,1993).

Nesta configuração, têm como enfoque os transgênicos e as controversas entre os diversos atores na sociedade brasileira. Com seus interesses, valores e visões de mundo é

possível discernir, por um lado, a tecnoburocracia dos governos e das empresas que encaram a biodiversidade como mais um recurso ou *commodity* a ser aproveitado para alimentar o processo de “desenvolvimento” e, de outro, uma possível “oligopolização” de entidades da sociedade civil no campo dos ambientalistas (VIOLA, 2001; DUPAS, 2001; DAGNINO, 2001; BENTES, 2005).

Vistos sob este prisma, os riscos sociais decorrentes dos transgênicos refletem a imposição dos interesses de poucos sobre o mundo de todos e constituem, portanto, obstáculos à construção de um modelo de desenvolvimento, efetivamente, sustentável. As lutas contra as agressões ambientais são pela construção da esfera pública e pela inserção da política na gestão do meio ambiente. A ação política plural promove a desprivatização da biodiversidade e por isso subsidiará o respeito aos direitos ambientais de toda a população.

Destaca-se ainda que, na sociedade contemporânea, todo artefato tecnológico passível de avaliação e de riscos tem implicações políticas, mesmo que suas decisões estejam balizadas em pareceres técnicos ou científicos. Por isso, a problemática dos transgênicos requer a análise das relações de poder e a redefinição do papel do Estado, tendo em vista que na formulação institucional da política de biodiversidade, na busca de sua legitimação e na definição de seus instrumentos de ação encontram-se em disputa distintas concepções de Meio Ambiente e da Sociedade, como objetos de ação intervencionista e fiscalizadora do Estado e, em oposição, a busca pela construção da autogestão democrática e participativa da sociedade civil. O amplo leque destas preocupações tem solicitado reflexões no que diz respeito à natureza, ao modelo de desenvolvimento, à qualidade de vida, etc que implicam em uma nova significação destes temas.

Como tem sido assinalada por vários autores e de diferentes áreas, a questão ambiental evidencia não somente os limites da ciência, mas, sobretudo o conhecimento sobre o mundo e a práxis dos seres humanos. Entretanto, em face das novas biotecnologias, urge a necessidade repensar e investigar a performance dos principais sujeitos tendo em vista as incertezas e impactos provocados pelos produtos de suas próprias obras (LEFF, 2001b; DEMAJOROVIC, 2003; FEENBERG, 2005; LACEY, 2004; DONAIRE, 1999; e FOUREZ, 1995).

Na problematização em apreço, as modalidades e clivagens de interesses subjacentes às estratégias das organizações governamentais, empresariais e da sociedade civil em geral têm como foco os impactos dos transgênicos. Cabe destacar o propósito de realizar a interface temática, considerando a produção já existente na Sociologia e em Administração, para transcender por um lado às lacunas observadas nas referidas abordagens, especificamente na relevância dos aspectos valorativos da análise de riscos(BECK,1997; GIDDENS,1999a) e de outro, aos enfoques prescritivos no âmbito da concepção de conflitos da teoria organizacional (ROUNDEAU,2000) e dos modelos de gestão ambiental (BARBIERI,2004; BACKER,2002; ALMEIDA,2000; TACHIZAWA,2002).

Por estar subsidiadas diretamente pela engenharia genética, as novas biotecnologias suscitam controvérsias tanto quanto à sua legitimidade, quanto pelas incertezas decorrentes de seus impactos. No bojo desta arena polissêmica, constata-se também a interface com outros temas e áreas de conhecimentos como, por exemplo: riscos(LUTZENBERGER,2000 BECK,2000; GIDDENS,2001); patentes(SHOLZE,2003); biodiversidade(ALBAGLI,2002) agroecologia(ALTIERI,1999); poder(PAT ROY,2005); segurança alimentar(WILKINSON, 2005) os quais ampliam o raio de complexidade desta reflexão.

A investigação e compreensão deste tema tem como motivação a consideração de que os problemas contemporâneos, que têm em sua base questões sociais, econômicas e ambientais, têm solicitado a construção de diálogos que contemplem uma diversidade de conhecimentos. Neste sentido, a problemática dos transgênicos solicita que se utilize um amplo leque de conceitos de distintas áreas de conhecimentos que permitam analisar as contradições da sociedade capitalista.

Mediante as informações deste contexto e, em consonância com a literatura trabalhada, pretende-se responder às questões que substanciam esta configuração partindo-se da hipótese de que se analisada à luz da concepção dialética, a questão ambiental permite a revitalização de dimensões “esquecidas” no âmbito da teoria social em contraponto a aconceitualidade nas teorias sociais contemporâneas tendo em vista a vantagem potencial da dialética utilizada nas obras de Marx, Engels e autores contemporâneos, ao correlacionar, historicamente, as condições materiais com a história natural(FOSTER,2005).

O contexto da realidade estudada resulta em aprofundar-se em uma reflexão acerca das ações organizacionais que não foram devidamente contempladas e, por extensão, aparecem descoladas da construção dos conceitos, tanto quanto no método de exposição que acabam por abandonar os conceitos clássicos, fundamentais, já que estas ações incidem e repercutem nas instâncias de decisões internas e conjunturais para modificar não somente a natureza destas organizações, bem como revisar e atualizar teorias e paradigmas que têm em sua base a correlação sociedade versus natureza.

Pressupõe-se que a compreensão da questão ambiental, e por extensão, a problemática dos transgênicos, fundada em uma perspectiva de aliança entre teoria e prática, constitua-se em uma abordagem explicativa dos conflitos ambientais contemplando os diversos interesses das organizações envolvidas na problemática em geral e como estes se bifurcam e/ou se coadunam no que diz respeito à construção de um modelo de desenvolvimento, que se pretende sustentável.

As teorias sociais vêm se dedicando a problematizar este lugar e o papel das organizações. Em caráter especial, tanto a Sociologia quanto a Administração, em suas diversas perspectivas teóricas, focalizam esta problemática. Como sinaliza DiMaggio (2005), ao se referir a estas produções, grande parte da teoria organizacional moderna pressupõe um mundo de organizações diferenciado e diverso, onde procura-se explicá-las em termos de estrutura e comportamento. Entretanto, o referido autor questiona não somente o que torna as organizações tão similares, mas sobretudo o por que desta homogeneidade. Em sua produção e autores associados, sustenta-se que a burocratização e as outras formas de mudanças organizacionais ocorrem como resultado de processos que as tornam similares, em grande parte, por decorrência da performance estatal e de outras categorias profissionais.

Observa-se que o cerne desta premissa é de que o campo organizacional, entendido como unidade de análise do qual organizações, em conjunto, constituem uma área reconhecida da vida institucional, evidencia a totalidade de atores relevantes. Por resultante, a estruturação de um campo organizacional consiste em um processo em curso, em que os elementos estratégicos respondem a um ambiente de respostas, também, de outras organizações.

No âmbito da Sociologia, as interrogações acerca do processo de burocratização das organizações têm raízes tanto na produção Weberiana à luz do processo de racionalização e o espectro da burocratização, bem como no campo dos “novos” movimentos sociais que sinalizam para o processo de institucionalização destes em decorrência das mudanças contemporâneas. Destacam-se, neste último campo, os questionamentos apontados por Touraine (1989), Scherer – Warren (1987;1999) e Melucci (2001).

Importa-se, sobretudo, precisar neste período, intitulado, para alguns autores, de pós – modernidade, que se subsidia, na crítica e rejeição às chamadas “grandes” narrativas e que ganha força nos escopo das diversas teorias científicas que culminam em um retraimento da reflexão conceitual crítica quanto aos interesses e no raio de ação das organizações envolvidas no que diz respeito à construção de um consenso, que tem em vista os princípios do neoliberalismo.

As organizações governamentais, ao criar “brechas” para a atuação e contestação da sociedade civil, transfere para esta sua responsabilidade em consonância com a perspectiva de Estado mínimo, ou das organizações multinacionais que agregam, em sua trajetória, a apropriação dos recursos naturais enquanto reserva de valor, que, por extensão subsidia o processo de monopolização das relações sociais de produção e consumo. Também as organizações ambientalistas à luz da “espetacularidade” de suas ações, enfraquece a radicalidade da ação política e “aparece” como fiel e legítima interlocutora entre a sociedade civil e o Estado.

Para outros autores, este retraimento intitulado como uma “nova aconceitualidade” (KURZ,1997;CARNEIRO,2005;KHOURY,2005) consiste na renúncia ao esforço de apreensão do conjunto das determinações estruturais da ordem social existente, cujos fundamentos passam a ser assumidos como dados. Isto reflete-se na “omissão” de temas da teoria social contemporânea, como por, exemplo, ao não aprofundar-se na questão ambiental e seu papel no funcionamento estrutural do capitalismo e, por extensão, constituir-se como ponto de partida para a crítica à concepção de Desenvolvimento Sustentável como ideologia de legitimação.

A premissa desta investigação vai de encontro ao requinte dos recursos e estilos teórico–metodológicos empregados nas análises que envolvem a questão ambiental, e conjuga-se as várias dimensões (histórica, social, cultural, econômica, etc) na avaliação dos

transgênicos, não omitindo, por exemplo, um aprofundamento na análise dos conteúdos das relações de produção vigente e por extensão da sua lógica de reprodução que tem no seu entorno a apropriação dos recursos naturais.

De outro, se recusa a ênfase literária na configuração das estratégias e mecanismos das ações organizacionais (no caso das empresas os modelos de gestão ambiental; e da sociedade civil através da participação em mesas setoriais, audiências públicas, etc) enquanto conquistas, estritas, da sociedade civil.

Considera-se que a performance, nas últimas décadas das organizações, no âmbito desta temática, tem se apresentando como rica fonte de interpretações e pesquisas como, por exemplo, os aspectos relativos à reforma do Estado pela sua configuração contemporânea, ou seja, a criação e constituição de agências, órgãos diferenciados quanto aos objetivos, valores, etc dentro de um marco regulatório.

Em relação à regulamentação dos transgênicos, sobretudo no que diz respeito a construção de um viés democrático através do papel regulador e da sua capacidade de governança, através do princípio de precaução(referência ou marco regulatório da política moderna de Meio ambiente em oposição ao princípio da equivalência), cuja performance é questionável, tem em vista as várias formas de articulação com o capital internacional e que, no meio rural, já há uma ampla literatura que aponta a coexistência de uma relação de dependência, subordinação e de ameaça à soberania nacional (WILKINSON,2000; NEDER,2002;DINIZ, BRESSER, 1997;SHIVA,2003).

Nesta configuração, o processo de institucionalização da questão ambiental em distintos fóruns institucionais no cenário nacional e internacional é resultado também desta articulação e que permite agregar variadas contribuições para a problematização do tema. É possível observar que, a partir da década de 50, os primeiros eventos já chamavam atenção de pesquisadores e da população em geral. Como também a I Conferência Mundial sobre Meio Ambiente, em Estocolmo, na década de 70, promovida pela Organizações das Nações Unidas (ONU), reuniu organizações governamentais e não-governamentais empenhadas e preocupadas com os rumos da humanidade, ao meio ambiente e a uma das questões que passa a ser primordial dentro desta temática: a relação entre crescimento econômico e estilos/modelos de desenvolvimento. Nesta conferência, se buscou definir o que deveria ser feito para manter a terra como local adequado à vida humana no momento e para as futuras

gerações. Considera-se que este evento tenha sido a primeira tomada de consciência no plano internacional de que temas de interesse mundiais fossem tratados de forma mais aberta e comprometidos com questões sociais.

Ainda em 1972, o então Clube de Roma que reunia analistas, principalmente economistas dos países da OCDE, através da elaboração de um documento, lança a formulação acerca do Desenvolvimento que deveria contemplar questões como: crescimento populacional; industrialização acelerada; desgaste e desaparecimento dos recursos não – renovável etc. suscitando assim uma re-discussão da relação entre modelos de desenvolvimento e desigualdade social. A proposta de crescimento zero foi rejeitada pelos países em desenvolvimento.

Em 1983, através da Comissão Brundtland, se reexamina a relação entre Meio ambiente e desenvolvimento que culminou com a elaboração do Relatório Nosso Futuro Comum (1987). No seu conteúdo, cabe destacar a proposição sobre a necessidade de realização de eventos que contemplassem estas preocupações em todos os países e com a participação de todos para um compromisso mundial.

Com base neste relatório, realizou-se a II Conferência da Cúpula das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, a efervescente ECO 92, na cidade do Rio de Janeiro no Brasil, que contou com a presença de centenas de chefes de Estado e é considerado um marco de discussões relacionadas ao meio ambiente tendo como substrato o conceito de desenvolvimento sustentável. Como corolário deste evento em nível institucional e social, além da emergência das ONG's, se estabeleceu a Política Nacional de Meio Ambiente – PNMA - que regulamentou alguns princípios relacionados às atividades produtivas e aos impactos ambientais.

Assim, na metade dos anos 90, a questão ambiental passa a ser compreendida como mais um fator de competitividade empresarial e, em face disto, um conjunto de estratégias passam a ser incorporadas nas empresas como, por exemplo, a internalização das externalidades negativas que expressa o reconhecimento dos impactos negativos resultantes dos seus processos produtivos. Contudo, infere-se que tal perspectiva permanece restrita aos processos e sendo assim não contempla a dimensão sócio-ambiental.

Cabe ressaltar que a passos curtos, em que pese a contribuição da produção acadêmica, essa trajetória em termos operacionais tem se concretizado. Mesmo com a

existência de normalizações sobre gerenciamento ambiental (ex: Normas de Qualidade Ambiental – *International Organization for Standardization - ISO's-*) permanece-se no que poderia-se intitular “estado de arte” da incorporação da questão ambiental incorporando algumas questões em seus modelos de gestão ou responsabilidade social.

É neste sentido que retomamos a idéia inicial de o que está em xeque é não somente o papel social da ciência, mas, sobretudo, a modalidade de regime democrático, posto que o poder(in)visível que permeia tais relações encontra-se contemplado em um variadíssimo estrato de classes e, neste sentido, cabe um esforço teórico enquanto necessidade permanente de construir e interpretar o mundo segundo categorias que podem ser renovadas e alimentadas pelos elementos da realidade.

Na verdade, o que se coloca é a possibilidade da sociedade escolher os seus caminhos para uma perspectiva de Desenvolvimento Sustentável. A apropriação deste conceito no discurso político, pelo mercado e a sociedade civil, em geral, não nos assegura a sua viabilidade. O que está em jogo é a necessidade de superação deste modelo, inaugurado com o capitalismo industrial e o seu paradigma de desenvolvimento urbano (concentração industrial e urbana). A (i)racionalidade deste modelo de desenvolvimento nos trouxe uma produção de riqueza em escala mundial e com degradação ambiental e exclusão social, também em nível global. Esta lógica de apropriação da natureza, produção e consumo material sem limites nos levará à sustentabilidade? Estas questões são relevantes e devem nortear a análise em questão.(GURGEL,2007).

Os atuais arcabouços teóricos tornaram-se “fetichizados”, solicitando um novo movimento teórico voltado para as suas raízes e talvez seja este o grande paradoxo da contemporaneidade. Constituir arcabouços analíticos que contemplem ao mesmo tempo um escopo científico que possa ser generalizável, e que estabeleçam elos entre as demandas dos sujeitos sociais e um projeto ou programa de regime que possa constituir-se independente, mas ligado às questões conjunturais.

Em relação as organizações empresariais, em face das novas biotecnologias, destaca-se a expansão de fusão das empresas. Neste quadro de mutação, por exemplo, empresas com tradição em produtos agroquímicos têm migrado ou estabelecido aquisição e/ou fusão com empresas do setor farmacêutico, em que vinte e cinco das maiores empresas de

sementes do mundo, pelo menos seis encontram-se (Monsanto, Syngenta, Basf, Dow Agro, Bayer/Aventis e Dupont) entre as sete maiores indústrias de pesticidas.

São empresas com determinada especificidade, que só produzem sementes geneticamente modificadas que resistem exclusivamente aos pesticidas que elas mesmas fabricam. Assim, o comprador da semente fica obrigado a adquirir além do herbicida específico, também os reguladores de crescimento. Dentre as várias técnicas, cabe ressaltar a “*terminator technology*” que funciona como um cadeado biológico que inibe a germinação e restringe a utilização do genes. Por extensão, a utilização de sementes modificadas, baseadas em patentes, pode levar à monopolização do mercado agrícola e agravar a crescente exclusão dos pequenos agricultores e, por extensão, criar mercados cativos.

Além destas questões de natureza técnica, as organizações empresariais recebem críticas da sociedade civil tendo como fundamento os riscos tecnológicos embutidos em seus produtos, particularmente, no âmbito da agricultura. A sociedade civil (movimentos sociais ligados à terra, ambientalistas, ONG’s e etc) tem ampliado e interferido nas polêmicas que envolvem as novas biotecnologias, mas também uma defasagem entre a ação e o discurso das diversas organizações e a produção científica para contemplar a configuração destes movimentos sociais na contemporaneidade.

Neste contexto, cabe considerar-se, por exemplo, a importância que as novas formas de mobilização, veiculação e publicização destas organizações à luz das novas tecnologias digitais que têm sido agregadas às suas configurações. Como assinala Campelo (2000), as organizações da sociedade estão cada vez mais “antenas” com as novas tecnologias de informação.

No caso particular das organizações ambientalistas, a ONG Greenpeace tem se destacado pela “espetacularidade” de suas campanhas no que diz respeito aos transgênicos. Estas se desenvolvem tanto no espaço virtual quanto nos locais onde os consumidores frequentam. Há uma riqueza de recursos e procedimentos não somente para chamar “atenção” dos empresários, mas fundamentalmente, para pedagogicamente orientar os consumidores.

Como também a elaboração de pesquisas e, sobretudo de cobrança e participação qualificada em outras esferas, principalmente governamental, através da utilização de

procedimentos jurídicos, constroem a articulação entre movimentos sociais e os poderes jurídicos, tendo em vista que a Constituição Federal, ao consagrar o princípio da obrigatoriedade da intervenção do poder público em diversas instâncias, impõe a obrigação constitucional tanto de prevenir, quanto de reparar danos(SANTILLI,2005, p.63).

A gênese sobre as questões relacionadas à proteção de cultivares no Brasil tem sua origem vinculada às primeiras manifestações realizadas pela categoria dos engenheiros agrônomos do Estado de São Paulo, em 1970,através de artigos publicados em jornais e de lá para cá outras organizações se constituíram ou se agregaram em torno da polêmica dos transgênicos(WILKINSON,2005).

Nos anos 90, a retomada desta problemática tem como foco as controvérsias provocadas pelo tema das novas biotecnologias, especificamente no que diz respeito aos transgênicos que aparecem com vigor a partir de 1998, em função do pedido de autorização solicitado pela empresa multinacional Monsanto, para produção e comercialização da soja *Roundup Ready* em escala comercial no território nacional.

Busca-se, no âmbito da teoria social, seja da produção sociológica, como também da Administração, identificar e problematizar os liames constitutivos dos conflitos ambientais e focalizar nestas, os conteúdos em relação à configuração da problemática. Este propósito está subsidiado na importância devido ao lugar e no papel das organizações em ambas perspectivas teóricas e pela singularidade das organizações estudadas.

É, através dos conteúdos das controvérsias e incertezas dos impactos, que se torna possível desnudar este assunto e considerar que, além de expressivas, não somente pela sua quantidade, mas, sobretudo pela polarização embutida nas mesmas.

Se objetiva analisar os significados materializados (no âmbito organizacional) pelas diferentes organizações envolvidas na problemática dos transgênicos, especificamente, relacionada aos riscos sociais e conseqüências deste processo para as várias dimensões da vida humana, das condições de produção e reprodução das relações sociais especificamente tendo-se como cenário o contexto da sociedade brasileira(FAUSTO,2002; GIULIANI,2001; NASCIMENTO, 1997; NOAL, 2002).

Buscou-se identificar as principais organizações envolvidas na problemática das novas biotecnologias no contexto da sociedade brasileira, especificamente nos períodos supracitados. Objetiva-se assim a identificação de uma conjuntura que focalize as

injunções no plano institucional acerca da problemática dos transgênicos e a tensão existente, na forma de conflitos que expressem as contradições, divergências e interesses subjacentes às ações organizacionais.

Por resultante, busca-se elaborar os liames constitutivos de um arcabouço teórico – empírico, à luz da concepção dialética da questão ambiental, para a compreensão das ações organizacionais que substanciam os conflitos ambientais como referencial explicativo da correlação ação – estrutura, a partir de uma interface entre as contribuições oriundas das Ciências Sociais e Aplicadas, Sociologia e Administração, respectivamente, para a compreensão desta problemática no contexto do Estado e da sociedade brasileira.

Como indicado anteriormente, esta proposta de investigação solicitou a incursão por várias áreas de conhecimento, e, por resultante, a necessidade de procedimentos metodológicos que contemplem esta proposição. Para a realização deste propósito, seguiu-se a indicação sugerida por Oliveira(2002,p.17) “método significa estrada, via de acesso e, simultaneamente rumo, discernimento e direção”. Portanto, neste percurso, buscou-se operacionalizar a consonância entre o quadro teórico e as questões da pesquisa (problemática, objetivos e hipótese).

Na análise dos conflitos ambientais no contexto da sociedade brasileira, é imprescindível a recorrência aos princípios da concepção dialética, expressados no âmbito do Materialismo Histórico, no que diz respeito à observância das contradições existentes na sociedade e de uma perspectiva ontológica a respeito da natureza.

Parcialmente nos moldes desta concepção metodológica, Salomon (2000,p.13) assinala que a problematização de uma temática solicita “ver” a realidade como desafio, portanto, problema, e saber como enfrentá-lo, isto é, identificar a natureza e o tipo de problema para poder solucioná-lo.

Nas Ciências humanas e sociais, são diversas e controversas as possibilidades de verificação e análise da realidade a partir de diversas modalidades de pesquisas. Cortes (1998) aponta para a polêmica existente entre os pesquisadores: aqueles que se colocam como defensores do tratamento quantitativo dos dados e os que advogam a superioridade da análise qualitativa. Considera que apesar das alterações recentes para dirimir tais polêmicas, em nome da interdisciplinaridade, ainda é possível encontrar-se defensores de uma ou outra abordagem.

Considera-se para efeitos e propósitos desta investigação que a pesquisa qualitativa tem se mostrado potencialmente eficaz na medida em privilegia a diversidade e dinâmica do mundo real, ou seja, uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, a interdependência viva entre o sujeito e o objeto(CHIZZOTTI,1998).

Neste sentido, a opção metodológica desta investigação, a dialética, revestiu-se de significado à medida que é substanciada pela sua orientação e permeia a pesquisa qualitativa e assim resgata e focaliza a relação entre sujeito e objeto no processo de conhecimento, valorizando a contradição do fato observado e a atividade criadora do sujeito, isto é, as oposições contraditórias entre o todo e as partes, ou seja, os vínculos do saber e do agir com a vida social do ser humano.

Como sinaliza Boito Jr.(2003), o método em Marx não parte da perspectiva dos indivíduos que percebem de maneira psicológica o mundo (método empírico – dedutivo) e sim da dialética enquanto instrumento metodológico que permite superar a forma analítica da sua pesquisa, ou seja, é o método através do qual reconstrói-se a totalidade do real.

É, neste sentido, que se optou pela identificação e mapeamento das ações organizacionais derivadas das novas biotecnologias no contexto da sociedade brasileira a partir da incidência e materialização de interesses, consensos, dissensos e utopias para então reconstruir-se a própria realidade, considerando-se a historicidade destas no processo das contradições da sociedade capitalista. A opção pela utilização do método histórico – dialético tem como princípio considerar que tanto o referencial teórico, quanto a dimensão empírica desta investigação solicitam uma gama variada de enfoques e concepções.

Como indica Hess(2005), a coleta de dados não deve ser isolada da realidade cotidiana. Deve-se buscar uma metodologia que permita acesso ao campo, e, para tanto, é necessário “criar” estratégias para cada situação. Ao tomar-se as organizações como objetos da pesquisa, considera-se que estas são espaços/locais onde se encontram diferenças e singularidade, e, por extensão, como espaço de estratégias que se renovam em função de novas demandas e práticas, pois agregam não somente solicitações para sua operacionalização, mas sobretudo, tecem silenciosamente a gênese de novas relações sociais em face das transformações sociais.

Moraes(1996) e Santos(1993) sugerem que chegamos a um momento histórico de compreendermos a noção concreta de espaço –mundo; tempo – mundo; tempo – espaço no

âmbito de uma totalidade empírica, já que o espaço é o lugar material da possibilidade dos eventos. Assim considera-se, na pesquisa social, que as organizações em apreço são um objeto histórico, significando, portanto, que estão inseridas em uma dinâmica processual em que não apenas o investigador dá sentido a seu trabalho intelectual, mas os seres humanos, os grupos e a sociedade em geral à medida que as estruturas sociais são ações objetivadas (MINAYO,1994).

Jollivet (2002), ao se referir às pesquisas sobre Meio ambiente, ressalta que, ao longo do tempo, várias operacionalizações vêm se dando neste campo. Dentre estas, focaliza o surgimento de programas de pós-graduação voltados à especialização e aprofundamento na área, e a ampliação de temas no escopo de suas análises no sentido de contemplar as questões candentes da realidade.

Cabe ressaltar que dentre as ciências na área das Ciências humanas, a Geografia vem apresentando significativas contribuições quanto à questão ambiental, seja na sua produção clássica ou contemporânea (SANTOS,1997;CAMARGO,2005). Dentre as várias linhas ou setores concernentes aos escopo de pesquisas nesta área, ressalta que a área das ciências da vida tem desempenhado um papel especial, tendo em vista o lugar da ecologia em suas múltiplas dimensões.

As diretrizes do percurso metodológico pré - definidos no projeto de tese constituía-se em três etapas de operacionalização da pesquisa empírica. A primeira etapa, através de pesquisa documental, tinha como propósito identificar e caracterizar, no contexto da sociedade brasileira, as organizações para visibilizar uma configuração espacial do “lugar” destas na problemática dos transgênicos na sociedade brasileira.

A segunda etapa realizar-se-ia entrevistas semi-estruturadas com os principais representantes das organizações, responsáveis pela elaboração de diretrizes relacionadas à questão ambiental. Contudo, em decorrência de algumas dificuldades como, por exemplo, ausência de recursos financeiros para o deslocamento para os Estados de localização das principais organizações (São Paulo e Brasília, localização do escritório central da empresa multinacional Monsanto e Ong Greenpeace e da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança – CTNBio) estas entrevistas não foram realizadas.

E por fim, uma terceira etapa que correspondia à construção de um quadro ilustrativo síntese da pesquisa documental e das entrevistas realizadas nas organizações. Após o

processo de qualificação, continuou-se com a pesquisa documental em inventários acadêmicos (monografias, dissertações e teses) relacionadas ao tema; Pesquisa na *Web*, em *sites* relacionados ao tema e que possibilitou a visualização das principais organizações envolvidas na problemática.

Esta etapa da pesquisa permitiu identificar, ainda, outras questões relacionadas à publicização das informações pelas organizações, como, por exemplo, a ausência de uniformização temporal dos dados. No caso específico da empresa multinacional Monsanto, cabe destacar que, entre os anos de 2003 e 2004, ao dar-se início à coleta destes dados, acessou-se a *home-page* da organização e captaram-se as notícias eletrônicas diárias relativas ao período de 2000 até 2004.

Já no ano de 2005, ao processar-se uma nova compilação destes dados, observou-se não somente uma mudança na forma de publicização destas informações (naquele período as informações eram disponibilizadas de maneira generalizada), ou seja, um conjunto amplo de todas as informações / notícias relacionadas a várias temáticas. Com a mudança, criou-se o “Monsanto em campo” agora subdividido em temáticas que é enviado com certa regularidade para aqueles que se cadastram no *site* mas, também, a supressão do banco de dados acessados anteriormente.

No que diz respeito a Ong Greenpeace - Brasil identificou-se que as informações e dados sobre os transgênicos tornam-se publicizados com regularidade a partir do ano de 2000, na forma de notícias eletrônicas diárias e relatórios anuais de atividades a partir de 1999, em decorrência do ano de sua instalação no Brasil (1992).

Os dados relativos à Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNBio) foram capturados em sua *home-page*, onde focalizou-se naqueles que apresentaram a regularidade de publicização para a sociedade, a saber: as atas de reuniões ordinárias relativas ao período de 2003 a 2006.

Observou-se ainda outras implicações para a captação dos dados, especificamente no que diz respeito às formas de registro para acesso a estes, como, por exemplo, a necessidade de “filiação” à organização na condição de associado/colaborador com pagamento de taxa simbólica (Greenpeace) ou mediante o envio e registro de dados pessoais (grau de escolaridade; objetivo da solicitação, etc) para a organização(Monsanto).

No sentido de minimizar-se os problemas na captação dos dados, aprofundou-se na pesquisa documental em outras fontes de dados (Anais do Congresso; Leis e medidas governamentais; Depoimentos de deputados e senadores no âmbito da Câmara e do Senado da República Federativa; Revistas organizacionais, etc).

A configuração da pesquisa empírica detém-se assim em documentos de domínio público (acesso livre e regulamentado) das principais organizações, arquétipos da disputa: Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNBio); Monsanto-Brasil e ONG Greenpeace-Brasil. O recorte temporal da pesquisa foi condicionado pelo acesso e publicização dos documentos organizacionais e, por extensão, centralizou-se na análise das gestões de Fernando Henrique Cardoso (especificamente o segundo mandato –1998 / 2002) e de Luís Inácio Lula da Silva (em relação o primeiro mandato – 2003/2006) que contém particularidades, como, por exemplo, a institucionalização da dimensão ambiental enquanto “negócio” (Programa Avança Brasil) à luz das reformas propostas pelo neoliberalismo, e de outro pela frustração das organizações quanto às expectativas em torno do “novo” governo no que diz respeito a compromissos sinalizados em campanha e não cumpridos, como, por exemplo, a exigência de Estudos de Impactos Ambientais ou Relatórios de impactos ambientais (EIA/Rima) nas pesquisas que envolvem transgênicos e a participação ampla da sociedade civil.

Cabe ressaltar que as organizações selecionadas para a pesquisa empírica foram escolhidas entre aquelas representativas das múltiplas experiências e posições no interior da problemática. Estas organizações, longe de serem homogêneas, englobam diversidade de concepções, experiências e interesses ainda de acordo com o papel que exercem na produção e reprodução da vida social e material.

Assim a presente proposta reflete sobre a lógica destas trajetórias organizacionais, pois observam-se lacunas quanto a uma produção teórica que contemple os vários aspectos constitutivos dos conflitos ambientais. Trajetórias estas que se entrelaçadas sinalizam para a capacidade de constituir as dimensões fragmentadas da conjuntura social. Ao se tomar os vários conteúdos dos mecanismos de consenso e dissenso das organizações, espera-se que esta investigação forneça, por um lado, contribuições no plano epistemológico para o aprofundamento de um dialogo crítico entre as Ciências sociais e Aplicadas, mediante a re-significação de temáticas pertinentes a um intrincado mosaico que tem como substrato o

futuro da humanidade e, de outro, que se possa vislumbrar os desafios, limites e perspectivas sinalizadoras da construção de um modelo de desenvolvimento que se pretende sustentável.

Considera-se que ao agregar os conflitos e seus respectivos conteúdos como elementos ou fatores, inclusivos, das configurações organizacionais (governamentais e não-governamentais) ambas teorias sociais possibilitam não somente a constituição, simplesmente, de mais um arcabouço analítico, mas sobretudo, sinalizar para os desafios e rumos da construção de uma sociedade democrática.

Além desta introdução, esta investigação consta de três capítulos e um capítulo conclusivo e está organizada da seguinte maneira: No segundo capítulo busca-se refletir sobre o papel social da ciência à luz das principais questões contemporâneas tendo em vista a construção dos liames constitutivos de um quadro analítico que explicita o “lugar” e direção da questão ambiental em termos epistemológicos e históricos. Assim destacam-se nesta configuração os grandes dilemas incorporados em sua trajetória, tendo como foco a tríade Tecnologia – Sociedade e Natureza.

Problematiza-se, como em decorrência do avanço do capitalismo, a articulação entre conhecimento científico e produção de mercadorias por meio das novas biotecnologias que derivam leis e condições gerais que subsidiam a formação social, ou seja, as determinações que sinalizam para situações que atingem os âmbitos das organizações sociais.

Esta reflexão incide, em caráter especial, na trajetória da Engenharia genética, através de seus principais produtos e processos, especificamente no que diz respeito aos transgênicos, bem como pelas controvérsias emergentes de sua extensão social e dos interesses determinados pelas organizações sociais às quais a elas se aliam e pelas estruturas sociais necessárias a seu funcionamento no contexto da formação social.

Este processo, vinculando conhecimento científico e produção de mercadorias, que tem em sua base recursos naturais, subsidia a problematização acerca da disputa pelo controle social dos transgênicos quando se toma, por exemplo, a polêmica quanto aos impactos à saúde humana, ao meio ambiente e à sociedade.

No âmbito das Ciências humanas, tem sido fecunda, mas não menos passível de questionamentos, a produção teórica que tem se debruçado sobre o tema, especificamente no que diz respeito aos impactos relativos ao meio ambiente e à sociedade. Nesta

perspectiva, encontram-se algumas linhas de abordagens que focalizam a dimensão econômica no âmbito dos modelos de desenvolvimento em sua interface com a questão da natureza, situada precisamente no âmbito da economia da sustentabilidade(CAVALCANTI,2001) e mais recentemente a economia política da sustentabilidade(MAY,2003a).

Há ainda abordagens críticas a esta correlação, considerando os modismos na utilização da concepção de sustentabilidade e da sua natureza prescritiva, através da fragilidade dos indicadores de sustentabilidade, e de outro a imprecisão da correlação desenvolvimento x sustentabilidade(ZHOURY,2005;VEIGA,2004; MAWHINNEY, 2005).

Assim analisa-se o lugar que ocupa a questão ambiental no âmbito da ciência, onde se pretende destacar as contradições inerentes a este processo sobretudo referentes às questões que são omitidas, “esquecidas” ou subavaliadas enquanto dimensão de *devir* no escopo científico.

No terceiro capítulo, discute-se tanto os aspetos ontológicos, quanto gerenciais e institucionais para compreender os obstáculos à legitimação da questão ambiental no âmbito das teorias sociais contemporâneas. Em seguida, buscam-se os liames da concepção de conflitos, seja na produção sociológica, bem como em Administração, focalizando em ambas a correlação, conflitos ambientais e desenvolvimento.

Inicialmente atém-se a apontar estes obstáculos na produção sociológica clássica em carácter particular, no período de formação do seu campo disciplinar, onde a questão ambiental é tratada com dificuldade, tendo em vista a necessidade de afastar-se das Ciências naturais. Evolutivamente, sinaliza-se para a atualidade da Sociologia rural que, na condição de pioneira, revitaliza as possibilidades de cotejar-se a questão ambiental e as questões relativas à agricultura/mundo rural.

Resgatam-se ainda nesta produção, alguns dos principais paradigmas que contemplam a concepção de conflitos inicialmente relacionados à questão da ordem e integração social, seguido daqueles que a postula como campo de transformação social. Aprofunda-se nos paradigmas sociológicos que realizam uma abordagem simultânea entre a questão ambiental e os movimentos sociais, onde se destaca o modelo de análise da política contenciosa ou da chamada Escola do processo político.

No âmbito da sociologia contemporânea, destacam-se as perspectivas que envolvem a questão dos riscos, onde é possível identificar três linhas de abordagens: a teoria da modernização ecológica; a abordagem da ecologia política e, por fim, a teoria da sociedade de riscos. Estas abordagens se dedicam à análise dos problemas ambientais tomando como referência as condições de mudança da modernidade, em que se questiona o papel da ciência e da tecnologia e como estas exercem papel crucial na organização social da percepção de riscos.

No âmbito da Administração, aponta-se a gênese da correlação meio ambiente e organizações na evolução do pensamento administrativo, considerando-se as primeiras incursões desta correlação à luz dos modelos de organização do trabalho; sua inserção nos principais modelos de gestão ambiental e na correlação tecnologia e organizações no âmbito da teoria da contingência.

Discute-se, neste sentido a importância, em forma de contraste, do processo de produção do conhecimento, ou seja, da apropriação dos dados da realidade tanto no âmbito da Sociologia, quanto da Administração. Problematiza-se a maneira pela qual ideologias, interesses, etc, enquanto representações teóricas incidem no processo de elaboração de arcabouços analíticos.

Posteriormente, destacam-se as perspectivas clássicas que condicionam os conflitos à performance das organizações e ampliam-se até as contribuições que consideram os conflitos passíveis de gerenciamento.

Contudo, busca-se transcender a estas lacunas ao apontar-se para uma perspectiva tríade dos conflitos ambientais que estabeleçam uma interface crítica e explicativa das ações organizacionais que têm como foco a problemática da disputa no controle social dos transgênicos no contexto da sociedade brasileira, ao considerar-se que a questão ambiental à luz da concepção dialética, permite a interface entre os parâmetros da Escola de processo político que auxilia na compreensão dos aspectos estruturais e macroeconômicos da problemática das novas biotecnologias e a contribuição da área de Estudos organizacionais em sua vinculação com o conceito de poder no âmbito dos campos organizacionais.

No quarto capítulo, apresenta-se a reconstrução dos conflitos ambientais a partir das trajetórias organizacionais tendo como base a pesquisa documental que incluiu a compilação de documentos públicos (acesso livre e regulamentado) destas organizações.

Posteriormente, tais informações foram sistematizadas com o emprego da análise de conteúdo (BARDIN,1997; FRANCO,2003) e resultou na realização de um quadro analítico do processo político.

Destacam-se, como, por exemplo, os conteúdos dos bastidores das reuniões ordinárias da CTNBio; ilustra-se a seqüência processual da regulação dos transgênicos à luz dos fatos e a espetacularidade das campanhas públicas e os ciclos de protestos realizadas pela ONG Greenpeace no Brasil. Em seguida, apresentam-se os cenários propriamente ditos dos conflitos ambientais, ou seja, no âmbito das gestões de Fernando Henrique Cardoso (1998 / 2002) e Luís Inácio Lula da Silva (2003/2006).

Este quadro analítico permitiu detectar resultados relativos aos mecanismos de consenso e dissenso no âmbito da disputa pelo controle social dos transgênicos no Brasil, representados por três questões primordiais a esta polêmica: a liberação de transgênicos sem a solicitação de Estudos de Impacto Ambiental/ Relatório de Impacto Ambiental (EIA/RIMA) e sua fundamentação na realização de estudos realizados em outros países; As disputas internas, no âmbito da CTNBio, como sinalização do “lugar” da questão ambiental na esfera governamental e por fim, as atividades realizadas pelas várias organizações da sociedade no que se refere à fiscalização e rotulagem dos produtos contendo OGMs.

Este último mecanismo, atualmente, inscreve-se no que se intitula “juridificação” e consiste no conjunto de relações sociais que envolve o acesso e o uso de naturais no campo das novas biotecnologias, tendo como princípio a institucionalização e regulamentação dos conflitos sociais decorrentes deste campo. (WILKINSON,2005,p.42)

Nas considerações finais, constata-se que a questão ambiental à luz da perspectiva dialética permite a revitalização de dimensões “esquecidas” no âmbito da teoria social contemporânea e o papel dos diversos atores sociais, do Estado e da sociedade civil, resultando na visibilidade dos conflitos ambientais entre as organizações, bem como para os desafios, limites e perspectivas para a construção de um modelo de desenvolvimento, que se pretende sustentável como contraponto à aconceitualidade nas teorias sociais no que diz respeito às contradições da sociedade capitalista que tem no seu entorno a disputa pelo controle social dos transgênicos no Brasil.

2 O PAPEL SOCIAL DA CIÊNCIA À LUZ DA TRÍADE: TECNOLOGIA X NATUREZA X SOCIEDADE.

A ciência sempre suscitou interrogações e controvérsias sobre o alcance dos seus resultados, portanto, é necessário problematizar seu papel social e focalizar as principais questões que relacionam Natureza e Sociedade e seus conflitos tendo em vista a construção de uma nova concepção de Desenvolvimento que explicita o “lugar” da questão ambiental em termos históricos e epistemológicos, na atualidade, e as dificuldades de sua inserção enquanto variável constitutiva da concepção de Desenvolvimento sustentável.

O objetivo deste capítulo é situar e problematizar como, em consequência do avanço do capitalismo, a articulação entre conhecimento científico e produção de mercadorias, por meio das novas biotecnologias, derivam leis e condições gerais que orientam o funcionamento do Estado e de toda sociedade, ou seja, determinações que sinalizam para situações que atingem todos os âmbitos da organização e formação social, os aparelhos de Estado e todos os grupos sociais.

Esse processo que vincula conhecimento científico e produção de mercadorias, tem em sua base recursos naturais e subsidia a problematização acerca da disputa pelo controle social dos OGMs/Transgênicos, quando se toma, por exemplo, os seus impactos à saúde humana, ao meio ambiente e à sociedade.

No âmbito das Ciências humanas, tem sido fecunda, mas não menos passível de questionamentos, a produção teórica que tem se debruçado sobre o tema. Oscila-se entre enfoques que privilegiam uma perspectiva otimista quanto aos avanços decorrentes das inovações tecnológicas e outros que, de maneira crítica problematizam estes avanços no que diz respeito às contradições no âmbito do capitalismo e seus reflexos na vida social e na própria natureza.

Entretanto, como relacionar os fenômenos da natureza com a realidade social no conjunto da sociedade? Quais os desafios enfrentados pela ciência para dar conta de dimensões / categorias que se constituem em uma arena conflituosa, quando se tem em vista a dificuldade dos cientistas, políticos, empresários e sociedade civil em geral para abordá-los? Como os conteúdos destas controvérsias expressadas em distintas práxis

sinalizam para a constituição de um Modelo de Desenvolvimento que incorpore as variáveis econômicas, sociais, culturais e ambientais?

Sendo assim, analisa-se o lugar que ocupa a questão ambiental no âmbito da teoria social contemporânea, considerando-a como cerne da disputa entre diversas e diferentes organizações da sociedade (governamentais e não-governamentais) de onde se pretende destacar como as contradições inerentes a este processo incidem, de maneira crucial, nos liames constitutivos da concepção de Desenvolvimento Sustentável e, por extensão, configuram os conflitos organizacionais relacionados ao controle social dos OGMs/Transgênicos no Brasil.

2.1 A PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO EM SUA INTERFACE COM AS NOVAS BIOTECNOLOGIAS.

2.1.1 A complexa relação Ciência, Tecnologia e Sociedade.

A sociedade capitalista consolida-se ao incorporar ciência e tecnologia em todas as suas atividades. Ao adotar o conhecimento científico como fonte única de verdade, rompeu com tradições milenares e impôs uma renúncia a outras fontes de conhecimento. O papel da ciência em nossa organização social implicou na emergência de domínios explicativos diferenciados em que cada um destes gerou procedimentos e competências operacionais distintas no âmbito das diversas organizações sociais.

Neste contexto, as inovações tecnológicas ampliaram a eficácia do trabalho humano para transformar os mais variados ambientes e, com isto modificaram não só as relações do ser humano com e para com a natureza, colocando-a cada vez mais dependente do uso da ciência e da técnica, como também ampliaram em escala planetária, a degradação ambiental, que torna iminente o risco de uma catástrofe ecológica global.

Tem se tornado incontestável afirmar que, em decorrência da globalização, com seu ritmo acelerado, esta performance vem ganhando novos contornos e traz novidades presentes, simultaneamente, em todos os pontos do nosso planeta, e que tem impactado fortemente nossas organizações sociais e exigindo de todos nós mudanças profundas(SANTOS,2002; BAUMAN,2003).

Santos (1998,p.24), particularmente, nos chama a atenção para o fato de que a crise decorrente desta configuração tem resultado em conseqüências desastrosas, principalmente no que diz respeito às condições sociais e teóricas, ou seja, esta crise decorre da própria aplicação de seus avanços, que sugerem então mudanças significativas em seu tecido social.

Mayor (1998,p.07), por sua vez, destaca que essas condições teóricas e, por seu turno, o conhecimento científico acumulado à luz do capital intelectual, apesar de configurarem importantes conquistas, trazem em seu bojo uma fonte de imenso poder e que, por resultante, numerosas contradições emergem nesse desenvolvimento do conhecimento e na construção de uma sociedade tecnológica.

Mayor faz ainda referência ao fato de que os problemas ligados à ciência e às suas aplicações, ao estarem intimamente relacionados ao poder, também atingem aos conteúdos e princípios estruturais de algumas áreas de conhecimento científico. A título de exemplo cita a biologia, em particular, durante o período do nazismo alemão, em razão de ter sido usada como um instrumento de justificação do racismo e do nazismo, na medida em que o recrutamento de cientistas pelo Estado serviu para compor um “documentário”, separando aqueles que mereciam viver, dos alemães que fossem judeus, ciganos ou pertencentes a grupos minoritários (p.16).

Assim, o confronto entre ciência e poder se constitui em um debate entre a ciência e cientistas; cientistas com o Estado e toda a sociedade onde se destaca que o Estado foi e ainda é a principal fonte de financiamento de pesquisas na maioria dos países.

Neste sentido, os investimentos em Ciência e Tecnologia nos levam a refletir sobre o papel das organizações governamentais e não-governamentais e de que forma elas poderão ser reformuladas para conviver em um sistema competitivo e, também, em que medida as inovações tecnológicas sinalizam para a construção de um modelo de sociedade sustentável, incorporando, neste âmbito, as variáveis sociais, culturais, econômicas, etc. que subsidiam a construção de uma sociedade democrática.

Tais questões encontram subsídios para um aprofundamento nas reflexões que se dedicam à problematização sobre a gênese e o raio de ação da crise paradigmática da ciência. Assim, a emergência de novos paradigmas, a partir desta proposição, postula um entendimento inicial de que a ciência não responde aos principais problemas da sociedade

contemporânea. Urge a necessidade de integrar a ciência com outras práticas humanas que contemplem em seus conteúdos esta reflexão.

Prigogine(1996,p.09), problematizando sobre essa necessidade de novos paradigmas, ressalta a capacidade de reconsiderar-se o relacionamento entre ciência e tecnologia, de um lado, e o poder político e o governo, de outro. Segundo o autor, as políticas científicas governamentais não podem mais ser decididas com base em perícias fornecidas por um pequeno grupo de especialistas, mas devem ser o resultado de um longo processo, em que todos os sujeitos da sociedade participem das várias etapas dos empreendimentos científicos.

Mészáros (2004,p.265), nesta linha de argumento, chama atenção para a afirmação de que nossa sociedade tecnológica é um tipo totalmente novo de sociedade, pois a ciência e a tecnologia ditam o que acontece nesta sociedade, e considera uma completa mistificação, haja vista o fato de que ciência e tecnologia sempre estiveram inseridas nas estruturas e determinações sociais de uma época, ou seja, a ciência e, por extensão, a tecnologia a ela associada não são autônomas. Contêm em si os princípios ideológicos das classes que a elaboram e, sobretudo, de quem postula o poder e a capacidade de sua aplicabilidade.

O referido autor trabalha de maneira aprofundada os liames constitutivos desta relação entre ciência, tecnologia e ideologia, e ressalta a necessidade de empreender-se indagações do tipo de ciência que desejamos, quem deve realizá-la e como deve ser controlada à luz da dinâmica contraditória do capital.

É neste sentido que se busca aprofundar-se nas variáveis que compõem esse processo de produção do conhecimento à luz das transformações históricas e processuais no âmbito do capitalismo, ou seja, focalizar a interface entre Tecnologia x Natureza e Sociedade.

Andery (2004,p.13) chama atenção que, no âmbito da produção do conhecimento científico, é imprescindível refletir-se sobre a capacidade do ser humano na produção de conhecimento referente ao mundo, e têm em vista que sua produção exprime, sobretudo, as condições materiais de um dado momento histórico¹.

¹ MARX, K. O capital, Livro 1. v.1 produção clássica e genuína ressalta a capacidade e potencialidade do ser humano em, através do trabalho, transformar a natureza e se transformar em decorrência das suas próprias necessidades humanas, bem como em O Dezoito de Brumário e O Manifesto Comunista que revelam as contribuições desta perspectiva teórica para entendimento e explicação do capitalismo.

Considera que, além de estar referindo-se a produção das necessidades materiais, é também uma maneira de expressar e representar aquilo que se faz, a maneira de viver, como se relaciona e, sobretudo, a concepção que tem sobre si e sobre o mundo. Ainda, neste sentido, ressaltam a necessidade de analisar-se as condições concretas e de representação que condicionam tal elaboração de conhecimento, ou seja, as determinações históricas e as alterações decorrentes das descobertas e avanços científicos como sinalizadoras: “de uma nova forma de ver a realidade, um novo modo de atuação para obtenção do conhecimento, uma transformação no próprio conhecimento”(p.14).

Segundo Chrétien (1994,p.17), os resultados da ciência, e, por extensão, da práxis humana, vista sob este prisma, não se contentou somente em invadir e transformar o meio ambiente com os objetos técnicos cuja criação ela possibilitou, mas, é a partir de sua fecundidade na conversão de fórmulas teóricas em “aparelhagens úteis”, que esta conseguiu penetrar nas nossas formas de representação e saber sobre/para/o mundo. Como ressalta:

Ela possibilita se reproduzir e renovar à nossa volta num ritmo exponencial após haver cercado o trabalho, os transportes, o lazer, a vida doméstica, a saúde dos corpos ou a comunicação dos espíritos, a tecno – ciência insinua-se até em nossas maneiras de calcular e de pensar (microcomputadores), de fazer amor (pílula anticoncepcional), de dar a vida ou de ir para a morte (bio – ou tanato – tecnologias).

Neste processo ritualístico da passagem da produção do conhecimento para a tecno–ciência, outras questões emergem como fundamentais para o aprofundamento de uma reflexão sobre a performance da ciência, e tem em vista, sobretudo, suas conseqüências para a vida em sociedade, ou seja, considera a sua performance, através dos objetos que utilizamos, enquanto produtos da técnica e, por resultante, impregnados de conhecimento científico.

Mayor (1998,p.07) assinala ainda que vivemos numa época em que a ciência demonstra a cada dia o seu poder através do intensivo e progressivo desenvolvimento tecnológico, emergindo, portanto, inúmeras contradições decorrentes deste processo. Cita, a título de exemplo, os resultados da 2ª Guerra Mundial como ilustrativos da potencialidade da produção de conhecimento, o que, por extensão implicaram na necessidade de reflexão sobre as questões éticas que envolvem a atividade científica:

Governos de muitos países e instituições de financiamento às pesquisas públicas e privadas debatem permanentemente esse problema [...] a questão ética na ciência suscita novas e fundamentais questões– como a manipulação genética, clonagem, eugenia– e problemas relacionados as suas aplicações são também parte dessas necessária e profunda discussão sobre a ciência do futuro(p.09).

Em análise retrospectiva da história, Japiassú (1999) já assinalava, no que diz respeito à ciência e à razão no Ocidente, que este processo não se constituiu apenas de “jogos históricos, contemplativos e transcendentais” no que diz respeito à representação entre sujeito e objeto, mas também expressou e materializou-se em conflitos envolvendo pessoas, grupos, organizações internacionais e países que disputam o poder e o exercem num tecido social, e que continuam avançando na conquistas do mundo material e da natureza.

A partir desta configuração, é possível observar que tem sido recorrente apontar-se que o processo de modernização, através do desenvolvimento tecnológico, apesar de ter trazido inúmeros benefícios para a melhoria da qualidade de vida das pessoas, também tem gerado degradações ambientais e problemas sociais e econômicos locais, nacionais e globais.

No tocante à degradação ambiental, destacam-se abordagens que focalizam os inúmeros fatos/acidentes/desastres ecológicos, que se, por um lado, sinalizam para a magnitude do problema, de outro, para a necessidade de elaboração de distintas abordagens sobre o tema o qual envolve uma amplitude de questionamentos sobre os modelos de desenvolvimento(ACOT,1990; ALMEIDA,1988; ARAÚJO, 2003;VALLE,2003).

2.1.2 Desenvolvimento e a Questão ambiental: o ponto de partida do conceito, suas derivações e equívocos teóricos e sociais.

Mesmo nas chamadas abordagens clássicas das Ciências Sociais, encontra-se dificuldade na delimitação, seja, no que diz respeito a aspectos epistemológicos, bem como à compreensão em si da conceituação e lugar da natureza/meio ambiente/ecologia no escopo de suas abordagens teóricas (FERREIRA,1996; GONÇALVES,2004 b; 2004 c).

No âmbito do Materialismo Histórico, Foster (2005,p.13) chama atenção para esta questão, assinalando a necessidade de desenvolver e associar–se uma “visão ecológica” que correlacione a transformação social às transformações da relação humana com a natureza.

O referido autor focaliza e trabalha de maneira seminal o “lugar” da Natureza no âmbito do Materialismo Histórico resgatando a contribuição magistral de Marx no que diz respeito ao tema, em contraposição às críticas de que esta teoria, e especificamente no escopo da sua produção teórica, não teria havido essa problematização. (SCHMIDT, 1976)

Observa-se, que na interface com a questão ambiental, a performance da ciência, na perspectiva de alguns autores, está focalizada na análise do alcance de sua articulação com os projetos sociais ao longo da história da humanidade e tem sido reconhecida como uma trajetória misteriosa, tutelar e inquietante(FOUREZ,1995; LATOUR,2004; LEFF,2000a; CAPRA,1996; BURKE,2003; HENRY,1998;PASTERNAK, 2001; BARBOSA,1998).

Para outros, estas conquistas e avanços no que diz respeito à vida cotidiana e das sociedades na atualidade, permitem qualificá-las como “exemplar” tendo em vista que: “O período que vivemos não só é herdeiro das conquistas fundamentais, mas também oferece o espetáculo de renovações e de desenvolvimento sem precedentes na história da ciência, pelo número e pela diversidade” (GRANGER,1994.p.12).

Esta performance, como assinala Granger (1994), é tributária dos avanços ocorridos no início do século ou no final do século passado, portanto, registra fatos memoráveis, significativos mas também questionáveis em sua trajetória (a produção de energia por fusão nuclear; as explorações espaciais; a descoberta dos antibióticos; a explicação do mecanismo e estrutura do DNA, etc.).Entretanto, e com base na apresentação de diversos exemplos que materializam esta incursão da ciência na vida cotidiana, chama atenção para uma das mais significativas características da ciência moderna: Os problemas éticos decorrentes da prática científica.

Aprofundando-se nos exemplos supracitados, ressalta que cada um destes impulsionou a idéia de restrição ou de regulamentação tendo em vistas suas conseqüências imprevisíveis e nefastas, e a partir destas questões, sinaliza para a seguinte reflexão: A quem caberá decidir por um procedimento ou outro (restrição ou regulamentação da aplicação destes saberes). Cientistas ou políticos? Considera que:

Os problemas éticos levantados hoje em dia pelo desenvolvimento das aplicações da ciência, só podem ser resolvidos por uma auto – regulação consentida pelos próprios cientistas [...] e caberia ao poder político o papel de consultar sobre esses pontos o conjunto do corpo social, tirar conseqüências jurídicas e de controlar, sem dúvida autoritariamente, se preciso, as aplicações desses saberes.(p.21).

Cabe ressaltar que tal reflexão em contextos históricos distintos já foi realizada por autores clássicos e contemporâneos das Ciências Sociais, particularmente Max Weber (1968) e Trigueiro (2000), focalizando o “bom” ou “mau” uso dos conhecimentos resultantes da ciência.

Para Weber, a discussão deveria ter como prerrogativa duas modalidades éticas de conduta: a da convicção e a da responsabilidade. A primeira contemplaria uma ética absoluta dos valores aceitos e seguidos sem questionamento a um sistema de enunciados morais, religiosos, etc. Já a ética da responsabilidade, configurar-se-ia como um comportamento calculado e previsto em termos de suas conseqüências práticas (WEBER, 1968, p. 113).

Trigueiro (2000b), ao analisar em período recente o papel do cientista e do político a partir das novas biotecnologias, toma como base esta reflexão e sinaliza para a atualidade do pensamento deste autor considerando que:

Se hoje, por um lado, o mundo não é exatamente o mesmo de Weber, devido a recente revolução científico - tecnológica e os avanços extraordinários verificados no modo de produção capitalista [...] seus conceitos e reflexões ainda servem de base e parâmetro norteador para muitas outras investigações sociológicas. É o caso da discussão sobre a ética da convicção e da responsabilidade, tão oportuna para balizar o debate, as análises sobre as novas biotecnologias, sobretudo no que concerne à problemática da legitimação que atinge cientistas e não-cientistas, políticos e não-políticos. (p. 228).

Sendo assim, restrição/regulamentação/ou controle do conhecimento expressariam, para estes autores, as máximas da ciência e ainda hoje constituem novos desafios do presente e do futuro para os indivíduos e a sociedade.

Entretanto, e considerando também estas conseqüências para a reconfiguração deste momento histórico, entende-se a necessidade de um aprofundamento das implicações e questões derivadas do Desenvolvimento tecnológico, em suas distintas clivagens, em interface com a questão da apropriação dos recursos naturais, através de uma reflexão que sinalize para outras dimensões das quais estas implicações sugerem um comprometimento mais agudo, especificamente no que diz respeito às condições das relações sociais de reprodução, em decorrência das novas biotecnologias, especificamente em função dos transgênicos.

Compreendendo-se que tais relações sociais de reprodução, de maneira geral, se desenvolvem e engendram um modo de produção, há de considerar-se, portanto, passíveis de serem cotejadas no âmbito do Materialismo Histórico .

Como assinalado por vários autores pertencentes a este campo de abordagem analítica, a dificuldade em engendrar-se em suas produções acadêmicas, e por resultante no escopo de suas elaborações, a interface ou correlação entre Modo de Produção e Natureza/Recursos Naturais deve-se em parte aos seguintes motivos: “atraso”, “resistência”, etc.(FOSTER,2005;CHESNAIS,2003b;MOREIRA,1999a;FERREIRA,1996a)

Em que pese a relevância da capacidade de autocrítica, em alguns casos na forma de “mea-culpa” destes autores, é possível observar-se, ainda que vagarosamente, a questão ambiental, e entendendo-a enquanto fenômeno que reúne um conjunto de questões correlacionadas aos recursos naturais, aspectos econômicos, sociais, culturais, políticos, etc, tem sido marginalmente abordada e contemplada, ou direcionada ao tratamento de dimensões estritas ao escopo dos principais paradigmas explicativos da realidade.

Por isso, entende-se a necessidade de uma incursão que, de forma propositiva e analítica, contemple a retomada à luz de uma perspectiva dialética da questão ambiental, tendo como ponto de partida as injunções, consensos e utopias expressas e materializadas na práxis dos novos sujeitos que emergem neste cenário, e que, por extensão, possibilite uma reflexão que visibilize os conflitos organizacionais no escopo epistemológico das teorias sociais contemporâneas, enquanto subsídio para análise e caracterização desta problemática no contexto da sociedade brasileira .

A visibilidade e legitimidade desta temática ganham sentido mais amplo quando se considera que, em uma sociedade dividida e desigual, se permite a aplicação de pareceres técnicos ou científicos permeados e imbricados por implicações e decisões políticas, com reflexos econômicos, sociais e ambientais bastante significativos.

Para Wilkinson e outros (2000:01b), a configuração explicativa que envolve as controvérsias sobre as novas biotecnologias, especificamente no que diz respeito aos OGMs/Transgênicos, polarizam-se em três divisões: a 1ª, Política, que envolve a questão da geopolítica de poder entre os EUA e os países da Comunidade Européia; a 2ª, Científica, que contemplaria as visões reducionistas e holísticas da ciência; e, por fim, a 3ª, Divisão, Institucional, que trata de contemplar não somente os sujeitos envolvidos na

problemática, mas fundamentalmente o cerne do debate: a contraposição entre aqueles que acreditam na correlação privatização do conhecimento x progresso científico e tecnológico e àqueles que defendem o domínio público da produção de conhecimento tendo em vista a construção de uma sociedade, cada vez mais, democrática.

Como assinala Castells (1999,p.35), se referindo ao modo de produção, denominado pelo autor de Informacionalismo: “[...] a tecnologia e as relações técnicas de produção difundem-se por todo o conjunto de relações e estruturas sociais, penetrando no poder e na experiência e modificando-os”.

Segundo o autor, a principal característica deste paradigma é a informação. Aponta também as outras características que o compõe: a informação enquanto matéria-prima, ou seja, são tecnologias para agir sobre a informação; o raio de ação e penetrabilidade dos efeitos das novas tecnologias; a lógica de redes que permite a interação entre as organizações; a flexibilidade que permite a fluidez e reconfiguração organizacional; e por fim, a convergência entre tecnologias específicas integrando microeletrônica, telecomunicações, optoeletrônica, etc.

Há também quem sinalize para a possibilidade de que tal empreendimento tecnológico se constitua em ponto de partida para um novo paradigma (QUINTELA,2002;GUIVANT, 2001).Apesar de desenvolverem abordagens distintas, ambos sinalizam para a importância de investigar-se a utilização dos recursos naturais como “matéria prima” para a constituição de um novo paradigma. Guivant (2001,p.99) especificamente estuda os processos sociais no contexto da biosfera com olhar sobre este processo no âmbito da polêmica agricultura sustentável X agricultura convencional.

Neste sentido Santos,(2000a; 2001b; 2002c) oferece como possibilidade de reflexão, ao analisar o que intitula de “Globalizações”, a construção de uma alternativa conceitual para este momento que resgate as contradições prementes neste novo contexto, ou melhor, traga para o centro da análise, as injunções e conflitos originados no capitalismo e expressos nas práticas dos principais e “novos” sujeitos nos processos de Globalização.

Para este autor, o novo processo de “mundialização” do capital”, termo que é problematizado também por Chesnais(1996) na dinâmica do capitalismo é constituído por três constelações de práticas coletivas: práticas interestatais; práticas capitalistas globais; práticas sociais e culturais. Ressalta, que mesmo estando inseridas em um mesmo modo ou

momento de produção do sistema mundial, apresentam envolvimento desiguais e diversos no escopo das globalizações. Sendo as primeiras caracterizadas pela presença de mega-instituições, como, por exemplo, o Estado, as Organizações Internacionais, Sistema Financeiro e os Blocos Regionais. As segundas, por agentes econômicos, como, por exemplo, as Organizações Empresariais Multinacionais e, por fim, as práticas sociais e culturais desenvolvidas pelas ONGs (Organizações Não-Governamentais) e outras Organizações da Sociedade Civil.

Rattner (1999,p.101) assinala ainda que as mudanças ou impactos provocados por novas tecnologias não podem ser analisados em um cenário separado e destacado de outros processos sociais e culturais, haja vista que as escolhas ou opções tecnológicas são também expressões de interesses, necessidades e relacionamento entre diversos sujeitos em que as tecnologias aplicadas têm em seu cerne resultados econômicos e sociais diferenciados em função desta escolha.

Como ressalta Albagli (1998,p.27) ciência e tecnologia tornam-se variáveis estratégicas, e por extensão, constituem bens mercantis (commodity) que colocados no mercado se tornam passíveis de controle e dominação. Ainda, segundo esta autora, “é, portanto como técnica que a ciência torna-se elemento chave dentro do sistema produtivo e do aparato tecnológico”.

Na compreensão de Massarini (2004,p.01), tal cenário constitui uma trama diversa e intrincada que nem sempre é visível nos debates. Segundo a autora, para visibilizar-se os principais atores e seus respectivos argumentos, tornam-se necessário refletir sobre os interesses que se encontram subjacentes aos discursos e práticas. Particularmente, no que diz respeito aos cientistas, aponta que estes:

Se auto - legitimam no lugar de autoridade em que pretendem situar a ciência, utilizando argumentos enganosos e alheios às suas necessidades tais como a necessidade de resolver o problema da fome no mundo, aumentar a competitividade ou a urgência de encontrar novas variedades para justificar a necessidade da rápida adoção dessas tecnologias e que mascaram a existência de uma disputa pois carregam bandeiras das empresas.

Tal prerrogativa é ricamente ilustrada por Tokar (2004,p.03) e Smith (2003,p.36) ao registrarem a polêmica da empresa multinacional Monsanto, na década de 40, e que evidenciam as nuances de sua performance com o exemplo dos trabalhadores que

começaram a adoecer com erupção na pele, dores nas extremidades, etc em decorrência do contato na fabricação de um herbicida. Contudo, os documentos internos não acusavam o conhecimento de tal quadro e a empresa manteve todas as provas ocultas o que reforça o argumento ressaltado por Massarini (2005,p.40) de que: “São quase inexistentes as linhas de investigação independentes que apontam para uma maior compreensão e avaliação dos riscos, sendo as evidências científicas disponíveis, produtos quase que exclusivo da investigação das próprias empresas biotecnológicas”.

No tocante à fundamentação teórica sobre interesses, a contribuição de Habermas, apesar de pouco referenciada, tem sido significativa e considerada importante para uma investigação deste porte. Como assinala Baumgarten (1998,p.137), na produção teórica do referido autor, é possível identificar 03 blocos analíticos que correspondem aos principais temas debatidos sobre esta temática: a questão do conhecimento, a perspectiva político cultural e os problemas relacionados à razão e à comunicação que fazem parte de sua teoria da ação comunicativa.

Em que pese a ocorrência dos vários redirecionamentos metodológicos realizados por Habermas, ao longo de sua trajetória, observa-se que o fio condutor que permanece constante em suas obras é a idéia de emancipação humana, articulada à comunicação e mediatizada pela razão, sintetizada na Teoria do Agir comunicativo. Milman (1996) ressalta que tem sido comum assinalar que houve ou ocorreu uma ruptura de pensamento de sua obra das questões substantivas que o motivaram, desde o início até a atualidade, relacionadas ao Materialismo histórico.

Em verdade, suas teorias incorporam idéias tomadas de uma diversidade de enfoques a qual é redefinida de acordo com seu marco teórico e não expressa ecletismo ou justaposição como sugerem alguns críticos.

Focalizando algumas destas proposições no âmbito de sua produção, destacamos a sua crítica da teoria materializada com a publicação da obra *Conhecimento e Interesse*, de 1968, quando propõe uma nova concepção de teoria crítica, baseando-se na constituição do conhecimento através de interesses.

Em sua caracterização, postula a existência de três modalidades de interesses: cognitivos, técnicos e comunicativos. Onde o primeiro caracteriza-se pela “unidade indissociável entre conhecimento e interesse humano, tanto para as ciências da natureza

quanto para as ciências sociais críticas. “[...] procura demonstrar que o conhecimento está ligado a certos interesses que assumem a função de a priori do conhecimento”. Habermas(1968.apud FREITAG,2001,p.139).

No que diz respeito ao interesse técnico, postula que sua fundamentação encontra-se presa à necessidade de controle e dominação da natureza. Quanto ao interesse comunicativo, este está enraizado nas estruturas de relacionamento entre os seres humanos, fundado no entendimento mútuo entre estes e, portanto, o cerne da ação comunicativa.

Cabe ressaltar que as temáticas Estado, Ciência e Tecnologia e Democracia encontram-se dissolvidas no conjunto de sua obra e resultam em um modelo interpretativo que inclui as relações que se estabelecem entre os sujeitos que se comunicam para referir – se ao mundo. Para Habermas, “as instituições da moderna Democracia só têm razão de ser se tiverem sido elaboradas no interior de processos argumentativos livres de coação, acessíveis a todos os afetados e que obtenham a aceitação de todos com base no entendimento mútuo”(Habermas.1968.apud FREITAG,2001,p.177).

Não poderíamos negligenciar também, no plano epistemológico, a importância de substantivas reflexões sobre técnica e/ou tecnologia e sua correlação com modelos de desenvolvimento que já foram realizadas por autores clássicos (MARX;ENGELS; MARCUSE ; HEIDEGGER).

Alguns autores consideram que A Dialética da Natureza de Engels tinha outros propósitos para além da problemática em si, especificamente no que diz respeito à emergência e ao desenvolvimento das Ciências Sociais no séc. XIX que cobrava em risco a validade da teoria marxista da sociedade e, por extensão, a classe operária estaria sofrendo as influências das concepções naturalistas. Sendo assim, a proposta de Engels na concepção da autora, foi elaborada a fim de resolver problemas políticos. (HAGUETTE,1990,p.147).

Quanto a contribuição de Marcuse, e a sua visão de que a tecnologia é socialmente determinada, encontra-se em Feenberg (2005) uma crítica bastante interessante que ressalta a contribuição da Escola de Frankfurt à luz desta perspectiva de Marcuse em contraponto a visão essencialista da tecnologia de Habermas.

Por fim, a contribuição de Heidegger que tem sido ressaltada como fundamento de uma filosofia da técnica.(BRUSEKE,2001).

Contudo, no cenário atual, onde as tecnologias de informação e o conhecimento tornam-se peças fundamentais, é necessário pensar os liames característicos deste novo modelo ou paradigma explicativo da realidade, cotejando-as com a problematização atual referida à questão ambiental (ACSELRAD, 2004; BRITO, 1998; LEFF, 2006; DUPAS, 2003).

Ressalta Gonçalves (2004b,p.09),na apresentação de uma das suas obras:“[...] a problemática ambiental não tem gozado de muito prestígio e tem sido invocada, quase sempre, de um modo instrumental, tático, enfim, muito mais como uma acusação aos males do capitalismo”.

Já Crubellate (2003,p.92) reforça, ao se referir à mesma questão no âmbito dos estudos na área de Administração: “[...] o ambiente ecológico como preocupação social e científica é antiga, mas em termos de teoria organizacional é ainda secundário raramente abordado sob a perspectiva que vá além da prescrição de modelos técnicos ou gerenciais”. Neste sentido, Stroh (2002,p.278) ressalta, se referindo à inserção do conceito de Desenvolvimento Sustentável em termos de planejamento ambiental, que é possível se detectar alguns esforços de superação desta lacuna através de pesquisas e metodologias capazes de oferecer resultados conexos entre as várias áreas de conhecimento.

Entretanto, Gurgel (2003,p.22) aponta, em estudo sobre a gestão contemporânea, que as atuais teorias ou ideologias de gestão presentes nas teorias organizacionais sedimentam práticas de intervenção, que se destinam a adequar o ambiente das relações de produção à introdução de métodos e técnicas, embebidas de valores ideológicos do capitalismo neoliberal.

Em contraponto a estas perspectivas, é Pat Roy (2002,p.02) que chama atenção para a questão ambiental de maneira crítica quando assinala, através da sua hipótese, que: “[...] a atual expansão exponencial de nossa capacidade tecnológica, concentrada nas mãos de empresas oligopolistas, tem promovido a erosão exponencial de nossa biosfera”.

Ao longo da obra supracitada, este autor trata de apresentar quais os elementos deste novo período que têm as biotecnologias como peça central, através de um enfoque sintetizado na sigla E.T. C (Erosão: cultural e ambiental; Tecnologia: o papel transformador da mesma na sociedade; Concentração: do poder empresarial e do domínio de classe) que completam as peças deste quebra-cabeça de maneira mais ampla e crítica.

Esta proposição tem como princípio a inter-relação de diferentes dimensões contidas no escopo das organizações, e, sobretudo, da prática social com a construção e consolidação de novos regimes e culturas democráticas considerando-se que o conteúdo destas dimensões permeia as relações sociais no âmbito das organizações.

A partir desta configuração, entende-se que a problemática das novas biotecnologias evidenciadas a partir dos impactos derivados dos OGM's /Transgênicos assume a liderança em termos de desafio teórico /analítico tendo em vista que destas são decorrentes não somente a produção de bens e serviços, mas, sobretudo, de conhecimento e, por resultante, mediados pelo Estado.

Neste sentido, não perderemos de vista o eixo comum da compreensão de tal interface, a saber, o entendimento das organizações como resultante de um conjunto articulado de relações sociais assimétricas, em um determinado contexto político, econômico e social.

Para O'Donnel (1993,p.125), particularmente no que diz respeito ao Estado, é necessário evidenciar as seguintes questões sobre a pertinência dessas relações assimétricas, ao considerar que: "Um conjunto de relações sociais que estabelece uma certa ordem e a sustenta com uma garantia coerciva centralizada sobre um dado território [...] Esta ordem não é igualitária e imparcial, ela sustenta e ajuda a reproduzir as relações de poder assimétricas".

Considera-se, em decorrência das relações assimétricas gestadas no âmbito e a partir da esfera estatal para o conjunto da sociedade, que a problemática contida nas novas biotecnologias com seus novos sujeitos, tem como princípio, a disputa sobre o controle efetivo, sobre os processos biológicos, que resulta ainda em uma superposição e imbricamento de vários ramos do conhecimento os quais permitirão uma leitura e interpretação da questão ambiental enquanto campo dialético de variadas ações organizacionais.

Os reflexos e impactos provocados pelas novas biotecnologias ganham um significado social ainda de caráter emblemático, tendo em vista que, neste campo, estão imbricadas as dimensões sociais, culturais e políticas que solicitam uma incursão de natureza epistemológica, necessária e pertinentemente, balizada em uma perspectiva dialética da questão ambiental, para que se possa, sobretudo, apreender as configurações

sociais da realidade estudada e subsidiar uma nova abordagem acerca da concepção de conflitos, contemplando de forma contrativa os reflexos e impactos provocados pelas novas biotecnologias.

Considera-se que uma proposta inicial deve contemplar o reconhecimento dos processos de criação e reprodução da vida coletiva dos grupos sociais, bem como seus reflexos nas suas organizações. É a partir desta moldura, cuja tessitura envolve abordagens com clivagens diversificadas de organizações de variadas matrizes, configurações e performances que se busca identificar as principais organizações para então se refletir sobre a incidência e raio de ação das (in) certezas contidas nas ações organizacionais em que se produz, regulamenta e contesta-se tal tecnologia, e quais configuram um modelo de desenvolvimento, no âmbito do modo de produção capitalista.

Por resultante, solicita o desenvolvimento de uma abordagem que envolva não somente uma re-contextualização de temas aí envolvidos, mas, sobretudo, da articulação de conceitos de áreas de conhecimentos distintos, que resgatem, criticamente, categorias essenciais e “esquecidas” que incidem nas condições de reprodução social de certas classes sociais.

Pode-se inferir, portanto, mesmo em face da ausência de uma literatura contemporânea crítica mais ampla, com tal interface, que existe uma relação lógica e imediata entre a degradação do meio ambiente e a ação de determinados atores sociais e, sobretudo pelos elementos que registram a constituição de um modelo de desenvolvimento imposto pelos interesses do capital internacional (KORTEN, 1998; PONTING, 2000; NOAL, 2002; MARTINE, 1996; HERRERA, 1996).

Preliminarmente, neste sentido, cabe destacar as colocações indicadas por Santos (2002c) de que esta incursão do capital internacional tem impulsionado por um lado a constituição de uma classe transnacional formada pela empresas ou grupos transnacionais, e, de outro, segundo Dupas (2005), para a constituição de espaços de contrapoder que podem emergir tanto da sociedade civil quanto dos Estados transnacionalizados.

Torna-se imprescindível refletir-se que, no âmbito das novas biotecnologias, principalmente através de grandes grupos e empresas transnacionais, alteram-se não somente o ambiente organizacional, mas, sobretudo as relações sociais, em todas as suas

dimensões, da vida em sociedade, tendo em vista que estas inovações nem sempre se produzem e adaptam-se às condições de biodiversidade ao ambiente social.

Considera-se assim a importância de aprofundar-se nas questões que fazem parte das controvérsias dos transgênicos, tornando-se necessário questionar e analisar, por exemplo, quais os interesses que se encontram nas entrelinhas destas questões? Em que medida estes interesses se distanciam e se bifurcam nas esferas organizacionais e como se alinham para compor o escopo constitutivo de um modelo de desenvolvimento, que se pretende, sustentável?

Considera-se que, a partir de uma análise contextualizada, evidencia-se, portanto, que a questão ambiental à luz da concepção dialética e nesta o debate sobre a biodiversidade, é uma variável importante na concepção de um modelo de Desenvolvimento. Utilizar-se-á a definição de biodiversidade como a que designa a “diversidade de organismos, genótipos, espécies e ecossistemas, e também os conhecimentos sobre essa diversidade, em que estes são resultantes da ação humana de diversos grupos sociais. (SANTOS et.al,2005,p.60).

Nesta análise, uma das facetas deste quadro analítico se refere à performance das principais organizações e sujeitos envolvidos na problemática dos transgênicos e que possibilita aprofundar-se, dentre outras questões, no debate que envolve a dimensão crítica e relativa a uma arena que contém conflitos de interesses e que constituem o acirrado debate que está no centro das contradições do capitalismo, gerado pelos sistemas produtivos na sociedade contemporânea.

Destaca-se que paralelo à fragilidade, à precariedade e omissão dos enfoques teóricos que, na maioria das vezes como foi citado anteriormente, são relegados a um plano secundário ou assumem um perfil prescritivo, metamorfoseado por novas categorias,(como, por exemplo, as categorias denominada Stakeholders ou Responsabilidade social corporativa, mecanismos utilizados pelas organizações que possibilitam uma “boa” imagem no mercado, já que a questão social não é enfrentada e a responsabilidade do Estado não é problematizada) ou embebido de conotações estritamente ideológicas e dissociado de argumentos balizados, há contraposições que sinalizam para a inclusão da questão ambiental em um patamar de respeitabilidade científica e merecedora de reflexão acadêmica.

Considera-se que tal prerrogativa incide de maneira crucial nos liames constitutivos de um arcabouço teórico-empírico ao contemplar a concepção, os significados e derivações da práxis dos diversos sujeitos para com as relações sociais de produção, tendo como textura um modelo de desenvolvimento que se pretende sustentável, hajam vistas os vários feixes de interesses imbricados no cerne de tais práxis que compõem o referido quadro.

Esta reflexão, relacionando a questão ambiental e modelo de Desenvolvimento, ganhou como lastro a formulação, ainda em um campo de disputa conceitual, de Desenvolvimento Sustentável (ECO – 92) que, apesar de sofrer críticas de vários setores, permanece como principal referência de discussões sobre o tema. Neste sentido, a produção realizada por Sachs (1992) é referência incontestável no que diz respeito a estudos e pesquisas sobre o tema.

Como assinala Matwhinney (2005,p.11), geralmente toma-se como referência a definição oriunda do Relatório Brundtland (1987): “Desenvolvimento Sustentável é aquele que provê as necessidades do presente sem comprometer a capacidade das futuras gerações de prover suas próprias necessidades”

Segundo o referido autor, esta opção pelo conceito de Desenvolvimento Sustentável, tem como fundamento as seguintes proposições: a)Dentre as várias definições este sugere, expressa e agrega o maior número de temas comuns que sustentam a maioria delas em termos de substância teórica; b) Encontra mais apoio nas organizações de maior envergadura; c)Permite em termos epistemológicos e empíricos correlacionar temáticas, categorias de campos diversos de conhecimento.

Considera que o conceito de Desenvolvimento Sustentável ainda é um conceito promissor, porém ambíguo quanto ao tema e significado exato das palavras contidas, entretanto ainda não perdeu a sua eficácia e importância. O fato de existir muitas definições de Desenvolvimento Sustentável já constitui um problema por um lado, e de outro impulsiona a indagação se haveria uma única definição ou se está dependeria de nosso ponto de vista político. Para ilustrar o grau de dificuldade, apresenta as diversas descrições, explicações e definições sobre o tema. (p.09).

Por um outro lado, Leroy et al (2002,p.14) chama atenção para o conceito Desenvolvimento Sustentável que, em sua compreensão, revela-se como um “engodo” se atentarmos para a seguinte reflexão: a quem serve, para quê e de quê forma? Primeiro, ao

considerar-se a hipótese de existir um único caminho ou trilha para se atingi-lo, e tem como componentes “desenvolvidos” e “incompetentes” países desenvolvidos e em desenvolvimento respectivamente; segundo, ao se postular que existem no planeta condições ecológicas para que todos “cheguem lá”, isto é, consigam se encaixar em um modelo “ideal”.

Acrescenta ainda que adjetivo sustentabilidade, emprestado das ciências biológicas que postula a utilização, sem esgotamento, dos recursos naturais, torna ainda mais espessa a “cortina de fumaça” que envolve o uso abusivo e a disputa ideológica no cerne da problemática ambiental. Tal perspectiva é aprofundada pelos referidos autores ao apontar que equivocadamente é sugerida e/ou sugestionada por aqueles que advogam a condição igualitária entre países desenvolvidos e em desenvolvimento sem, no entanto considerar-se e incluir-se as desigualdades sejam da base material, de recursos naturais, do ecossistema, e tradições, culturas, etc dos últimos em relação aos primeiros.

Questiona ainda que o “consenso do pensamento único”, formalizado em torno e a partir do referido conceito, postula que todos são iguais, submetendo o Desenvolvimento Sustentável ao crescimento econômico, sendo responsável pela redução da pobreza e melhoria no meio ambiente, o que em sua interpretação constitui-se em um equívoco pois não agrega ao corpo da reflexão as disjunções, conflitos e diferenças entre os sujeitos e as classes.

Cabe ressaltar a significativa contribuição de Veiga (2006,p.163) em recente publicação sobre Meio ambiente e Desenvolvimento em que além de corroborar com o fundamento da crítica supracitada, aponta para o que chama “caminho do meio” que se caracteriza pelo reconhecimento das [...] diferentes formas de liberdade no combate às absurdas privações, destituições e opressões existentes em um mundo marcado por um grau de opulência” em clara alusão ao pensamento de Amartya Sen.

Postula assim que o debate sobre sustentabilidade deve compreender uma gestão política dos conflitos de acumulação frente à escassez, aos recursos finitos e à necessidade de distribuição de renda. Ressaltando, sobretudo, que:

Tanto o desenvolvimento que conhecemos quanto o desenvolvimento sustentável [...] são frutos da apropriação do mundo material por parte de uma minoria que conseguiu impor á sua vontade ao conjunto da humanidade. Atrela e subordina a sustentabilidade exclusivamente ao mercado e à ideologia que o sustenta [...],

mas outros segmentos da sociedade podem recusar-se a acatá-la. Dessa maneira, a sustentabilidade sai do campo estritamente econômico e pode ser entendida como o processo pelo quais as sociedades administram suas condições materiais, redefinindo os princípios éticos e sociopolíticos que orientam a distribuição de seus recursos naturais. (LEROY et al,2002p,18).

Nesta mesma linha de argumento sobre o conceito de Desenvolvimento Sustentável, veiculado pelo Relatório Brundtland, Carvalho (2001,apud GUIMARÃES,2005,p.91) ressalta que:

Embora contenha uma maior elaboração, observa-se seus limites dentro de uma concepção liberal, que evita conflitos e que, em última instância busca garantir a manutenção da ordem estabelecida, ou seja, embora apresente um novo conceito de desenvolvimento, construído a partir da crítica do modelo de esgotamento, não altera, fundamentalmente, o sentido da dominação na ordem internacional.

Como sinaliza Foladori (2001,apud GUIMARÃES,2005,p.91) sobre as análises e propostas que tratam da problemática ambiental à luz deste conceito, em sua compreensão, acaba por reduzi-la aos grandes problemas tematizados e veiculados amplamente (deprecação dos recursos naturais, poluição e população excedente) o que classifica como procedimento reducionista porque:

Justifica-se não só por todo referencial paradigmático de análise, como também, ao ser assim, a problemática não se situa plenamente incorporada ao ciclo do capital [...] e assim o problema de apresentar a questão é que as relações no interior do processo produtivo, na sua forma social de produção, não são discutidas, mas somente seus efeitos, o que pode permitir de se pensar em soluções pela via tecnicista sem alterar a forma social de produção, posicionamento apropriado à conservação do modelo vigente.

Loureiro (2005,p.13) aponta que é necessária a reorganização da base civilizacional e da estrutura política, econômica, social e cultura vigente nas sociedades. Ressalta a necessidade de ir além das soluções tecnocráticas e gerenciais dos problemas ambientais, pois :

O sentido de consenso prévio [...] e de harmonia apresentado por setores dominantes para a sociedade está pautado em modelos de gestão ambiental e de padrões de comportamentais de grupos e elites hegemônicas, desconsiderando os conflitos e contradições inerentes à problemática ambiental.

Em que pese a importância crucial destas e outras críticas a formulação de Desenvolvimento Sustentável considera que o mesmo está relacionado às mudanças propiciadas pelo fenômeno da globalização, o que tem implicado em diversas e profundas alterações no que se refere a realidade em si, ainda que seu efeito mais evidente seja relacionado aos mecanismos do mercado que interferem tanto na vida produtiva, econômica como nos modos de vida das pessoas, e que carecem de aprofundamento nas análises acadêmicas(SANTOS,2002;BAUMAN,1999;ALVES,2001; DOWBOR,1997).

Torna-se necessário discutir a natureza que envolve as novas biotecnologias enquanto técnica e/ou tecnologia a partir da interface entre as áreas econômicas, sociais, culturais e ambientais, e, por extensão, enquanto liames constitutivos de um modelo teórico - empírico e explicativo para a sociedade. Observa-se, sobretudo, a singularidade da experiência brasileira, no que diz respeito aos avanços, retrocessos e impasses de/na sua performance no processo de globalização.

Andrade (1994) e Miranda (2004) apresentam de forma cronológica e crítica a performance do Brasil de 1500 à atualidade, do lema “em que se plantando tudo dá” à chamada Era do país do futuro, caracterizado, sobretudo, pela expropriação dos recursos naturais.

Em um primeiro momento, cabe ressaltar que as novas tecnologias em apreço têm como elemento distintivo a apropriação de recursos naturais. A partir desta ótica e de maneira contextualizada a singularidade do Brasil é inconteste, como assinala Duarte (2003,p.07), e que se deve em parte a esta “opulência” dos recursos naturais. Contudo, tal “opulência” como ressalta a referida autora, deve ser analisada também com base na qualidade de inserção do país no contexto das relações internacionais, tendo em vista que as mudanças nas esferas das diversas organizações estão também atreladas a este contexto.

Ribeiro (2001) e Duarte (2003) ressaltam o “deslocamento” do discurso ambiental do âmbito da produção para o consumo. Tal incursão fundada, sobretudo numa perspectiva Weberiana, sinaliza para a lógica da ação /racionalidade do ator social, em que o cidadão/consumidor é um novo tipo de “ator social”(PORTILHO,2005).

Sendo assim, tornar-se imprescindível recontextualizar as modalidades de apropriação ou “pilhagem”, como sugerem alguns autores(GONÇALVES,2004b; SHIVA, 2001) da biodiversidade brasileira no âmbito do atual processo de globalização,

considerando as várias nuances que giram em torno dos conceitos de relações de poder e soberania que, em tese, constituem e imprimem um “novo” formato organizacional da sociedade contemporânea.

Constata-se, dentre outras questões, que a expansão do sistema industrial capitalista e a concentração da produção em grandes estabelecimentos no meio urbano têm produzido inúmeros problemas para a sociedade, através da contaminação do ar, do solo e das águas, com sérias conseqüências para a saúde das populações, sobretudo daquela excluída da vida econômica e social, sempre mais vulnerável.

No plano institucional, observa-se que os governos dos países do terceiro mundo, ansiosos por atrair investimentos estrangeiros, e sob a pressão das corporações transnacionais, cedem aos interesses do capital, em detrimento das demandas básicas da população.

As evidências apontam ainda para o fato de que a liberação/comercialização de produtos de pesquisas biotecnológicas são agravadas pela ignorância, desprezo ou supressão de resultados de pesquisa e com a falta de informação para a sociedade. Completando essa situação, verifica-se que a Legislação Brasileira, sobre a proteção à biodiversidade não é suficientemente explícita e regulamentada para proteger o meio ambiente e a população.

Constata-se, por exemplo, que já existem mais de 600 experimentos sobre Plantas transgênicas, entretanto, apenas 10% estão sob controle ou vigilância do Ministério da Agricultura. Por extensão, as grandes corporações, na América Latina acabam se expandindo em terreno fértil, já que, além de existirem laboratórios baratos para aprimoramento de pesquisas e experimentos dos OGMs, não encontram severas aplicações e/ou regulamentações de princípios éticos ou judiciais.

Segundo Trigueiro (2000b), o papel regulador do Estado tem como fundamento o fato de que as questões que envolvem as biotecnologias tem, em seu entorno o setor público, o próprio Estado, a comunidade científica e os vários setores da sociedade. Afirma ainda que as novas biotecnologias passam a gerar conhecimentos, produtos e processos que solicitam aprovação por parte da sociedade ao atingirem valores sociais e éticos.

Neste quadro, as dimensões político-institucionais e aquelas referentes às atitudes e comportamentos passam a ser mediadoras de uma ampla e complexa rede de estruturas e

processos sociais em que a concepção de mercado transforma-se com uma rapidez impensável e que, apesar como querem alguns autores, ao apontarem a ausência de regulamentação como base das dificuldades de implementação de políticas públicas, ainda prescinde, na configuração da sociedade, a emergência de ações coletivas oriundas da sociedade civil. Considera-se que as diferentes organizações fornecem não somente condições materiais, objetivas, financeiras, mas, sobretudo liames para a constituição de novos padrões e práticas e comportamentais.

Ainda em relação à visibilidade desta temática no contexto da sociedade brasileira há várias e imbricadas controversas, tendo em vista que além de interesses de ordem econômica parece prevalecer o fato de quem contrata, ou seja, as grandes corporações exigem sigilo dos contratados.

Como assinala Leroy et. al. (2002,p.166) vários, e graves, são os indícios desta relação controversa. A título de exemplo cita que:

Em 2000 o IDEC pediu a abertura de uma CPI, ao denunciar a relação estreita entre Governo Federal e empresas de biotecnologia, manifestada, entre outros indícios, na defesa incondicional dos transgênicos como provam a cartilha elaborada e distribuída pela CTNBio; Apoio aos EUA contra a rotulagem de transgênicos; Liberação de R\$ 250 milhões do Fundo de Investimento do Nordeste (Finor) para a construção de uma fábrica na Bahia do agrotóxico mais vendido no mundo, o Roundup, usado com a soja transgênica da Monsanto; As parcerias entre EMBRAPA e Monsanto, etc.(Ibidem,2002,p.166)

Ou seja, pouco a pouco, surgem consistentes análises acerca dos vínculos nem sempre claros e transparentes entre as instituições de pesquisa, cientistas e técnicos, com os interesses comerciais envolvidos nos resultados e nos avanços do conhecimento. Expressa ainda os fortes interesses econômicos envolvidos que fazem com que a aproximação dos interesses comerciais com o setor de desenvolvimento científico fique sujeita aos conhecidos processos de dominação.

Como ressalta Smith (2002) a indústria de manipulação genética sustenta a liberação e aprovação dos organismos geneticamente modificados, pois que além da omissão e distorção de dados sobre os significados e conseqüências destes, algumas de suas justificativas, particularmente no que diz respeito à segurança alimentar são bastante apologéticas e não incorporam questões relativas à evolução do mercado de sementes, as mudanças organizacionais das empresas deste setor, como por exemplo, as fusões de

empresas, o monopólio de tais indústrias e, sobretudo não envolve em sua argumentação a concepção destes produtos enquanto uma mercadoria e a sua produtividade.

Assim, busca-se situar o dilema que envolve a problemática dos transgênicos tendo em vista que trata-se de questão relevante no Brasil, explicitando e configurando assim o palco de articulações, conflitos destes padrões em relação ao controle social das novas biotecnologias.

Uma análise sobre as novas biotecnologias e por extensão os impactos provocados pelos transgênicos requer não estritamente uma problematização a partir das distintas concepções de Meio ambiente/Sociedade; Tecnologia e Ciência, como objetos da ação intervencionista e fiscalizadora do Estado em oposição à autogestão democrática e participativa da sociedade civil, Tem em vista que na formulação institucional no tocante à biodiversidade definida, a partir de instrumentos de ação e mecanismos de financiamento, em si já configura uma disputa, mas, sobretudo, o que diz respeito à legitimação e controle social das novas biotecnologias.

É efetivamente a partir das distintas concepções de Meio Ambiente/Natureza conjugadas às relações de poder que se considera a importância desta incursão analítica. Este visibiliza a diversidade dos conteúdos dos distintos sujeitos envolvidos nesta problemática, no tocante aos interesses controversos contidos nas organizações e na sua materialização, através dos mecanismos de construção democrática das Políticas Públicas.

Assim, é necessário aprofundar-se nos liames que sinalizam para esta configuração considerando-se as dificuldades epistemológicas e históricas que permeiam a performance da engenharia genética com seus produtos, processos e principais polêmicas que envolvem o controle social dos transgênicos.

2.2 A TRAJETÓRIA DA ENGENHARIA GENÉTICA: PRINCIPAIS PRODUTOS, PROCESSOS E POLÊMICAS.

2.2.1 A emergência do vocábulo e os produtos biotecnológicos.

A palavra biotecnologia não é nova, pois vem sendo usada desde os anos 40, e é resultante da junção dos termos biologia e tecnologia. Como assinala Serafini (2001,p.25), a biotecnologia, enquanto modalidade de transformação da natureza, tem origem com os animais quando os macacos já consumiam vegetais resultantes da fermentação de microorganismos. Com o surgimento da espécie humana, bebidas alcoólicas como cervejas, vinhos, etc começam a ser produzidas de forma empírica com base na chamada biotecnologia tradicional.

A utilização recente em larga escala das fermentações industriais tem sua maior aplicação na fabricação de antibióticos, como, por exemplo, a penicilina produzida por um fungo filamentosos. No entanto, adquiriu uma nova roupagem quando foram introduzidas novas tecnologias, a exemplo da tecnologia do DNA recombinante, popularmente conhecida como engenharia genética. Anexo A

Nesta configuração, autores têm sinalizado e problematizado para o raio de ação da engenharia genética como ressalta Folch(2002):

Ninguém se engane: a engenharia genética está aí e veio para ficar. Será para o bem ou para o mal, de acordo com nossas capacidades sócio-científicas. Com ela, todos serão beneficiados ou alguns lucrarão à custa dos demais. (p.03).

Sinaliza para o fato de que esta não é simplesmente mais uma daquelas frases de efeito e que, de forma bombástica, nos chama atenção para um tema. Alerta, por um lado, para a visibilidade e o raio de ação dos impactos e/ou conseqüências derivadas das novas biotecnologias, particularmente da Engenharia genética, no que diz respeito aos transgênicos, e de outro, para a existência de interesses antagônicos contidos nesta problemática.

Segundo Oliveira (2002:02), o vocábulo transgênico foi usado pela 1ª vez em 1982, por Gordon e Rudle, em decorrência das experiências de pesquisas em laboratórios com a combinação e transformações de material genético. Esta técnica, também chamada de

técnica do DNA recombinante, se caracteriza pelo fato de adicionar-se um gene, de origem animal ou vegetal, ao genoma que se deseja modificar.

Reinach e outros(2005,p.20) consideram que a emergência das pesquisas transgênicas teve início com os experimentos realizados por Paul Berg, em 1972, quando este conseguiu juntar dois DNAs em laboratório: “Berg inseriu um trecho do DNA do vírus SV40, causador de tumores, no da *Escherichia Coli*, bactéria muito usada em pesquisas, criando o primeiro transgênico que se tem notícia”.

Estes autores, na apresentação de recente e didática obra sobre Transgênicos e Células–tronco,apontam para algumas das principais questões que envolvem esta polêmica: Os transgênicos são nocivos à saúde? Prejudicam o meio ambiente? No corpo da referida obra, trabalha-se com a proposição de que ambas as realizações (Transgênicos e Células–tronco) constituem-se em temas relevantes e de amplo interesse da sociedade e, por resultantes, realizações científicas de vulto na atualidade, mas que não estão, portanto, isentas da necessidade de reflexão.

Ainda, segundo os autores supracitados, o uso da transgenia para produzir medicamentos nunca gerou polêmica, sendo “aceito sem maiores problemas” pela sociedade, entretanto, o grande debate teve início com a chegada ao mercado em 1994, da 1ª planta transgênica, o tomate FLAV SAVR que, apesar não ter tido sucesso, aprofundou o embate entre entusiastas da engenharia genética e os grupos ambientalistas quanto à natureza e alto grau de permissividade destas novas tecnologias.

Este tomate sugeria as seguintes “qualidades”: coloração esteticamente agradável; textura rígida e Retardamento no envelhecimento, mas tais qualidades não foram comprovadas pelo mercado e consumidores, já que facilmente desintegrava-se.(GLOBO, 2006).

Quanto às implicações para a saúde humana, os referidos autores apoiam-se nos argumentos da FAO/ONU: “A ciência pode criar, como já fez, plantas resistentes a doenças e herbicidas, diminuindo a necessidade de uso de produtos químicos para tratá-las. [...] As plantas transgênicas atualmente no mercado são seguras, embora não haja consenso entre os cientistas sobre o impacto delas no ambiente”.(FAO - apud REINACH e outros. 2004,p. 22).

A prerrogativa para a ausência de consenso tem como base o fato de que os estudos sobre os produtos transgênicos não apresentam previsão quanto ao potencial alergênico e de toxicidade, bem como sobre a transferência de genes de antibióticos para o sistema digestivo do homem, embora se considere que tais efeitos possam ocorrer tanto em plantas transgênicas como também as criadas pelo procedimento tradicional.

Quanto aos impactos ambientais aponta-se para duas preocupações: a) A transferência de genes para as espécies nativas da região; b) A possibilidade de genes das sementes geneticamente modificadas se espalharem no ar em função do transporte de pólenes. (p. 24).

Alguns autores que vem se dedicando a produzir metodologias de avaliações de impactos ou riscos apontam dificuldades de obter-se uma abordagem metodológica capaz de responder a realidades ambientais distintas e às diversas naturezas dos estudos requeridos, a saber: zoneamento ambiental, ordenamento territorial, estudos de impacto ambiental, etc. Conforme assinala Tauk (1995,p.14), além das diversas naturezas de estudos ainda não “existe uma abordagem teórico-conceitual consagrada”

No âmbito dos estudos relacionados à problemática dos transgênicos, é relativamente recente a publicização de metodologias de impactos. Borém (2003, 2004) vem se destacando em apontar a “eficiência” de algumas metodologias para problemas desta natureza. Cita a título de exemplo algumas “ferramentas” a serem utilizadas como a análise de riscos que inclui três fases primárias: formulação do problema, análise e caracterização do risco. (p.141).

O referido autor ressalta que este procedimento tem como prerrogativa a avaliação, gerenciamento e comunicação para avaliar dados científicos e, portanto, constitui-se em um “passo crucial”, entretanto, não descarta as incertezas qualitativas e quantitativas no que diz respeito às estimativas de risco para a saúde humana, meio ambiente, etc. Como fica evidente:

Na avaliação de risco dos OGMs ou de outro organismo, embora seja desejável, do ponto de vista da proteção da saúde humana e do ambiente, que não existam efeitos adversos às populações ou aos ecossistemas, é razoável que se admita, do ponto de vista da gerência de risco, que a filosofia do “risco zero” é impraticável numa sociedade em que a intervenção antrópica atingiu os níveis corretamente observados nas civilizações atuais. (p.144)

Neste quadro de imprevisibilidade, observamos que não somente a aplicabilidade destas metodologias carece de um aprofundamento, como também no que diz respeito a sua à publicização. Nas revistas científicas de circulação em território nacional, observa-se que são raríssimas as publicações deste porte. No âmbito da pesquisa documental, elencaram-se algumas revistas científicas de circulação nacional como por exemplo: Revista Ciência Hoje (SBPC) e Pesquisa (FAPESP) que, com bastante regularidade, tem acompanhado o debate sobre os transgênicos. A primeira especificamente lançou integralmente uma edição sobre o tema.

Em algumas destas foi possível destacar a publicização de um quadro de escalas indicado por especialistas para as questões que envolvem os impactos ambientais. Figura 1

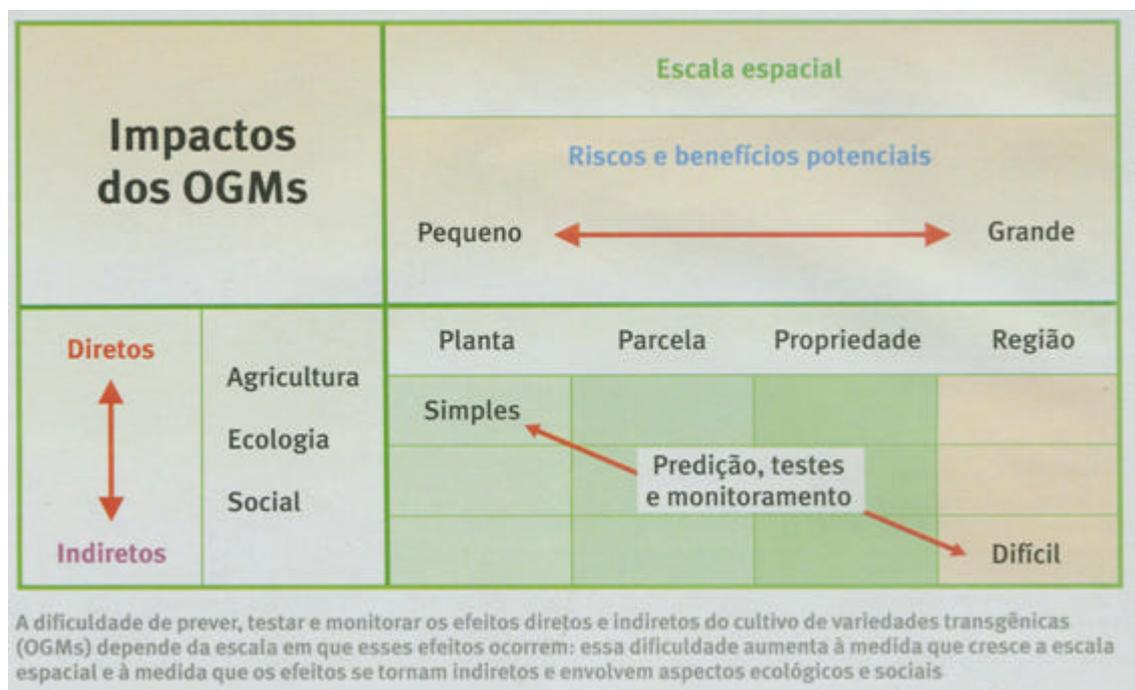


Figura 1: Configuração metodológica de projeção de impactos e riscos de OGMs.
Fonte - Revista Ciência Hoje – Abril/2004.

Neste quadro é possível detectar algumas questões como, por exemplo: a) A relação vetorial de impactos (diretos e indiretos) considerando uma separação para esferas distintas do contexto social: Agricultura, Ecologia e Social; b) Na escala espacial, a indicação dos riscos e benefícios dos produtos – OGMs – no sentido horizontal é caracterizada em termos

qualitativos como Grande para a categoria Região, e verticalmente Difícil quanto à categoria Social.

Depreende-se que tais projeções/metodologias indicam a dificuldade de apontar-se o raio de ação dos problemas derivados dos OGMs/Transgênicos, e sobretudo em sentido epistemológico, tanto quanto de construção, operacionalização e aplicabilidade de uma metodologia de impactos. Considera-se que nestes estão contidos princípios relacionados à perspectiva cartesiana e anti-sistêmica quanto à caracterização do contexto social, e as imbricações das relações sociais no âmbito da agricultura.

Para ilustrar a dificuldade de mensuração destas preocupações, Reinach e outros(2005) utilizam argumentos da Organização Mundial de Saúde(OMS) -, instituição ligada à ONU que aponta para a necessidade de realização de estudos e testes antes que os transgênicos cheguem ao mercado, embora análises contínuas, não eliminem a existência de riscos como podemos observar na seguinte argumentação: [...] todo tipo de agricultura, seja ela de subsistência, orgânica ou intensiva, afeta o ambiente, em diferentes níveis. É razoável imaginar que o mesmo ocorra com os OGMs”.(p. 24).

Esta ausência de um consenso associado à omissão de um enfoque de questões cruciais relativas aos impactos e/ou conseqüências dos transgênicos, como, por exemplo, da assunção das responsabilidades em caso de danos, se constitui em uma das principais características apontadas no âmbito da polêmica das novas biotecnologias, o que por si só já expressam a necessidade de uma reflexão que em um primeiro momento identifique e caracterize os vários sujeitos envolvidos na problemática, sejam cientistas, ambientalistas ou poder público.

Borém (2004,p.15), dentro de uma outra perspectiva aponta que a Era da Engenharia genética teve início a partir da 1ª transformação gênica obtida em 1973, através das pesquisas de H. Boyer e S. Cohen, na Califórnia: “Estes cientistas construíram um gene com parte do DNA bacteriano e parte do DNA de sapo. A experiência destes pesquisadores abriu as portas para uma nova forma de se fazer o melhoramento genético e desenvolvimento de variedades”.

Além desta aplicação, constata-se a emergência de uso das novas biotecnologias em outras áreas, em caráter especial, na agropecuária e agroindústria como, por exemplo: controle biológico de pragas(pragas e moléstias); fixação biológica de nitrogênio;

micorrizas; microorganismos endofíticos; plantas e animais transgênicos; kits e conjuntos diagnósticos; agroindústrias de alimentos e fontes alternativas de energia baseada em substratos vegetais e na biodegradação (SERAFINI, 2001,p.37).

As inúmeras pesquisas fundadas na técnica da transgenia vêm sendo desenvolvidas a partir da década de 80 quando se divulgou os primeiros resultados de testes e pesquisas com camundongos nos EUA, mas é no ano seguinte que se tem conhecimento da realização da 1ª. Planta transgênica, que, em tese, eliminou as fronteiras entre as espécies ao possibilitar que qualquer ser vivo adquira novas características e que ao passar por isto, implica em alterações na vida biológica, social, política e econômica.

Segundo Reinach (2000,p.21), em 1983, cientistas americanos e belgas, em trabalho com a empresa multinacional Monsanto, realizaram pesquisas com genes de bactérias em plantas distintas, criando os primeiros vegetais.

No mundo vegetal, as inovações transgênicas de destaque são as plantas resistentes aos herbicidas, aos vírus, ao amadurecimento retardado de frutos; à qualidade nutricional ou sabor, etc, ou seja, aquelas contêm uma infinidade de características passíveis de manipulação.

Schoulze (2002,p.43) chama a atenção para as clivagens existentes de caracterização das novas biotecnologias. Segundo esta autora, as novas biotecnologias podem ser classificadas como: tradicional/clássica e a moderna. A 1ª existe, desde a antiguidade, é caracterizada pelo emprego de microorganismos para fermentar substâncias vegetais e animais e transformá-las em substâncias para consumo humano, enquanto que a Moderna, em função das limitações de caráter natural dos microorganismos, vem se alterando principalmente com o advento da engenharia genética que permitiu combinar características e propriedades bioquímicas e funcionais inexistentes na natureza, como é o caso dos transgênicos.

Considera, portanto, que os transgênicos estão inseridos no campo das “tecnologias cruciais“, pois, ao mesmo tempo em que oferecem várias perspectivas “positivas” de produtividade, crescimento, etc, traz também impactos negativos, ainda não mensurados, e que não podem ser negligenciados.

A autora ressalta ainda que, enquanto técnica laboratorial a biotecnologia moderna, se diversifica em três modalidades: a)Produtos (organismos naturais e artificiais tais como

animais, plantas e microorganismos); b) Materiais biológicos (vírus); substâncias de ocorrências naturais a partir de organismos vivos; c) Processos, incluindo bioconversão, cultivo, multiplicação e purificação para criação de produtos; usos de produtos para qualquer propósito. (p. 49/50).

Já para Riechmann (2000,p.21), a era dos cultivares transgênicos, em termos comerciais, teve início em 1992, na China, com o tabaco e, posteriormente nos EUA, em 1994, e 1996, no Canadá, Argentina e Austrália.

Estudos demonstram que, até 2002, a área plantada com organismos geneticamente modificados (OGMs) no mundo, estava concentrada (mais de 99%) em quatro produtos: Soja (62%), Milho (21%), Algodão (11%) e Canola (5%). E que os plantios de OGM eram concentrados em 04 países: EUA (67%); Argentina (23%), Canadá (6%) e China (3%). E mais: que os cultivos plantados são, em sua maior parte (93%), de plantas com uma de três características, apenas: resistência a herbicidas; resistência a insetos; e resistência a herbicidas e insetos (ISAAA,2002). Quadro 1 e Quadro 2.

Quadro 1 – Distribuição percentual de OGMs por características.

CARACTERÍSTICAS	%
▪ Tolerante a herbicida	69%
▪ Resistente a insetos	21%
▪ Resistente a insetos e a herbicidas	7%
▪ Resistente a vírus	3%

Fonte: ISAAA,2002

Quadro 2 – Distribuição percentual de OGMs por variedades.

PRODUTOS	%
▪ Soja	61%
▪ Milho	17%
▪ Algodão	10%
▪ Canola	4,2%
▪ Outros	7,8%

Fonte: ISAAA,2002

No sentido de categorizar os OGMs, Riechmann aponta que os transgênicos são plantas, alimentos ou organismos obtidos por manipulação genética e são classificados a partir de três segmentos: a) Organismos que podem ser utilizados como alimentos (p.e.plantas);b) Alimentos que contêm um ingrediente ou aditivo derivado de um organismo submetido à engenharia genética;c)Alimentos que foram produzidos utilizando-se em seu processamento um produto auxiliar.

Ampliando o leque de classificação, Serafini (2001,p.316) aponta para o fato de que as realizações transgênicas de maior vulto são plantas geneticamente com os seguintes caracteres: 1)Tolerância a herbicida; 2)Resistência a vírus; 3)Resistência a insetos; 4)Resistência a fungos e qualidade de produto. Oliveira(2002,p.06) por sua vez, destaca ainda a produção de plantas ornamentais exóticas e as biorreatoras.

De maneira mais elaborada, crítica e cientificamente, Brac de La Perrière (1999,p.20) chama atenção e aponta que todos estes segmentos ou processos que envolvem os OGMs ou Transgênicos, no âmbito da engenharia genética, constituem, ao mesmo tempo, uma continuidade e uma ruptura no processo de redução da biodiversidade, tendo em vista que: do ponto de vista da continuidade, dá prosseguimento à obra de seleção varietal [...] e, enquanto ruptura, expressa o fato de que nenhuma inovação agrícola manipulou tão diretamente os genes, quer pela ação dos agricultores, dos consumidores ou de qualquer outro setor da agricultura.

Para Girardi (2004,p.01), este fato comprova não somente que o ser humano é capaz de controlar a natureza, mas, sobretudo, alimenta e legitima as possibilidades das novas biotecnologias, seja enquanto benefício para a saúde humana, através da clonagem, seja no que diz respeito à melhoria da produtividade da agricultura, ou para a produção medicamentos e, ainda assim, para a possibilidade de superar um problema secular: a problemática alimentar. Possibilidade última amplamente controvertida, haja vista os resultados da chama da “Revolução Verde” e que já foi extensamente trabalhada por vários autores(PAT ROY,1987a; LUTZENBERGER,1980;MAIMON,1990;WILKINSON,1999a ; PORTO,1997).

Para Lutzenberger(1980,p.03),a fundamentação explicativa para ascensão da biotecnologia moderna, principalmente no que diz respeito à produção alimentar, tem como subsídio a performance da indústria bélica que foi transformada em indústria de insumos

para a agricultura, inaugurando o que passou a ser denominado de agricultura industrial, ou seja, uma agricultura atrelada às necessidades da indústria.

Como assinala Diesel (2006,p.119), a Revolução verde, iniciada na década 60, orientou a pesquisa e o desenvolvimento dos modernos sistemas de produção agrícola para a incorporação dos pacotes tecnológicos de suposta aplicação universal e que visavam à maximização dos rendimentos dos cultivos em distintas situações ambientais e ecológicas. A premissa, amplamente divulgada, consistia em fundamentar a idéia da adubação com produtos químicos, tinha a finalidade de emancipar o homem em relação aos limites impostos pela natureza e, por resultante, a biotecnologia adquiria uma dupla função: aumentar a produtividade da biomassa e ampliar a gama de produtos alimentícios, energéticos e industriais dela provenientes.

Portanto, e também considerando a sua importância para os vários campos nas quais a biotecnologia tem sido aplicada, é importante refletir-se para além das conseqüências e impactos supracitados, tendo em vista os “riscos” estritamente ambientais. Neste caso, é necessário situar-se, preliminarmente, o conteúdo relativo às principais polêmicas, e, por resultante, às questões imbricadas .

2.2.2 As principais polêmicas e tendências das novas biotecnologias.

É inquestionável os impactos derivados das novas biotecnologias e o debate entre distintas perspectivas e/ou posicionamentos. No conjunto da problemática tem sido comum associar no nojo da mesma discussão os transgênicos às células – troncos. Esta prerrogativa fundamenta-se no fato de que além da matriz comum a ambas (genética) aparecem colocadas no mesmo dispositivo legal – A Lei de Biossegurança de março de 2005.

Ao se analisar tais polêmicas dentro de um quadro mais amplo de compreensão de outros temas, como, por exemplo, dos impactos derivados, sugestionados e/ou omitidos dos transgênicos para a sociedade contemporânea, no âmbito do processo de globalização que interfere, cada vez mais, na vida econômica, política e social das pessoas, evidencia-se o raio de ação e de co-responsabilidade das diversas organizações envolvidas na problemática em questão, o que corrobora com o pensamento de alguns autores de que é preciso pensar

as relações sociais, as instituições e organizações que integram a problemática do atual contexto social. (LACEY,2004; TUDGE,2002).

Mesmo em concordância com alguns autores que chamam atenção para certo reducionismo e simplismo ao “formatar” tais polêmicas, a partir de polarizações do tipo: tecnófobos/tecnófilos; otimistas/pessimistas e tantas outras, consideramos, contudo, oportuno, em termos de recurso analítico–metodológico, pontuar tais polarizações e distinguir as clivagens críticas e os respectivos sujeitos, para então situar os diferentes posicionamentos que substanciam tal problemática.

Natércia (2004,p.01) distingue–os da seguinte maneira: Tecnófobos, aqueles contrários a qualquer aplicação da engenharia genética como técnica, e Tecnófilos, aqueles que nada temem e que consideram os OGMs como fruto de técnicas precisas e seguras de modificação genética.

Especificamente no que diz respeito aos argumentos favoráveis aos transgênicos, sinaliza-se, por um lado, para o princípio de que a sua adoção/liberação implica no aumento da produtividade agrícola, e por extensão, deve servir de “salvação” para a problemática da fome no mundo.

Mas é, sobretudo pautado no argumento de que estes possam remediar os desastres naturais que atormentam os agricultores, como por exemplo, a seca e o controle de pragas na agricultura que se encontram a maioria dos seus defensores (BAIARDI,2000; TUDGE,2002; CONWAY,2003; BORÉM,2004; FREIRE,2004).

Cabe ressaltar que para indicar esta filiação utilizamos argumentos proferidos pelos respectivos autores em situações diversas (entrevistas dadas à imprensa, pronunciamentos em eventos públicos, etc), portanto, ressaltamos há a possibilidade de eventuais imprecisões e/ou manipulação da informação das referidas fontes.

Segundo Borém (2004,p.222), as discussões públicas sobre os transgênicos, além de polarizadas, o que segundo sua compreensão dificulta o “consenso” no tocante às decisões equilibradas para a aprovação do uso das plantas OGMs, são também alimentados por vários aspectos e argumentos constituindo dois imensos blocos que se caracterizam como visões eco–cêntricas e visões tecno–cêntricas. Estes blocos em diferentes literaturas, seja no âmbito da literatura científica, ou das organizações da sociedade civil e ambientais, etc têm sido apontados quase sempre de maneira semelhante, divergindo, de sobremaneira, no

destaque dado pelas organizações em função dos interesses as quais estas se filiam e/ou professam. Quadro 3

Quadro 3 - Quadro de controvérsias dos OGMs / Transgênicos.

VISÃO TECNOCÊNTRICA/ PERMISSIVIDADE.	VISÃO ECOÊNTRICA/ PRECAUÇÃO EXCESSIVA.
a) Baseadas em decisões científicas.	a) Trabalhar com a natureza e não contra ela.
b) Benefícios > Custos.	b) Conhecimento é insuficiente.
c) Erros são corrigíveis.	c) Custos e riscos >benefícios.
d) Promove justiça social.	d) Falta credibilidade e aceitação.
e) Sem ideologia (liberal).	e) Ideologia (centralização).
f) Etapa normal do avanço científico.	f) Retorno ao primitivo.

Fonte: Borém,p.221.

Como se pode observar, esta polarização das controvérsias indicadas pelo autor apresenta algumas informações inconsistentes e/ou carregadas de juízos de valor que são amplamente questionáveis por várias organizações científicas e/ou representações da sociedade civil, seja através da realização de estudos encomendados a cientistas e instituições independentes (BENBROOK, 2001: NODARI,2002) ou mesmo através pronunciamentos de cientistas representantes das agências de regulação dos transgênicos em território nacional (AROC, 2005).

Shiva (2003) chama atenção para a maneira pela qual os signatários da “Revolução Verde” distorcem estas premissas. Para tanto, a referida autora critica a mentalidade reducionista que subsidia a safra de monoculturas, através da denominação utilizada, para referir-se à potencialidade das sementes melhoradas ou “engenheiradas”:

A categoria VAR (variedade de alto rendimento) é crucial no paradigma da revolução verde. Ao contrário do que o termo sugere, não existe uma medida neutra ou objetiva de produtividade, cujo fundamento seja sistemas de cultivo baseados em sementes milagrosas que têm comprovadamente um rendimento maior do que os sistemas de cultivo que substituem.[...] A categoria VAR não é um conceito neutro. Seu significado e mensuração são determinados pela teoria e pelo paradigma da revolução verde[...] é uma categoria reducionista que descontextualiza propriedades tanto das variedade autóctones quanto das novas e por extensão os custos e impactos são externalizados e a comparação sistêmica com alternativas é impossibilitada.

Fica evidente que as novas biotecnologias, por não terem condições de substituir às condições e potencialidades da natureza, e por resultante, destroem a própria base de sua produção, “os mercados passam a ser constituídos pela única medida de produção rendimentos”. Dentro desta perspectiva, a referida autora exemplifica o curso comparativo e diferencial entre o sistema de cultivo misto que se fundamenta na interação entre o solo, a água e os recursos genéticos das plantas e o sistema de insumos com produtos químicos e transgênicos. Quadro 4

Quadro 4 – Controvérsias entre sistema de cultura tradicional e de sistema de monocultura

SISTEMA DE CULTIVO MISTO	SISTEMA DE MONOCULTURA
a) Safras diversificadas de cereais, legumes, sementes, etc.	a) Safras individuais e partes da safra.
b) Relação simbiótica entre solo, água, plantas e animais domésticos.	b) Integração de insumos como as sementes e os produtos químicos, onde o pacote estabelece suas próprias integrações particulares entre os sistemas de solo e água e que não são levados em conta na avaliação da produtividade.
c) Sistemas de rotação de culturas.	c) Sistemas de monoculturas geneticamente uniformes.
d) A produção envolve a conservação das condições da produtividade.	d) Separação entre aumento da produção e consequências das condições da produção agrícola.

Fonte: Shiva: 2003

Observa-se que, no âmbito das técnicas biotecnológicas, coexistem princípios relacionados à produção, e ao mercado que representam um grave risco para a sustentabilidade ecológica e social, haja vista que, principalmente a uniformização de sementes, além de causar perdas à biodiversidade através do cruzamento entre sementes transgênicas e convencionais, tende a resultar em riscos incontroláveis.

Cita a título de comprovação como esta erosão da biodiversidade materializou-se em dois exemplos (EUA e Ásia):

Em 1970/71 um enorme cinturão de milho dos EUA foi atacado por uma doença misteriosa, identificada mais tarde como “raça T” do fungo *Helminisporium maydis*, que provocou a praga da folha do milho do Sul, como a epidemia foi batizada. Ela deixou campos de milho devastados com plantas murchas, talos quebrados e malformados ou sabugos completamente podres com um pó acinzentado. [...] foi resultado da uniformidade do milho híbrido, cuja maior parte derivava de única linhagem masculina e estéril do Texas.

Com base neste e outros exemplos ilustrados, a autora desconstrói algumas das máximas contidas nas premissas daqueles que advogam a sustentabilidade das novas biotecnologias, bem como chama atenção para a importância e singularidade da agricultura tradicional, em sua vertente agroecológica, ao considerar que esta contempla, dentre outras características, o reconhecimento dos saberes tradicionais, não cientificamente especializado, mas praticado com base em influências socioculturais.

É neste sentido que se observa, no âmbito dos argumentos contrários à adoção/liberação, principalmente, em destaque quanto à incerteza dos riscos de várias ordens provocados pelos transgênicos para a saúde humana e o meio ambiente, e, sobretudo, pela constituição do monopólio das empresas multinacionais produtoras de sementes que a perda de autonomia dos pequenos agricultores, no que diz respeito às relações sociais de produção em que a agricultura com base em organismos geneticamente modificados, já se faz presente (PAT ROY, 2002; ALTIERI, 1999).

Como ressalta Diesel (2006, p.123), a propaganda das empresas multinacionais de produtos transgênicos procura demonstrar que a utilização das sementes ampliam a produção agrícola beneficiando as populações. Entretanto, constata-se que a utilização dos produtos transgênicos na agricultura tende a agravar não somente o problema da fome, à medida que afeta negativamente o produtor familiar de origem camponesa, implicando em uma situação de oligopolização e cartelização da produção que ameaça, quando não liquida, a autonomia social e financeira dos pequenos produtores rurais e, por extensão, compromete a soberania alimentar e nacional em decorrência do domínio absoluto (da produção à distribuição comercial) das grandes empresas multinacionais.

Considera-se, contudo, que parte dos argumentos de ambas as polarizações não aprofunda os conflitos de interesses políticos, econômicos e sociais que se encontram definidos em outras esferas de produção dos fatos, pois se analisam tais impactos/consequências à luz de questões específicas e descoladas de uma abordagem mais ampla, ou seja, apesar de incorporarem nos princípios das reflexões elementos integrantes do método de investigação, estes não aparecem, enquanto síntese, no processo de explicação, i.e, enquanto elementos do método de exposição.

Sendo assim, é de fundamental importância aprofundar-se em uma reflexão que contemple este processo vinculando as novas biotecnologias à produção de mercadorias que tem em sua base recursos naturais e as dificuldades de inserção da questão ambiental, enquanto variável constitutiva da perspectiva de Desenvolvimento Sustentável.

Como assinalado anteriormente, dentro desta perspectiva, encontram-se algumas linhas de abordagens que focalizam a dimensão econômica no âmbito dos modelos de desenvolvimento em sua interface com a questão da natureza, produção situada no âmbito da Economia da Sustentabilidade (CAVALCANTI,2001) e mais, recentemente, a Economia Política da sustentabilidade (MAY,2003a).

Abordagens críticas e propositivas a esta correlação têm em vista argumentos que, por um lado, ressaltam os modismos da concepção de sustentabilidade, de outro, questionam a natureza prescritiva e a fragilidade de indicadores de sustentabilidade (VEIGA,2004; MAWHINNEY,2005; ZHOURY,2005).

As tendências futuras encontram-se atreladas ao conjunto das polêmicas que substanciam as pesquisas biotecnológicas. Como ressalta Scholze (2001,p.55), os investimentos brasileiros em Ciência e Tecnologia têm apresentado elevados índices de crescimento nos últimos anos e têm como fundamento a implementação de uma política de C&T, e ao ambiente de estabilidade econômica e financeira para qual se encaminha o país.

Dentre as áreas privilegiadas das novas biotecnologias a serem beneficiadas no Brasil, a de pesquisa agrícola é que poderá alcançar nível melhor de competitividade. Alguns autores enfatizam que este desenvolvimento pode gerar uma agricultura mais competitiva por meio da redução de custos da produção e melhoria da qualidade dos produtos.

Entretanto, cabe ressaltar que esta competitividade deve estar atrelada a questões relacionadas a “performance” das principais organizações envolvidas na produção e comercialização e regulamentação das pesquisas biotecnológicas, como, por exemplo, aprimoramento dos instrumentos de liberação e regulamentação existentes; re-discussão sobre os procedimentos operacionais destas organizações, e por fim aprimorar os processos decisórios, com vistas a incluir mecanismos de maior controle social, levando em consideração a pluralidade do pensamento científico nacional.

Segundo Glick(2005), diretor de Negócios Científicos da Monsanto, o futuro das novas biotecnologias está no desenvolvimento de plantas geneticamente modificadas específicas para as necessidades de diferentes países, como ressalta:

As possibilidades de pesquisa são infinitas. Acredito que a verdadeira inovação seria a habilidade de "personalizar" as plantas para uma região específica, combinando diferentes genes para aprimorar a performance agrônômica e a qualidade dos alimentos. O Brasil, por exemplo, poderia se beneficiar com o desenvolvimento de uma variedade de soja que combinasse resistência à seca, tolerância ao glifosato e também que resultasse em um óleo com menor risco cardiovascular.

Para Oda(2005) o Brasil não o Brasil não pode, de forma alguma, prescindir de uma tecnologia utilizada e comprovada, há dez anos, pelos demais países de idêntica base econômica agrícola, cujas áreas de cultivos vêm crescendo exponencialmente em todo o mundo. Segundo a autora graças ao cultivo extensivo do algodão geneticamente modificado, a competitividade do setor têxtil chinês já coloca o Brasil em condição de desigualdade naquele país.

Ressalta que o fato do Congresso Nacional, ter aprovado a Lei de Biossegurança, deu o maior exemplo de lucidez, civilidade e de real compreensão da importância da biotecnologia para a resolução dos problemas ambientais. O Brasil deu um grande passo para conquistar não só a liderança no campo tecnológico e econômico, mas, sobretudo, para viabilizar a introdução de tecnologias mais ambientalmente adequadas no setor agrícola - em atendimento ao Protocolo de Kyoto. Tendo como justificativa a seguinte consideração:

O Parlamento brasileiro desenhou um modelo regulatório moderno, amplo, participativo, multidisciplinar e, sobretudo, democrático, onde não existe prevalência de nenhum poder constituído sobre o outro. Isso dará a segurança e a transparência necessárias a um processo decisório dessa magnitude.

Traxler (2005) considera que o Brasil pode se tornar a chave para que outros países em desenvolvimento adotem a biotecnologia. Se o País se tornar um pólo agrícola que cultiva grãos geneticamente modificados, as grandes empresas produtoras de tecnologias passarão a olhar esse mercado como potencial a ser trabalhado. E, a partir do momento em

que houver produtos desenvolvidos especificamente para as áreas tropicais do País, eles poderão ser comercializados em outros locais, como Equador, Peru, África.

Destacam-se ainda que o contínuo desenvolvimento tecnológico e científico mundial oferece, hoje, meios de aumentar a qualidade e expectativa de vida da população dos países em desenvolvimento. Resultado disso é a mudança dos hábitos de consumo da população, surge também uma crescente demanda por produtos agropecuários, impulsionando a produção de grãos voltados à alimentação animal, além de cereais alimentícios, com chances de trazer benefícios agregados à saúde humana, com melhores características e valor nutricional.

Em contraponto as estas perspectivas otimistas as organizações da sociedade vem chamando atenção para os impactos e riscos à segurança alimentar; ao meio ambiente e as relações de produção no âmbito da agricultura.

A partir desta perspectiva se considera a necessidade de perfilar os liames teóricos no âmbito da teoria social contemporânea e contemplar, no âmbito das principais teorias, os liames constitutivos dos conflitos ambientais que envolvem e substanciam a performance das organizações, seja no âmbito da produção sociológica, como também da Administração, focalizando, em ambas, os conteúdos destas em relação ao conceito de conflitos ambientais.

Conforme observado ao longo deste capítulo, é fato incontestado que o papel social da Ciência está atrelada a princípios ideológicos e, portanto, não somente refém de interesses próprios, mas de outros referidos à dinâmica do mercado. A sua lógica secular de oferecer opções para os problemas da sociedade aparece comprometida pela incapacidade de apontar alternativas que se constituam em soluções para os problemas sociais por ela criados.

Os resultados de suas conquistas, à luz dos artefatos tecnológicos, abrigam a contradição perene da predisposição em satisfazer e garantir as necessidades de toda a sociedade, ao mesmo tempo em que nestes resultados estão contidos os riscos provenientes da modernização, impossíveis de serem minimizados e monitorados adequadamente para a consolidação de uma sociedade ou modelo de desenvolvimento que se pretende sustentável.

Como sinalizado por autores críticos, tal concepção de sustentabilidade encontra-se, além da necessidade de satisfação das condições materiais, a necessidade de igual e

fundamental importância, assegurar a participação dos indivíduos na escolha ou opção tecnológica do Modo de produção.

Como pensar ou creditar em tal acepção se há um imbricamento de interesses entre, e em organizações empresariais e alguns casos a imposição, e parte das organizações governamentais em atender e referendar a expansão do capital internacional através da transformação dos recursos naturais em commodities o que implica na sujeição daqueles que têm como base de sobrevivência matéria prima oriunda da natureza?

Assim o conceito ou princípio de Desenvolvimento Sustentável, em que pese sua importância, enquanto alternativa para a construção de um modelo de sociedade igualitária, ambiental e socialmente sustentável, torna-se refém das dificuldades colocadas por interesses e princípios ideológicos gestados nas esferas econômicas, social e política.

É, neste sentido, que se retoma a idéia inicial de o que está em xeque é não somente o papel da ciência, mas, sobretudo, que tipos de relações políticas, econômicas e sociais, no âmbito da sociedade, querem construir, posto que o poder (in) visível, que permeia tais relações encontra-se contemplado em um variadíssimo estrato social e, neste sentido cabe um esforço de construir e interpretar o mundo, segundo categorias que podem ser renovadas e alimentadas pelos elementos da realidade.

Particularmente, no que diz respeito à questão ambiental, à luz das novas biotecnologias, seu desempenho não tem sido diferente. Entretanto, o dado agravante está em que, além da monopolização e apropriação dos recursos naturais/natureza, é evidente a predisposição de monopólio acerca ou sob as relações sociais de produção, implicando uma agudização do seu comprometimento com interesses espúrios e controversos no âmbito do capitalismo.

Certamente, a questão que se apresenta nesta configuração com maior gravidade, se refira às dificuldades das teorias organizacionais contemporâneas em inserir a variável ambiental enquanto dimensão no escopo da ciência, e tem em vista que seus princípios seculares e basilares de oferecer alternativas e soluções para os problemas sociais aparecem atrelado a raízes prescritivas e aneladas a outros interesses.

É necessário buscar uma alternativa teórica que sinalize para uma saída, e assim o primeiro procedimento necessário é identificar na gênese das teorias sociais como estas têm se debruçado sobre as contradições, que se metamorfoseiam em conflitos organizacionais e

envolvem interesses e di (visões) sobre o mundo contemporâneo à luz das novas biotecnologias.

Para tanto, o próximo capítulo destina-se a buscar e apontar, no âmbito da teoria social, os liames constitutivos dos conflitos ambientais nas esferas organizacionais. Considera-se que, em decorrência do lugar e papel das organizações na sociedade contemporânea, as contribuições originadas no âmbito da Sociologia e da Administração, apresentam-se em condição sine qua non para empreender-se esta investigação.

Conforme ressalta Hall (2004) é sobretudo no âmbito da estrutura das organizações que se operam os principais importantes processos que redefinem em si e entre as organizações, como por exemplo os processos de poder, conflito, mudança, etc. Na investigação pretende-se aprofundar a partir da teoria institucional, especificamente no que diz respeito as mudanças que ocorrem nas e entre as organizações para então focalizar-se a concepção de conflitos.

Ao problematizar-se a questão dos conflitos ambientais e em que medida estes delineiam a disputa sobre o controle social dos transgênicos no escopo destas perspectivas teóricas, evidencia-se a importância das organizações em todos os aspectos da vida humana. Ao se considerar que as organizações são estruturadas em um contexto, portanto estruturas complexas, e se analisadas à luz das diversas variáveis que as compõem permitem-se compreender suas formas, mudanças, semelhanças e diferenças, etc.

3 MEIO AMBIENTE E CONFLITOS NAS TEORIAS SOCIAIS: VETOR DE VISIBILIDADE DAS CONTRADIÇÕES SOCIAIS OU ADORNAMENTO PARA O AMBIENTE DE TRABALHO?

Este novo cenário de atividades produtivas, que passou a ser conhecido como novas biotecnologias, refundamenta e reorienta novas demandas do mercado global, abrindo novas oportunidades de crescimento, bem como proporciona maior competitividade entre empresas, produtores, agentes financeiros e organizações do setor, também tem agudizado as mazelas sociais em decorrência das estruturas necessárias a seu funcionamento. Na configuração das esferas organizacionais, emergem conflitos relacionados ao controle social dos resultados destas atividades produtivas e que carecem de uma reflexão que contemple a contribuição das principais abordagens teóricas no que diz respeito às relações assimétricas que resultam em conflitos entre as organizações que fazem parte deste cenário.

O objetivo deste capítulo é identificar de maneira processual os obstáculos quanto à inserção da questão ambiental e, em seguida, buscar-se os liames constitutivos da concepção de conflitos, seja no âmbito da produção sociológica, como da Administração, que focaliza em ambas os conteúdos em relação meio ambiente – conflitos e, por extensão, permitir uma leitura da questão ambiental enquanto campo dialético dos conflitos ambientais.

Inicialmente, aponta-se para as dificuldades de inserção da questão ambiental no âmbito da Sociologia, principalmente no período de afirmação do seu campo disciplinar, onde se ressalta evolutivamente a contribuição da Sociologia rural na condição de pioneira, ao agregar esta dimensão à luz das relações sociais de produção em seu escopo teórico, bem como para o processo de institucionalização nos programas de pós-graduação no Brasil e para as questões relativas ao imbricamento entre sociedade e agricultura, subsidiando a problemática das novas biotecnologias.

Em seguida, destacam-se os conteúdos relativos à concepção de conflitos inicialmente relacionados à questão da ordem e integração social, seguido daqueles que os postulam como vetor de transformação social.

No âmbito da Sociologia contemporânea destacam-se as perspectivas relacionadas à percepção de riscos, onde é possível identificar suas principais linhas: A Sociologia ambiental, que abriga vertentes como a teoria da modernização ecológica; A ecologia

política e a teoria da sociedade de riscos formuladas por Beck e Giddens, que analisam as conseqüências da problemática ambiental tomando como referência as condições de mudança da modernidade em que se questiona o papel da ciência e de tecnologia ao considerá-las vitais na organização social

Na área de Administração, aponta-se para as primeiras versões da problematização meio ambiente e organizações, bem como para as lacunas e natureza prescritiva dos modelos de gestão ambiental. Em seguida, apresenta-se a concepção de conflitos na evolução do pensamento administrativo, considerando-se, inicialmente, as perspectivas clássicas que condicionam os conflitos a uma anormalidade na performance das organizações e, posteriormente, aquelas contribuições que consideram os conflitos passíveis de gerenciamento.

Ressaltam-se, contudo, as abordagens contemporâneas referendadas na área de Estudos Organizacionais e, nesta, a concepção de poder à luz da categoria de campo organizacional. Finaliza-se este capítulo com a apresentação de uma proposta que sinaliza para a possibilidade de uma reflexão que não somente estabeleça uma interface crítica, mas, sobretudo, explicativa da problemática das novas biotecnologias no âmbito da sociedade brasileira. Neste sentido, aprofunda-se nas perspectivas que realizam uma abordagem simultânea entre a questão ambiental e os novos movimentos sociais tendo como base o modelo de análise da política contenciosa ou da Escola do processo Político (TILLY, 1978; TARROW, 1994).

Considera-se, como base de referência para esta proposta, a dialética enquanto princípio teórico – metodológico que estabelecerá na forma de interface uma re-leitura dos conflitos ambientais.

3.1 A QUESTÃO AMBIENTAL NA SOCIOLOGIA: DA PERSPECTIVA DE ORDEM/INTEGRAÇÃO À TRANSFORMAÇÃO SOCIAL.

3.1.1 A formação do campo disciplinar da Sociologia e a singularidade da Sociologia rural.

Tem-se evidenciado, em várias instâncias e setores da sociedade, a preocupação no que diz respeito à problemática ambiental. Segundo Sen (1999,p.09), na atualidade, coexistem problemas novos e antigos, contudo são as ameaças cada vez mais graves e profundas ao meio ambiente que têm se evidenciado como cruciais à sustentabilidade de nossa vida econômica e social, ou seja, ao futuro da humanidade.

O Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial (1992) aponta os indicadores do desenvolvimento mundial em face da lógica do mercado, das instituições privadas e governamentais, bem como das ONGs.

Segundo este autor, para se refletir sobre tal problemática, é necessário alicerçar - se em parâmetros que concretamente subsidiem a transformação deste horizonte, e, para tanto sugere que o enfoque da questão ambiental esteja relacionado não somente a uma nova concepção de desenvolvimento, mas que sinalize para a concretização de caminhos através da expansão das liberdades, que se caracteriza através de um conjunto de estilos/modelos de liberdades instrumentais.

Sen (1999,p.09) sugere uma tipologia em relação às liberdades instrumentais: a) política, que assegura os direitos civis; b) econômica, que oportuniza os seres humanos a utilizar os recursos econômicos com propósitos de consumo, produção ou troca; c) sociais, que seriam as disposições que se estabeleceriam nas áreas de educação, saúde, etc; d) segurança, social e ambiental; e por fim, a de transparência que asseguraria a liberdade das relações entre si dos diferentes sujeitos.

Em relação à liberdade instrumental com base nas oportunidades sociais sugere que um conjunto de facilidades, como, por exemplo, educação, saúde, etc propicie para além da realização de necessidades imediatas, a participação mais efetiva em atividades econômicas e políticas da sociedade à medida que possibilita a construção de uma consciência/ reflexão crítica. Em linhas gerais, este autor considera que, em face da concretização do conjunto destas liberdades, é possível emergir as condições factíveis para o desenvolvimento da ética ambiental. (p. 56).

Para Melucci (2001,p.16), tal preocupação tem como subsídio as seguintes questões: a) compreensão de que a partir da crise ambiental revela-se a interdependência global da sociedade complexa, ou seja, que esta se encontra em interdependência com vários outros fatores até então “descolados” de uma análise racional e científica.

Sugere, ainda, que a questão ecológica/ambiental nos reporte à dimensão cultural da experiência humana, isto é, compreenda-se que os modelos culturais que orientam o agir e sobre os quais se estrutura a vida em sociedade, o modo de produzir, etc estejam orientados por novas práticas que precisam convergir para assegurar não somente a defesa do meio ambiente, enquanto natureza, mas, sobretudo melhor qualidade de vida, pois a ausência de uma consciência ecológico-ambiental potencializa os riscos de um desenvolvimento com custos ambientais elevados. (BOFF, 2000; MORIN, 2001; DELORS, 2001).

Recentemente tem se destacado a importância de descortinarem-se temas, pesquisas e reflexões acerca desta contribuição à esfera organizacional, em face da questão ambiental, particularmente, no que diz respeito as suas particularidades, temas até então trabalhados pela Administração e áreas afins. (BOAVENTURA e outros, 2005; SOBRAL, 1997; WINSEMIUS e outros, 2004; SANTOS, 1993.)

No âmbito da Ciências Sociais, a inserção da questão ambiental coincide com a sua história de formação, à medida que esta afirmação disciplinar esteve ligada à exclusão das variáveis naturais de suas explicações. Como destaca Florit (1998, p.62):

Não é fácil para as Ciências sociais incorporarem às suas implicações que os fatores naturais tem na dinâmica social[...] a afirmação de seu próprio campo disciplinar construíram-se em grande, através de reações contra os reducionismos biológicos, principalmente o Darwinismo social e o determinismo ambiental.

Nas entrelinhas desta aceção, encontra-se a questão referente à explicação dos processos sociais, especificamente no axioma de que estes são históricos e não naturais. Premissa esta que, de certo modo, delineou e delimitou a afirmação disciplinar da Sociologia, porque enfatizava a potencialidade e a capacidade criativa dos seres humanos em superar e transcender os limites que a natureza impunha às necessidades de sua reprodução.

Na esteira desta premissa, as principais abordagens teóricas dedicaram-se, de maneira processual, a analisar as várias modalidades de transformação e apropriação dos recursos naturais, por um lado tendo como foco as relações sociais de produção, e de outro, as metamorfoses do mundo do trabalho com ênfase nas questões relativas à diminuição dos postos de trabalho, às condições, às doenças ocupacionais, etc (DOWBOR e outros, 2004; GOMES, 2001).

No que se refere a este último conjunto de questões nas abordagens clássicas, é através da sociologia compreensiva de Max Weber que se observa o incremento da racionalização nos processos produtivos e administrativos¹. Por outro, a perspectiva funcionalista, através da contribuição de Émile Durkheim que, apesar de propor soluções funcionais, sinalizou para importantes questões relacionadas à interação dos indivíduos na sociedade e, por fim, a sociologia ou paradigma marxista que, além de apontar contradições básicas e fundamentais, aponta os limites de solução para os problemas sociais e econômicos, próprios e fundados na contradição capital – trabalho, nos limites da sociedade capitalista.

Foi, sobretudo à luz das considerações de que os problemas ambientais são decorrentes e produtos das atividades humanas e que têm origem social, que as Ciências sociais foram “obrigadas” a refazer, de algum modo, os vínculos com a natureza.

Cabe ressaltar que a título de delimitar a problemática referida anteriormente para realização desta investigação, a saber, a compreensão e entendimento dos impactos provocados pelas novas biotecnologias, à luz de uma concepção dialética da questão ambiental, torna-se oportuno e imprescindível, em face dos modismos atualmente tão comuns na ciência, situar a atualidade do conceito de Dialética.

Ainda na década de 90, Konder (1990,p.07) chamava atenção, através de uma metáfora literária, sobre a significação “*nebulosa*” da referida palavra ressaltando a seguinte constatação: “Os marxistas, ao longo da história destes últimos cem anos, contribuíram para que o termo perdesse a precisão do seu valor denotativo e compensasse a perda com o crescimento do seu poder de alusão, quer dizer, com o fortalecimento tumultuado do seu valor conotativo”.

Chamava atenção ainda para o fato de estes terem associado a dialética a uma espécie de *chave mágica* que lhes permitiria a compreensão da história, e que, naquela época, década de 90, este “estado de espírito” já estaria ultrapassado, sobretudo pelos últimos eventos ocorridos relacionados às experiências socialistas.

¹ Além da obra clássica de relevância universal, A ética protestante e o espírito do capitalismo onde dentre outras questões aborda a amplitude dos problemas culturais em face dos elementos colocados pelo capitalismo no início do século XIX. Cabe mencionar também um breve e riquíssimo ensaio intitulado “Letrados chineses” – Olhos e ouvidos da Birocracia In: Coleção Grandes Cientistas Sociais, uma outra temática de importante referencia na produção bibliográfica Weberiana.

Contudo, em forma de “apelo” crítico, sinaliza para a atualidade do referido conceito apresentando o seguinte questionamento:

Se as contradições estão explodindo dentro e fora de nós, somos forçados a refletir sobre a riqueza e o valor delas, que são maiores do que nós pensávamos [...] nas condições atuais, ela, a dialética, é mais modesta, mas de algum modo recupera a consciência da necessidade do diálogo que estava presente no seu nascimento, na Grécia Antiga. Dialética e diálogo são irmãos gêmeos, provêm do prefixo dia (reciprocidade) e de logos (substantivo do discurso da razão), por conseguinte, nasceu incorporando através do diálogo, as razões do outro.

Em que pese reservas ao “apelo crítico” realizado pelo referido autor, não poderíamos deixar de pontuar sua excelente precisão ao retratar a concepção de Dialética, sobretudo ao considerar que, no âmago desta investigação, focalizam-se interesses, litígios, consensos e utopias de distintos sujeitos, como constitutivos de ações coletivas em um campo organizacional, à luz de uma concepção dialética da Questão ambiental, por vezes expressos sem esta preposição do diálogo, do incorporar as razões do outro como sugere o autor.

Mas é, sobretudo, no que diz respeito ao aspecto ontológico contido na proposição da concepção dialética que se infere a importância de sua atualidade para a compreensão da problemática em questão, ou seja, por possibilitar a visibilidade da questão ambiental enquanto vetor de compreensão do ser humano na natureza e na história, em processo de constituição enquanto ser social, político e cultural inserido no contexto das suas condições sociais de existência.

Destaca-se deste escopo as condições das relações sociais de produção, haja vista as determinações impostas por um dos elementos da técnica de transgenia – *Tecnologia Terminator* – e suas conseqüências, para as dimensões material e simbólicas no âmbito do próprio trabalho e, sobretudo, no que diz respeito à condição do agricultor no contexto da sociedade brasileira. É possível constatar a existência de estudos que apontam para a magnitude desta problemática em contextos sociais diversificados.

Em território nacional, há registros no âmbito institucional de estratégias governamentais no Rio Grande do Sul quanto ao beneficiamento de sementes, como, por exemplo, o Programa “Troca – troca de sementes” que é uma modalidade de distribuição de sementes fiscalizadas, de qualidade, e que, de forma subsidiada, beneficia a pequenos agricultores. (DOMINGUEZ,2000,p.76).

No âmbito internacional, por outro lado, é imperativo conferir os resultados da pesquisas realizadas nos países da Índia, Moçambique, Colômbia, África do Sul, etc (SANTOS,2005) e, sobretudo, no que diz respeito aos países da América Latina, em especial, a Argentina(VELOSO,2003;PETRAS,2002) onde o processo de mercantilização biotecnológica encontra-se mais avançado e devastador no que diz respeito às relações sociais de produção.

Alonso(2000) destaca que, além de ter alcançado a condição de status, a questão ambiental tem mobilizado várias dimensões da sociedade. Tal perspectiva, no que diz respeito à produção acadêmica, tem agregado importantes contribuições apesar de, como ressalta o autor, avançar vagarosamente. Ressalta ainda para as dificuldades de proposição de um programa de pesquisa, tendo em vista alguns obstáculos: fragilidade de seus fundamentos teóricos, sobretudo pelo viés “engajado” que confunde a trajetória dos movimentos ambientalistas com trajetória política e social no trato da questão ambiental.

Problematizando-se premissas como estas é que se busca a fundamentação e apropriação teórica de uma interface com outras temáticas candentes da sociedade brasileira, como, por exemplo, a sociologia rural que se destaca pelo pionerismo de sua contribuição já que tematiza a relação com a natureza considerando-a como parte do sistema econômico e, por resultante parte da sua base de sustentação teórica e intelectual.

Neste sentido, Soto (2002,p.62), ao estudar a produção do conhecimento sobre o mundo rural, destaca que a Sociologia rural no Brasil teve como ponto de partida o “exotismo” de caipiras, caboclos e “tabaréus”, isto é, homens do campo. Uma construção literária que polarizava as noções de campo e cidade, enquanto lógicas distintas e distantes.

O desdobramento e incorporação de outras temáticas e abordagens emergem, segundo o autor, a partir da institucionalização das Ciências Sociais (nas décadas de 30 e 60,respectivamente, com a criação deste curso na Universidade de São Paulo (USP) e Universidade de Brasília(UNB) com a expansão dos cursos de pós – graduação nas Ciências sociais).

Ao longo de sua trajetória, é possível observar a tônica destas abordagens principalmente no que diz respeito à questão agrária e temas correlatos². Especificamente, as relações sociais de produção, que, a partir dos anos 60, tem uma maior visibilidade:

A maior parte dos autores que se interessaram pelos estudos do mundo rural brasileiro buscaram entender as dimensões econômicas e sociais das transformações profundas na agricultura produzidas pela modernização da agricultura e seus impactos sociais.

Após os anos 60, até a atualidade, uma série de modificações vem se dando nas abordagens nesta área, que a princípio não fazem parte, diretamente, do escopo desta investigação, contudo ressalta-se que este foco das relações sociais de produção e suas várias clivagens, no interior do modo de produção capitalista, tem permitido cotejar a questão ambiental.

Destacam-se desta interlocução, em termos espaciais, a produção acadêmica e estudos realizados no âmbito dos Programas de Pós – Graduação das Universidades Federais da Paraíba (Campus II), em Campina Grande e Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), no âmbito do Curso de Pós-graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (CPDA). Como assinala Costa Neto (1999) em relação a este último:

Desde a sua criação em 1976, o CPDA elegeu a agricultura como questão nuclear de suas atividades. Se inicialmente a agricultura era tomada em sentido estrito, com o decorrer do tempo, a introdução de novas preocupações de pesquisa e desenvolvimento de reflexões. O trabalho multidisciplinar de seus historiadores, sociólogos, economistas, cientistas políticos e antropólogos expandiu os limites da questão agrária para observar o que podemos chamar de o “mundo rural”. [...] Tanto os temas de economia e políticas agrícolas, movimentos sociais, agricultura familiar, organização de interesses e das relações e das relações de poder ... novos objetos foram colocados à disposição : sustentabilidade, agribusiness, mercados regionais, agrarismo e cultura política,etc.

Dentro e a partir desta consonância em relação a este processo de revigoração e revitalização da temática, é que destacamos os trabalhos de Moreira (1998a; 1999b) que tratam da problemática ambiental *vis a vis* a questão rural. Ressaltando a correlação entre os desafios colocados pelas grandes transformações mundiais e a produção teórica, Moreira

² Dentre outras neste campo cabe ressaltar a produção e as várias abordagens de José de Souza Martins (1993;

(1998a,p.121) destaca que a questão da biodiversidade não escapa a esses desafios. Portanto, o faz “olhando-a” em suas associações com as questões postas pela globalização e seus temas correlatos.

Contudo, é partir de uma da perspectiva “holística”, em que a biodiversidade, “rompa com a separação entre a natureza e a cultura, entre a vida natural e social”, que reside a importância do seu enfoque como pode observar-se:

Essa consideração impõe um desafio hercúleo de ruptura com a tradição cartesiana da ciência moderna na medida em que esta tradição propõe uma ruptura entre as instâncias objetivas e subjetivas da vida, configura uma visão estreita da realidade da vida e ainda separa as ciências naturais das ciências sociais.

Considerando esta proposição, o referido autor retoma as discussões sobre renda da terra e a sua ressignificação como renda da natureza. Este procedimento é operacionalizado ao tomar a utilização das terras, da natureza e da biodiversidade como estando associada ao conhecimento que se tem sobre elas. Neste sentido, aborda, por extensão, a problemática da apropriação do conhecimento em decorrência das novas biotecnologias, que, na sua compreensão, “torna –se um elemento – chave da dinâmica econômica, social e cultural”.

Utilizando os conceitos de Renda Diferencial I e II, originadas no escopo teórico do Materialismo Histórico, especificamente no que diz respeito às propriedades da terra: orgânicas (fertilidade) e simbólicas (apropriação/posse) o referido autor ressignifica a compreensão da questão ambiental/natureza no âmbito da nova ordem capitalista associada às revoluções tecnológicas da comunicação, da automação e da engenharia genética, ou seja, associado–a um novo paradigma técnico e a uma nova ordem ainda não claramente explícita nas esferas produtivas.

Em momento posterior, Moreira (1998b: 241) debruça-se, na questão da sustentabilidade em sua correlação com a economia, na perspectiva marxiana, ampliando sua problematização a partir de reflexões sobre a conformação de novos atores e forças sociais no campo da Política ambiental. Destaca que esta moldura agrega e reflete: “o processo de disputa político – ideológica de sedimentação e legitimação de um processo hegemônico, próprio de momentos históricos pré - paradigmáticos.”

1998) como significativas e ilustrativas desta produção.

Neste sentido elabora uma proposição analítica focalizando o conceito de sustentabilidade como um campo de disputa, baseada na ação diferenciada dos sujeitos e considerando que:

Mesmo que não seja aparente, os resultados das lutas ambientalistas podem carregar um viés de classe na medida em que beneficiarem mais determinados estratos, espaços sociais ou nações. Estas podem carregar um sentido de classe e alinhamentos sociopolíticos.

Almeida (2004,p.175), discutindo a problemática da segurança alimentar no Brasil, aponta as estratégias dos agricultores do semi – árido paraibano quanto à importância das sementes/grãos nas condições sociais de reprodução. Ilustra como, e a partir da prática de “estocagem”, se assegura relações sociais e de produção tendo em vista que esta prática, além de muito antiga, vem sendo perpetuada de pai para filho.

Aponta ainda para a capacidade destes agricultores em transcender a crise no sistema capitalista que afeta a agricultura através da criação dos bancos de sementes comunitários, que têm como propósito manter os “estoques de sementes tanto para reproduzir os roçados nos anos seguintes como para a alimentação das famílias” (ibidem,p.178). Tal experiência garantiu a criação de 220 bancos de sementes, onde milhares de famílias de agricultores já resgataram mais de 180 variedades de sementes que havia se perdido no processo de industrialização do campo.

A referida autora ressalta ainda que esta experiência conta com apoio da Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura alternativa (AS-PTA) que tem adotado e estimulado este princípio, pois, a partir dos bancos de sementes, dentre outras possibilidades, tem se propiciado o rompimento de dependência dos agricultores com políticos locais para adquirir sementes para o plantio.

Além disto, tais estratégias garantem a quantidade e qualidade das sementes tendo em vista que estes agricultores não usam produtos químicos, essas sementes são produzidas de forma ecológica, e como resultante do imbricamento entre as relações sociais e de produção recebem o nome de “sementes da paixão” já que expressam a relação de amor que esses agricultores têm pelas sementes, ao mesmo tempo que reprovam as sementes que vêm de fora. (p.177).

Ainda no que diz respeito à correlação entre as mudanças imprimidas no âmbito da agricultura e as relações sociais de produção, encontram-se em curso no Brasil pesquisas que se destinam a problematizar algumas especificidades da formação das novas gerações de agricultores e agricultoras, ou seja, os novos padrões sucessórios na agricultura³.

Abramovay (1998), em estudo sobre este tema, no Oeste de Santa Catarina, aponta que a singularidade deste processo na agricultura tem como princípio o fato de que o exercício da atividade em si envolve mais que o aprendizado de um “ofício”, pois que:

Desenvolvido a partir de toda a família (ao qual o jovem se incorpora desde criança) este patrimônio possui um duplo conteúdo social: por um lado ele é a base material de um negócio mercantil e por outro é sobre ele que repousa não só a manutenção, mas a própria organização da vida familiar”. (p.18).

No âmbito internacional, encontra-se registro de estudos mais aprofundado destas estratégias, como, por exemplo, o vasto e rico material de pesquisa⁴, realizado por Dominguez (2000), sobre o sistema formal e informal de produção de sementes em Moçambique, África. Além das questões referentes ao processo de apropriação das sementes, destaca o processo de expropriação das relações sociais de produção conduzida por empresas multinacionais naquele país ressaltando que:

Para esses camponeses os avanços da tecnologia moderna ainda não chegam por uma infinidade de razões. Mas, se para eles chegar é necessário a destruição dos princípios sociais e a implementação duma nova forma de escravidão através da dependência econômica e tecnológica, talvez seja até melhor que não chegue. (p.53)

No sentido de ilustrar o conteúdo destes princípios sociais, em parte dilacerado pela ação das empresas multinacionais, o referido autor destaca os principais métodos aplicados pelos camponeses quanto ao armazenamento, seleção, práticas e beneficiamento das sementes. Em linhas gerais, é possível observar não somente a riqueza dos procedimentos e conhecimentos empregados mesmo em condições precárias e manter a aderência à economia e mercado local, mas, sobretudo, ao combinar todo o processo de melhoramento

³ No âmbito da Geografia, é possível detectar estudos relacionados à questão das representações do mundo natural e as chamadas “culturas tradicionais” quanto ao processo de trabalho. DIEGUES(2004).

⁴ Nesta obra, o referido autor, além da pesquisa com 232 entrevistas com camponeses na África, registra ,através de fotografias, as várias etapas e processos de armazenamento e, sobretudo, o lugar e trabalho das mulheres neste processo.

e produção das sementes (técnicas milenares) ao processo de reprodução das relações sociais no âmbito do sistema de agricultura.

Na atualidade, as dificuldades e os fóruns reduzidos de problematização das condições sociais de existência, alguns autores tem “ousado” realizar tal incursão de maneira crítica e dialética. (FOSTER,2005; MOREIRA,2002; CHESNAIS,2003).

Chesnais (2003,p.45) ressalta o atraso teórico e político da apropriação desta problemática pelos marxistas, que, na sua compreensão, deve – se ao fato de que: Se fizeram e ainda o fazem fora de uma referência forte a uma problemática marxista e/ou marxiana. Elas se fizeram fora da análise crítica das relações sociais fundadas sobre a propriedade privada e da demonstração de suas implicações cotidianas. (p. 45).

Compreensão igualmente sinalizada por Ferreira (1996a), quando observa, por um lado, um avanço em termos de incorporação teórica de temas cadentes da sociedade, e de outro, “omissões” de questões cruciais na inserção, tratamento, desenvolvimento e aprofundamento no tocante à problemática ambiental.

Chesnais (2003,p.39) chama atenção para as palavras e expressões relacionadas à questão ambiental, como, por exemplo, ecologia, meio ambiente, etc questionando o que está nas entrelinhas destas, e sinaliza que, em verdade, se encontra a perenidade das condições de reprodução social de certas classes tendo em vista a lógica do capitalismo mundial.

Ressalta ainda que a performance do capital, a partir da apropriação e expropriação dos recursos naturais, tem acirrado as desigualdades e transformado:

Os desastres ecológicos em mercados, em novos campos de acumulação, acentuando-se os seguintes temas[...] decodificação do genoma ou dos OGMS, vemos estratégias de dominação econômica e política sem precedentes em sua forma e seus objetivos, acompanhados por” apostas “tecnológicas cegas, de uma irresponsabilidade social total”.

Depreende-se assim que as estratégias de dominação econômica e política subsidiam as relações assimétricas construídas neste âmbito e que carece de uma reflexão tendo em vista a emergência de novos sujeitos, organizações. Neste sentido, a problemática das novas biotecnologias ganha sentido mais amplo ao se atentar para os interesses subjacentes e as diversas modalidades de conflitos que substanciam a práxis nas organizações.

3.1.2 As perspectivas evolucionistas: conflitos como “equilíbrio” natural da sociedade.

Como sinaliza Birnbaum (1999,p.247), a abordagem dos conflitos significa explicar ao mesmo tempo a lógica do sistema social e a lógica de sua história, tendo em vista que no cerne das diversas perspectivas, teorias e filosofias sociais o referido conceito ocupa lugar central e, por resultante, evoca as antinomias clássicas entre integração e ruptura; consenso e dissenso; estabilidade e mudança.

Nesta incursão, destaca como os principais autores se debruçaram na análise dos conflitos para a sua configuração do escopo das Ciências Sociais. Inicialmente, destaca as dificuldades deste intento tendo em vista a complexidade na sua delimitação, em decorrência de suas dimensões e suas respectivas elaborações para a compreensão e explicação do lugar do referido conceito no âmbito da teoria social.

Inicialmente, aponta como, na perspectiva evolucionista, os conflitos são considerados enquanto princípio permanente que animava” o equilíbrio da sociedade(SPENCER). Ressalta-se, nesta abordagem, a sua vinculação com teoria da origem das espécies. (DARWIN). A máxima dominante desta perspectiva balizava-se no princípio de que a luta, ou melhor, os conflitos são mecanismos próprios da sociedade.

Sinaliza ainda que, no âmbito desta perspectiva teórica, o referido conceito esteve atrelado à concepção de integração social, haja vista a necessidade de aplicar-se mecanismos de integração para então se limitar a amplitude dos conflitos sociais. Dentro desta lógica, faz-se alusão a contribuição de Durkheim, especificamente no escopo de uma das suas principais obras (A Divisão do trabalho social) que aponta a primazia das desigualdades nas condições de luta como vetor em que a solidariedade cede lugar aos conflito, em clara consonância com os liames de sua produção teórica.

Com Marx, o surgimento dos conflitos são referenciados pelo triunfo do capitalismo através, sobretudo, do processo de acumulação e da propriedade privada. Como sugere Johnson (1997,p.54), a concepção de conflitos no marxismo aparece enquanto fundamento da crítica ao capitalismo. Cabe ressaltar que, na sua evolução, esta premissa tem sido atualizada à luz de outras variáveis e acabaram por constituir-se em outras abordagens ligadas ao pensamento de Marx, como, por exemplo, a perspectiva da escolha racional (PRZEWORSKI:1989).

Na sociologia compreensiva, a temática dos conflitos adquire uma nova dimensão e perde o caráter “patológico” transformando-se em conceito analítico aplicável a todo sistema social. Birnbaum ressalta que, dentre os autores clássicos, cabe destaque para as contribuições de Simmel que, em consonância com a tradição Weberiana, sistematizou as informações que viriam a se tornar a clássica concepção de conflitos:[...] é uma das formas mais vivas de interação e que não pode ser realizada por um único indivíduo, pois constitui-se em um processo de associação vital para o funcionamento da sociedade. (SIMMEL 1976,apud BIRNBAUM, 1999,p.256.)

Em sua contribuição, Birnbaum oferece uma tipologia para a resolução dos conflitos tendo como base uma modelização diáde e tríade que envolve variáveis que conjugam elementos estruturais (exemplos da história de vários países) *pari passu* as ações dos sujeitos.

Em outro momento de evolução desta trajetória conceitual, diríamos de atualização, destaca-se a contribuição de Dahrendorf(1992) que focalizou os conflitos em decorrência dos problemas causados pelo industrialismo, em clara alusão aos conflitos de classes, considerando, entretanto, que os interesses dos diversos grupos não eram estritamente antagônicos e que seus conteúdos derivavam da desigualdade na distribuição de poder e, em sua concepção, é uma força que produz a integração do sistema social. Em perspectiva similar a Simmel, formaliza a compreensão destes conflitos como necessidades que precisam ser gerenciadas/administradas e sinaliza para estratégias que possibilitem o seu gerenciamento através de mecanismos funcionais. (p.112).

Observa-se assim que, no seu conjunto, a abordagem dos conflitos nas perspectivas clássicas estiveram subsidiadas em elementos que oscilam entre práticas estritamente gerenciais, que postulavam os conflitos como problemas que precisavam ser “domesticados” e gerenciados para que assim pudessem e permitissem o restabelecimento do equilíbrio do sistema social.

Atualmente, os conflitos contemporâneos suscitam reflexões de natureza diversa e, na problemática em apreço, os conflitos organizacionais, em decorrência do controle social dos transgênicos, permitem uma incursão que contemple e apreenda as várias nuances da questão ambiental, partindo do pressuposto de que as ações organizacionais são socialmente construídas e estruturadas.

A Sociologia contemporânea, em algumas de suas vertentes, sinaliza para contribuições que permeiam as questões desta problemática, seja pela historicidade dos problemas ambientais, pela acuidade de alguns de seus pesquisadores, ou ainda por “obrigar” a um refazer-se da Sociologia com outras áreas, tendo em vista a complexidade dos novos problemas ambientais.

3.1.3 Os conflitos ambientais à luz da teoria dos riscos e como canais de reconfiguração da esfera pública.

Dentre as perspectivas teóricas, atualizadas, ancoradas no âmbito da Sociologia que problematizam a questão ambiental tendo como os impactos das novas biotecnologias, destacam-se três linhas de abordagens.

Segundo Ferreira (2006,p.08), com o pós-guerra ocorre uma redefinição das perspectivas teóricas para integrar os novos processos sociais e nestes a inclusão da questão ambiental. No âmbito das Ciências sociais, a sociologia ambiental é considerada pioneira e que emerge justamente como consequência da intensificação dos impactos socioambientais decorrentes da expansão econômica e pela reação social deflagrada pelos movimentos sociais.

A premissa de que teria surgido a reboque dos movimentos de contestação social da década de 60 se configura como uma máxima entre os estudiosos da área (FERREIRA,2006; ALONSO,2000), entretanto se observa que de diferentes maneiras tal perspectiva é agregada ao escopo da referida área.

Em sua trajetória evolutiva o ponto de partida decorre da sua vinculação com as perspectivas norte-americanas que predominaram entre as décadas de 80 e 90, e cujo enfoque enfatizou a forte tendência das sociedades modernas à degradação ambiental. Mais recentemente, encontram-se novas abordagens abrigadas principalmente no âmbito da perspectiva denominada modernização reflexiva (BECK;GIDDENS;SPAARGAREN e MOL) e outras nas chamadas perspectivas socioconstrutivistas, dentre estas a Sociologia dos conflitos ambientais.

Uma outra vertente, a Ecologia política, considera que as mudanças institucionais é o cerne da problemática ambiental contemporânea, entretanto coloca de forma secundária a

integração entre os sistemas de produção e de consumo no âmbito da problematização. (SCHNAIBERG,2006).

A modernização ecológica se constitui em outra vertente, expressão que designa o processo pelo qual as instituições políticas internalizam as preocupações ecológicas no propósito de conciliar crescimento econômico com a redução dos problemas ambientais, inicialmente formulada pelo alemão Joseph Huber (LEONARDI;MAGALHÃES,1996).

Por fim, a Teoria da Sociedade de riscos, formulada por Beck e trabalhada por Giddens, analisa as conseqüências da problemática ambiental tomando como referência as condições de mudança da modernidade, em que se questiona o papel da ciência e tecnologia quando consideram que estas exercem papel crucial na organização social da percepção de riscos⁵.

Giddens/Beck (1997) sugerem que as grandes questões colocadas pela sociedade industrial, possam ser analisadas à luz da formulação conceitual de modernização reflexiva em que se postula que as questões ambientais não podem ser simplesmente reduzidas a uma preocupação com o ambiente, “pois o que é natural está intrinsecamente confundindo com o que é social.”

Beck particularmente considera que os mundos social e natural estão influenciados pelo conhecimento humano reflexivo, entretanto não nos permitiria ser ou ter a noção de pertencimento dos nossos destinos, muito pelo contrário, pois em face dos riscos colocados pela nossa civilização, estamos como que dependentes e co-responsáveis na elaboração de um arsenal que não nos assegura uma relativa segurança. A partir desta formulação, na concepção do autor, tornar-se-ia necessário des e re-incorporar as práticas/formas sociais colocadas pela sociedade industrial, como por, exemplo, a noção de risco, por outras relativamente menos letais a nossa sobrevivência.

Ainda, segundo Beck(1997,p.15), neste processo, devem-se observar duas fases para sua compreensão: a primeira em que os efeitos são sistematicamente produzidos, contudo não se tornam questões públicas ou o centro de conflitos políticos e um segundo, quando os perigos postos pela sociedade industrial começam a fazer parte dos debates e domínios públicos e privados.

⁵ FLORIT, Luciano. Teoria social e relação sociedade/natureza a partir da obra de Anthony Giddens. (61 – 86). In: Cadernos de Sociologia Programa de Pós – graduação em Sociologia, Volume 10, 1998.

Ao mesmo tempo em que solicita mudanças em termos de configuração organizacional, a noção de sociedade de risco, enquanto teoria social, evidencia e traz à tona as ameaças produzidas, bem como provoca transformações notáveis em várias dimensões: a relação entre processos produtivos versus utilização de recursos naturais e cultura da humanidade, e, principalmente nas fontes de significados coletivos da sociedade civil, ou seja, nas esferas públicas e privadas dos quais os atores sociais tecem suas relações sociais acerca do mundo material e simbólico.

Entretanto, como ressalta Crubelatte (2003,p.104), a Teoria da análise riscos é uma dessas tentativas críticas e contributivas que peca justamente por superdimensionar a dimensão valorativa a partir dos conceitos de confiança e risco.

Observa-se ainda que o referido autor, ao priorizar um dos enfoques da sociologia ambiental em sua interface com a teoria do sistema social e categorias de risco e confiança (Luhman), portanto sistêmica, caiu no chamado pessimismo, alertado por Trevisan apud Mol (2003,p.06), quando considera que “a gestão ambiental é um esforço social, mas um projeto impossível, pois as soluções serão sempre limitadas”.

No Brasil, a emergência da sociologia ambiental, além de estar referida à emergência dos movimentos sociais e criação do Partido Verde (1985), aparece vinculada à teoria da análise de riscos e, portanto, às contribuições de Beck e Giddens. Observa-se que tomar deste ângulo a questão ambiental, resente-se de uma clivagem que permita a realização de estudos comparados.

Em outra vertente da sociologia dos conflitos ambientais, considera-se que os conflitos envolvem disputas técnicas e políticas e voltam-se sobretudo à esfera pública, considerando-a como uma arena de conflitos e negociação entre atores. Esta perspectiva vincula as mudanças operadas na sociedade com arcabouços institucionais, e de onde a questão ambiental é foco privilegiado. Alonso(2000) ressalta que somente a partir da metade dos anos 80, pode-se falar em um interesse sistemático das Ciências Sociais pela questão ambiental no Brasil. Considera que, efetivamente, após a ECO-92, ocorreu uma explosão na produção teórica nesta área e, por resultante, os especialistas começaram a mudar o foco de seus estudos, seja pela facilidade financiamento, bem como pela visibilidade do tema na sociedade.

Destaca-se que nesta trajetória, as relações entre Meio ambiente e Democracia têm merecido a atenção dos cientistas sociais, tendo como enfoque a sociologia da ação de Touraine e que pressupõe a disseminação do ambientalismo por setores da sociedade e do Estado como espécie de “idéia – força “ para corrigir e esclarecer tanto a política estatal como as nuances econômicas do mercado.

Segundo Alonso, uma das críticas a ser feita a esta abordagem diz respeito à ilusão de que este ambientalismo seria compartilhado por todos os atores sociais. Conforme ressalta a referida autora: “A adesão a valores ambientalistas não se exprime automaticamente em práticas. A própria difusão do discurso sustentável se deve menos aos proselitismo de atores ambientalizados que à existência de constrangimentos políticos e morais que impedem o reconhecimento de posições ambientalistas incorretas e sua validação. (p.05).

Do ponto de vista desta abordagem, os conflitos ambientais existiriam enquanto conflitos de valor, transitórios e em processo. Assim, permanece ancorada em viés normativo, supondo uma correlação automática entre preservação ambiental e participação social. Como contraponto, esta perspectiva sugere que os conflitos sejam analisados à luz do contexto sóciopolítico que envolve um processo de construção pública e disputas técnicas e políticas. (GUIVANT,1998,p.231).

Configura-se então uma abordagem em que há uma preocupação quanto aos componentes de constituição dos conflitos, a saber: a ação, representada pelos agentes envolvidos; a determinação, ilustrada com os processos estruturais e a mediação que contempla as políticas culturais. Nesta concepção, estes recursos são enriquecidos ao considerar-se o alinhamento entre a dimensão cognitiva com a dimensão prática dos conflitos ambientais.

Em seus estudos, Alonso (2000) sugere a abordagem ou escola do processo político ou, ainda, teoria da mobilização de recursos que focaliza a dinâmica dos conflitos sociais, baseada nos trabalho de C. Tilly (1978) que toma como referência a lógica das ações coletivas. Alguns aspectos contidos neste abordagem merecem destaque, especialmente, as questões relativas ao conteúdo das ações coletivas e sua asserção no âmbito da referida configuração teórica.

Inicialmente, destaca-se que o próprio conflito em sua definição, supondo a interação entre diversos grupos de agentes, pode derivar em variadas modalidades de interação:

cooperação, alianças, parcerias, etc, entretanto, ressalta-se que esta (interação) é conflituosa:

As disputas ocorrem em torno do controle de bens e recursos ou do poder de gerar e impor certas definições da realidade. Isto é, os conflitos se estruturam simultaneamente em torno de interesses e de valores. [...] A produção de alianças, adesão a valores, etc é processual. Tal perspectiva compreende assim, uma sociologia da ação, sem abrir mão do enfoque sociohistórico mais amplo, incidindo sobre trajetórias”.

Para tanto, o processo político é caracterizado a partir de quatro conceitos básicos: a) Estrutura de oportunidades políticas, caracterizada pelos elementos relativos às mudanças no ambiente sócio – político que permitiram ou não as opções de ação e atuação disponíveis; b)Lógica da ação coletiva, caracterizada pelos elementos constituintes da ação quanto ao imbricamento e/ou distanciamento no tocante à problemática em questão; c)Estruturas de mobilização, caracterizada pelos elementos constituintes da estrutura material e simbólica,(recursos materiais, informações, identificação, etc) que assegurem a realização da ação e d)Repertório contencioso, caracterizado pelos elementos constituintes que expresse os sentidos da ação (valores e recursos simbólicos - slogans, modalidades e conteúdo de interação com a sociedade, etc).

Assim a estruturação do processo teórico – metodológico, com foco nos conflitos e na análise da questão ambiental, privilegia sua dinâmica em um contexto de transformações macrossociais, e à medida que realiza esta interface entre micro – macro; infra – estrutura/superestrutura etc permite a operacionalização de uma relação dupla de “ida e volta”, que engloba, parafraseando Chanlat (2001),“as dimensões esquecidas”, do campo organizacional, contida no âmbito da Teoria das Organizações.

Contextualizando e transcendendo esta contribuição, consideramos que a abordagem dos conflitos à luz das novas biotecnologias tem o advento do capitalismo como máxima desta modalidade de inovação tecnológica. Por um lado, induz a substituição progressiva dos processos de mecanização por uma cientifização dos processos produtivos, de outro imprime a necessidade de elaboração de arcabouços que articulem conceitos para explicar o processo atual do capital perante os desafios da globalização e da sustentabilidade ecológica.

Como sugere Leff(2001),Santos(2002),Dupas(2004) e Tokar (2002), neste novo arcabouço, é de fundamental importância articular as práticas sociais de reprodução e transformação social não estritamente enquanto recurso metodológico de uma nova produção teórica, mas, sobretudo, a partir do entendimento de que tais práticas sociais são resultantes de uma luta social que solicita a visibilidade de um conjunto de saberes que explicam as relações entre sociedade e natureza e que buscam formalizar a constituição de uma racionalidade que está integrada à realidade, já que atinge todos os âmbitos da organização social.

Por meio dos conflitos colocados pelas novas biotecnologias, problematizam-se interesses disciplinares e os paradigmas estabelecidos do conhecimento, e por extensão, consubstancia a emergência de um saber ambiental que, conforme Leff, acentua, reorienta o desenvolvimento do conhecimento em 3 níveis: a) orientação de pesquisas e da aplicação dos conhecimentos científicos e técnicos por meio das políticas científicas tecnológicas; b) integração interdisciplinar de especialidades diversas em torno de um objeto e de problemáticas comuns; c) problematização dos paradigmas teóricos de diferentes ciências, possibilitando a re-elaboração de seus conceitos, emergência de novas áreas e constituição de novas disciplinas. (ibidem,p.140).

Considerando-se esta possibilidade de vislumbrar a reconfiguração deste campo de disputa, em que a sustentabilidade emerge enquanto uma de suas dimensões da Questão ambiental, é que sinalizamos para o ponto de partida da compreensão de temas contemporâneos, nesta proposição, acerca da problemática das novas biotecnologias, enquanto possibilidade de subsidiar, de maneira propositiva, a conceituação da noção de conflitos organizacionais, a partir das ações organizacionais.

3.2 ORGANIZAÇÕES E MEIO AMBIENTE NOS PARADIGMAS ADMINISTRATIVOS: ABORDAGENS PRESCRITIVAS E GERENCIAIS PARA UMA ADMINISTRAÇÃO VERDE?

3.2.1 Meio ambiente e organizações na evolução do pensamento administrativo.

No âmbito das Ciências Sociais Aplicadas, como ressalta Polizelli (2002,p.325), as relações entre Administração e o Meio ambiente não são tão recentes como sugerem alguns

autores. Em estudo seminal, o referido autor registra as primeiras experiências de elaboração relacionada à questão ambiental a partir de três momentos históricos e suas correspondentes versões: a primeira, intitulada de higienista; a segunda eficiência nacional e, por fim, a estratégica.

Aponta que a primeira versão teve como contexto de emergência os problemas oriundos da urbanização “caótica” e resultante da constituição das primeiras fábricas do século XVIII.

O principal problema das novas cidades industriais logo se revelou: os esgotos. A sua disposição inadequada ocasionou a poluição das poucas fontes urbanas de água. Essa situação originou doenças e pestes freqüentes. A reação das autoridades, inclusive as médicas, foi surpreendente: a pobreza e seus vícios foram responsabilizados pelas doenças.

Assim destaca que os processos de intervenção para resolução do problema foi normatizar as condições de trabalho e higiene através da publicação do Código de Higiene (1790), que estabelecia as condições de salubridade para as artes industriais e os seus ofícios. Esta versão articulava enunciados de poder às imagens de inferioridade biológica: Pobre/Rude; Sujo /Inferior, etc. A segunda, eficiência, emerge das implicações originadas pela 2ª. Revolução Industrial, tendo como foco os desperdícios de recursos gerados no ambiente de trabalho.

Destaca, através de várias passagens da obra de Taylor, o que já se estabelecia como vínculos entre o consumo de recursos naturais e as formas de gestão. Dentro desta perspectiva sinalizava-se que:

Através do emprego do sistema de Administração seria possível reduzir o desperdício que afetava todos os ramos da economia e o gasto desnecessário de recursos naturais. A gestão do ambiente, entendida como o combate de qualquer forma de esbanjamento, passa a ser cotidiana e ligada diretamente aos interesses econômicos da empresa.

Segundo o autor, esta foi a forma de alinhar gestão ambiental à prosperidade das classes capitalistas. Além desta ênfase à eficiência do mercado, esta versão incorporou o estudo da fisiologia do trabalho, ou seja, enquanto mecanismo disciplinar no ambiente de trabalho.

A terceira e última versão, estratégica, apesar de datada e gestada nos anos 50 com a emergência do Fordismo, parece se fazer presente, se não nos moldes originais, em requintadas elaborações. A partir desta, os problemas ecológicos passam a ser vistos como um novo mercado para os vários sistemas de inovação (Universidades, Estados, P&D de empresas, etc).

Como sinaliza o autor, a conversão da questão ambiental em um novo mercado constitui a principal característica, portanto, estratégica, desta tendência, como ressalta:

Não basta apenas reduzir o consumo de recursos naturais [...] associa-se intensas inovações nos processos produtivos com possibilidade de redução de impactos ambientais – dependendo da política adotada por cada país. [...] Por extensão fraciona os desdobramentos dos problemas ambientais em aspectos meramente pontuais, ou seja, separa os efeitos do ambiente fabril das conseqüências sobre o Meio ambiente como um todo.

É possível observar que há tentativas de elaboração de um enfoque mais crítico que envolve a interface Organização e a questão ambiental, porém de um modo geral encontra-se manuais com modelos e sugestões de atividades relacionadas à gestão ambiental (BARBIERI, 2004; ALMEIDA, 2000; BACKER, 2002).

Entre o final da década de 80 e 90, emergem formulações de novas abordagens teóricas sobre a relação das organizações empresariais com o meio ambiente, e que contrastam com os posicionamentos tradicionais das décadas anteriores.

Donaire (1999) é considerado o pioneiro no tratamento da variável ambiental ou ecológica no âmbito empresarial. Segundo este, a visão moderna em relação a seu ambiente é muito mais complexa, pois ela é vista como uma instituição sóciopolítica, considerando, entretanto, que é tênue a linha entre empresa e ambiente. Em sua principal obra, enfatiza a importância da variável ambiental que intitula como função ou atividade sob o enfoque econômico e aborda a sua repercussão no âmbito dos negócios.

Apointa para a questão ambiental enquanto parte do que se intitula atualmente como responsabilidade social da empresa e já chamava atenção para os rumos da realização desta função ou atividade e qual seria o ponto de partida para uma conscientização social, que, na sua compreensão, sobrepujaria o conceito de responsabilidade social (p.23).

Para balizar sua reflexão, resgata os princípios do pensamento de Lawrence e Lorsch (1972) e constrói uma proposta de modelo de gestão ambiental que em nossa compreensão

se diferencia de fato de outras produções na área de Administração (BAKER, BARBIERI, ALMEIDA), mas pelo fato de ter ressaltado o enfoque econômico de maneira estrito, como ponto central de sua reflexão, dissociado de outros condicionantes no contexto social, perde a sua eficácia explicativa.

O que nos parece bastante comum na área de Administração e mesmo em suas subáreas, como, por exemplo, a Administração Política que se intitula como um novo campo do conhecimento (Santos,2004,p.14), incorre nesta limitação ao propor uma reflexão sobre a “hibernação epistemológica da Administração”, mas permanece presa a uma visão instrumental em que a variável ecológica ou ambiental é suprimida no âmbito da gestão pelo viés estritamente econômico.

Na produção acadêmica acerca do tema, é possível destacar preliminarmente em território nacional cursos presenciais e on-line sobre o tema, especificamente na Fundação Getúlio Vargas. Já no âmbito da pós-graduação da Universidade Federal da Bahia, no tocante a Dissertações de Mestrados, Teses de Doutorado e Artigos em revista de publicação local do NPGA- Núcleo de Pós – Graduação em Administração (Revistas Organizações e Sociedade -NPGA/UFBA) é visível esta lacuna, até mesmo ressaltado em algumas publicações recentes, com algumas exceções no âmbito da produção de Mestrado profissional. (CRUBELLATE,2003; PINHEIRO,2005).⁶

Durante a realização do levantamento bibliográfico sobre a temática, foi possível detectar dentre outras questões que a produção acadêmica em Administração local apresenta raríssimos registros de tratamento da questão ambiental ou questão ecológica de maneira crítica e menos prescritiva.

Em síntese, os primórdios das abordagens entre Meio ambiente e Organização em Administração carregam em si indícios re-elaborados com questões da atualidade, mas que contêm imprimida em sua essência a marca da racionalidade prescritiva.

Gurgel (2003,p.26), ao tratar da ideologia presente ou embutida nas teorias organizacionais, chama atenção para o fato de que os estudos que se propõem a refletir sobre o “adornamento” do ambiente de trabalho, através dos modelos de gestão, deveriam em tese focalizar e compreender que esta perspectiva abre caminhos para se refletir que:

⁶ Cf. Inventário: teses, dissertações e monografias; NPGA – 1987 /2001. – Salvador: Escola de Administração da UFBA; Prod. Acadêmica em Administração Pública. 1995-2000.NPGA.Org: Assessoria do Núcleo de Pós – Graduação em Administração – Coord. do Mestrado Profissional. Julho/2001.

As tecnologias gerenciais contemporâneas já se encontram não apenas nos espaços de trabalho, materializado em suas técnicas ou modelos de gestão, mas na própria essência que é articulada nos cursos, nos processos de aprimoramento profissional e que por extensão se apresentam nos discursos e nos argumentos para revalorizar universalidades liberais.

Dentro deste enfoque, destacamos a importância/lugar dada pelo autor à dimensão ideológica, um dos pilares da compreensão do que seja a dimensão sóciopolítica tomando a contribuição de um dos autores clássicos das ciências sociais, Mézsáros, quando faz referência ao papel da ideologia sob a ótica dos dominantes como uma forma de exaltação de uma determinada modalidade de pluralismo, ou seja, como um poderoso regulador do metabolismo sociopolítico como um todo.

Neste “todo” se inclui várias instâncias, dentre estas, a ciência e as organizações, em que enfatizam que, como tal, as determinações da supra-estrutura, neste caso, a ideologia, funcionam como ferramenta de controle e poder, haja vista que a ciência não é um agente soberano material e politicamente auto-suficiente, sendo ao contrário, inseparável e subordinada à comunidade dos negócios do capitalismo(p.285).

Nesta trajetória, outras abordagens vêm incorporando novos mecanismos de operacionalização e tratamento da questão, contudo, como já foi assinalado, investe-se em, na maioria dos estudos e casos, prescritivos e gerenciais para atender a diversos interesses sejam enquanto marketing, opção estratégica, etc. descolados por extensão de uma abordagem que contemple um quadro explicativo dos fatores sócio-econômicos.(CRUBELLATE:2003).

Ferreira (1997,p.115) ressalta que, dentre estas abordagens, especificamente as que focalizam as categorias: ambiente e tecnologia, a Teoria da Contingência nascida, a partir de uma série de pesquisas feitas para verificar os modelos de estruturas organizacionais mais eficazes em determinados tipos de indústrias, sinalizou para uma alternativa promissora.

Segundo o referido autor, os pesquisadores, cada qual isoladamente, procurou confirmar se as organizações eficazes de determinados tipos de indústrias seguiam os pressupostos da Teoria Clássica, como a divisão do trabalho, a amplitude de controle, a hierarquia de autoridade, etc.

Os resultados surpreendentemente conduziram a uma nova concepção de organização: “a estrutura de uma organização e o seu funcionamento são dependentes da interface com o ambiente externo”. Em outros termos, não há uma única e melhor forma de organizar e duas são as variáveis principais que determinam toda a organização da empresa e os relacionamentos entre suas partes: o ambiente e a tecnologia. O ambiente é tudo aquilo que envolve externamente uma organização (ou um sistema), é o contexto dentro do qual uma organização está inserida e que envolve tudo o mais ao redor da organização, e pode ser analisado em dois segmentos: 1. Ambiente Geral: é o macro ambiente, ou seja, o ambiente genérico e comum a todas as organizações. É constituído de um conjunto de condições semelhantes para todas as organizações. As principais características dessas condições são: tecnológicas, econômicas, políticas, legais, demográficas, ecológicas e culturais.

2. O Ambiente de Tarefa: é o ambiente mais próximo e imediato de cada organização. É o segmento do ambiente geral do qual uma determinada organização extrai as suas entradas e deposita suas saídas. Este é constituído por fornecedores de entradas, clientes ou usuários, concorrentes e entidades reguladoras

A Tecnologia expressa como algo que se desenvolve predominantemente nas organizações em geral, e nas empresas em particular, através de conhecimentos acumulados e desenvolvidos sobre o significado e execução de tarefas - *know-how* - e pelas suas manifestações físicas decorrentes de - máquinas, equipamentos, instalações - constituindo um enorme complexo de técnicas usadas na transformação dos insumos recebidos pela empresa em resultados, isto é, em produtos e serviços.

A tecnologia pode estar ou não incorporada a bens físicos. A tecnologia incorporada está contida em bens de capital, matérias-primas intermediárias e componentes etc. (*hardware*). É ainda também o conhecimento que pode ser utilizado para transformar elementos materiais em bens ou serviços, modificando sua natureza ou suas características e tem a propriedade de determinar a natureza da estrutura e do comportamento organizacional.

Observa-se assim que a abordagem Contingencial é eminentemente eclética e integrativa, manifestando uma tendência a absorver os conceitos das diversas teorias administrativas - cada qual criticando as demais - no sentido de alargar os horizontes e mostrar que nada é absoluto.

A tese central da abordagem contingencial é de que não há um método ou técnica geralmente válida, ótima ou ideal para todas as situações: “o que existe é uma variedade de alternativas de métodos ou técnicas proporcionados pelas diversas teorias administrativas”, um ou uma dos quais poderá ser apropriado para uma situação determinada e que compreende todos os fenômenos e/ou eventos de forma inter-relacionada de modo global e interdependente, representando um todo coordenado, em que existe troca de informações por cujos meios estes elementos desenvolvem-se e estruturam-se de forma organizada.

Ainda, segundo o mesmo autor, os estudos atuais sobre as organizações complexas levaram a uma nova perspectiva teórica: a estrutura de uma organização e seu funcionamento são dependentes da interface com o ambiente externo e a mais notável contribuição dos autores da abordagem contingencial está na identificação das variáveis que produzem maior impacto sobre a organização, como ambiente e tecnologia, para então prever as diferenças na estrutura e no funcionamento das organizações devidas às diferenças nestas variáveis.

Há de ressaltar-se nesta área os paradigmas ou linhas interpretativas que refletem o relacionamento Homem – Natureza – Organizações, em escopo mais amplo, que se encontram aglutinados em torno de três perspectivas: Social dominante, Ambientalismo radical e o Ambientalismo renovado.

Dentre estas alternativas, é a partir do Ambientalismo renovado que se visualiza, em parte, uma “aproximação” para esta problematização tendo em vista que tal perspectiva parte do princípio de que sob o “manto” do ambientalismo encontra-se o pressuposto de visão holística, abrangendo e incluindo as divergências entre integrantes do governo, indústria, público tanto quanto processos de negociação quanto na implementação, ou seja, que se reporta ao mundo real com suas contradições.(EGRI et al,1998,p.380).

Segundo Egri et all. (1998,p.371/375), a origem do Ambientalismo renovado localiza-se nas críticas ao industrialismo do séc. XIX que alertavam ao público para os efeitos da degradação em termos ambientais – naturais e sociais. Por outro lado, tal perspectiva, segundo alguns autores, é a menos clara conceitualmente, porque representa o estado atual da sociedade humana, em que se identifica fluxo e mudança com relação ao ambiente natural, ou seja, é analisada a sociedade em seu devir. É ainda o lugar dos debates políticos

e sociais, com relação aos fins, às formas e aos meios de solucionar as inquietações ecológicas.

Entretanto, é a partir da concepção ou princípio de que as atividades organizacionais não são independentes dos sistemas sociais, econômicos, culturais, políticos e técnicos, dos quais são uma parte “(ibidem,p.384) que vislumbra-se a anuência com este paradigma, tendo em vista que desta maneira é possível incorporar as preocupações na ordem de complexidade do mundo teórico /real/empírico”.

Contudo, observa-se que, para a constituição do processo de problematização, esta área “padece” do mesmo problema em que se encontram os pressupostos da análise funcionalista, pois a problemática torna relevante à medida que solicita uma intervenção de caráter pragmático, bem como está condicionada ao caráter prescritivo postulado ao pesquisador que deve sinalizar sobre como a prática organizacional deveria ser.

É a partir deste cenário que sinalizamos para os limites e desafios do pesquisador na construção de suporte analítico de compreensão da problemática das novas biotecnologias, apontando para o seguinte questionamento:

É possível a construção de uma abordagem que contemple e integre as formas das quais essas dimensões, teórica e prática se polarizem em torno de objetivos comuns, buscando-se, não somente apreendê-las no que concerne à conjuntura atual, mas redimensioná-las, procurando entender como interesses, estratégias e práxis diferenciadas sinalizam para um realinhamento de interpretação sobre o tema em questão?

No que diz respeito ao processo de construção de interpretações das organizações, é no âmbito de outras abordagens da área como, por exemplo, a área de Estudos Organizacionais, que se constituem em uma vertente que contempla uma ampla diversidade de temáticas, que se torna possível observar a proeminência de outros enfoques, marcada pela constante reflexividade entre seus pesquisadores que se coteja uma reflexão sobre a problemática.

Nesta área, para alguns pesquisadores, suas diferentes abordagens refletem o estado de arte dos estudos em face das mudanças no âmbito da sociedade; para outros, os estudos organizacionais são “conversações” ou “vozes do centro da análise” e, enquanto tal reflete a vulnerabilidade ou reflexividade da dimensão empírica, ainda resultante das práticas de seus pesquisadores que são “forçados” a reexaminar, de maneira reflexiva, sua relação com

o próprio processo de pesquisa e o conhecimento que produzem, tendo em vista que estas conversações e suas práticas correspondentes se encontram relacionadas a um cenário de disputas.(CLEGG,1998,p.30).

O fundamento desta problematização encontra-se sugeridos e presentes nos textos da Versão Brasileira dos *Handbooks* de Estudos Organizacionais, especificamente no que diz respeito às interconexões entre teoria e prática, tendo em vista que o “ofício” dos pesquisadores nesta área, além de se constituir um esforço de compreensão do mundo social/ empírico que se representa e que se entende como tal, resulta ainda de uma prática social constituída pela percepção do cientista e, por extensão, de suas representações que anelam realidade empírica e sistemas simbólicos.

Neste sentido, torna-se necessário ressaltar que se entende o processo de construção teórica não somente enquanto desafio na medida em que a teoria das organizações como tantas outras práticas é também uma prática de representação que traz em si um amplo leque de incertezas, mas tanto quanto ao objeto em si, as organizações, e, sobretudo, quando se remete ao fenômeno que se encontra como pano de fundo desta discussão (os transgênicos) tendo em vista que se trata de um tema/fenômeno relativamente novo, em curso, e que tem subjacente ainda imprecisões, incertezas, etc.

Corroboramos com Ortiz (2002), quando se refere ao trabalho intelectual, sinalizando para a idéia de que este se constitui em um processo artesanal que, além de não poder ser produzido em série, traz singularidades, particularidades e que nos remete a um fazer artesanal similar a um tipo de afazer doméstico: a costura, em que se combinam fios, efetua-se corte, etc, daí a expressão “costurar idéias” e, sobretudo, pelo fato de que este fazer artesanal, expresso na forma ou modalidade de teorização é resultante de uma composição entre teorias e dados que transcendem e ao mesmo tempo nos remetem a contexto teórico e empírico.

Um outro argumento acerca da teorização em Estudos Organizacionais está contemplado na problematização apontada por Clegg (1998,p.298) no que diz respeito às identidades dos profissionais/pesquisadores de organizações quando afirma que:“A natureza de qualquer identidade é contingente com práticas discursivas: teóricos teorizam de acordo com as condições de um processo discursivo particular, eles especificam a relação teoria/prática também em condições de práticas discursivas”.

Esta construção deve estar referendada por tendências empíricas e teóricas, e que, por extensão, envolve valores, ideologias, escolhas epistemológicas, etc. Portanto, a teoria das organizações como tantas outras práticas, é também uma representação. Para Clegg (2001,p.297), a construção das representações é uma das maneiras encontradas pelos pesquisadores para dar sentido às idéias que se realizam sobre as organizações e, por resultante, uma maneira de expressar suas identidades.

É a partir desta perspectiva que o referido autor aponta e explora, no âmbito dos Estudos Organizacionais, as preocupações em torno da própria representação dos sujeitos da pesquisa, sejam estes os pesquisadores, enquanto sujeito da ação; sejam as pessoas que integram os campos de pesquisa, bem como o público.

Da sua reflexão, destaca-se o que se refere a um 3º. sujeito, a saber, os pesquisadores de organizações e, nas entrelinhas, a interface entre teoria e prática, tendo em vista, como ressalta o próprio autor, esta problemática é de certa maneira colocada de lado, não se procedendo a um aprofundamento deste relacionamento. Para este autor, existiria uma tipologia, em que se pode identificar onde e como atuam estes sujeitos: Primeiro, existiriam aqueles que optam por ficar de fora das conversações relacionadas à pesquisa/prática. Um segundo grupo, tendo por foco a ligação entre teoria e prática, entretanto, realizam prescrições sobre como as práticas das organizações deveriam ser.

Quando realiza um contraponto entre estas práticas (representações) e a problemática da identidade, Clegg enfatiza que as diferentes abordagens sobre as organizações representam as identidades construídas e enraizadas nos discursos de seus autores/atores e por extensão resultam em distintas conclusões.

Afirma ainda que na constituição deste processo, três questões são essenciais: diferenciação; a auto-referência; e o reconhecimento dos outros. Questões estas que se encontram de maneira inter-relacionadas. A delimitação do espaço, a definição de fronteiras, ou de quarteirões, como fazem os gatos, que se “distanciam” de outrem, como assinala:

Traçar fronteiras facilita a criação de uma auto – imagem e, por sua vez, torna mais fácil reconhecer os outros, os de fora, os alienígenas, os inimigos. Quanto mais claramente o inimigo puder ser visto na luta, mais diferente ele parece, mais cedo e mais forte emerge uma identidade separada.

Neste cenário que resulta em disputa paradigmática se estabelecem critérios e adversidades e, por extensão, estimula o que o autor intitula de “conversações” e que constituem o cerne das representações e da capacidade de reflexividade realizada pelos seus autores/atores.

Enfatiza-se ainda que esta prática tem como fundamento as posições teóricas assumidas e que podem ser julgadas de acordo com 03 critérios: diferenciação, que tem como princípio os modos como as teorias se separam das práticas dos indivíduos nas organizações que as sustentam. O centro deste princípio é a suposta mediação que deverá existir e/ou se consolidar em função da anuência entre o pressuposto que balizou a investigação em sua interface com as “aspirações” com o grupo pesquisado.

Um segundo critério, a oferta e demanda de imagens de referência, tem como base a correlação e harmonia entre a teoria utilizada e o auto-reconhecimento e, por fim, a extensão do reconhecimento pluralista positivo ou negativo em que se postula a realização, satisfação e reconhecimento dos pares do que está sendo representado.

Por um outro lado, Stablein(2001), ao refletir sobre a operacionalização da representação, nos apresenta a importância no tratamento, ou tradução, dos dados em Estudos Organizacionais, pois considera que, através do tratamento ou tradução dos dados, esforça-se por compreender o mundo social, ressaltando-se que estes refletem atitudes, experiências, artefatos, símbolos, textos, etc tanto dos sujeitos que fazem parte do universo pesquisado, bem como de quem os interpreta/traduz. Ressalta ainda que os dados são representações que mantêm uma correspondência de duas vias entre uma realidade empírica e um sistema simbólico.

Para exemplificar a operacionalização deste processo de representação, o referido autor sinaliza para três características universais das pesquisas em Estudos Organizacionais e o pressuposto que está contido nas entrelinhas das mesmas: propósito do pesquisador; audiência e dados.

Para este autor, o propósito do pesquisador está relacionado a um conjunto de interesses na linha Habermasiana: Técnico, em controlar e predizer; Prático, ao adquirir compreensão mútua orientada para a ação, e o interesse Emancipatório que enfatiza as representações e sugerem “coisas” que são representadas e traduzidas para que as pessoas possam compreender uma determinada realidade. (p. 90)

No que diz respeito à audiência, considera que, além do público que se constitui em possíveis leitores dos resultados de suas representações, é, sobretudo importante a publicização e as comunicações aos pares que, por extensão, se constituem e fundamentam as pesquisas e seus autores/atores.

Por fim, considera que os dados, além de representarem aspectos de uma realidade organizacional, resultam em empreendimentos intelectuais que também são de natureza econômica, social, política, etc. ou como afirma: “os dados são representações de coisas empíricas e estas são nossas idéias sobre a realidade empírica” e sua validação está referendada pela interpretação, capacidade de reflexão do pesquisador em dar coerência teórica, metodológica e epistemológica à configuração do que está sendo representado.

Neste processo de operacionalização, re–afirmação e construção de representações do pesquisador em Estudos Organizacionais, Marsden (2001) resgata a discussão sobre a relação entre teoria e prática, e pontua como esta suposta distinção foi se estabelecendo na moldura dos estudos organizacionais, particularmente através das teorias organizacionais. Enfatiza, contudo, que esta é uma visão ingênua, tendo em vista a co-extensividade entre ambas e, por resultante, apresenta-nos o seguinte argumento: “[...] a maioria das práticas operacionaliza alguma teoria, por mais implícita, vaga e contraditória que ela possa ser.”

Em verdade, enfatiza que na moldura desta discussão, se encontra a disputa paradigmática e epistemológica entre a ciência organizacional “normal” e uma “contra – normal” que tem em seu cerne o debate teórico e acadêmico a partir das perspectivas Marxista e Weberiana.

Buscando a interface com os estudos organizacionais, Marsden sinaliza para a apropriação realizada pelos teóricos organizacionais que, segundo este: “[...] quiseram utilizar a ciência social para a tarefa de organizar eficientemente o trabalho em uma força produtiva para o capital. Eles estabeleceram o conceito predominante de prática para os estudos organizacionais: a gestão”.

Partindo do conceito de organização, Marsden ressalta o aspecto positivista que balizou os primeiros estudos e aponta que:

Os teóricos da organizacional formal e informal compartilhavam um interesse em diagnosticar as causas da ineficiência dentro das organizações e na prescrição de como elas podem tornar-se mais eficientes pela averiguação das

condições subjacentes mediante as quais a realização das metas é promovida ou dificultada.

Princípios estes modeladores dos estudos organizacionais enquanto ciência aplicada para as organizações, em que ressaltam-se ainda que tais métodos podem ser assemelhados aos utilizados nas ciências naturais em face de tamanha precisão. Neste sentido, Marsden aponta para os Estudos de Aston como exemplo mais significativo desta modalidade /estilo de pesquisa. E indica que a abordagem de Aston traduziu conceitos teóricos em variáveis mensuráveis, independentes e dependentes. Cabe ressaltar que, nas entrelinhas ou como ponto de partida destes estudos, encontra-se, por exemplo, a teoria da contingência.

A ciência organizacional normal por outro lado resgata a preocupação entre indivíduo e organização e, por extensão, das relações sociais dentro das organizações. Neste âmbito, Marsden considera que como resultante destas pesquisas abriu-se um leque de estudos para outras abordagens, contudo não foi suficiente para expressar sua validade ou legitimidade, talvez pela “verve” americana presente na formação de seus teóricos ou pelo fato não explicitar sua universalidade teórica.

Como contraponto e evolução teórica desta correlação teoria e prática, Marsden apresenta os fundamentos da ciência organizacional “contra – normal” que preenche as lacunas particularmente no que diz respeito às características humanas da organização que, segundo o referido autor, “escapam aos cálculos – a afetividade humana.

O expoente destes trabalhos é Silverman que transformou o descontentamento em uma alternativa teórica, tomando por base o conceito de ação social Weberiano, tendo como justificativa o fato de que “[...] as organizações devem ser explicadas pelo conhecimento das intenções que fazem as pessoas agirem, e isso requer um conjunto de técnicas completamente diferente das utilizadas pelos pesquisadores organizacionais positivistas”.

Os estudos de Silverman apontam ainda para as seguintes questões: destruição das metas organizacionais unitárias para expressar a pluralidade de metas de grupos rivais dentro das organizações; a expectativa em torno do que se espera que as pessoas façam e dizem para o que elas fazem de fato. Marsden considera que esta perspectiva estimulou a pesquisa e tornou explícita a estrutura e o significado implícito da experiência humana.

Entretanto, tal perspectiva não foi suficientemente crítica e foi substanciada por um outro conjunto de conceitos e teorias, a título de exemplo, as questões relativas a poder, controle, processos de trabalho. A base conceitual destas modificações tem seus fundamentos teóricos nos estudos do Marxismo tradicional e de Michel Foucault que apontam para as possibilidades de tratar-se com conceitos em que as práticas dos indivíduos sejam visualizadas tendo em vista o seu contorno organizacional e conjuntural.

Cabe ressaltar que estas questões se encontra o debate entre modernistas e pós-modernistas em torno da noção de mudança. Tanto um quanto outro analisam as organizações sob prismas distintos e que apresentam lacunas de ambos os lados.

Por fim, Marsden ressalta que independente das questões particulares das distintas perspectivas teóricas, o elemento crucial é refletir sobre o lugar da dimensão das práticas humanas nas organizações. Como finaliza: “[...] Quando se administra sem considerar as pessoas, qualquer coisa fica moralmente permissível. O lócus do relacionamento teoria-prática deve ser uma interrogação ética a respeito da experiência, como cada um se administra, a prática diária de cada um vis a vis dos outros.”

Buscando-se uma interface entre os liames deste processo de construção das representações em áreas afins, tendo em vista que as preocupações em torno desta problemática perpassam a maioria das ciências humanas, encontramos, em Ortiz (2002) algumas pistas que podem elucidar ou, pelo menos, sinalizar para algumas alternativas desta problemática. Segundo este autor, metodologicamente, o objeto de pesquisa é um artefato feito pedaço por pedaço e que resulta, através do trabalho do pesquisador, em uma totalidade.

O que diferencia os pesquisadores/autores/atores no cenário acadêmico de outros é a necessidade que aqueles têm de libertar-se das noções do senso comum, depurá-las e transforma-las em abstrações complexas que funcionem como categorias analíticas do pensamento, ou seja, metaforicamente uma ruptura com o mundo real, empírico, entretanto e paradoxalmente, contém em si uma proposição ambivalente: o rigor e o controle científico e uma vinculação visceral às “coisas” do mundo.

A justificativa para buscar-se a interconexão deste processo de representações e a temática das novas biotecnologias, além de estar contida em uma preocupação em curso, sobre o processo de construção teórica em ambas ciências, está fundada em uma

preocupação de natureza epistemológica como assinala Wolin apud in Marsden(1998,p.33): “[...] teorias não são como explorações em que se planta uma bandeira quando se chega lá pela 1ª vez. Elas são ataques a outra teoria. Elas debatem em terreno que já está seguro e assim não só tem que estabelecer sua própria legitimidade, mas também deslegitimar a teoria prevalecente”.

Segundo Leff (2002), tanto a problemática teórica quanto pragmática da questão ambiental solicita a articulação de conceitos provenientes de diferentes ciências e, por extensão, emerge daí o sujeito ideológico que pode articular, pensar e dizer no terreno de uma teoria e no campo da luta de classes as combinações e entrelaçamento de saberes resultando uma práxis conceitual e discursiva capaz de promover um projeto diferente de civilização. Ainda, segundo este autor:

Não são os conceitos e métodos de uma ciência os que são desterrados de seu campo de conhecimento e forçados a implantar-se em outras regiões” e sim os sujeitos teóricos que imersos em processos e ideológicos e movidos por interesses o colocam em circulação em diferentes estratégias, onde o sujeito não é somente suporte, mas, sobretudo um agente do conhecimento.

Assim a capilaridade da práxis dos sujeitos, quanto aos processos de apropriação derivado da combinação de múltiplas experiências e informações, requer um aprofundamento e, neste sentido, em termos de operacionalização, é que encontramos em Ortiz uma singular contribuição. Para este, ao costurar-se as idéias, no sentido próprio sugerido, um dos desafios colocados para o sujeito/autor está em resgatar e combinar as informações deste mundo real que diz respeito aos desafios/incertezas colocados pelos OGMs/Transgênicos, enquanto dados, efetivando a correspondência sugerida por Stablein, entre uma realidade empírica e um sistema simbólico.

Contudo, neste processo de apropriação de conhecimentos e materialização na práxis, um outro desafio de natureza mais ampla e complexa emerge, sobretudo, em relação à possibilidade de transcender as perspectivas funcionalistas e prescritivas presentes nas abordagens no campo da problemática ambiental, que promovem somente ajustes incrementais e secundário, em vez de mudanças de caráter transformador.

Neste sentido, corrobora-se com Guimarães(2005,p.12) quando ressalta que a questão ambiental já não pode ser reduzida a um desafio tecnológico de encontrar formas para restaurar o ambiente das intervenções provocadas por atividades humanas, e sim buscar as

respostas aos desafios da contaminação e da destruição do patrimônio natural, a partir da compreensão das formas de organização social e econômica encontradas no sistema social, em que os seres humanos são os atores sociais, por excelência, da construção da sustentabilidade em todas as suas dimensões no âmbito da sociedade capitalista.

3.2.2 As relações de poder e a gestão dos conflitos organizacionais: A contribuição dos Estudos Organizacionais.

Algumas incursões teóricas mais recentes vêm sinalizando para a noção de conflitos no pensamento administrativo. O caráter difuso desta literatura que agrega a concepção de conflitos têm em vista que tais estudos apresentam a problemática de maneira fragmentada ou atende a uma faceta estrita, como, por exemplo, as relações de poder⁷ ou ainda estudos empíricos e essencialmente descritivos de caso que possibilitam identificar recentes contribuições que problematizam tal concepção à luz de questões cadentes dos problemas sociais.

É, sobretudo entre as contribuições oriundas da interface entre Estudos Organizacionais (EOS) e a Teoria Institucional, especificamente a partir do conceito de campo organizacional, que se visualiza, de maneira mais efetiva, uma importante interface para a problemática desta investigação.

A partir da categoria campo organizacional, tendo como contexto a problematização da questão ambiental em que se incorpora outros elementos como, por exemplo, a perspectiva de que o termo ambiente esteja se referindo a fatores externos, físicos e biológicos que influenciam a sobrevivência, o crescimento, o desenvolvimento das organizações, vislumbra-se o entendimento de que valores sociopolíticos humanos estão envolvidos no processo de conceitualização dos termos e serão utilizados nos fóruns de discussões públicos e privados e que resultarão no entendimento da interação entre relações humanas e ambiente natural.

Vieira (2003,p.11) ressalta que esta interface/capilaridade entre as referidas áreas tem se evidenciado a partir da década de 80, e tornou crescente o apoio entre EOS e a Teoria Institucional. Indica que esta última tem sido útil para análise das organizações, em que o conceito de campo organizacional é um elemento central dessa teoria.

O referido autor chama a atenção, em termos de operacionalização, da importância do conceito de campo organizacional considerando que:

A aplicação do conceito de campo organizacional pode indicar o desempenho ou a trajetória de uma organização, ou de um grupo de organizações, estão vinculadas às diretrizes valorativas e normativas dadas por atores externos, que se inserem nos diferentes níveis das organizações afetando sua política e estrutura.

Através da abordagem de campo organizacional, é possível incluir distintos sujeitos, relevantes, “cujos recursos de poder não sejam necessariamente de ordem econômica”. Cita-se a título de exemplo o papel da Igreja Católica contra a clonagem humana no campo da biotecnologia e que está fundamentado na manipulação de valores religiosos.

Um outro dado ou característica que sinaliza para relevante contribuição desta abordagem, quanto à problemática das novas biotecnologias à luz de perspectiva dialética para análise da formação e configuração de um campo organizacional, diz respeito ao caráter interdisciplinar solicitado e que exerce um papel fundamental na explicação da complexidade deste nível de análise.

Assim, para a delimitação de um campo organizacional, chama atenção a centralidade da variável poder, e os interesses e conflitos, para a definição das relações e posições no campo organizacional, enquanto rede que interage e permite compreender como se formam e originam.

Apesar de se considerar as importantes contribuições oriundas da interface EOS e a Teoria Institucional no que diz respeito ao conceito de campo organizacional, enquanto categoria seminal, para o entendimento de nossa problemática, observa-se uma fragilidade epistemológica do potencial explicativo dos conflitos organizacionais enquanto elementos constituintes do campo organizacional, e, por resultante, de uma totalidade que permita uma relação dupla, de ida e volta, para visibilizar-se o *devoir* deste processo de estruturação e configuração da performance dos diferentes sujeitos no campo organizacional.

Considera-se que as organizações envolvidas são objetos históricos, significando, portanto que estão inseridas em uma dinâmica processual que deve estar contemplada nos

⁷ FARIA (2004) se detém de maneira original ao problematizar as relações de poder na esfera organizacional; Milano e Misoczky (2003) atem-se a elaborações tendenciadas nas contribuições de Foucault e Bourdieu.

recursos metodológicos, utilizados para encaminhar a resolução dos problemas de natureza científica, como assinala Minayo (1999,p.14).

Em função deste significado histórico e em observância às questões de natureza pragmática, observadas a partir das transformações propiciadas pelas inovações biotecnológicas e, que tem em seu cerne a problemática da questão ambiental, considera-se que estas organizações são espaços em que se encontram diferenças e singularidades e resultam, por extensão, em espaços de estratégias que se renovam em função de demandas que agregam e tecem silenciosamente a gênese de novas relações sociais.

Contudo, neste processo de apropriação de conhecimento e materialização na práxis, um outro desafio de natureza mais ampla e complexa emerge, sobretudo, no que diz respeito à possibilidade de transcender às perspectivas funcionalistas e prescritivas presentes nas abordagens da problemática ambiental, que promovem somente ajustes incrementais e secundários, em vez de mudanças de caráter inovador e radical.

Rondeau (2000) enfatiza a importância desta problemática ao ressaltar que somente a partir da 2ª metade dos anos 70, as publicações sobre gestão abriram um espaço para a questão dos conflitos nas organizações. Abertura que propiciou a constituição de um corpo de conhecimentos extenso e de singular importância.

Considera que a definição de conflitos, tratada sob uma perspectiva diádica (que envolve duas partes), permite contribuir para a análise desta concepção do pensamento administrativo. Sendo assim, para este autor, a definição de conflitos se caracteriza quando “[...] uma parte – individuo ou grupo – percebe um outro como um obstáculo à satisfação de suas preocupações”.

Aprofundando-se nas características associadas à existência do conflito (interdependência, incompatibilidade e interação), o supracitado autor destaca como as perspectivas teóricas nesta área foram elaborando e substanciando a abordagem dos modelos organizacionais. Destaca neste sentido os 04 modelos que alicerçam tal compreensão: Racional, Relações humanas, Político e o Sistêmico.

No primeiro é destacado a concepção de conflito enquanto elemento “ruim” porque afeta a eficiência organizacional e solicita a elaboração de mecanismo estruturais⁸ que

⁸ A título de exemplo: Definição das tarefas, regras e métodos; redução das interfaces entre as tarefas e por fim a concentração do poder em hierarquias.

venham reduzir tal influência. Destaquem-se, nesta abordagem, as perspectivas Tayloristas, especificamente a organização científica do trabalho.

No modelo das Relações humanas, o conflito é tomado à luz da lógica ou dimensão psico-social do trabalho, sendo que este é considerado “imoral” porque prejudica as exigências de colaboração entre as partes. De similar maneira, implementam-se mecanismos para tornar mais harmoniosas as relações sociais no âmbito das organizações.

Já o modelo Político prioriza o entendimento do conflito como elemento “natural” e reconhece a natureza estratégica entre os diversos grupos que compõem a organização. Neste sentido, elaboram-se mecanismos como, por exemplo, fóruns de negociação em que se possam encaminhar as questões de base que fundamentam o conflito. Há de destacar-se, contudo em concordância com Bredariol(2002,p.02), que a experiência brasileira de mediação de conflitos nestes moldes aparecem com mais vigor no âmbito da área trabalhista, enquanto que nas questões que envolvem ou estão relacionadas à problemática ambiental tal perspectiva tem sido trabalhada na ótica de construção e problematização das políticas ambientais.

O modelo sistêmico pressupõe o reconhecimento do princípio de troca e da interfluência contínua entre várias dimensões que permeiam os conflitos das organizações. Assim o conflito é visto como “inevitável” e “funcional” considerando que a organização é composta de sistemas não estritamente técnicos, mas também de elementos sociais que se encontram em estreita interação.

Considerando a necessidade de transcender ao escopo das limitações subjacentes a estes modelos, o referido autor apresenta uma proposta analítica para a descrição dos conflitos no meio organizacional subsidiada em 3 níveis diferentes de análise: Estrutural, Dinâmica e Diacrônica. O 1º nível pressupõe a identificação das condições prévias, negociações e variáveis independentes que originou o conflito. O 2º correlaciona as trocas e influências das partes na constituição do conflito, e o 3º nível analisa a transformação do comportamento das partes na dinâmica do conflito, especificamente a história do conflito, a deterioração ou melhoria da relação entre as partes .

Apesar da significativa modelização interpretativa realizada pelo autor em que cada nível apresenta parâmetros passíveis de serem incorporados em nossa problemática para a compreensão dos conflitos no meio organizacional como, por exemplo, os parâmetros que

dizem respeito à pressão social e às forças em jogo nas negociações no decorrer dos conflitos, considera-se que apresenta lacunas à limitação da modalidade de compreensão dos conflitos, ou seja, a forma diádica que não permite, primeiro, a inserção de mais de um elemento/partes no âmbito do conflito e segundo, não permite visibilizar as várias e diversas combinações que possam emergir na compreensão dos conflitos.

Assim entende-se que a prerrogativa de que tal modelização oferece e revela-se como “elementos preciosos” para a intervenção do gestor que sinalizam para a perspectiva presente de natureza prescritiva dos estudos acerca das organizações na área de Administração e que, em nossa compreensão, pouco contribui para visibilizar a possibilidade de uma reflexão que não somente estabeleça uma interface crítica, mas, sobretudo, explicativa da problemática das novas biotecnologias no âmbito da sociedade brasileira.

3.3 A PERSPECTIVA TRÍADE DOS CONFLITOS AMBIENTAIS: PARA ALÉM DA ACONCEITUALIDADE COMO ESTRATÉGIA DE CONSENSO/DISSENSO.

Considera-se que a singularidade do social da sociedade brasileira(biodiversidade, espaço público permeável a demandas ambientais, arcabouço jurídico institucional, emergência de fóruns participativos para tomadas de decisão, como, por exemplo, a realização da MOP-8⁹, em Curitiba, que focalizou dentre outras discussões a rotulagem dos OGMs, etc) enseja a aplicação deste *approach* para análise da Questão ambiental, à luz de uma concepção dialética, em face das biotecnologias.

Tal premissa deve ressaltar a correlação entre as conseqüências e impactos, a partir das várias dimensões– econômica, política, cultural, ambiental, etc – da vida humana, provocadas pelas novas biotecnologias. A incidência de tais conseqüências no âmbito do complexo feixe de dimensões que contemplam as relações sociais, focalizam a

⁹A MOP (Meeting of Parties) é a sigla utilizada no âmbito da CDB - Convenção sobre Diversidade Biológica–para designar a Reunião das Partes, i.e, Reunião dos Países, membros do Protocolo de Cartagena sobre Biossegurança. Já a COP – Conferência das Partes é o órgão supremo decisório no âmbito da CDB. Estas reuniões são realizadas a cada 02 anos em sistema de rodízio entre os continentes. Conta com participação de delegações oficiais de países, organizações acadêmicas, ONG’s, Organizações empresariais, lideranças indígenas, imprensa, etc. Assim aconteceu em Curitiba, em março de 2006, a MOP-8. (Cf. Portal do Ministério das Relações Exteriores e Ministério do Meio Ambiente.).

problemática ambiental como parte do processo e dinâmica do capitalismo face as inovações tecnológicas no âmbito de diversas esferas organizacionais.¹⁰

Uma reflexão crítica quanto à dinâmica das relações sociais, bem como da visibilidade dos novos sujeitos que emergem no âmbito desta problemática, solicita a operacionalização de natureza metodológica da relação dupla de ida e volta. Quanto à explicação da correlação ação - estrutura no âmbito deste “novo” momento de produção capitalista, propiciará uma contribuição efetiva e de caráter explicativo das contradições colocadas por esta problemática.

No âmbito da produção sociológica, as categorias Ação e Estrutura encontram-se abrigadas em distintas abordagens(interacionistas, estruturalistas e suas derivações) que focalizam-se a capacidade e o grau de independência dos indivíduos em relação aos sistemas sociais (SIMMEL; BLUMER). Mais recentemente Giddens, a partir da teoria da estruturação, considera a estrutura de um sistema como propiciadora daquilo que os atores sociais precisam produzir.(Johnson: 1997:04). Tal discussão ganhou como lastro a contribuição Weberiana a partir da Teoria da Ação que tem a compreensão (*verstehen* – em alemão) como ponto de partida explicativo da ação dos indivíduos.

Como sinalizado anteriormente para se fundamentar o suporte teórico e explicativo desta investigação focalizam-se na forma de interface com a Administração, as contribuições da Sociologia, em função da emergência de distintos sujeitos no campo das novas biotecnologias para então problematizar como, e em decorrência dos conflitos organizacionais, é possível visibilizar as novas lógicas subjacentes a este processo, como, por exemplo, os processos de dominação e subversão propiciando assim uma re-leitura dos conflitos organizacionais pela disputa e pelo controle social dos transgênicos no Brasil.

Considera-se que a abordagem dos conflitos à luz das novas biotecnologias tem o advento do capitalismo como máxima desta modalidade de inovação tecnológica que induz, por um lado, a substituição progressiva dos processos de mecanização por uma cientifização dos processos produtivos, de outro, imprime a necessidade de elaboração de arcabouços que articulem conceitos para explicar o processo atual do capital perante os desafios da globalização.

¹⁰ É necessário reconhecer o “esforço” daqueles que realizam tal reflexão tendo como foco o conceito de sustentabilidade, contudo é possível identificar a dificuldade de consenso quanto a resultados teóricos e empíricos (RUSCHEINSKY:2004; SHIKI:2000).

Alguns autores vêm chamando atenção para estudos que tenha como cenário os Estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná e a necessidade de se aprofundar em pesquisas sobre a diversidade de contestações no âmbito da agricultura, especificamente quanto às modificações que estas engendram nas relações sociais, propriedade e atributos dos grupos e atores em conflito. (ALMEIDA,1999; NAVARRO,1996).

Como sugerem Leff(2001),Santos(2002),Dupas(2004) e Tokar(2002), neste novo arcabouço é de fundamental importância articular as práticas sociais de reprodução e transformação social não estritamente enquanto recurso metodológico de uma nova produção teórica, mas, sobretudo, e a partir do entendimento de que tais práticas sociais são resultantes de uma luta social que solicita a visibilidade de um conjunto de saberes que explicam as relações entre sociedade e natureza e que buscam formalizar a constituição de uma racionalidade que esteja integrada à realidade, já que atinge todos os âmbitos da vida social.

Por meio dos conflitos colocados pelas novas biotecnologias problematizam-se interesses disciplinares e os paradigmas do conhecimento consubstancia a emergência de um saber ambiental que conforme Leff, acentua e reorienta o desenvolvimento do conhecimento em 3 níveis: a) orientação de pesquisas e da aplicação dos conhecimentos científicos e técnicos por meio das políticas científicas tecnológicas; b) integração interdisciplinar de especialidades diversas em torno de um objeto e de problemáticas comuns; c) problematização dos paradigmas teóricos de diferentes ciências, possibilitando a re-elaboração de seus conceitos, emergência de novas áreas e constituição de novas disciplinas.

Considera-se que no âmbito da Sociologia dos conflitos ambientais, apesar de reservas quanto à dimensão culturalista, especificamente a partir de uma das suas linhas de abordagem, relacionada ao paradigma dos Novos Movimentos Sociais, onde ressalta-se que indiscutivelmente a produção acadêmica de Gohn(1997;2003 a; 2003 b) tem privilegiado esta performance/práxis dos sujeitos sociais em suas diversas modalidades de organização.

Coteja-se e substancia-se o controle social das novas biotecnologias a partir do conceito de processo político, caracterizado, a partir dos 04 conceitos básicos: a) Estrutura das oportunidades políticas que focalizam os elementos relativos às mudanças no ambiente

sócio – político que permitem ou não as opções de ação e atuação disponíveis; b) Lógica da ação coletiva, caracterizada pelos elementos constituintes da ação quanto ao imbricamento e/ou distanciamento dos interesses políticos; c) Estruturas de mobilização, que contém os elementos constituintes da estrutura material e simbólica (recursos materiais, informações, identificação, etc) que assegurem a realização da ação; d) Repertório contencioso, que contempla os elementos constituintes da ação de modo que expresse os sentidos da ação (valores e recursos simbólicos – slogans, modalidades e conteúdos de interação com a sociedade, etc).

A estruturação do processo teórico–metodológico, com foco nos conflitos, privilegia sua dinâmica em um contexto de transformações macrossociais, e à medida que a interface micro –macro / infra e supraestrutura permite a operacionalização de uma relação de “ida e volta”, engloba parafraseando Chanlat(2001), as dimensões “esquecidas” do campo organizacional contidas no âmbito da teoria das organizações.

Nesta perspectiva considera-se que a interface entre aspectos dos paradigmas clássicos e atuais pode sinalizar para importantes contribuições para o entendimento da problemática das novas biotecnologias. Como subsídio para esta compreensão, é importante aprofundar-se na concepção da política, tomando-a como um desafio teórico, tendo em vista sua correlação com a variável ambiental. Esta última tem sido tratada de maneira dissociada de interesses subjacentes às estratégias dos sujeitos e das relações de poder.

Como ressalta Nogueira(2001,p.29), a política é, acima de tudo aposta na participação, na disposição para interferir, no rumo das coisas, a ser sujeito ativo dos processos sociais. É necessário pensar a questão ambiental como a modalidade de um novo modo de pensar que permita criar inesgotáveis possibilidades de participação dos seres humanos na vida social.

Esta complexidade da política vis a vis da questão ambiental é tratada por Leff(2001,p.31) como uma resposta à fratura da razão modernizadora e como condição para se construir uma nova racionalidade produtiva, fundada no potencial ambiental e em seus novos sentidos civilizacionais.

Ao se referir às forças externas, ao ambiente empresarial, o supracitado autor, neste caso considera que os movimentos sociais mobilizam a arena política para estabelecer

novas alianças, pactos e acordos diferentes das organizações empresariais, sobretudo por introduzir novos valores na ação social e na organização política da sociedade.

É a partir desta premissa que se concebe a importância de aprofundar-se na dimensão política enquanto contribuição para uma nova abordagem dos conflitos ambientais ao considerar-se a seguinte indagação: São irreconciliáveis os interesses entre sujeitos, atores dos diversos segmentos envolvidos no controle social dos transgênicos?

Para substanciar esta problematização, torna-se imprescindível situar a concepção de política como espaço humano, onde se organiza a vida coletiva, tal como um jogo que oferece oportunidades, ameaças e problemas que desafiam a todos para resolvê-los, bem como para construir caminhos, sonhos e futuros. Assim subsidia novos hábitos e valores e possibilita um redimensionamento em nível organizacional que altera não só a estrutura organizacional, mas também os valores de uma nova correlação entre sociedade e natureza em um sistema gerencial das organizações, e as relações com o Estado e a sociedade civil em geral e que, sobretudo, incorpore outros aspectos *a priori* sinalizadores de novas práticas no mundo gerencial e social.

Conforme observado neste capítulo, a questão ambiental no âmbito da teoria social tem em sua primeira versão uma dificuldade endêmica relacionada à delimitação do seu campo conceitual que excluía per se toda e qualquer relação com os recursos naturais, e certamente fazendo jus a sua trajetória no sentido de aprimorar-se e afastar-se das questões relacionadas ao mundo natural. Entretanto, em decorrência dos resultados do processo de modernização, emergem os problemas ambientais que obrigam um refazer-se desta ciência “asséptica” no que diz respeito aos recursos naturais.

O fato desta primeira versão religar-se à questão ambiental à luz dos acidentes ou problemas ambientais, tornou-se evento significativo para o devir da ciência. Neste sentido e no bojo do processo de modernização, os conflitos decorrentes das desigualdades sociais inerentes a este processo possibilitam a constituição de um *corpus* teórico que permitiu, dentre outras questões, a visibilidade das contradições no âmbito da reprodução das relações sociais no processo de transformação da natureza.

Inicialmente, tais conflitos foram interpretados enquanto elemento desagregador dos seres humanos e da harmonia em sociedade que solicitava a elaboração de estratégias e mecanismos que pudessem excluir, se não minimizar tais infortúnios. Observou-se tal

premissa tanto no âmbito da Sociologia, tanto quanto da Administração. Entretanto, à luz de significativas contribuições teóricas desconstroem-se e remodelam-se novas perspectivas que permitem visibilizar os conflitos enquanto possibilidade de novas configurações sociais, excluindo, portanto, o caráter patológico empregado nas primeiras versões.

Assim os conflitos à luz de uma perspectiva ambiental são incorporados à teoria social enquanto facetas de uma nova lógica, que agrega algumas variáveis em seu escopo teórico. Há de destacar-se, contudo, que mesmo com esta inserção, seja no âmbito da sociologia e dos diversos paradigmas ou da Administração, permanecem lacunas quanto às diversas dimensões na perspectiva dialética, tendo em vista a seleção e enfoque de determinados aspectos em detrimento de outros.

Se por um lado, a Sociologia agrega a dimensão ambiental em suas diferentes abordagens, o faz privilegiando, por exemplo, determinações culturais e/ou políticas descoladas de elementos macroestruturais. Já a Administração à luz de contribuições recentes mescla estratégias antigas com novas roupagens com estratégias ainda em curso, em decorrência da aproximação com outras áreas de conhecimentos e que de certo modo minimiza o caráter prescritivo de seu escopo teórico.

As tentativas de se visibilizar as contradições sociais da questão ambiental permanecem esmaecidas em vista das dificuldades supracitadas e também ao considerar que ainda persiste, como no seu início, a necessidade de demarcação dos campos teóricos.

Necessário ressaltar, dentre estas tentativas, a contribuição originada da sociologia dos conflitos ambientais, que permite requalificar o conceito de campo organizacional, considerando-se os conflitos em sua perspectiva tríade (teórica e empírica) que resulta em várias combinações das relações que envolvem as contradições e que permite a visibilidade dos mecanismos de consenso/dissenso para além de sua aparência, em tese, contraditórios, mas que se analisados dialética e politicamente sinalizam para a confluência perversa em face do neoliberalismo, para além da aconceitualidade, nas teorias sociais contemporâneas.

Busca-se assim identificar as principais organizações no contexto da sociedade brasileira, seus princípios e raio de ação das (in)certezas contidas nas ações organizacionais em que se produz, regulamenta e contestam-se as novas biotecnologias e que configuram um modelo de desenvolvimento da sociedade capitalista. A partir desta

análise, cuja tessitura envolve abordagens com clivagens diversificadas de organizações de várias matrizes, configurações e performances que incide o foco do próximo capítulo.

4 OS CONFLITOS AMBIENTAIS PELO CONTROLE SOCIAL DOS TRANSGÊNICOS NO BRASIL.

Os conflitos ambientais pelo controle social dos transgênicos no Brasil ganha expressividade através das ações das organizações governamentais e não-governamentais envolvidas na problemática, sobretudo ao se considerar os vários significados pelos quais a questão ambiental passa a ter na estruturação e reestruturação destas organizações.

Assim o objetivo deste capítulo é retratar a configuração destes conflitos que nos permitirá apontar para uma re-leitura dos conflitos ambientais entre essas organizações. Procede-se à reconstrução do processo analítico, tomando como fundamento os 04 parâmetros do processo político, distribuídos em dois recortes contextuais, classificados de acordo com as informações coletadas na pesquisa documental.

Para substanciar as injunções do contexto histórico, a identificação dos principais oponentes internos e externos, principais temas/debates e seus respectivos resultados busca-se o conceito de processo político:(Estrutura das oportunidades políticas; Lógica da ação; Estruturas de mobilização e Repertório contencioso) para o entendimento das várias nuances dos conflitos ambientais entre as organizações, especificamente ao entendimento do conflito como um processo contencioso, redimensionando-o na gestão dos conflitos, nas organizações no âmbito da Administração.

Em um primeiro momento, apresentam-se os cenários ilustrativos da problemática com as seguintes características: O Cenário I-1998/2002, que contém informações relativas especificamente ao 2º mandato do presidente Fernando Henrique Cardoso, intitulado “Entre a liberação dos OGMs/Transgênicos para além da Moratória Judicial: Os liames constitutivos de uma arena polifônica” que contemporiza o período em que a problemática dos transgênicos no Brasil é ao mesmo tempo de “omissão” e posicionamento do governo à liberação comercial dos OGMs/Transgênicos, bem como ilustra os encaminhamentos desencontrados entre os diversos órgãos governamentais. O ponto de partida para reconstrução deste cenário foi o parecer favorável da CTNBio – Comissão Técnica Nacional de Biossegurança - a liberação da soja *Ready Roundup* da empresa Monsanto¹

¹ É significativo ainda deste período o lançamento do programa “Avança Brasil” anunciado como um projeto nacional de desenvolvimento que continha em linhas gerais a perspectiva de um Brasil mais “justo”, com

Já o Cenário II – 2003/2006, intitulado “A oficialização da (i) legalidade à luz da Lei de Biossegurança” expressa as informações relativas ao período do 1º mandato do Presidente Luís Inácio Lula da Silva em que retrata as expectativas e esperanças das organizações em torno do “novo” governo, e, posteriormente o desencanto quanto aos compromissos sinalizados em campanha, e não assumidos/cumpridos como, por exemplo, a promulgação de decretos, medidas provisórias, etc confirmando a liberação comercial dos OGMs/Transgênicos, sem a tão aclamada e prometida participação da sociedade civil.

Em um segundo momento, utiliza-se a síntese desta configuração ilustrativa, destes cenários para subsidiar a reflexão e construção de um quadro analítico que contemple, através dos principais mecanismos pelos quais as instituições governamentais e não-governamentais internalizam a questão ambiental enquanto estratégia de consenso/dissenso, no âmbito da disputa dos OGMs/Transgênicos no Brasil.

Tomou-se, como referência para a reconstrução destas trajetórias, as ações organizacionais em alguns momentos de mediação, outros de conflitos considerando ainda que estas formas fundamentam a reorganização de espaços socialmente construídos e, portanto, expressam o sentido e direção das relações sociais de produção no modo de produção capitalista na sociedade contemporânea. A síntese destes conteúdos permitirá questionar a linha tênue entre consenso/dissenso no âmbito das políticas neoliberais e o papel das diversas organizações neste contexto.

4.1 QUEM É QUEM NA DISPUTA PELO CONTROLE SOCIAL DOS TRANSGÊNICOS NO BRASIL: A TRAJETÓRIA E COMPOSIÇÃO DAS ORGANIZAÇÕES.

A primeira etapa de operacionalização da pesquisa esteve subsidiada em pesquisa exploratória, que objetivou, inicialmente, identificar as organizações e as principais questões decorrentes de sua problemática. Neste percurso, visibilizou-se um amplo conjunto de organizações envolvidas na problemática dos OGMs/Transgênicos no contexto da sociedade brasileira, relacionadas respectivamente a Produção e Comercialização(A); Regulamentação(B) e Contestação(C). Figura 2

desenvolvimento sustentável. Merece destaque neste programa a inserção do componente ambiental como

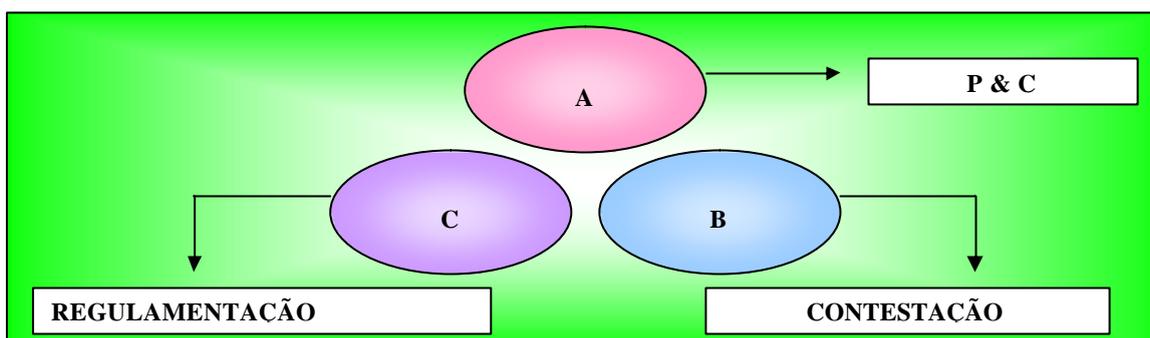


Figura 2 – Universo das organizações relacionadas à P&C; regulamentação e contestação pesquisada.

Observa-se uma diversidade de organizações no interior de cada segmento que pode ser justificada pelos diversos interesses e objetivos relacionados à problemática. No segmento das organizações governamentais, encontram-se, por exemplo, os ministérios (Meio ambiente; Desenvolvimento agrário; Ciência e Tecnologia; As agências reguladoras; Institutos de pesquisas, etc). Apêndice A

Dentre as organizações não-governamentais (empresas), encontra-se, por exemplo, uma subdivisão que envolve organizações nacionais, internacionais e multinacionais, sendo que o segmento destas últimas é extremamente diverso. Há ainda, no segmento da sociedade civil, a mesma diversidade que conta com ONG's ambientalistas, Movimentos sociais, Órgãos de Defesa do consumidor, Entidades de classes, etc. Quadro 5

Quadro – Caracterização das Organizações governamentais e Não-governamentais.

ORGANIZAÇÕES GOVERNAMENTAIS	ORGANIZAÇÕES NÃO – GOVERNAMENTAIS
<ul style="list-style-type: none"> ▪ PRODUÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO: ✓ Institutos e laboratórios de pesquisas (estaduais e federais): EMBRAPA e Fundação Mato Grosso. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ PRODUÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO: ✓ Empresas nacionais e multinacionais: Unimilho, Monsoy, Perdigão, Knorr, Makro, Carrefour, Batato, Nestlé, Monsanto, Novartis, Cargill, Syngenta, Bunge, Bayer e Dupont. ✓ Laboratórios e Institutos de pesquisas (particulares, estaduais e federais) Coodetec, ABIA
<ul style="list-style-type: none"> ▪ REGULAMENTAÇÃO: ✓ Ministérios: Meio ambiente, Ciência e Tecnologia, Desenvolvimento agrário, Saúde, Agricultura, pecuária e abastecimento, Público Federal e Justiça. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ CONTESTAÇÃO: ✓ Movimentos sociais urbanos e rurais, Ambientalistas, Entidades de classes, Organizações científicas e ONG's: Terra dos direitos, AS-PTa, ANPA, Esplar, Action

parte do projeto de nacional de desenvolvimento. (LITTLE: 2003).

<ul style="list-style-type: none"> ▪ Agências e órgãos de regulação: IBAMA, ANVISA, CTNBio, CONAMA, CONSEA 	<ul style="list-style-type: none"> – Aid, INESC, FASE, MST, Via Campesina, WWF, ABRA, ISA, SBPC, ABC, Greenpeace, ANJUR, ANPR, etc.
	<ul style="list-style-type: none"> ▪ REGULAMENTAÇÃO: IDEC

Fonte: Sites organizacionais.

Considerando esta diversidade, tornou-se necessário a realização de uma “leitura flutuante” nos documentos e textos relativos à problemática de cada segmento como sugere Bardin(2002). Assim empreendeu-se um recorte temporal que resultou na delimitação de uma ampla categoria de documentos de domínio público(acesso livre e regulamentado) destas organizações e por resultante elencou-se as principais organizações, arquétipos da disputa, a saber: Comissão Técnica Nacional de Biossegurança(CTNBio);Monsanto-Brasil e Greenpeace – Brasil. Quadro 6

Quadro 6 – Documentos selecionados e organizações.

ORGANIZAÇÕES.	DOCUMENTOS
1.CTNBIO	Atas de reuniões ordinárias e extraordinárias. (2003 – 2007). Medidas provisórias e Decretos - Lei. Relatórios Anuais de atividades.(1999; 2002)
2.MONSANTO	Notícias eletrônicas diárias.(2000 – 2004) Boletins eletrônicos (Monsanto em campo-2005). Modelo de Sistema de Gestão Ambiental. Revistas organizacionais.
3.GREENPEACE	Relatórios anuais de atividades (1999 a 2006); Notícias eletrônicas diárias.(2000 – 2006) Diários de Bordo das Campanhas relacionadas ao tema; Resultados de estudos e pesquisas de opinião e conjuntura econômica.

Fonte: Autora

Para sistematizar e manipulação as várias modalidades de documentos, elaborou-se uma nomenclatura para cada categoria ou modalidade de documento em consenso com a nomenclatura da organização, em concomitância com o ano respectivo do documento. Ex: NEDC – 2002. (Notícia Eletrônica Diária da Ctnbio – relativa ao ano de 2002.).

Tal procedimento teve o intuito de facilitar a identificação da autoria das passagens ou trechos dos documentos utilizados para a reconstrução das trajetórias organizacionais e, sobretudo para a sistematização e elaboração do quadro analítico que contempla os parâmetros do processo político. Quadro 7

Quadro 7 - Nomenclatura dos documentos / organizações.

DOCUMENTOS	ORGANIZAÇÃO		
	CTNBio	Monsanto	Greenpeace
2.1. Notícias eletrônicas(diárias e não diárias).	NEDC/NENDC	NEDM/ NENDM	NEDG/ NENDG
2.2. Docs. normativos/jurídicos.	DOCNC	DOCNM	DOCNG
2.3. Revistas organizacionais.	REORC	REORM	REORG
2.4. Relatórios de pesquisas e estudos.	REPEC	REPEM	REPEG
2.5. Relatórios anuais de ativ. da organização.	RATORC	RATORM	RATORG
2.6. Resultados de pesquisas de opinião.	REPOC	REPOM	REPOG
2.7. Atas de reuniões	AROC	SR	SR

Fonte: Autora – SR = Sem Registro.

4.1.1 A (i)legitimidade contestada: Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNBio).

A CTNBio (Comissão Técnica Nacional de Biossegurança) é integrante do Ministério da Ciência e Tecnologia, caracteriza-se como uma instância colegiada multidisciplinar de caráter consultivo e deliberativo, para prestar apoio técnico e de assessoramento ao Governo Federal na formulação, atualização e implementação da Política Nacional de Biossegurança (PNB) de OGMs e seus derivados, como também para o estabelecimento de normas técnicas de segurança e de pareceres técnicos referentes à autorização para atividades que envolvam pesquisa e uso comercial de OGM e seus derivados, com base na avaliação de seu risco zoonossanitário à Saúde Humana e ao meio ambiente".(NENDC – 2004).

Desde a sua criação, 1995, vem passando por modificações constantes em sua composição, seja quantitativa bem como no *modus operandi*. Necessário destacar que a comissão passou por um processo de ausência de legitimidade perante os outros órgãos

governamentais e da própria sociedade civil tendo em vista a origem de sua criação e posteriormente questionamentos quanto a sua legitimidade².

Conforme dados da organização, dentre as várias atribuições da mesma, encontra-se a coordenação de uma Rede Nacional de Biossegurança, composta por Comissão Interna de Biossegurança (CIBios) e por todos os pesquisadores que atuam em atividades, envolvendo manipulações genéticas. As CIBios são as representações da CTNBio no âmbito das instituições que realizam algum procedimento que envolve os OGMs ou transgênicos.

Além das CIBios na composição interna da CTNBio, há 04 comissões subsetoriais formadas por membros de diversos setores que são responsáveis pela liberação e autorização dos OGMs, bem como de outros procedimentos relativos ao tema.

Ainda segundo dados da própria organização o número de CIBios passou de 152, em 2001, para 181 em 2002, das quais estão em sua maioria nas instituições públicas, entre universidades, empresas e institutos de pesquisa federais e estaduais. (RATORC– 2002).

Figura 3



Figura 3 – Distribuição espacial, por Estados, do número de CIBios sob coordenação da CTNBio. 1995/2002. Fonte: RATORC – 2002:01.

Atualmente é composta de membros titulares e suplentes designados pelo Ministro de Estado da Ciência e Tecnologia, constituída por 27 brasileiros. Figura 4

² Decreto n.º 1. 7252/95.

Nesta atual composição, os especialistas são indicados pelos ministérios e, por sua vez, vão compor as comissões setoriais. A sua primeira versão (1996) era composta de 18 membros titulares e suplentes (08 cientistas da comunidade científica; 01 representante de órgãos de saúde do trabalhador; 01 representante de órgãos de defesa do consumidor e 01 representante de associações de empresas de biotecnologia, dentre outros profissionais (RATORC:1999:23).

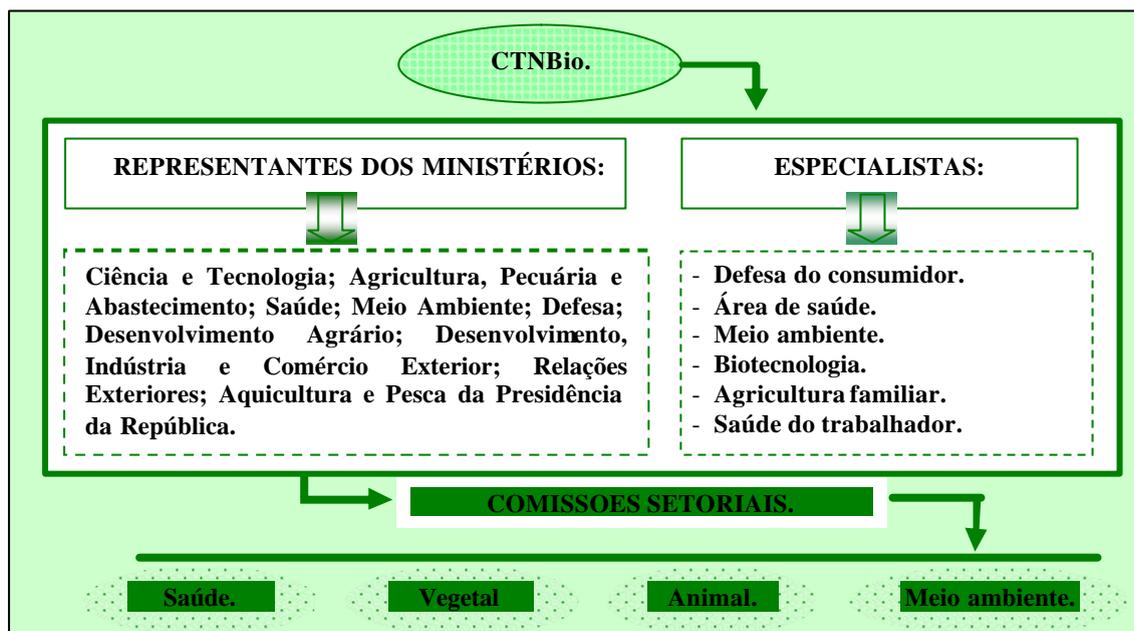


Figura 4 – Composição da CTNBio. 2007.
Fonte: AROC/2005.

Além da contestação quanto à origem de criação da CTNBio, o número de componentes da mesma é questionável tendo em vista que não há uma definição clara e exata, pois para cada um dos 27 titulares, existe um suplente, assim, a sua composição é formada por 54 pessoas, entretanto não há nenhum registro oficial da realização de reuniões com este quantitativo total. Anexo B.

Apesar da recente ampliação do número de componentes da referida comissão, persiste a polêmica quanto às seguintes questões: indicação dos componentes pelos referidos ministérios; a questão dos conflitos de interesses e o papel dos suplentes nos julgamentos dos processos de decisão e voto dos pareceres.

Na *home-page* da organização, é possível acessar um conjunto de informações relativas às atividades da comissão, entretanto, constata-se que somente a partir do ano de 2003 se tem acesso (cabe ressaltar que é norma a publicação dos resultados de solicitação

de transgênicos no Diário Oficial da União – DOU) aos registros oficiais de suas atividades e, posteriormente, sua publicização na internet, através dos documentos de domínio público e de acesso livre, como, por exemplo, medidas provisórias, Leis, etc. Anexo C

Para substanciar os objetivos de nossa investigação, recorreu-se a compilação de alguns destes documentos de domínio público. No menu, ao lado direito, especificamente no *link* Gestão administrativa, encontra-se o conjunto de atividades realizadas pela Comissão. Nesta encontra-se as atas das reuniões ordinárias e extraordinárias, em que se constatou a existência de 34 atas de reuniões ordinárias e 01 ata de reunião extraordinária relativas ao período compreendido entre 2003 – 2006. Seja pela regularidade e riqueza de informações, as atas sinalizam para algumas das questões que pretendíamos apreender para substanciar esta investigação. Anexo D

Após a captura desta atas, realizou-se, em um primeiro momento, uma análise quantitativa destes dados coletados, tomando como base sua frequência e obtivemos os seguintes resultados: Quadro 8

Quadro 8 – Distribuição Quantitativa De Documentos – Atas De Reuniões Ordinárias – CTNBio.

ANO	CTNBio
2003	08 Atas de reuniões ordinárias.
2004	11 Atas de reuniões ordinárias.
2005	03 Atas de reuniões ordinárias.
2006	11 Atas de reuniões ordinárias.

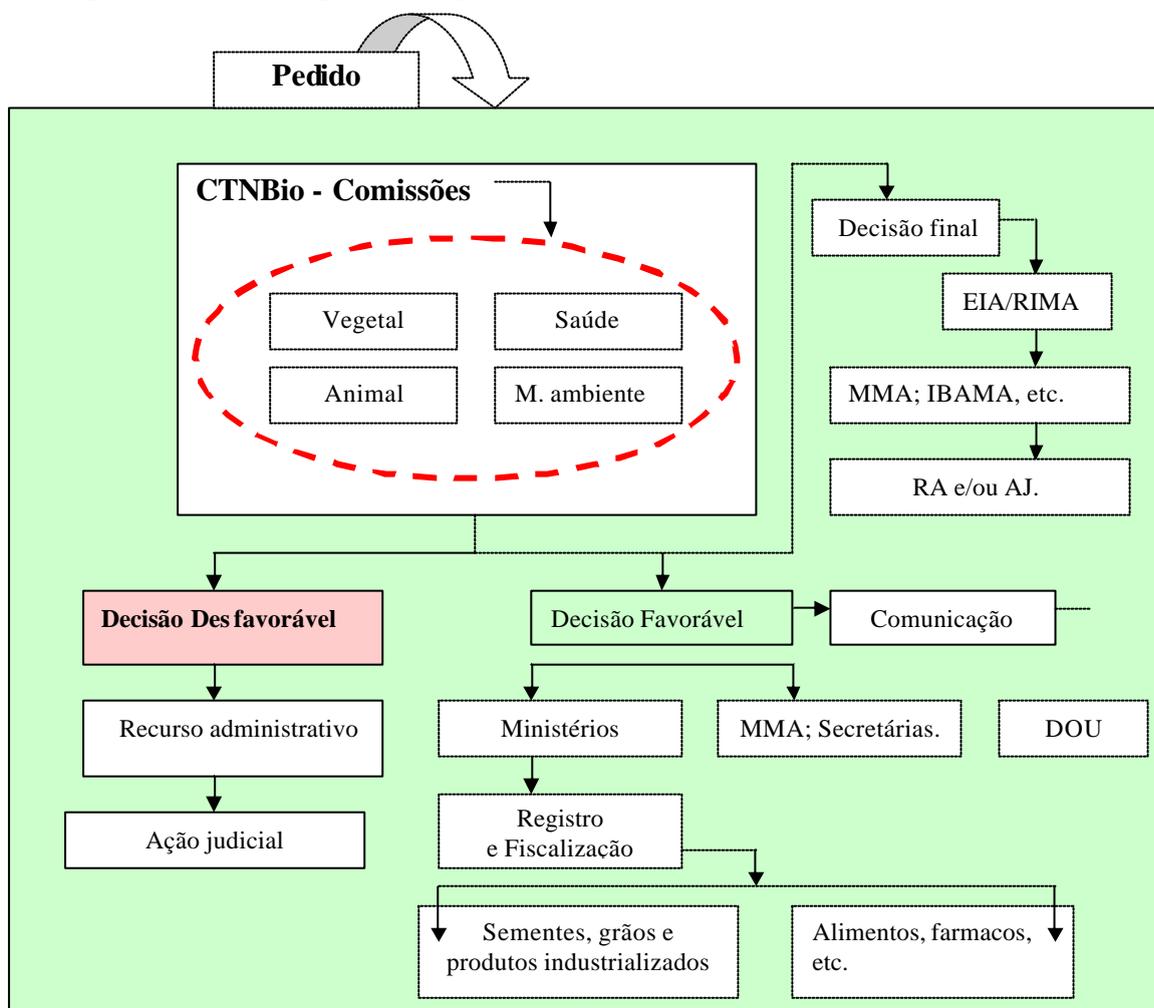
Fonte: CTNBio.org.Br

Cabe ressaltar que observamos, no conteúdo das atas das reuniões ordinárias de números 63 até 73, a referência a, pelo menos, 11 reuniões antes de sua publicização na internet. Assim induzimos que se a CTNbio foi criada em 1995, as reuniões formais ocorreram a partir de 1997. Apêndice B

As reuniões ordinárias têm periodicidade mensal, quando se encaminham e julgam questões de natureza técnica, como, por exemplo, solicitações de Certificados de Qualidade em Biossegurança (CQB); Liberação comercial de OGMs; Importação de OGMs; Visitas técnicas, etc. como também questões de natureza interna ao funcionamento da comissão.

No que se refere especificamente à liberação comercial de OGMs, a

operacionalização das atividades da CTNBio segue um trajeto que têm início com o pedido de solicitação; passa pela análise das comissões setoriais e sendo favorável segue o percurso da comunicação para os órgãos responsáveis. Sendo contrário, é disponibilizado recursos para se reverter o parecer. Figura 5



Fonte: Adaptado de Scholze: 2001.

Necessário destacar nesta seqüência processual da regulação dos transgênicos a diversidade e quantidade de órgãos envolvidos. Mas, é sobretudo no âmbito das comissões setoriais que se deve observar o cerne da polêmica, haja vista que por decorrência dos conflitos de interesses (participação de integrantes dos solicitantes; disputas internas, etc) estas são “compelidas”, apesar de sua natureza técnica, a acatar decisões referendadas em outras esferas e com distintos interesses. Considera-se que a pressão da sociedade em geral (organizações não-governamentais, etc) é um fator que deve ser analisado cuidadosamente, haja vista o raio de ação de suas implicações para o controle social dos transgênicos no Brasil.

4.1.2 A Montanha sagrada das novas biotecnologias – A empresa multinacional Monsanto.

A Monsanto, cujo nome tem origem no sobrenome da esposa do seu fundador e significa “Montanha sagrada”, (foi criada em 1901 por John Queeny, nos Estados Unidos com o objetivo de abastecer as empresas farmacêuticas) é uma empresa que, ao longo de sua trajetória, vem agregando diversificações no ramo da engenharia genética.(REORM – 2001)

É necessário destacar sua expressiva trajetória de notoriedade perante os setores empresariais em face das novas biotecnologias. Destaquem-se ainda os movimentos de expansão e/ou fusão com outras empresas. Observa-se que, em pouco menos de duas décadas, a migração de empresas para outros setores tem se constituído senão uma regra, mas uma necessidade ao que parece inerente à expansão do capitalismo. Figura 6

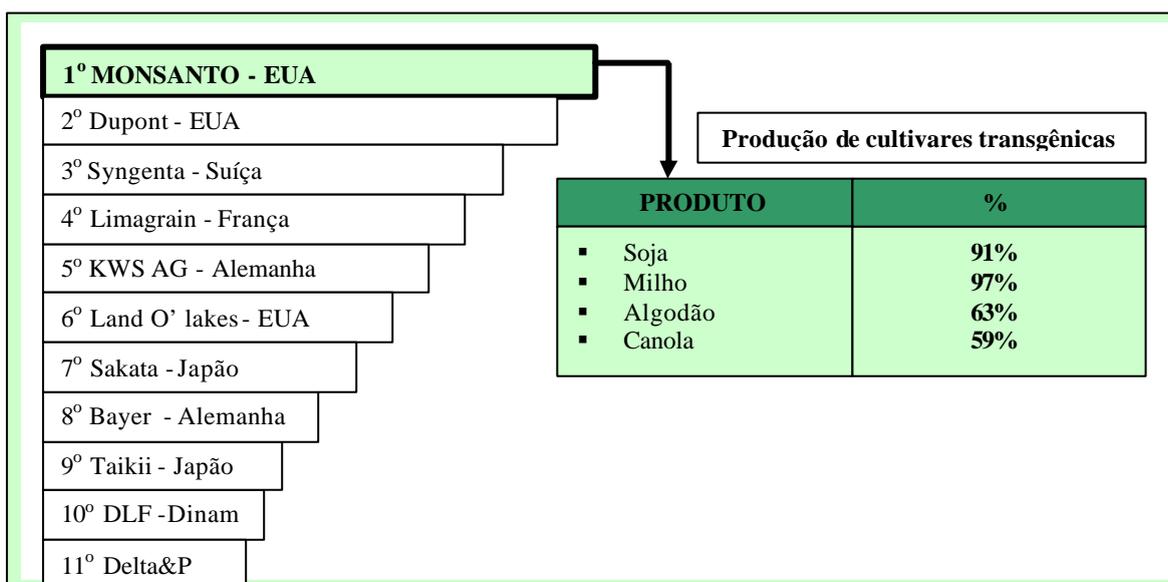


Figura 6– Ranking das principais empresas do ramo de Biotecnologia/ Cultivares transgênicas.
Fonte: Cartilha Sementes transgênicas: contaminação, royalties e patentes.ABRA/ Terra dos Direitos. 2007

Em 1913, a empresa abre sua 1ª filial em Nova York, tendo como base de sua produção a sacarina, cafeína e vanilina. Por decorrência da 1ª Guerra Mundial, diversifica seus produtos e passa a fabricar fenol, um anti-séptico muito utilizado na guerra.

Entre 1915 e 1930, lança novos produtos (AS); realiza expansão da suas fábricas, bem como amplia a atuação da empresa em várias outras áreas, a exemplo da indústria química, têxtil e plásticos.

A Segunda Guerra mundial impulsiona o desenvolvimento do setor químico na medida em o arsenal bélico precisava de borracha, produtos farmacêuticos, etc e, neste contexto, a empresa inaugura uma fábrica de monômero de estireno, substância utilizada para produção de pneus, no Texas.

Entre 1950 e início dos anos 60, a organização se estabelece no Brasil e Japão, realizando investimentos nos setores agrícolas e químicos, como realiza fusões e inicia o desenvolvimento de programas de pesquisas que resulta na criação de dois herbicidas pré-emergentes: Radox (utilizado na cultura do milho) e o Vegadex, considerado como integrantes do primeiro *mix* da indústria agrícola e que possibilitou a sua entrada no mercado de sementes (REORGM, 20001,p.07).

Segundo Pelaez (2003), a partir dos anos 60 a empresa recruta pesquisadores que fazem o *link* com instituições de pesquisas governamentais para realizar o desenvolvimento de pesquisas em biologia molecular e quando se cria a Divisão de agricultura no âmbito organizacional e lança no mercado inseticidas e fertilizantes, caracterizados como estratégia de vigilância científica e tecnológica¹.

Nos anos 70, a empresa sintetiza o glifosato, elemento ativo do herbicida Roundup que posteriormente subsidia o lançamento no mercado do herbicida Roundup, que a principio, foi registrado e comercializado na Malásia e Reino Unido. Cabe ressaltar que, em concomitância a este contexto, dá-se a criação da agências reguladoras relacionadas ao Meio Ambiente nos EUA.

Os anos 80 é marcado pelo forte desenvolvimento de produtos contendo OGMs e pela formação de acordos de cooperação com universidade e empresas especializadas em engenharia genética e, por isso ocorre o fortalecimento da empresa na área farmacêutica com investimentos em novos produtos, dentre eles, o adoçante Aspartame que de certa forma solidifica as estratégias da empresa no ramo da biotecnologia.

Por fim, os anos 90, além da autorização para comercialização dos OGMs, especificamente nos EUA, ocorre também a mais importante reestruturação da empresa em dois setores (Solutia e Ciências da vida).

¹O referido autor integra o grupo de pesquisadores da chamada História econômica ou História empresarial ou ainda História dos negócios e vem desenvolvendo importantes estudos sobre a trajetória e expansão do grupo Monsanto à luz do aporte neoschumpeteriano.

Entre os anos de 2000 a 2002, a empresa amplia seus investimentos em biotecnologia e estreita parcerias com universidades e instituições em diversos países. No caso específico do Brasil, inaugura em 2001 um centro avançado de pesquisa em Uberlândia–Minas Gerais para beneficiamento de sementes de milho, sorgo e girassol e a 1ª fábrica de matéria-prima para herbicidas do Hemisfério Sul, em Camaçari – Bahia que já é considerada a maior unidade da empresa fora dos EUA.

Em linhas gerais, sua configuração no Brasil apresenta-se da seguinte maneira: 2 unidades industriais, 2 escritórios, 5 escritórios de venda e 12 unidades de pesquisa. Figura 7

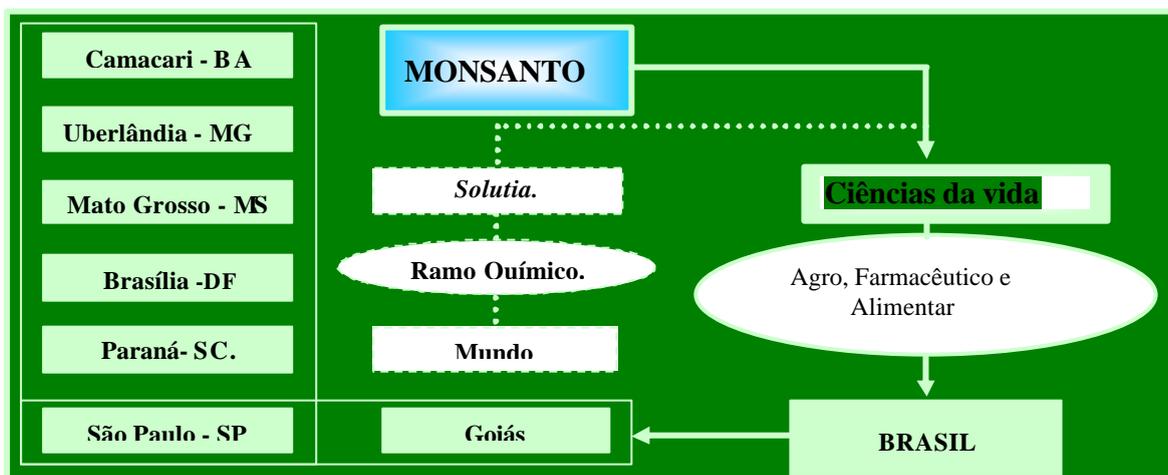


Figura 7 – Estrutura da Monsanto - Brasil.
Fonte: www.monsanto.com.br

O período que compreende a investigação 1998 a 2006 contempla as ações da empresa no Brasil, especificamente a partir da liberação favorável para plantio comercial, pela CTNBio, da soja *Ready Roundup* e, por extensão, da sua suspensão através de sentença judicial. Explicita ainda as estratégias posteriores da empresa relativas às articulações e presença no âmbito governamental, especificamente na CTNBio, através de expoentes direto da empresa ou cientistas para pressionar as votações acerca da liberação de outras solicitações de interesse da empresa.

Quanto aos dados da pesquisa identificou-se, em um primeiro momento, que só havia registros formais publicizados a partir de 2000 na forma de notícias eletrônicas diárias e que apresenta a seguinte frequência. Quadro 9

Quadro 9 – Distribuição quantitativa de documentos – Notícias eletrônicas Monsanto

ANO	MONSANTO
2000	115 títulos de notícias eletrônicas.
2001	112 títulos de notícias eletrônicas.
2002	120 títulos de notícias eletrônicas .
2003	85 títulos de notícias eletrônicas.
2004	60 títulos de notícias eletrônicas.
2005	06 títulos de notícias eletrônicas.
2006	07 títulos de notícias eletrônicas.

Fonte: www.monsanto.com.br

Capturaram-se, em 2003, os dados relativos ao período 2000 – 2004 na *home-page* da organização, que apresentava o formato de notícias eletrônicas diárias de maneira diversificada. Em 2005, ocorreu uma mudança na *home-page*, inclusive com subtração das notícias capturadas. Atualmente, as notícias são em formato de textos institucionais e geralmente com depoimentos ou resultados de pesquisa de profissionais e cientistas da própria organização na forma de seções temáticas. Para efeito da investigação elencaram-se as temáticas relativas à problemática em foco. Anexo E

Sua *home-page* destaca-se pela disposição dos links relativos ao tema dos transgênicos, sobretudo, pela quantidade de materiais informativos de acesso livre. Assim, além das notícias eletrônicas, utilizar-se-á, quando necessário e pertinente, a referência a alguns destes materiais como, por exemplo, os dados sobre o lugar dos transgênicos no mercado europeu; ou cartilhas ilustrativas dos processos de transgenia utilizados pela organização. Anexo F.

Realizou-se também uma análise qualitativa destes dados coletados tomando como base a leitura dos seus títulos e principais fontes que fundamentam estas notícias eletrônicas em decorrência da frequência qualitativamente diferenciada entre as organizações na realização e que expressam os seguintes resultados:

- a) Resultados de pesquisas sobre utilização de OGMs no cenário nacional e internacional; Críticas a performance das organizações da sociedade civil no que diz respeito aos produtos OGMs; Anúncios de decisões governamentais no que diz respeito à legislação acerca dos OGMs; Ações ou estratégias empresariais

relacionadas à preservação ambiental; Criação de entidades setoriais por indústrias de biotecnologia.

4.1.3 Os guerreiros do Arco – íris: A organização não-governamental Greenpeace.

Um dia, a Terra vai adoecer. Os pássaros cairão do céu, os mares vão escurecer e os peixes aparecerão mortos na correnteza dos rios. Quando esse dia chegar, os índios perderão o seu espírito. Mas vão recuperá-lo para ensinar ao homem branco a reverência pela sagrada terra. Aí, então, todas as raças vão se unir sob o símbolo do arco-íris para terminar com a destruição. Será o tempo dos Guerreiros do Arco-Íris. Profecia feita há mais de 200 anos por "Olhos de Fogo", uma velha índia Cree. (NENDG – 2007).

Esta profecia embalou as longas noites dos fundadores do Greenpeace que navegavam para as Ilhas Aleutas, no Alasca, em 1971, na tentativa de impedir um teste nuclear dos Estados Unidos. Ela não só iria dar nome ao primeiro navio da organização, o *Rainbow Warrior*, como acabou por batizar os ativistas da entidade - conhecidos em todo o mundo como Greenpeace.

Segundo fontes da própria organização, este protesto foi realizado por “um grupo de 12 americanos que fugiram para o Canadá por não concordarem com a política dos EUA e então organizaram o protesto, navegando até o Alasca para impedi-los”.(NENDG – 2005:01).

De lá para cá, expandiu sua atuação em torno de vários temas relacionados à problemática ambiental e que compõe a estrutura da organização através de diversas campanhas, a saber: Engenharia genética, em favor da agricultura orgânica e contra os produtos transgênicos; Amazônia, pelo desenvolvimento sustentável e contra a destruição da floresta tropical; Energia, em favor das fontes renováveis e no combate à energia nuclear e Substâncias tóxicas, em prol da produção limpa. A partir de 2003 incluiu as campanhas Oceanos e Clima.

O ano de 1992 marca oficialmente a inauguração do Greenpeace Brasil com a chegada do “*Rainbow Warrior*” com suas velas azuis para participar da Eco-92, no Rio de Janeiro. A configuração desta inauguração tem como ilustração uma ação direta - a colocação de 800 cruces no pátio da usina nuclear de Angra dos Reis, no dia 26 de abril de 1992, aniversário do trágico acidente de Chernobyl. (NENDG – 2006:01). Anexo G

Como muitas outras ONGs ambientalistas alcançou uma dimensão em território nacional e hoje conta com centenas de milhares e até milhões de associados. São 2,9 milhões de filiados em 158 países, 29 dos quais com escritórios nacionais da entidade.(NENDG,2005,p.02).

No que diz respeito às suas atividades, observou-se que estas são supervisionadas por uma instância internacional que é financiado, pelos escritórios existentes nos 42 países onde atua. Por sua vez, estes escritórios são financiados pelos sócios de todo mundo. Figura 8

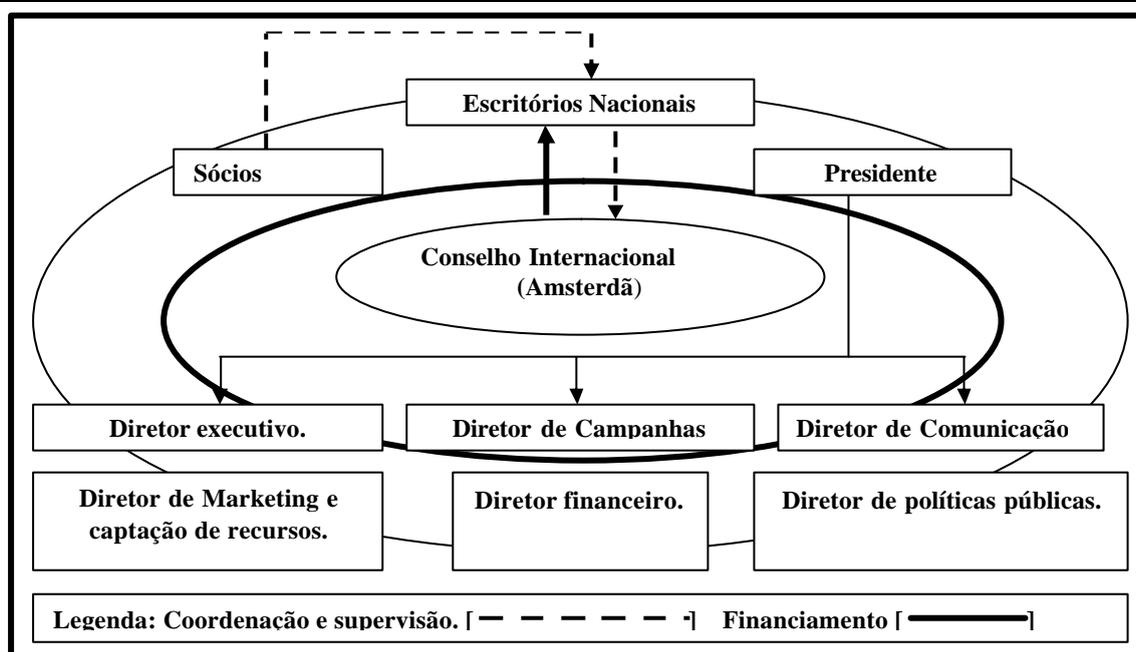


Figura 8 – Configuração espacial da ONG Greenpeace.
Fonte: NENDG – 2005:01

Na *home-page* da organização, destacam-se, em primeiro plano, imagens relativas às temáticas focalizadas no trabalho da ONG em tamanho e qualidade de digitalização espetacular no que diz respeito às campanhas e atividades da organização (protestos, manifestações públicas, etc. Anexo H

No período em questão da pesquisa, há uma ênfase ao processo de desertificação da Amazônia, que integra uma das campanhas da organização. Cabe destacar neste sentido que tais imagens, colocadas em primeiro plano, geralmente se referem a um dos temas cadentes

do momento no contexto da realidade. E geralmente aparece com uma frase relativa ao tema seguida de uma chamada ilustrativa/ convite à participação/associação à entidade.

Em destaque no mesmo campo, a indicação para a realização de busca no site seguida da indicação caso seja colaborador/assinante de maneira de entrar na home-page e obter informações que não são disponibilizadas ao usuário de uma maneira geral.

No lado esquerdo, é colocado de maneira vertical os *links* para os vários temas que compõem a *home-page* (Quem somos; notícias; campanhas - Energia, Amazônia, Oceanos, Tóxicos, Clima, Nuclear, Transgênicos - bibliotecas;etc).

A campanha contra os transgênicos é uma das seis campanhas globais do Greenpeace que vem sendo desenvolvida em mais de 25 países, entre eles o Brasil. Tem como princípio garantir uma legislação “forte” de biossegurança e rotulagem para oferecer segurança ao meio ambiente e o direito de opção ao consumidor. (NENDG,2005,p.14).

Nesta seção, destaquem-se as chamadas Greendicas e o Greenshop que oferecem em um primeiro momento as sugestões de natureza do consumo sustentável e de outro, a dimensão comercial da organização onde se indica os produtos a serem comprados com o logotipo da organização.

Segundo dados da própria entidade o objetivo principal do Greenpeace ao licenciar sua marca é incentivar as iniciativas de produção ecologicamente correta, em que a preocupação com o meio ambiente está presente desde a escolha da matéria-prima até o destino dos resíduos gerados durante sua fabricação.(NENDG,2005,p.18).

Conforme ressalta Tachizawa(2002,p.60), a interface entre práticas ambientalistas e a iniciativa privada vêm se traduzindo em um excelente “filão” de negócios, pois multiplica-se no mercado as novas gerações de produtos e empresários “ecologicamente corretos”. Cita a título de exemplo os seguintes empreendimentos: Unibanco, Bradesco, Banco Real, Lojas Renner, Melhoramentos, Gazeta mercantil, Grupo Abril, etc.

Especificamente no que refere a ONG Greenpeace, destaca a parceria com a cadeia de Lojas Renner, que, com o aval da entidade, lançou uma coleção de roupas com sistema de tingimento natural, e também com a TAM, que utiliza açúcar orgânico (produzido sem agrotóxico) a bordo de suas aeronaves em decorrência da aprovação do Greenpeace e com selo de qualidade do Instituto Biodinâmico.

Do lado direito da página, encontram-se também, de maneira vertical, vários *links* com pequenas imagens digitalizadas acompanhadas de pequenos textos sobre as campanhas difundidas pela organização. Há também a indicação da opção “*e-mail* amigo” onde o usuário pode indicar a página para um amigo. Para efeito da pesquisa, tivemos acesso às notícias eletrônicas correspondentes ao período de 2000 a 2006; Relatórios anuais; Revistas semestrais; Documentos, etc. Anexo I

No que diz respeito aos documentos disponibilizados e acessados identificamos que somente a partir do ano de 2000 ocorre a publicização regular de suas atividades. Quadro 10

Quadro 10 – Distribuição quantitativa de documentos – Notícias eletrônicas - Greenpeace.

ANO	GREENPEACE
2000	22 títulos de notícias eletrônicas.
2001	27 títulos de notícias eletrônicas.
2002	23 títulos de notícias eletrônicas.
2003	45 títulos de notícias eletrônicas.
2004	53 títulos de notícias eletrônicas.
2005	39 títulos de notícias eletrônicas.
2006	55 títulos de notícias eletrônicas.

Fonte: www.greenpeace.com.br

Uma análise qualitativa destes dados expressam os seguintes resultados:

- a) Ações de denúncias e contestação direcionadas ao Poder público (solicitação de audiências públicas; ações públicas constitucionais; etc) e empresas que utilizam em seus processos produtivos matéria – prima contendo organismos geneticamente modificados.
- b) Ações de caráter educativo e conscientizações direcionadas à sociedade, como, por exemplo, peças publicitárias, campanhas públicas, expedições, as várias edições do Guia do Consumidor, etc direcionadas à conscientização da população sobre os riscos dos produtos contendo organismos geneticamente modificados; etc.
- c) Ações de caráter político direcionadas aos fabricantes e comerciantes, por exemplo, participação em eventos no âmbito nacional e internacional relacionados à problemática dos organismos geneticamente modificados;

Peças publicitárias, denúncias, visita in loco, etc sobre os riscos dos produtos contendo organismos geneticamente modificados.

- d) Ações de natureza científica direcionadas ao público geral, por exemplo, solicitação e encomenda de testes em laboratórios para comprovação ou não da existência de organismos geneticamente modificados; divulgação de documentos - estudos e textos- fundamentados em pesquisas de cientistas.

Quanto às fontes que fundamentam tais notícias encontramos as seguintes informações: A organização Greenpeace tem na maioria das vezes profissionais da própria entidade. A Monsanto traz em sua maioria, matérias referentes aos jornais nacionais, internacionais, organizações governamentais, revistas científicas, etc.

Cabe destacar que pela singularidade das trajetórias das organizações não foi possível representar de maneira completa e uniforme o recorte temporal para a elaboração do cenário I tendo em vista a reduzida publicização de informações na internet em todo o período que vai de 1998 a 2002. Entretanto, e para não prejudicar a configuração da problemática da pesquisa, buscaram-se informações em outras fontes que pudessem contemplar a performance da referida comissão no âmbito da problemática. Recorreu-se a utilização de documentos, relatórios e revistas organizacionais de acesso restrito, bem como a revistas de circulação nacional (Ciência Hoje, Revista de pesquisa da FAPESP, Globo rural, etc) e resultados de pesquisa sobre a conjuntura econômica.

Assim a reconstrução das trajetórias organizacionais não se limitou aos documentos sinalizados anteriormente, tendo em vista que estes oferecem informações na sua maioria pontuais ou pelo fato de terem sido produzidos com interesses distintos do propósito desta investigação.

Para a seleção dos documentos elaborados pelas organizações investigadas consideraram-se sua validade e legitimidade na problemática em questão, observando-se, contudo as precauções que devem ser tomadas quanto ao seu uso.

Cortes (1998,p.25) chama atenção para algumas destas precauções: a) Necessidade de realizar tratamento prévio antes de empreender-se a sua análise, tendo em vista que estes foram elaborados com objetivos particulares que necessariamente não são os objetivos do pesquisador; b) Observar a imprecisão ou omissão de informações.

Quanto às técnicas de análise qualitativa para estes dados e em concordância com o referencial teórico optamos pela análise de conteúdo. Cabe ressaltar que apesar de sua herança quanto às metodologias quantitativas e rigidez com relação à sistematicidade dos materiais discursivos objetiva-se para fins de análise desta investigação utilizar-se a análise de conteúdo enquanto interpretação que ultrapassa os significados manifestos.²

Dentre as principais características de operacionalização³ desta técnica optou-se pela análise de enunciação e análise de temática. A 1ª. teve como propósito considerar que o discurso não é um produto acabado e sim um processo de criação de significados. A 2ª, focalizar o tema desta problemática de investigação.

Posteriormente tais informações foram categorizadas para a realização de um quadro comparativo das ações coletivas mediante e alicerçada ao emprego da análise de conteúdo (Bardin,1977; Franco, 2003) para um tratamento das mesmas; e assim vislumbramos acertar na indicação de Bulmer in Cortes (1998,p.15) quanto à noção de triangulação “[...] tentativa de fortalecer a validade das evidências empíricas nas ciências sociais através do emprego de mais de um tipo de abordagem ao tratar os dados”.

Com base neste conjunto, traçou-se um mapa que sinaliza para a performance das organizações envolvidas na disputa pelo controle social dos transgênicos e contemplar ao longo de suas trajetórias, as injunções, consensos e utopias, que subsidiam a constituição de um arcabouço teórico e explicativo dos impactos e conseqüências das novas biotecnologias, portanto definir a representação e configuração da Questão ambiental enquanto campo dialético das ações coletivas de diferentes sujeitos.

² Cabe observar que a opção pela realização de Pesquisa documental para as esferas supracitadas tem também como princípio a dificuldade de realizar-se entrevistas com os mesmos, tendo em vista os contatos já realizados e a dificuldade de obter retorno positivo quanto a esta possibilidade, principalmente no que diz respeito ao Ministério do Meio ambiente e Monsanto.

³ MINAYO (1994) que indica um conjunto de características que podem ser utilizadas e empregadas na análise de conteúdo.

4.2 A ESPETACULARIDADE DOS CONFLITOS AMBIENTAIS ENTRE AS ORGANIZAÇÕES NO BRASIL

A construção destes cenários obedeceu aos objetivos da investigação ao contemplar tais ações à luz da concepção dialética que buscou agregar os vários significados do contexto social, político, econômico, cultural, etc como facetas de distintas práxis organizacionais à luz dos parâmetros do conceito de processo político (Estrutura das oportunidades políticas; Lógica da ação; Estruturas de mobilização e Repertório contencioso) que foram correlacionados às injunções do contexto histórico, à identificação dos principais oponentes internos e externos, aos principais temas/debates e seus respectivos resultados como base para o entendimento das várias nuances dos conflitos organizacionais. Quadro 11

Quadro 11 – Parâmetros do conceito de processo político.

	CTNBio	MONSANTO	GREENPEACE
Estrutura das oportunidades políticas.	• Principais elementos de mudança no ambiente político.		
Lógica da ação.	• Principais questões relacionadas aos interesses, processos e recursos de mobilização.		
Estrutura de mobilização.	• Principais elementos da organização, estrutura de grupo e redes.		
Repertório contencioso.	• Estoque de formas de interpretação da realidade através de valores e recursos simbólicos.		

Fonte: Alonso (2000)

Para reconstruir este cenário, utilizou-se os seguintes documentos:

ANO ORGANIZAÇÃO	1998	1999	2000	2001	2002
CTNBio.	SRPD	SRPD	SRPD	SRPD	RATORC
Monsanto.	SRPD	SRPD	NEDM	NEDM	NEDM
Greenpeace.	SRPD	RATORG	NEDG	RATORG NEDG	RATORG NEDG

SRPD = Sem Registro Público Disponível.

Conforme ressaltado anteriormente, não foi possível de maneira completa uniformizar os dados acerca das organizações em decorrência das diferentes trajetórias e atuação no Brasil.

No caso da CTNBio, os dados relativos ao período de 2002 aparecem na forma de Relatório Anual de Atividades da organização (RATORC). Este versa sobre sua história: a composição da rede nacional de biossegurança no Brasil; os cursos oferecidos e respectivas instituições; os encontros nacionais e internacionais; as estatísticas sobre as atividades solicitadas à organização; a elaboração de normas e instruções normativas; as atividades em parcerias com órgãos ministeriais e outros eventos de cooperação internacional.

No que diz respeito a Monsanto – Brasil, as notícias eletrônicas diárias (NEDM) e por fim, a ONG Greenpeace disponibilizaram Relatório Anual de Atividades (RATORG) que retrata as iniciativas de consolidação financeira da entidade no Brasil; acordo para fazer da Amazônia uma prioridade mundial; receitas e despesas; informações sobre as campanhas realizadas no Brasil e as NEDG (notícias eletrônicas diárias).

4.2.1 Cenário I (1998 / 2002): Entre a liberação dos OGMs/Transgênicos para além da Moratória Judicial: Os liames constitutivos de uma arena polifônica.

Para reconstruir este cenário, é imprescindível considerar algumas questões que se referem aos antecedentes da polêmica, seja no âmbito nacional, bem como da conjuntura internacional e da performance do Estado em relação a regulamentação dos transgênicos.

Conforme ressalta Cunha(2005,p.42) até meados da década de 1980, o Estado ditou, de forma centralizada, a política ambiental a ser seguida. Posteriormente, este processo de formulação e implementação passou a ser, produto de interação de idéias, valores, estratégias, etc da ação de atores sociais diversos. Apesar disto, a esfera estatal continua sendo, a instância em que se negociam decisões e em que conceitos são instrumentalizados em políticas públicas.

Em termos de retrospectiva histórica, o referido autor, aponta os grandes momentos da história das políticas ambientais no Brasil. Inicialmente, destaca o primeiro que vai de 1930 a 1971, marcado pela construção de uma base de regulação dos usos dos recursos naturais; O segundo, de 1972 a 1987, em que a ação intervencionista do Estado para a formulação de políticas ambientais é fortemente influenciado pela repercussão do informe

do Clube de Roma e que se destaca pela forte pressão do movimento ambientalista e de organismos internacionais. Por decorrência, vai se constituindo um arcabouço institucional com a criação de agências e órgãos governamentais, como por exemplo, a Secretaria especial do Meio Ambiente (SEMA) em 1973, e as mais de 76 unidades de diferentes naturezas. Chama a atenção neste período, especificamente em 1986, o surgimento dos Estudos de Impacto Ambiental(EIA) e dos Relatórios de Impacto Ambiental(RIMA) que podem ser considerados como respostas á crescente visibilidade das populações locais, ameaçadas por projetos de grandes impactos.

O terceiro momento, de 1998 aos dias atuais, traduz-se como de importância e significativa expressão para o tratamento da problemática ambiental no país. Destaque-se deste período, a Constituição de 1988 que foi a primeira a tratar especificamente da questão ambiental, pois contém um capítulo específico sobre o meio ambiente.

Semelhante ao período anterior, intensifica-se o processo de criação de unidades de conservação, como resultado de pressões nacionais e internacionais. Ainda na esfera governamental, ocorre a transformação e criação de órgãos, como, por exemplo, da transformação do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF) em Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) em 1989.

Conforme ressalta o autor, no quadro geral da crise financeira das décadas de 80 e 90, as mudanças nas estratégias econômicas do Estado brasileiro repercutiriam na política tradicional de defesa dos recursos naturais, como evidencia na seguinte passagem:

A privatização dos setores energéticos e minerais resultou na transferência de responsabilidades na condução da gestão ambiental para alguns segmentos do setor empresarial.[...] Nesse período, consolidam-se as políticas do tipo indutor do desenvolvimento sustentável, entretanto continua a formular e implementar políticas antagônicas. Dita tanto normas e regras de proteção ambiental quanto estabelece leis contraditórias de incentivos fiscais e creditícios ou de criação de reservas legais no interior das propriedades rurais, que acabam por contribuir para acelerar os processos de exploração florestas e de devastação dos demais recursos naturais. (ibidem,p.55).

No campo não-governamental, especificamente no setor privado, começa a ganhar destaque as pressões voltadas para a certificação ambiental (selo verde) e de normas *International Organization for Standardization* (ISO). Já as ONGs ambientalistas investem no compromisso de elaborar as Agendas 21 locais e regionais, em consonância

com os resultados da ECO-92 que apontava a preocupação com a destruição da camada de ozônio, etc.

Especificamente no que se refere as mobilizações relacionadas aos produtos transgênicos, observa-se que as mesmas tiveram início na metade dos anos 90, quando ocorreram as primeiras mobilizações globais intituladas “Days of Action Against Gene Foods” que dentre outras conquistas logrou a decisão, por parte da Monsanto, de abandonar a tecnologia Terminator. (Wilkinson:2005,p.34).

Conforme ressalta este autor o número de organizações sociais envolvidas vêm se ampliando nos vários países que desenvolvem pesquisas biotecnológicas. Assinala, que contexto da realidade brasileira, a gênese sobre as questões relacionadas à proteção de cultivares tem sua origem vinculada às primeiras manifestações realizadas pela categoria dos engenheiros agrônomos do Estado de São Paulo no que diz respeito à proteção dos cultivares, em 1970, através de artigos publicados em revistas e jornais.

Quando a Associação dos Engenheiros Agrônomos do Estado de São Paulo (AESASP) assumiu a liderança do movimento contra a lei de proteção do cultivares (LPC) nacionalmente, por meio de artigos de jornais recebeu fortes críticas de diversas associações e entidades, inclusive da Sociedade Brasileira Para o Progresso da Ciência (SBPC) que aprovou uma moção contra a LPC.

Esta LPC era resultado de uma determinação que visava a proteção dos direitos dos melhoristas e que motivou uma ampla motivação, até mesmo dentro da Empresa Brasileira de pesquisas Agropecuária (EMBRAPA).

Nos anos 90, a retomada desta problemática tem como foco as controvérsias provocadas pelo tema das novas biotecnologias, especificamente no que diz respeito aos transgênicos que aparecem com vigor a partir de 1998, em decorrência do pedido de solicitação, pela Monsanto, para produção e comercialização da soja *Roundup Ready* em escala comercial no território nacional.

Em 1998, pela primeira vez, a Monsanto conseguiu a aprovação para a soja *Ready Roundup*, a qual foi autorizada pela Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNBio). Após essa aprovação, o Greenpeace e o Instituto de Defesa do Consumidor (IDEC) entraram com um processo na 6^a Vara de Justiça Federal contra a Monsanto e o governo. Esse processo marcou o início da moratória judicial para liberações comerciais de

transgênicos no Brasil e fez com que as variedades transgênicos permanecessem fora do mercado entre 1998 e 2003.

O 1º. Semestre de 1999 deste cenário no que diz respeito aos principais elementos da estrutura das oportunidades políticas é marcado dentre outras questões por um “vazio” de legitimidade referente à função da CTNBio, mas igualmente diferente nas organizações envolvidas na problemática dos transgênicos.

Destaca-se, contudo, que mesmo tendo sofrido impedimentos jurídicos quanto à realização de suas atividades, a CTNBio emite pareceres técnicos em relação aos cultivos dos organismos geneticamente modificados à revelia das decisões judiciais (exatamente em 17 de maio de 1999, a CTNBio libera o registro de cinco variedades).

No campo jurídico A CTNBio, através do seu presidente, o Dr. Barreto de Castro, concordara em dispensar o Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e o respectivo Relatório de Impacto no Meio Ambiente (RIMA), não levando em consideração os dados exigidos pelo inciso IV do artigo 225 da Constituição de 1988, justamente para avaliar a resposta do nosso agroecossistema, com suas peculiaridades, ou seja, aceitava como suficientes as pesquisas ambientais já feitas nos EUA e sob a influência da parte interessada.

Fica evidente que, através dos procedimentos técnicos (principalmente através da elaboração de instruções normativas que dispõem sobre as normas para comercialização e consumo dos OGMs) subverte a lógica de suas atividades e da sua própria performance quando considera que o “sucesso” de suas atividades tem como base por exemplo a aceitação de Instruções Normativas “coloca por terra as resistências jurídicas para a venda de OGMs” (RATORC-2002) em evidente alusão às práticas das organizações governamentais e, sobretudo, as organizações da sociedade civil que teriam impetrado recursos jurídicos solicitando a participação da sociedade civil.

Mesmo com a suspensão pela Justiça Federal da autorização para os cultivos de OGMs, que inclusive determinava a fiscalização pelo IBAMA e ANVISA, a Comissão deixa “brechas” para que de forma alternativa e subversiva, algumas organizações da sociedade civil o façam.

Caso exemplar deste período foi a decisão do Governo do Rio Grande do Sul que, em 1999, desenvolveu uma série de ações com o objetivo de tornar o Estado uma área “livre” de transgênicos. Dentre estas ações destaque-se o decreto assinado pelo Governador Olivio

Dutra regulamentando a lei que tratava de pesquisas com transgênicos. Conforme registrou Girardi (2004,p.01):

A ação do governo do Estado foi amparada pelo princípio científico da precaução e pelas reivindicações dos ecologistas e demais movimentos sociais preocupados com as consequências dos cultivos dos transgênicos. Mesmo assim não o livrou de ser duramente criticado por pesquisadores, entidades representativas dos grandes proprietários rurais, políticos da oposição, especialmente alguns, cuja defesa enfática da liberação comercial dos produtos transgênicos deixava transparecer alguma relação mais estreita com a empresa Monsanto.

Mesmo sendo implementadas as políticas para a expansão da agricultura ecológica através de parcerias com ONGs que atuam na área de assistência técnica, o governo foi criticado haja vista os interesses econômicos relacionados à lógica da globalização cujo objetivo maior é a diminuição dos custos, aumento da produtividade e a perpetuação dos lucros fazendo jus às principais transformações econômicas que tem como ator principal, dentre outros, a corporações transnacionais interessadas em expandir seus negócios e controlar os mercados e, por extensão, dada essa particularidade, ampliar as desigualdades entre nações ricas e pobres para ampliar a inserção do capital internacional.

Posteriormente um novo enfrentamento com a CTNBio deu-se no ano de 2000, por ocasião da ilegal tentativa de importação de milho transgênico. A Monsanto intensificava a agressiva atividade clandestina de estímulo ao plantio de transgênicos a que se vinha lançando no Rio Grande do Sul. Visava criar uma situação de fato que lhe permitisse argumentar que, como o cultivo das sementes proibidas já estava se realizando de qualquer forma. Para isso, se levaria em conta apenas a aprovação irregular pela CTNBio, ignorando a sentença da Justiça em contrário.

Assim, em maio de 2000, o então embaixador Anthony Harrington, em entrevista à imprensa, aconselhava piedosamente o Brasil a aceitar os "avanços da ciência". Com as opções mundiais favorecendo o Brasil, intensificava-se a pressão sobre o nosso país, cujo produto natural fazia concorrência expressiva ao geneticamente modificado.

Na verdade, desde o momento em que a Monsanto começou a estimular criminosamente a utilização clandestina de suas sementes, a opinião esclarecida já alertava para o fato de que cabia ao poder público ao qual compete a visão de conjunto evitar o desastre.

Assim é possível destacar que as organizações relacionadas ao processo de fiscalização atuam mediante as pressões da Sociedade civil, a exemplo da performance da ONG Greenpeace que, além de pressionar tais órgãos para que realizem suas atividades/funções, ressalta as vantagens da performance do Brasil no mercado europeu pelo fato de não haver a liberação comercial dos transgênicos.

Evidenciam-se as várias facetas da problemática dos OGMs à luz de uma perspectiva sistêmica já que depreende que no seu bojo estejam contemplados as diversas dimensões (cultural, econômica, social, ambiental, etc), como busca para trazer a “justiça” à luz das demandas sociais e sobretudo com a participação da sociedade civil, ou seja, lança-se mão de procedimentos jurídicos dentro de um quadro de subversão da ordem. Realiza-se ainda tal intento quando encomenda testes e pesquisas em instituições renomadas que explicitem os riscos dos OGMs e os disponibilizam ou os publicizam para a sociedade.

Por sua vez a Monsanto “ganha” espaço tendo em vista a precariedade do marco regulatório e coloca em prática suas estratégias de diversificação tecnológicas através da instalação de campos experimentais de organismos geneticamente modificados e solicitações de variadas naturezas à CTNBio.

No primeiro semestre de 2000, a empresa destaca várias notícias que reforçam sua potencialidade no mercado de produtos transgênicos seja através da divulgação de pesquisas, parceiras e apoio de várias instituições governamentais. Destaca-se neste período a inauguração de uma unidade da empresa em Camaçari –Bahia que implicou em bastantes controvérsias haja vista as “benesses” fiscais dos governos federal e estadual na consecução deste empreendimento.

Por extensão, observa-se que a lógica subjacente a esta configuração tem como pano de fundo a burocratização excessiva por parte das organizações governamentais através da implementação de recursos jurídicos e técnicos, bem como pela ausência de dialogo entre suas esferas.

Quanto às questões relacionadas à estrutura de mobilização especificamente as organizações governamentais, é perceptível que a ausência de dialogo entre as diferentes esferas acaba por criar brechas não somente para as organizações governamentais, mas, sobretudo, para atuação das organizações da sociedade civil que buscam ampliar e construir uma articulação com outras entidades da sociedade civil seja no campo da jurisprudência,

seja na participação de eventos de grande porte quando publicizam o grau de suas articulações.

O repertório contencioso destas organizações da sociedade civil exprimem um conjunto/feixes de significados que extrapolam a mera “espetacularização” da problemática ambiental já que buscam uma interconexão entre discursos e práticas seja nos conteúdos expressos de suas campanhas públicas, na realização de atividades alternativas como, por exemplo, os tribunais populares, ou pela utilização de mídias que exponha e traga a sociedade civil para o exercício da participação e construção de uma sociedade democrática.

Neste sentido a realização das visitas *in loco* em campos experimentais, através das Equipes Caça-Transgênicos da ONG Greenpeace, visibiliza a inoperância das organizações governamentais na fiscalização das pesquisas no tocante aos OGMs e, sobretudo, as práticas questionáveis das organizações empresariais privadas que “ganham” com a lógica dos descaso governamental. Como pode-se observar na notícia publicada:

Uma equipe caça-transgênicos do Greenpeace isolou, hoje, área de plantio ilegal de milho geneticamente modificado da empresa Monsanto, em Santa Cruz das Palmeiras, no interior do estado de São Paulo. Os ativistas cercaram a plantação experimental, coloriram as sementes com tinta atóxica e sinalizaram com duas setas a área ilegal, de aproximadamente 24 mil metros quadrados. Ao mesmo tempo, o Greenpeace solicitou a adoção das providências legais ao Ibama, Ministérios da Agricultura e Saúde, bem como ao Ministério Público Federal . As áreas experimentais de culturas transgênicas estão suspensas pela Justiça desde 27 de abril deste ano. O juiz substituto da 14ª Vara Federal do Distrito Federal, Charles Renaud Frazão de Moraes, deferiu liminar ao Ministério Público Federal suspendendo todas as autorizações para cultivo de quaisquer sementes geneticamente modificadas, com características de agrotóxicos ou afins, em que os interessados não detenham o Registro Especial Temporário (RET) A organização ambientalista questiona a morosidade do IBAMA em cumprir a ordem judicial. De outubro de 2000 até hoje, 27 estações experimentais de empresas como a Monsanto, Novartis e EMBRAPA, estão espalhadas pelo Brasil, com culturas de milho, soja, algodão, entre outros. Todos estas lavouras experimentais foram autorizadas sem o RET, totalizando 81 liberações e 674.700 metros quadrados de área, equivalente a 129 campos de futebol. NEDG:2001:07

Como também é de grande expressão a realização de campanhas públicas realizadas pela ONG Greenpeace em que se destacam, sobretudo pelos significados subjacentes a aparência e o exotismo que possam vir a apresentar.

Segundo dados da entidade “todas as diretrizes de campanhas são decididas em parceria entre os escritórios nacionais e o Greenpeace Internacional. Porém, cada país tem a independência de decidir quais são as campanhas mais adequadas à realidade local e à estrutura financeira do escritório. (NENDG,2005,p.03)

É datado deste período a seguinte Campanha: Transgênicos no meu prato, não! que teve como objetivo alertar a população sobre os riscos dos alimentos contendo OGMs, tendo como alvo a empresa Knorr. Quadro 12

Quadro 12 - Campanha TRANSGÊNICOS NO MEU PRATO, NÃO! – ANO: 2000/2001.

CIDADE / ESTADO.	FOCO.
• Santo André – SP.	Supermercado COOP.
• Campinas – SP.	Supermercado Carrefour.
• Rio de Janeiro – RJ.	Supermercado Sendas.
• Santos – SP.	Supermercado BIG.
• Salvador – BA.	Hiper Bom – Preço/Iguatemi.
• Brasília – DF.	Supermercado Champion Planaltão.
• Porto Alegre – RS.	Supermercado Zaffari.
	<p>Metodologia.</p> <p>Recolhimento de produtos contaminados em supermercados e distribuição de panfletos aos consumidores informando-os sobre os riscos para o Meio ambiente e saúde pública. Os alimentos “confiscados” foram trancados em um carrinho de supermercado com tela de arame e as chaves entregues à Vigilância Sanitária da cidade.</p>

Fonte: NEDG – 2001

Já a realização de atividades alternativas realizadas pela ONG, como, por exemplo, tribunais populares em várias cidades tiveram o intuito de trazer de uma maneira um pouco mais aprofundada as questões relacionadas aos riscos dos OGMs através da participação de profissionais de diversas qualificações e membros da sociedade civil um questionamento coletivo sobre o tema, em alusão evidente, e de forma contrativa, à performance das organizações governamentais e empresariais que avançam na consecução de seus objetivos estritamente econômico e ausente quanto à participação da sociedade civil, contrapondo, nas entrelinhas, suas interpretações da realidade e, sobretudo, da utilização e controle social dos recursos naturais pelas novas biotecnologias.

A dinâmica dos tribunais populares tem a seguinte configuração:

Um Júri, composto por 11 pequenos agricultores e consumidores, reproduzem rigorosamente a dinâmica e o aparato de um julgamento para avaliar os impactos de OGMs na saúde humana e no meio ambiente do País.

No primeiro Júri Popular brasileiro, consumidores e pequenos agricultores tiveram a oportunidade de se informar e se posicionar sobre as variedades transgênicas para a agricultura e/ou alimentação.

Para chegar ao veredicto, o Júri popular analisou seis quesitos a partir do julgamento das 12 testemunhas: o problema da fome no Brasil e no mundo; o acesso aos alimentos e a segurança alimentar, a existência de evidências científicas suficientes para garantir a segurança dos transgênicos para a saúde humana e para o meio ambiente; a emissão de pareceres quanto à liberação comercial dos OGMs com participação da sociedade civil; e informações suficientes que permitam o direito de escolha dos consumidores e agricultores.

NEDG:2001

O que denota a potencialidade das atividades da ONG ao incluir, mesmo que de maneira metafórica, as várias dimensões que deveriam contemplar os processos de avaliação e liberação dos transgênicos: A conjuntura; Aspectos relacionados a produção e comercialização; Aspectos científicos de validação e legitimação dos testes e publicização de informação.

Além das campanhas, a ONG Greenpeace realiza dos protestos que tematizam os vários momentos da disputa pelo controle social dos transgênicos. Como podemos observar na seqüência do Ciclo de Protestos I, relativos ao período 2000/2002 (Apêndice C) :

Dentre outras atividades, a organização Greenpeace encomenda pesquisa em laboratórios europeus que detectam pela 1ª vez a existência de produtos ilegais para a venda direta do consumidor nos supermercados do Brasil (NEDG:2000).

Em linhas gerais, este cenário é marcado pela definição de posicionamentos em relação à liberação dos OGMs, seja do governo, da Monsanto e da Greenpeace. Posicionamentos que colocam em evidencia interesses, projetos e raio de ação diferenciados de cada uma delas.

Se por um lado a CTNBio age, em tese, à revelia de outros organismos governamentais, de outro cede às pressões das organizações privadas. No que diz respeito ao Greenpeace, é visível também que, além das cobranças quanto à participação da sociedade civil, há interesses relacionados a estabelecer um link entre consumidor e poderes públicos, bem como a evidenciar as vantagens econômicas para o Brasil no mercado de produtos orgânicos global.

4.2.2 Cenário II (2003/2006): A oficialização da (i) Legalidade à luz da Lei de Biossegurança.

Este cenário é marcado pelas expectativas e esperanças das organizações em torno do “novo” governo, especificamente as informações relativas ao período do 1º. Mandato do presidente Luís Inácio Lula da Silva, e, posteriormente, o desencanto aos compromissos sinalizados em campanha e não assumidos/cumpridos como, por exemplo, a promulgação de decretos, medidas provisórias, etc confirmando a liberação comercial dos OGMs, sem a tão aclamada e prometida participação da sociedade civil. Ressalta-se ainda a tomada de consciência, principalmente das organizações da sociedade civil, através do encaminhamento de recursos jurídicos normativos, cobrando os procedimentos de fiscalização e controle dos produtos contendo organismos geneticamente modificados e, sobretudo, a participação da sociedade civil.

Distintamente do cenário anterior, é rico em documentos e nas suas respectivas modalidades. Sendo assim foi construído com base nos seguintes documentos:

ANO	2003	2004	2005	2006
ORGANIZAÇÃO				
CTNBio	ARO RATORC	ARO RATORC	ARO RATORC	ARO RATORC
Monsanto	NEDM	NEDM	NEDM	NEDM
Greenpeace.	RATORG NEDG	RATORG NEDG	RATORG NEDG	RATORCG NEDG

No caso da CTNBio, ressaltamos que as Atas de Reuniões Ordinárias (ARO) com periodicidade mensal, além de encaminhar-se e julgar-se questões de natureza técnica refletem ainda nos bastidores as dificuldades para o seu processo de legitimação; as disputas internas entre representantes dos Ministérios; a interferência do Ministério Público Federal no funcionamento e regras da comissão, etc. Os relatórios anuais de atividades(RATORC) por sua vez segue as diretrizes citadas anteriormente.

No que diz respeito a Monsanto, conforme indicado anteriormente, além de ocorrer uma subtração da *home-page* das notícias eletrônicas do período anterior, há uma radical

mudança na publicização das informações relativas aos OGMs/Transgênicos. Assim nos restringimos a uma análise das notícias eletrônicas no modelo tradicional e quando necessário recorreremos a alguns dos textos em “novo” formato eletrônico. Por exemplo, as notícias veiculadas entre 2000 e 2004 eram veiculadas em forma de “mix”, ou seja, um conjunto variado de notícias. Nos anos subsequentes, 2005 e 2006, as notícias aparecem em forma de blocos e subdivididas em temáticas(Entrevistas, Artigos, Agricultura, Meio Ambiente, Comunidade, Noticias de Agronegócios, Notícias Monsanto, Qualidade de Vida e Segurança, Recursos Humanos e Tendências). Cabe ressaltar que, para efeito e objetivo da pesquisa, capturaram-se notícias relativas ao tema em investigação.

Já da ONG Greenpeace trabalhou-se com as notícias eletrônicas e relatórios anuais de atividades e de semelhante maneira recorreu-se a outros documentos quando necessário.

Conforme indicado anteriormente, este cenário é marcado pelas expectativas e esperanças no novo governo de maneira diferenciada entre as organizações estudadas e, sobretudo, quanto à estruturação interna das mesmas.

Assim os elementos da estrutura das oportunidades políticas contempla o programa de governo do candidato Luís Inácio Lula da Silva, intitulado "Meio ambiente e qualidade de vida" que estabelecia o compromisso de assegurar a execução de uma avaliação ambiental estratégica, assim como estudos sobre os impactos das variedades e organismos transgênicos no meio ambiente “e de” estabelecer mecanismos integrados de controle, fiscalização e repressão a plantações ilegais e clandestinas no país".

Entretanto, após ser eleito, o Presidente Lula nomeou ministros com opiniões divergentes a respeito dos transgênicos. O Ministro da Agricultura, Roberto Rodrigues, que apoiava a liberação das variedades transgênicos. A Ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, que enfatiza a necessidade de proteger o meio ambiente e de aplicar o princípio da precaução antes de autorizar a liberação comercial de variedades transgênicas, tomou porém duas decisões controversas: permitiu o uso comercial de soja transgênicas em alimentos para consumo humano e animal, e autorizou que a soja transgênica da Monsanto fosse plantada temporariamente. Conforme observamos na preocupação sinalizada pela ONG Greenpeace:

As declarações recentes do Ministro da Agricultura Roberto Rodrigues de que a soja transgênica da Monsanto produzida ilegalmente no Rio Grande do Sul

poderá ser comercializada livremente mesmo no mercado interno é vista com preocupação por uma série de entidades da sociedade civil, e desrespeita 71% da população brasileira que prefere consumir alimentos livres de transgênicos. (NEDG – 2003:05)

No início de 2003, pouco antes do período de colheita da soja, encontrar uma solução para a soja transgênica plantada ilegalmente no Rio Grande do Sul se tornou uma das principais discussões internas do governo Lula. A soja transgênica havia sido contrabandeada da Argentina e plantada ilegalmente no Rio Grande do Sul, fato que se iniciou em 1998, e que pouco se fez para impedir que a soja transgênica fosse plantada de maneira ilegal.

Concretamente, poucas medidas foram tomadas a fim de identificar as áreas com soja transgênica ilegal, por isso não é possível dizer precisamente qual a quantidade de soja transgênica existente. Nesta configuração, cabe destacar a forte pressão por parte da Monsanto, do governo do Rio Grande do Sul e dos agricultores que plantaram ilegalmente a soja transgênica, e forçaram o governo federal a resolver o assunto.

No dia 26 de março de 2003, o governo federal, através da Medida Provisória (MP) 113, autorizou o uso comercial da soja transgênica cultivada ilegalmente nos alimentos para consumo humano e animal para mercado doméstico e internacional até janeiro de 2004. Essa decisão foi contra as promessas eleitorais do governo. A MP desrespeitava uma decisão judicial do Tribunal Regional Federal e também a Constituição Federal, que demanda um Estudo de Impacto Ambiental (EIA/RIMA).

O governo ignorou a forte preocupação expressada por mais de 80 organizações da sociedade civil, pelos movimentos social e ambiental, pelos consumidores brasileiros e pela maioria dos agricultores brasileiros, que não plantaram soja transgênica.

A segunda MP foi publicada em setembro de 2003, dessa vez autorizando o plantio de soja transgênica para a safra de 2003/2004, apenas para os agricultores que haviam guardado as sementes transgênicas. Os agricultores que plantassem a semente transgênica teriam que assinar um Termo de Responsabilidade, notificando o governo. Até o início de fevereiro, o Ministério da Agricultura havia recebido notificações de 81.612 agricultores, que plantaram soja transgênica no Rio Grande do Sul. Um novo processo judicial foi aberto pelo Ministério Público brasileiro no Superior Tribunal Federal, afirmando que a lei que permitiu o plantio comercial da soja transgênica fere a constituição.

Após a decisão de permitir o plantio da soja transgênica, o Estado do Paraná, 2º. maior produtor de soja no Brasil, adotou uma lei que proíbe o cultivo comercial de soja transgênica, o transporte e o carregamento de soja transgênica no Estado. No entanto, o Estado do Mato Grosso do Sul entrou com um processo judicial no STF/STJ contra o Estado do Paraná e, atualmente, existe uma decisão provisória da justiça afirmando que o Estado do Paraná não tem o direito de proibir a soja transgênica.

Em junho de 2003, o governo federal preparou um novo Projeto de Lei sobre Biossegurança, a fim de modificar os padrões e procedimentos para o uso e liberação de variedades transgênicas no Brasil. Um grupo interministerial foi criado e, após cinco meses de discussões controversas, o Executivo aprovou a proposta. Os principais elementos desse novo Projeto de Lei eram a existência de uma avaliação de impactos ambientais sobre a saúde, que seria feita separadamente da avaliação da CTNBio.

A ONG Greenpeace, além de realizar protestos no Fórum Social Mundial (FSM), no Palácio do Planalto, focaliza sua crítica à edição da MP 113 relativa à comercialização dos transgênicos. É datado deste período o lançamento da campanha: Transgênicos, não engulo essa! que se diferenciou pela estratégia empregada na ação, pois os ativistas, além de colocarem rótulos relativos ao símbolo alusivo à denominação “contém transgênicos” fizeram a entrega do Guia do consumidor, que tem sido uma peça constantemente atualizada que indica as empresas que comercializam e não comercializam produtos contendo OGMs, respectivamente lista vermelha e verde. Quadro 13

Quadro 13 - Campanha TRANSGÊNICOS: NÃO ENGULO ESSA! ANO: 2003.

CIDADE / ESTADO.	FOCO.
<ul style="list-style-type: none"> • Porto Alegre – RS. • Rio de Janeiro – RJ. • Cuiabá. • Belo Horizonte – MG. • Salvador – BA. • São Paulo – SP. 	SUPERMERCADOS.
<div style="display: flex; align-items: center;"> <div style="margin-right: 20px;">  </div> <div style="margin-right: 20px;">  </div> <div> <p>Metodologia</p> <p>Colocação de rótulos em produtos da lista vermelha que integram o <u>Guia do Consumidor.</u></p> </div> </div> <p>Além disto se devolveu aos estabelecimentos os itens que podem ter organismos geneticamente modificados.</p>	

Fonte: NEDG – 2003

No caso da CTNBio, tal prerrogativa é perceptível em relação à re-estruturação da mesma com a celebração oficial de suas atividades da CTNBio, como pode-se observar na seguinte passagem proferida pelo Ministro da Ciência e Tecnologia à época :

O Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Ciência e Tecnologia, Sr. Roberto Amaral, iniciou oficialmente as atividades da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança- CTNBio, pedindo desculpas pelo atraso, dando boas vindas aos membros[...] O Sr. Ministro explicou a razão das atividades da Comissão estarem iniciando somente no presente mês, enfatizou a necessidade da escolha do novo Presidente da Comissão.(AROC/ 2003:66: 01)

A Comissão retoma suas atividades preocupada com seu futuro, haja vista que no período em questão, iniciava-se a discussão sobre a Lei de Biossegurança quando criou-se uma comissão interministerial para definir-se dentre outras questões a performance, raio de ação e legitimidade da CTNBio.

Já a empresa Monsanto cobra, através do envio de projeto ao novo presidente, um posicionamento sobre os transgênicos, bem como através das várias notícias publicizadas em seu site. Nestas focalizam-se, dentre outras questões, as vantagens dos OGMs considerando que esta é :

A chance do governo mostrar que não pretende ser refém do atraso, nem tem medo do novo – afinal, a esquerda sempre se deu bem com a ciência. O Planalto terá de se impor aos setores da administração que, por paranóia ou preconceito, querem impedir a agricultura brasileira de tirar proveito da biotecnologia. Eles argumentam que a sua disseminação permitirá às multinacionais da engenharia genética controlar, com suas sementes, a produção mundial de alimentos e invocam os seus imensuráveis perigos potenciais para a saúde humana e o ambiente – que ninguém ainda conseguiu comprovar. (NEDM: 2003).

Em 2004, após uma série de modificações na plenária da Câmara dos Deputados, o Projeto de Lei foi finalmente aprovado em fevereiro, permitindo que a avaliação de risco para pesquisas (campos experimentais) fosse feita apenas pela CTNBio. O Projeto de Lei manteve que a avaliação de risco para liberações comerciais não pode ser feita apenas pela CTNBio, e que uma avaliação separada deveria ser feita pelos Ministérios encarregados. Além disso, esse Projeto de Lei também permite o plantio e a utilização da soja transgênica

da Monsanto por mais um ano (até o final de 2005), sem que qualquer estudo de impacto ambiental e sobre a saúde seja realizado.

A CTNBio problematiza algumas questões relativas à natureza de suas atividades como, por exemplo, a transparência na confidencialidade dos processos, ou seja, as solicitações dos processos de autorização de pesquisa, produção e comercialização, contendo ou relativo aos transgênicos para alguns de seus integrantes, deveria ser quebrada, implicando por tanto no reconhecimento dos autores destas solicitações. Entretanto, deste período, a questão mais significativa se refere ao reconhecimento do plantio de OGMs no Brasil:

Existem quatro fatos consumados: 1 – Há o plantio ilegal de algodão transgênico no Brasil. 2 – Uma percentagem significativa das sementes fiscalizadas de algodão apresentam-se com traços de OGMs. 3 – Há um déficit de sementes certificadas convencionais sem traços de OGMs. 4 –O agricultor já tomou a decisão de que vai plantar o algodão de qualquer jeito. Com a proibição do uso da semente oficial com traços de OGMs, haverá um déficit significativo na demanda de sementes certificadas de algodão para a safra 2004/2005; isto irá estimular o uso de sementes piratas OGMs. A previsão é que neste cenário, em apenas uma safra [...] o Brasil será ilegalmente transgênicos ou contaminado com transgênico, o que seria um risco considerável do ponto de vista da biossegurança, pois levaria ao descontrole generalizado de plantio de algodoeiros transgênicos, a exemplo do caso da soja (AROC: 83^a.: 2004).

Em concomitância a esta configuração governamental, a Monsanto problematiza as disputas internas entre os ministérios da agricultura e de meio ambiente no âmbito da CTNBio como pré-requisitos para o entrave de constituição do marco regulatório no país.

Neste ano, a ONG Greenpeace, além dos protestos, lança uma campanha intitulada: “Essa não dá para engolir” e a “Expedição Brasil melhor sem transgênicos!” de grande projeção contemplando várias modalidades de estratégias e ações. Quadro 14

Quadro 14: Campanha Essa não dá para engolir! - ANO: 2004.

CIDADE/ESTADO	FOCO
<ul style="list-style-type: none"> • Porto Alegre – RS • Curitiba – PR. • São Paulo – SP. • Belo Horizonte – MG. • Recife – PE. • João Pessoa – PB. • Fortaleza – CE. • Salvador – BA. 	RESTAURANTES

<ul style="list-style-type: none"> • Rio de Janeiro – RJ. • Brasília – DF. 	
	<p style="text-align: center;">Metodologia</p> <p>Vestidos de mestres – cuca os manifestantes visitam restaurantes carregando uma bola de ferro gigante com inscrição T de transgênicos sinalizando para o fato do país está atrelado aos interesses do capital internacional.</p>

Fonte:NEDG:2004

Depois de oito meses parado no Senado, o Projeto de Lei de Biossegurança que veio da Câmara foi modificado para ser votado. O senador Osmar Dias (PDT/PR) apresentou um projeto substitutivo, alterando o caráter do Projeto de Lei. Pela proposta, a Comissão Técnica Nacional de Biossegurança - CTNBio - seria o órgão responsável por decidir sobre a liberação de pesquisas e sobre o uso comercial de transgênicos, retirando as atribuições dos órgãos técnicos dos ministérios. E ainda, a decisão sobre a necessidade de licenciamento ambiental ficaria sob o julgo da mesma.

Após algumas semanas, um outro substitutivo, relatado pelo vice-líder do governo, senador Ney Suassuna (PMDB/PB), foi apresentado e aprovado em audiência conjunta de três comissões da Casa, propondo a liberação rápida e facilitada dos transgênicos. Este novo relatório tinha praticamente o mesmo caráter do anterior, mas conseguiu ser surpreendentemente pior que o de Osmar Dias, uma vez que libera de uma vez por todas o plantio da soja transgênica no País, sem a necessidade de qualquer avaliação de riscos à saúde e ao meio ambiente.

Finalmente, o Senado Federal aprovou o projeto de lei de Biossegurança, substitutivo ao aprovado na Câmara dos Deputados. Antes de ser sancionada pelo Presidente, a nova lei deverá passar por um novo turno de votação na Câmara dos Deputados, mas o texto permaneceu inalterado. Cabe agora à Câmara dos Deputados manter sua posição inicial e ao presidente Luís Inácio Lula da Silva, o seu compromisso de governo.

Em março de 2005, o Presidente Luís Inácio Lula da Silva finalmente sancionou a nova Lei de Biossegurança (11.105, de 24/03/2005) que regulamenta definitivamente o plantio e a comercialização das variedades transgênicas. O texto final aprovado afirma que toda e qualquer empresa que desejar plantar e/ou comercializar um variedade transgênica

precisa submeter um pedido à CTNBio, que deverá emitir seu parecer, que, caso seja favorável à liberação, será confirmado ou rejeitado pelo Conselho Nacional de Biossegurança (CNBS), composto na época por 9 Ministros e um Secretário Especial. Desta forma, a nova lei retira a obrigatoriedade à realização de estudos de impactos ambientais sobre a saúde humana, cabendo à CTNBio solicitá-los ou não. A lei também retira a competência dos Ministérios da Saúde e do Meio Ambiente, que antes tinham o poder de exigir a realização deste tipo de estudos e avaliar os impactos que a liberação da variedade transgênica poderia trazer para suas áreas de atuação.

Ainda em 2005, um novo *round* se instalou no âmbito da sociedade brasileira logo após a aprovação da Lei de Biossegurança. A empresa multinacional Monsanto lançou no mercado peças publicitárias em jornais de grande circulação nacional cujo teor remete à legitimidade na cobrança do uso de sementes para àqueles que já fazem uso ou para aqueles que pretendem, como já faz em outros países da América Latina, por exemplo, a Argentina. Anexos J, L e M

É possível destacar-se de maneira ostensiva os investimentos da Monsanto gastos em pesquisas com tecnologias inovadoras, ressaltando-se o direito de propriedade intelectual. Na segunda peça publicitária, destaca-se a “necessidade” de declaração/registo(Termo de Ajustamento de Conduta –TAC- que é uma forma de mapeamento da produção) por parte do agricultor que faz uso da tecnologia RR e os respectivos valores a serem pagos, e, por fim, na última peça, destaca-se, de maneira afirmativa, a opção dos agricultores pela soja RR e seus respectivos motivos de adesão(redução de custos, respeito ao meio ambiente e comodidade).

Na forma de contraponto, a ONG Greenpeace–Brasil juntamente com outras organizações sociais impetraram uma Ação direta de Inconstitucionalidade (ADIN) em função da supracitada aprovação da lei e, sobretudo, pelas modificações que foram realizadas especificamente em relação à obrigatoriedade da realizar Estudos de Impactos Ambientais e Relatório de Impactos Ambientais (EIA/RIMA) para efeitos de liberação dos transgênicos na sociedade.

Ainda neste contexto, ocorre, em Porto Alegre, no Rio Grande do Sul, o IV Congresso Brasileiro de Biossegurança que, além de discutir os vários problemas relacionados ao tema, terminou com o lançamento de um documento intitulado “Manifesto

Farroupilha” cujo teor remete à falta de liberdade e de condições legais para a realização de pesquisas na área, e reivindicam que o governo garanta o debate sobre os transgênicos e agilidade nos procedimentos jurídicos que subsidiam as pesquisas e regulamentação na área das novas biotecnologias. Anexo N

O que está nas entrelinhas destes fatos? Sobre a primeira informação, sinaliza e expressa para a “tranqüilidade” que a empresa multinacional encontrou no atual governo para fazer valer seus interesses no mercado nacional. Quanto à segunda informação, a ação da ONG Greenpeace expressa um dos resultados de sua trajetória de mais de 15 anos no Brasil de enfrentamento acirrado com governos e setores empresariais em função de sua postura de combate aos transgênicos e que merece um aprofundamento tendo em vista o papel que as ONG’s vem assumindo na relação com o Estado no processo de democratização e que reflete os passos de uma nova performance de intervenção qualificada e especializada dos ambientalistas.

E, por fim, a terceira informação ilustra a postura de alguns cientistas, descontentes, com as determinações expressas na Lei de Biossegurança que, em parte, os desautoriza no tocante à especificidades do exercício e autonomia no trabalho intelectual.

Entre 2005 e 2006, ocorrem mudanças significativas no âmbito das organizações. A CTNBio dá posse a novos membros e implementa ou é forçada a realizar uma série de atualizações e modificações no seu regimento interno; aceita a participação de representantes do Ministério Público em suas reuniões; acata e encaminha os pedidos de realização de audiência pública(AP) impetrados pelas organizações da sociedade, bem como a interferência de outras esferas governamentais em suas decisões.

Dentre as questões supracitadas, a participação do MPF em suas reuniões acirra o ânimo de disputa entre alguns representante da CTNBio e os representantes do MMA e MDA, mas, também, revela a dificuldade dos primeiros em aceitar e assimilar o significado de suas atividades, enquanto representantes de uma comissão que julga procedimentos relativos aos destinos da sociedade, como é possível constatar em ata, quando da primeira participação do MPF:

O presidente (Walter Colli) manifestou seu desconforto, dizendo que preferia convidar a Excelentíssima procuradora a receber uma imposição. [...] Pediu que ela explicasse o motivo de sua presença e se isto é comum, se todos os órgãos têm Procuradores da República.[...] O Dr. Luiz Antônio Barreto de Castro

questionou por que o MPF não invocou o direito de acompanhar as reuniões da CTNBio durante os 10 anos anteriores em que a biossegurança funcionou e que poder-se-ia considerar que tudo que foi feito anteriormente deveria ser anulado simplesmente porque a lei garantia a participação do MPF e ele não se fez presente. A procuradora Dra. Maria Soares Cordioli esclareceu os motivos de sua participação[...] mas a Dra. Eliana Abdelhay, pediu desculpas por insistir no assunto acerca da presença do MPF nas reuniões [...] e indagou à Procuradora sobre seu papel na CTNBio, uma vez “que esta Comissão é técnica”. Considerando que a presença da Excelentíssima [...] não será técnica, então concluiu Abdelhay, me parece que a sua função é simplesmente nos vigiar”. (AROC: 91ª : 2006:152)

Neste ambiente que prima pelo não reconhecimento da importância, por parte da maioria dos integrantes da CTNBio, do trabalho das outras esferas governamentais que se desenrola as atividades de liberação e autorização dos OGMs. Cabe ressaltar que o respaldo para a participação do MPF nas reuniões da CTNBio também deve-se à qualificação das organizações da sociedade que neste momento utilizam-se de recursos jurídicos, publicização de estudos e testes sobre os transgênicos e forte crítica à composição da CTNBio para assim fazer valer a voz da sociedade como um todo.

Nas estruturas de oportunidade política, este cenário é marcado por mais uma oficialização das atividades da CTNBio, tendo como pano de fundo a mudança de um “novo” governo e a aprovação da Lei de Biossegurança. A expectativa em torno de mudanças se desfaz no início do semestre e se estende pelo primeiro e segundo mandato do então presidente Luís Inácio da Lula, principalmente no que diz respeito ao funcionamento e legitimidade da CTNBio.

Pode-se considerar que a criação de uma comissão interministerial pelo governo para decidir as questões mais abrangentes da CTNBio é a 1ª. intervenção branca que se concretiza com a ingerência direta do MMA no regimento interno da CTNBio, bem como por ações da ANVISA e MMA no sentido de anular decisões relativas à liberação do algodão bollgard.

O ano de 2006 é dedicado a mais completa reestruturação da CTNBio, com uma nova composição, revisão do regimento interno, instruções normativas, etc. É o momento também que ocorre uma 2ª. intervenção branca, agora com o Ministério Público Federal (MPF) integrando oficialmente a CTNBio.

A performance da Monsanto é marcada também por perdas consideráveis no mercado europeu, e há também mudanças na direção estratégica de seus negócios.

Quanto à ONG Greenpeace, o cenário se inicia com questionamentos à composição do governo, a entidade entra com recursos judiciais em sintonia com o cenário internacional, principalmente em decorrência das discussões sobre o Protocolo de Cartagena.

Quanto à lógica da ação das organizações é visível que para a CTNBio, em decorrência da aprovação da Lei de Biossegurança, esta passa a contar com apoio da Associação Brasileira de Ciências (ABC) e Sociedade Brasileira Para o Progresso da Ciência (SBPC) como integrantes do processo de legitimação da CTNBio, que inclusive justifica-se com a publicização das atividades na internet.

Ao mesmo tempo, a Justiça Federal coloca em xeque as atividades da CTNBio, ao aceitar a Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADIN) impetrada pelas organizações da sociedade civil, que questiona a sua competência e a não observância aos princípios de precaução.

A ONG Greenpeace qualifica seu processo de intervenção ao impetrar recursos judiciais, amplas campanhas e expedições, protestos cobrando do “novo” governo uma postura, que se baseia nos seguintes princípios: lei de biossegurança, a efetividade do princípio de precaução através da realização de EIA/ RIMA e a rotulagem de produtos.

Quanto à estrutura de mobilização, em específico da CTNBio, observa-se que esta é precária dentre outros elementos por não contar com a legitimidade dos órgãos governamentais e, principalmente, da sociedade civil. Esta ausência de legitimidade visibiliza-se internamente pelo não envio de relatórios de atividades pelas CIBios; divergências quanto ao processo de escolha dos membros da comissão, ausência de recursos financeiros para a realização de visitas técnicas, ausência de regimento internos, etc.

Quanto aos integrantes da comissão, além das disputas internas entre eles, verifica-se também conflitos de interesse, ou seja, conta com a participação de pesquisadores ligados às empresas de biotecnologia.

Já a ONG Greenpeace conta com uma infra-estrutura que permite realizar diversas atividades como, por exemplo, a inspeção em barcos suspeitos com produtos contendo transgênicos no Rio Grande do Sul, bem como ampliam o leque de organizações participantes (Action-Aid, AS-PTA, FASE, IDEC e INESC); a solicitação de testes, estudos em instituições renomadas para verificar a existência de produtos contendo OGMs,

mas destaca-se sobretudo com o lançamento da Campanha: “Por um Brasil livre de transgênicos.”

No que diz respeito ao repertório contencioso, observa-se que para a CTNBio as formas de interpretação da realidade em relação à avaliação dos transgênicos é divergente, principalmente no que se refere à participação da sociedade civil. Há de considerar-se, a exemplo desta temática, que os conteúdos das disputas internas da CTNBio polariza-se entre aqueles que defendem integralmente a participação da sociedade civil e outros que, por defenderem interesses escusos aos objetivos da CTNBio se opõem ferozmente (representantes do MMA e MDA versus Coordenação da CTNBio, respectivamente).

Na seqüência dos anos anteriores a ONG Greenpeace também realiza vários protestos que tematizam os vários momentos da disputa pelo controle social dos transgênicos conforme destaca-se na seqüência dos Ciclos de Protestos II, relativos ao período 2003/2006 (Apêndice D).

Como é possível constatar além de expressivos numericamente, em relação ao período anterior, os protestos caracterizam-se pela excelência estética e qualificação na intervenção com a realização de estudos e testes; medidas judiciais, etc.

Há de considerar-se ainda a questão da confidencialidade dos solicitantes nos processos de solicitação de OGMs enquanto “capital”, haja vista que a ausência de informação privilegia alguns e impede que outros participem ou avaliem adequadamente as solicitações.

Assim este cenário, ou melhor, a performance das organizações é marcado por questões que envolvem os rumos e destinos da política de segurança alimentar, bem como da política agrícola e, sobretudo, quando se observa sua confluência com a conjuntura nacional e as nuances neoliberais da sociedade capitalista.

4.3 A INTERFACE TÊNUE ENTRE CONSENSO/DISSENSO DOS CONFLITOS AMBIENTAIS: CONFLUÊNCIA PERVERSA FACE AO NEOLIBERALISMO?

Percebe-se que, nas entrelinhas dos fatos, as ações organizacionais necessitam ser analisadas à luz de uma perspectiva que problematize, de maneira interrelacionada, as questões relacionadas as práticas organizacionais. Ao considerar um conjunto de conteúdos que, na sua aparência, emergem enquanto dissenso dos conflitos ambientais em torno da disputa pelo controle social dos transgênicos, é de fundamental importância, transcender a esta premissa.

Tal propósito tem como pré-requisito as questões colocadas à maneira com que a aconceitualidade se faz presente nas teorias sociais, em que são empregadas nas análises que envolvem a questão ambiental quando não se conjuga as várias dimensões (social, econômica, política, etc) nas avaliações dos transgênicos, omitindo-se, por exemplo, um aprofundamento na análise dos conteúdos das relações sociais de produção vigentes e, por extensão, sua lógica de reprodução que tem, no seu entorno, a apropriação dos recursos naturais e de outro, pela ênfase literária, nos mecanismos de participação da sociedade, como conquistas estritas da sociedade civil.

Leroy (2002,p.166) ressalta que o fim da Ditadura no Brasil e o processo de redemocratização permitiram que a vontade de participação da sociedade pudesse se afirmar, pois, resultante deste processo, conselhos de todos os tipos passaram a ter assento em diversas instâncias e níveis de governo, mas, também, emergiram as dificuldades de exercício do que se intitula “Democracia responsável”, seja pelo esvaziamento e boicote do poder público ou pela falta de transparência e manipulação de informações.

Na área ambiental como sugere o autor, este processo se fez valer de uma série de iniciativas relativas aos transgênicos: a exigência de EIA/RIMA; a realização de audiências públicas,etc. Ressalta que tal premissa está relacionada ao fato de que esta área ambiental é mais susceptível à lógica do consenso, haja vista que, através dos consensos simbólicos, passa a ser elemento de políticas de atração de investimentos internacionais, pois consenso social, segurança e sustentabilidade representam vantagem comparativa no mercado global.

Assim, analisa-se as principais questões que emergem no plano das aparências enquanto dissenso entre as organizações e que, por extensão, constituem o cerne, em tese, dos conflitos ambientais e sua metamorfose em consensos.

As questões que formalizam o dissenso como cerne dos conflitos entre as organizações encontram-se subsidiadas nas seguintes premissas: a liberação de OGMs/Transgênicos sem a solicitação de EIA/RIMA nas deliberações da CTNBio; os conflitos de interesses; as disputas internas entre integrantes da CTNBio e a Omissão ou precariedade no processo de fiscalização e rotulagem dos produtos.

Para a primeira questão, observa-se que a prática da CTNBio alicerça-se não estritamente em procedimentos técnicos, mas sobretudo nas alianças e interesses contidos nos objetivos da política de biossegurança em atrelar-se aos interesses das empresas multinacionais, que referendam tal propósito com a apresentação de resultados de estudos que em tese comprovariam a ausência de riscos e impactos ambientais em que se ressaltam as vantagens competitivas do capital internacional.

Á medida que a CTNBio autoriza e/ou libera as solicitações referentes aos transgênicos, induz que as organizações da sociedade civil em geral cobrem, através de instrumentos jurídicos, a realização de manifestações públicas. Assim estas últimas assumem o papel de fiel e legítima interlocutora entre Estado e Sociedade, entretanto enfraquece o sentido e a radicalidade da ação de contestação. A ONG Greenpeace, em alguns momentos, até assume o papel de inspetor independente quando descobre ou antecipa fatos antes da CTNBio, ou ainda faz, o papel de referencial consultivo ao fornecer e disponibilizar informações a CTNBio sobre estudos, testes e pesquisas acerca dos produtos contendo transgênicos.

No que diz respeito às disputas internas, sinalizam para questões relacionadas à falta de legitimidade no âmbito governamental e, sobretudo, pelo lugar que a questão ambiental apresenta no governo atual. Afinal, por várias vezes, a questão ambiente ou meio ambiente já foi apontado como entrave ao Desenvolvimento, haja vista as dificuldades enfrentadas por este governo e a continuidade da política econômica herdada do governo FHC e os recentes casos de corrupção envolvendo a cúpula do poder denunciados pelo MPF e a própria falta de sintonia entre a área econômica e ambiental que acabam por refletir na relação com a própria sociedade.

Por fim, a fiscalização e rotulagem dos produtos contendo organismos geneticamente modificados que já se encontram no mercado e que deveria ser uma regra, mas não ocorre, pela inoperância dos órgãos de fiscalização, possibilita, por exemplo, que as organizações da sociedade civil preencham este espaço, a exemplo da ONG Greenpeace, que, através de suas campanhas, “adentra” nos estabelecimentos comerciais e exerce a rotulagem ou ainda, através de seu site onde é disponibilizado aos consumidores estratégias de contato direta seja com empresas ou órgãos governamentais, ou ainda, quando solicita testes e estudos em laboratórios renomados para constatar a presença de organismos geneticamente modificados nos produtos já em circulação.

Ao utilizar-se as mesmas questões dentro de uma outra ótica, observa-se que seus conteúdos sinalizam para a constituição do que poderia intitular-se como a lógica dos consensos ou perversa confluência ao neoliberalismo.

Assim observa-se a linha tênue entre dissenso e consenso e, portanto, os conflitos ambientais, aparecem como problema a ser eliminado e todo conflito remanescente tende a ser visto como falta para compartilhar do consenso e não como expressão de diferenças reais entre os atores. Cabe ressaltar no que diz respeito à falta de preparo para o consenso que, sobejamente, emergem metodologias participativas que sinalizam para tal modificação (IEB,2005).Entende-se, por essa via, a ligação entre a aconceitualidade na dimensão epistemológica das diversas perspectivas teóricas, bem como no mosaico de perspectivas metodológicas de fortalecimento e constituição de espaços públicos.

Dentro desta perspectiva que possa ajudar-nos a transcender a estes limites e lacunas, encontra-se as contribuições de um conjunto de autores(LEFF;DUPAS;MOONEY e KHOURY) que oferecem significativas e relevantes abordagens, tendo como base a interface entre as varias performances do Estado, empresas multinacionais e sociedade civil enquanto portadoras de uma nova racionalidade ambiental.

Necessário destacar que os aspectos metodológicos merecem destaque a correlação entre a publicização das informações pelas organizações tem em vista o acirramento da disputa enquanto princípio de transparência , principalmente da CTNBio. Cabe ressaltar também que a diversidade de organizações “ofusca” o foco da problemática. No que diz respeito à utilização dos documentos na pesquisa, cabe ressaltar e problematizar as

condições que são colocadas para os usuários, especificamente no que se refere ao acesso regulamentado.

Nos cenários de configuração dos conflitos ambientais, merecem destaque os interesses contidos na entrelinhas das ações e que sinalizam para a necessidade de análise em uma perspectiva tríade, considerando-se as relações de poder, a questão do controle social em suas várias nuances, seja para as organizações da sociedade civil que o vê como um dos caminhos encontrados para participar de maneira qualificada no processo de democratização, seja das organizações governamentais que deixam “brechas” para contestação da sociedade civil e transferem para estas sua responsabilidade em consonância com a perspectiva de Estado mínimo, ou ainda, da Monsanto que agrega em sua trajetória tecnológica a apropriação dos recursos naturais enquanto reserva de valor, e que, por extensão, constitui o processo de monopolização das relações sociais de produção.

5 CONCLUSÃO

Conforme se destacou no início desta investigação, a problemática dos transgênicos assume a liderança em termos de desafio teórico / analítico e tem em vista que destes são decorrentes não somente a produção de bens e serviços.

O papel social da ciência está atrelado a princípios ideológicos e, portanto, refém de interesses próprios da dinâmica do mercado. A sua lógica secular de oferecer caminhos alternativos para os problemas da sociedade, aparece comprometida pela incapacidade de apontar soluções que se constituam em reais alternativas para os problemas por ela criados.

Os artefatos tecnológicos abrigam a contradição permanente da predisposição para satisfazer e garantir as necessidades dos indivíduos na sociedade , ao mesmo tempo em que nestes estão contidos os riscos provenientes da modernização, riscos estes impossíveis de serem minimizados e monitorados adequadamente para a consolidação de um modelo de desenvolvimento, que se pretende, sustentável.

Questionou-se, por exemplo, como os interesses contidos nas esferas organizacionais (empresas multinacionais, instituições governamentais e sociedade civil em geral) subsidiam e referendam a expansão do capital internacional através da transformação dos recursos provenientes da natureza, em *commodities* e sinalizam para a sujeição daqueles que tem como base de sua sobrevivência a utilização dos recursos naturais.

O conceito ou princípios relacionados ao modelo de Desenvolvimento sustentável , em que pese sua importância, ainda necessita ser melhor qualificado, pois não explicita as contradições da sociedade e não aponta para a superação do atual modelo de desenvolvimento contemplado com desigualdades e contradições sociais.

Particularmente no que diz respeito à questão ambiental à luz das novas biotecnologias seu desempenho não tem sido diferente, entretanto, o dado agravante está na evidente e crescente monopolização dos recursos naturais por empresas multinacionais implicando em uma agudização e comprometimentos das relações sociais de produção.

As dificuldades das teorias sociais em inserir a variável ambiental enquanto dimensão analítica no escopo de suas estruturas diferem em termos de representação, e assemelham-se aos objetivos contidos em seu devir teórico tendo em vista o seu atrelamento com os interesses do mercado.

A investigação sobre o processo de modernização e os seus conflitos decorrentes permitem não só a visibilidade das desigualdades sociais, mas também possibilitam sinalizar para a necessidade de superação das contradições sociais no âmbito das relações sociais de produção.

Observou-se que a concepção de conflitos no âmbito da Sociologia, tanto quanto da Administração, apesar de inicialmente terem sido interpretados enquanto elemento desagregador dos seres humanos, e por extensão, da harmonia na vida social encontra-se em processo de des-construção e remodela-se com novas perspectivas que permitem visibilizar os conflitos enquanto possibilidades de novas configurações sociais, excluindo portanto o caráter patológico empregado nas primeiras versões. Entretanto, permanecem lacunas quanto a conjugação das diversas dimensões, inclusive ambiental, política, em suma dos conflitos tendo em vista a seleção e enfoques de determinados aspectos em detrimento de outros.

A Sociologia, em algumas de suas versões quando agrega, por exemplo, a dimensão ambiental em suas abordagens, o faz privilegiando as determinações culturais e/ou políticas descoladas de elementos macroestruturais. A Administração à luz de contribuições recentes mescla estratégias antigas com novas roupagens em decorrência da aproximação com outras áreas de conhecimento. Entretanto, o caráter prescritivo situa-se como elemento presente no escopo destas áreas de conhecimento, principalmente por estar vinculado à ideologia dominante, por isso constitui-se em uma materialização de interesses contidos na esfera do mercado.

Necessário ressaltar a relevância das contribuições originadas no âmbito da Sociologia dos conflitos ambientais, especificamente a partir dos parâmetros propostos por Tilly e que permite ressignificar o conceito de campo organizacional, que nos permite considerar os conflitos em uma perspectiva tríade (teórica e empírica) e visibilizar as várias combinações das relações que envolvem os conflitos organizacionais em suas contradições, especificamente nas ações que analisadas sob o signo de consenso e/ou dissenso subsidiam a perspectiva neoliberal.

No sentido de apreender esta materialização das várias combinações no contexto da sociedade brasileira identificaram-se as principais organizações, mecanismos e formas de atuação que colocam em prática e que emergem como contraditórios, mas que, se

analisados dialéticamente e de maneira processual, permitem visibilizar a confluência perversa que existe entre as diferentes organizações na disputa pelo controle social dos transgênicos no contexto da sociedade brasileira.

Esta incursão metodológica sinalizou ainda para a diversidade de organizações envolvidas na problemática, e no interior de cada segmento. Destacou-se que as principais organizações, consideradas arquétipos da disputa vêm evoluindo quanto às modalidades de publicização de informações, seja no âmbito das organizações governamentais com a criação de home-page e publicização dos resultados das solicitações sobre os transgênicos e merece destaque a utilização que fazem dos artifícios para suprimir informações à revelia da sociedade no mundo digital.

Destaca-se com singularidade a riqueza do modo de publicização das informações disponibilizadas pelas organizações da sociedade civil em geral no que se refere à estética, design das suas *home-pages* que assinala o avanço em que estas organizações adquiriram no trato com as novas tecnologias digitais. Contudo, cabe a necessidade de democratizar-se a veiculação da informação no que diz respeito ao acesso a documentos de acesso regulamentado.

No caso do Brasil, a reconstrução dos cenários para visibilizar a materialização dos conflitos ambientais, revelou-se com uma ampla gama de informações tendo em vista a expressiva quantidade de informações acessadas. No interior desta configuração, observou-se à luz da gestão de FHC que esta foi marcada pela definição e posicionamento, claramente, favorável à liberação dos transgênicos. Posicionamento que colocam em evidência interesses, projetos e raio de ação da política governamental no que diz respeito à Biossegurança. É visível também que nas ações da ONG Greenpeace há um interesse em colocar no mercado global a produção não – transgênica do Brasil.

Já no cenário II, período do primeiro mandato do presidente Lula, revelou-se com o desencanto da sociedade civil em relação às expectativas do “novo” governo principalmente no que diz respeito à participação da sociedade civil e às liberações dos transgênicos sem a solicitação de EIA/RIMA e sua omissão quanto aos processo de fiscalização e rotulagem dos produtos que se encontram no mercado. Através das atas das reuniões ordinárias da CTNBio tornou-se possível verificar não o *modus operandi* de funcionamento da comissão, as injunções políticas que se materializam nas disputas

internas; as dificuldades ou falta de vontade política em dirimir os conflitos de interesses. Quanto à performance da ONG Greenpeace destaque deve ser feito à sua batalha em buscar construir a interlocução entre Estado e Sociedade civil.

A premissa teórica que subsidiou o objetivo geral desta investigação, a emergência da aconceitualidade no âmbito das teorias sociais, revelou-se como pertinente em decorrência das contradições visibilizadas nas ações organizacionais. Assim os objetivos a serem verificados concentravam-se em torno das seguintes questões:

- Verificar se contradições presentes no âmbito da problemática dos transgênicos poderiam ser visibilizadas no escopo do devir científico e transcender a aparência dos fatos ao utilizar-se a concepção dialética enquanto recurso teórico e metodológico;

- Correlacionar as variáveis contidas nos fatos de maneira que pudessem ser ilustrativos e explicativos das contradições sociais no âmbito das teorias sociais contemporâneas no sentido de devolver-lhes sua função precípua de oferece em face dos anseios e desejos da sociedade as resoluções para os problemas sociais, e dentre estes, os problemas relacionados a questão ambiental;

- Compreender que os conflitos ambientais que integram a performance dos atores na sociedade permitem transcender aos problemas que lhes deram origem no sentido de oferecer soluções e sobretudo que expressassem as diferenças reais entre estes atores organizacionais.

Assim considera-se como pressuposto que, para a construção de um modelo de Desenvolvimento, que se pretende, sustentável é necessário dirimir as contradições presentes nas performances dos diversos atores e que sinalize para uma construção que seja ilustrativa das contradições sociais e que não se coloque em risco o processo de democratização no âmbito da sociedade capitalista.

Na configuração desta investigação, sinalizou-se em termos de proposição hipotética que se analisada à luz da concepção dialética, a questão ambiental permitiria a revitalização de dimensões “esquecidas” nas teorias sociais, tendo em vista a vantagem potencial desta concepção inscrita no âmbito do marxismo. Sendo assim constatou-se que tanto na esfera do Estado, quanto no mercado e sociedade civil em geral, as contradições das relações estão explicitadas nos vários momentos de embate, mas não devidamente direcionadas a um entendimento explicativo e analítico que revelem as contradições sociais.

Seja através das mudanças estratégicas e operacionais realizadas pela Monsanto para contemplar as inovações tecnológicas relacionadas a agricultura ou ainda nas ingerências indiretas, através de seus representantes na esfera da CTNBio para “agilizar” a liberação dos produtos transgênicos;

Seja da CTNBio que mesmo sob o “manto” do processo de democratização da legislação ambiental apresenta dificuldades em termos operacionais de agregar a participação da sociedade civil no escopo de suas atividades e também por não contemplar as várias dimensões que subsidiam uma avaliação de riscos, haja vista que no âmbito de suas comissões as questões sociais não são tomadas enquanto vetores passíveis de avaliação, exceto por parte de alguns integrantes ou representantes dos MMA e/ou MDA; Que com dificuldade se propõe a discutir os seus procedimentos operacionais a fim, de aprimorá-los com vista a incluir mecanismos de maior controle social da sociedade.

Seja da ONG Greenpeace que ao priorizar em suas campanhas e atividades a questão ambiental, de maneira quase que restrita, agrega com dificuldade as questões sociais que fundamentam as relações sociais de produção.

Considera-se portanto que não explicitação, coloca-se como o principal desafio de construção de uma nova política ambiental e que constitua-se de maneira dialética (processual), democrática ao incorporar e abrir espaço para a participação dos diversos atores políticos, econômicos e sociais, para a superação deste desenvolvimento atual historicamente insustentável, na perspectiva de construção de novo, de superação desta realidade, que seja social, econômico e ambientalmente sustentável.

Compreende-se que, dentre outras questões, no que se refere ao percurso metodológico desta investigação, a impossibilidade de se realizar as entrevistas com os principais representantes das organizações, revelou-se como uma, dentre outras limitações para o aprofundamento de algumas questões não devidamente colocadas nos documentos disponibilizados bem como a ausência de resultados empíricos de localidades ou regiões no Brasil onde os cultivares transgênicos já integram as relações de produção para que se possa ter uma noção dos impactos das novas biotecnologias no âmbito das relações sociais de produção e, por fim, as dificuldades de acesso a resultados de estudos sobre os riscos e impactos dos transgênicos no contexto da sociedade brasileira.

Nesta configuração, observa-se a necessidade de realização de estudos comparativos a partir de pesquisas teóricas e empíricas, como, por exemplo, de estudos nos Estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina considerando suas posições na polêmica dos transgênicos, haja vista que o primeiro já tem uma extensa produção contendo transgênicos, a exemplo do município de Tuparicetã e o outro, que se notabilizou por ser livre de transgênicos e, assim, tecermos uma perspectiva comparativa, considerando a conjuntura nacional e internacional na direção do *agrobusiness*.

E também no que se refere a expansão da lavoura da soja no Cerrado que já é considerada como a grande herdeira “metodológica” dos desastres ambientais, haja vista a substituição da cana de açúcar pela monocultura da soja.

Há ainda a necessidade de realizar-se pesquisas em outros segmentos e organizações que envolvem a problemática dos transgênicos, e por extensão, um aprofundamento nas atividades destas organizações, sejam elas governamentais e não – governamentais. Neste sentido, merece destaque um aprofundamento sobre a utilização dos recursos virtuais pelos Movimentos sociais, ambientalistas, etc como forma de “comunicar-se” com a sociedade no contexto da globalização.

Em linhas gerais, o elemento crucial sinaliza para a necessidade de democratização das informações, seja via publicação de livros, elaboração de material didático que possam ser utilizados no conjunto da sociedade.

Por fim, é possível constatar que no âmbito das chamadas novas biotecnologias, a nanotecnologia já se apresenta como realidade empírica e teórica que solicita um aprofundamento.

Como assinala Schnaiberger e outros (2006) a nanotecnologia deve ser analisada também pela maneira como estará embutida na produção de mercadorias, haja vista, que “ela é uma dessas tecnologias que está entrando na moda, impactando nosso cotidiano, nossas vidas e sociedade e por resultante[...] não deve ser assunto apenas para engenheiros, para cientistas que promovem as tecnologias; ela deve ser preocupação de toda a sociedade”.

Por resultante, necessitamos de uma melhor compreensão das interações complexas e dinâmicas entre a natureza e a sociedade, para além de abordagens convencionais que contemple e analise os sistemas de regulação das inovações tecnológicas; os papéis dos

diferentes atores sociais, com diversas, e freqüentes contradições, percepções e aspirações e por extensão combine elementos das práticas sociais, culturais, organizacionais, etc.

6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABRAMOVAY, Ricardo . Quem serão os agricultores e agricultoras do futuro? In: Juventude e agricultura familiar: Desafios dos novos padrões sucessórios. Brasília: UNESCO, 1998.p.39 – 72.
- ACOT, Pascal. Historia da Ecologia.Trad. Carlota Gomes. RJ: Campus,1990.
- ACSELRAD, Henri. Conflitos ambientais no Brasil.RJ: Relume Dumará: Fundação Henrich Boll, 2004.
- AFONSO, Cíntia Maria. Sustentabilidade: caminho ou utopia? SP: Annablume, 2006.
- ALBAGLI, Sarita. Geopolítica da Biodiversidade.Brasília: IBMARNR, 1998.
- ALMEIDA JR, Antônio Ribeiro. A barbárie organizada: um estudo sobre a sociologia das organizações. In: Novos rumos da administração. RJ:Vozes,1999.
- ALMEIDA, Jalcione. A construção social de uma nova agricultura: tecnologia agrícola e movimentos sociais no Sul do Brasil. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 1999.
- ALMEIDA, Josimar Ribeiro de. Gestão ambiental: planejamento, avaliação, implantação, operação e verificação. RJ: Thex Editora, 2000.
- ALMEIDA, Paula. A rede de bancos de sementes comunitários da Paraíba. In: Segurança alimentar: um desafio para acabar com a fome no Brasil. Rocha, Marlene et al. SP: Editora Perseu Abramo. 2004.
- ALONSO, Ângela et.al. Por uma Sociologia dos conflitos ambientais no Brasil. Paper preparado para Encontro do Grupo de Meio Ambiente e Desenvolvimento da CLACSO. Novembro de 2000.
- ALPHANDÉRY, P et al. O equivoco ecológico: riscos políticos.Tradução de Lúcia Jahn.SP: Brasiliense, 1992.
- ALVAREZ, Victor Manoel P. et al. A Monsanto e a engenharia genética: acumulação de competências e gestão do risco. In: Revista de Economia. Curitiba. n. 22,p.79 –95.EUFPR, 1998.
- ALVES, Giovanni. Dimensões da Globalização: o capital e suas contradições. SP: Ed. Práxis. 2001.
- ANAIS do XXXV Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural: Natal/RN: 1997.
- ANDERSON, Pierre. As origens da pós - modernidade. RJ: Zahar Editores, 1999.
- ANDERY,Maria Amália et all. Para compreender a ciência:Uma perspectiva histórica. SP:EDUC, 2004.
- ANDRADE, José Célio Silveira et all. Política ambiental focada na produção limpa: elementos para discussão com os setores produtivos. Salvador/Ba. (TECLIM) /UFBA. 2000.
- _____. Conflito e cooperação: análise das estratégias sócio – ambientais da Aracruz Celulose S. A . Ilhéus, Ba: Editus, 2003.

- ANDRADE, Manuel Correia de. O desafio ecológico: utopia e realidade. SP: Hucitec, 1994.
- ANDRADE, Thales H. N. De Ecológicas manhãs de sábado: o espetáculo da natureza na Televisão brasileira.SP: Annablume: Fapesp, 2003.
- ANTUNES, Ricardo.A desertificação neoliberal no Brasil (Collor, FHC e Lula) Campinas, SP: Autores Associados, 2004.
- BACKER, Paul de. Gestão ambiental: A Administração verde. Trad. Heloísa Costa. RJ: Qualitymark, 2002.
- BAIARDI, Amílcar. “Embrapa desenvolve mamão transgênico”.Pronunciamento na 52ª. Reunião Anual da SBPC – In: Jornal O Estado de S. Paulo. Acessado no Site da Monsanto. 14.07.2000.
- BARBIERI, José Carlos.Gestão ambiental empresarial: conceito, modelos e instrumentos.SP: Saraiva, 2004.
- BARBOSA, Eva Machado. Conhecendo o conhecimento: questões lógicas e teóricas na crítica da ciência e da razão. (09 – 36). In: Cadernos de Sociologia Programa de Pós – graduação em Sociologia, v. 10, 1998.
- BAUER, Ruben. Administração – Uma manipulação científica do Homem.In Gestão da mudança – Caos e complexidade nas organizações. SP – Atlas, 1999, p.32-36
- BAUM, Joel A. C. Ecologia organizacional. In. Handbook de Estudos Organizacionais. SP. Atlas. v. 1.1998.
- BAUMAN, Zygmunt. Comunidade: a busca por segurança no mundo atual. Trad. Plínio Dentzien.RJ: Jorge Zahar Editor, 2003.
- _____. Em busca da política. Trad. Marcus Penchel. RJ:Jorge Zahar Ed, 2000.
- _____.Globalização: as conseqüências humanas. trad. Marcus Penchel. RJ: Jorge Zahar Ed. 1999.
- _____.O mal – estar da pós– modernidade. RJ:Jorge Zahar Ed, 1998.
- BAUMGARTEN, Maira.Habermas e a emancipação discursiva.In: Cadernos de Sociologia. PPGS/UFRGS, v. 10,1998.
- BECK, U. A reinvenção da política: rumo a uma teoria da modernização reflexiva. (11 – 72). In: Modernização reflexiva: política, tradição e essência na ordem social moderna. SP: Editora da UNESP, 1997.
- BECKER, Howard S. Métodos de pesquisa em Ciências Sociais. Trad.de Marco Estevão e Renato Aguiar. 3ª. Edição, SP: HUCITEC, 1997.
- BELDA, Francisco R. Segurança e risco: desinformações científicas no noticiário sobre alimentos transgênicos. v. 1, n.1, Novembro de 2004.
- BENKO, Georges. Economia, espaço e globalização na aurora do século XXI.Trad. de Antônio de

- Pádua Danesi).2ª.Ed. SP: Hucitec, 1999.
- BERNA, Vilmar. Pela democratização da Informação ambiental. SP: Agir Azul, 10, 1995.
- BERTERO, Carlos Osmar et al. Estratégia empresarial: A produção científica brasileira entre 1991 e 2002. In: RAE, v.43, n.4, Out/Dez. 2002.
- BOBBIO, Norberto, O futuro da democracia: uma defesa das regras do jogo. RJ: Paz e Terra. 1997.
- _____. A Teoria das formas de Governo.Trad. de Sérgio Bath, 9ª. Ed. Brasília – Editora Universidade de Brasília, 1997.
- BOFF, Leonardo. Ecologia - Grito da terra, dos pobres. RJ: Sextante, 2004.
- BOITO JR, Armando. A Hegemonia neoliberal no governo Lula. In Revista Critica Marxista.n.17, 1ª. Ed,nov. 2003.
- BORÉM, Aluizio. Biotecnologia e Meio ambiente.Editado por Aluizio Borém. Viçosa, 2004.
- BRABEN, Donald. Ser cientista: o espírito de aventura em ciência e tecnologia. Campinas, SP: Papyrus, 1996.
- BRAC DE LA PERRIERRÉ, Robert Ali. Plantas transgênicas: uma ameaça aos agricultores.Trad. do espanhol de Pedro Lourenço et al.Petrópolis,RJ: Vozes,2001
- .
BRESSAN, Delmar. Gestão Racional da Natureza. SP: Hucitec, 1996.
- BRITO, Francisco A et al. Democratização ambiental e gestão ambiental: Em busca do desenvolvimento sustentável. RJ: Vozes, 1998.
- BRUSEKE, Franz Josef. Risco social, risco ambiental, risco individual. In Revista Ambiente e Sociedade.Ano I –. NEPAM – UNICAMP. 2º. Sem. 1997.
- _____.A técnica e os riscos da modernidade.Florianópolis: Editora da UFSC, 2001.
- BUARQUE, Cristovam. A modernização da modernidade. In: A desordem do progresso.O fim da era dos economistas e a construção do futuro. RJ: Ed.Paz e Terra. 1994. p. 61-82
- BURKE, Peter. Uma história social do conhecimento: de Gutenberg a Diderot. Jorge Zahar, 2003.
- BURSZTYN, Marcel et al. Ciência, ética e sustentabilidade – Desafios ao novo século. 2ª. Ed.SP:Cortez ; Brasília:DF,UNESCO, 2001.
- CALVEZ, Jean – Yves. Política – uma introdução. RJ: Ática, 1997.
- CAMARGO, Ana Luiza de Brasil. Desenvolvimento sustentável - Dimensões e Desafios. Campinas. SP:Papyrus, 2003.
- CAMARGO, Luis Henrique Ramos de. A ruptura do meio ambiente: Conhecendo as mudanças ambientais do planeta através de uma nova percepção da ciência: A geografia da complexidade. RJ:

Bertrand Brasil, 2005.

CAPRA, Fritof. A Teia da vida – Uma nova compreensão científica dos sistemas vivos. Trad. De Newton Roberval Eichenberg, SP: Cultrix, 1996.

CARSON, Rachel. Primavera silenciosa. Tradução de Raul de Polillo. SP: Melhoramentos, 1964.

CARVALHO, Marcos de. O que é natureza. SP: Brasiliense, 2003.

CASTELLS, Manuel. A era da informação: economia, sociedade e cultura. O poder da identidade. v.2. RJ: Paz e Terra, 1999.

CAVALCANTI, Clóvis. Desenvolvimento e natureza: Estudos para uma sociedade sustentável. 3ª. Ed. SP: Cortez; Recife, Pe: Fundação Joaquim Nabuco, 2001.

CHESNAIS, François et al. Ecologia e condições físicas de reprodução social: alguns fios condutores marxistas. In: Revista crítica marxista. n.16, 2003 b.

_____ A mundialização do capital. Trad. Silvana Foá. SP: Xamã, 1996 a.

CHIARELLO, Maurício Garcia. Das lágrimas das coisas: estudo sobre o conceito de natureza em Max Horkheimer. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, São Paulo: FAPESP, 2001.

CHIAVENATO, I. Administração nos novos tempos: os novos horizontes em administração. SP: Makron, 1999.

CHIZZOTTI, Antônio. Pesquisas em Ciências Humanas e sociais. 2ª. Ed. SP: Cortez, 1998.

CHRETIEN, Claude. A ciência em ação – Mitos e limites. Trad. Maria Lúcia Pereira. Campinas, SP: Papyrus, 1994.

CLEGG, Stewart R. Representações. In: Handbook de Estudos Organizacionais. v.2. SP: Atlas. 1998.

COLLIS, Jill. Pesquisa em Administração - Um guia prático para alunos de graduação e pós – graduação. 2ª. Ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.

COLOGNESE, Silvio Antônio et al. A técnica da entrevista na pesquisa social. In: Pesquisa social empírica: métodos e técnicas. In: Cadernos de Sociologia. UFRS/IFCH/RS, 1998.

CONWAY, Gordon. Produção de alimentos no século XXI: biotecnologia e meio ambiente. Trad. Celso Paciornick. SP: Estação Liberdade, 2003.

CORCUFF, Philippe. Algumas oposições clássicas em Ciências Sociais. In. As novas sociologias – Construções da realidade social. Trad. Viviane Ribeiro. Bauru, SP: EDUSC, 2001. p.11 – 32

CORTES, Soraya M. Vargas. Técnicas de coleta e análise de qualitativa de dados. In: Pesquisa social empírica: métodos e técnicas. In: Cadernos de Sociologia. UFRS/IFCH/RS, 1998.

COSTA NETO, Canrobert, Agricultura sustentável, tecnologias e sociedade. In: Mundo rural e tempo presente. PRONEX, MAUAD, 1999.

CRUBELLATE, João Marcelo; VASCONCELOS, Flávio Carvalho. Gestão ambiental: uma crítica sistêmica e outras alternativas ao “otimismo verde” In: Revista Organizações e sociedade. Escola de Administração da UFBA, NPGA, v.10, n. 26, jan./abr. 2003. p.91 – 106.

DELORS, Jacques et all. Educação: um tesouro a descobrir. 6ª.ed.SP:Cortez: Brasília,DF:MEC:Unesco,2001.

DELPEUCH, Bertrand. O desafio alimentar Norte – Sul. Trad. Márcia Poncioni et al. RJ: Vozes/FASE, 1990.

DEMAJOROVIC, Jacques. Sociedade de risco e responsabilidade socioambiental: perspectivas para educação corporativa.SP: Editora SENAC, 2003.

DEMBO, David. Impactos sociais da privatização da biotecnologia nos países em desenvolvimento. In: Biotecnologia e Sociedade. Almed/UNICAMP, p. 20-31,1985.

Desenvolvimento e Meio ambiente. Relatório sobre o desenvolvimento mundial 1992.

DIEGUES, Antônio Carlos Sant’Ana. O mito moderno da natureza intocada. 4ª. Ed.SP: Hucitec/USP, 2004.

DIEHL, Astor; TATIM, Denise Carvalho. Pesquisa em Ciências sociais aplicadas – Métodos e técnicas. SP: Prentice Hall, 2004.

DiMAGGIO, Paul e ANHEISER, H. “The sociology of nonprofit organizations and sectors”. In Annual Review of Sociology.Eds.W. Richard Scott e Judith Blake, Palo Alto, CA, Annual Reviews, Inc, p. 1379-59. 1990.

DINIZ, Eli; AZEVEDO, Sérgio de. Reforma do Estado e Democracia no Brasil. Brasília: Editora UNB, 1997.

DOMINGUES, José Mauricio. Teorias sociológicas no século XX. RJ:Civilização Brasileira. 2001.

DOMINGUEZ O, Carlos E. et al. Sistema informal de sementes: Causas, conseqüências e alternativas. RS,Pelotas: Editora Universitária /UFPEL, 2000.

DONAIRE, Denis. Gestão ambiental na empresa. 2ª. Ed. SP: Atlas, 1999.

DOWBOR,L. et al.Os desafios do trabalho. Petrópolis: Vozes, 2004.

DUARTE, Lílian C. Burlamaqui. Política externa e Meio ambiente.RJ: Jorge Zahar Editor, 2003.

DUARTE, A . Política externa e Meio ambiente.RJ: Vozes, 2003.

DUPAS, Gilberto. Atores e poderes na nova ordem global: assimetrias, instabilidades e imperativos de legitimação.SP: UNESP, 2005.

EGRI, Carolyn; PINFIELD,Larence.As organizações e a biosfera: Ecologia e meio ambiente.(363 – 399). In: Handbook de estudos organizacionais. v. 1.Clegg, S et al. (orgs). SP: Atlas, 1999.

ENGELS, Friedrich. A Dialética da natureza; prólogo de J. B. S. Haldane. 3.ed. RJ – Paz e Terra,

1979.

FAUSTO, Ruy. Marx: Lógica e Política: investigações para reconstituição do sentido da dialética (tomo III). SP: Ed.34,2002.

FAVA, Rubens. Caminhos da Administração. SP - Pioneira Thomas Learning, 2003.

FEENBERG, Andrew. Marcuse ou Habermas: Duas críticas da tecnologia. Trad. de Newton Ramos de Oliveira. In: www.consciencia.net. Boletim 07, Ano 02, Aula virtual e Democracia. 2005.

FERNANDES, Ana Maria."A ciência, o cientista e a política". In: Política, ciência e cultura em Max Weber. p.197 – 204. COELHO, Maria Francisca Pinheiro et al. (org). SP, UNB, 2000.

FERREIRA, Ademir Antonio. Abordagem contingencial In: Gestão empresarial: de Taylor aos nossos dias: evolução e tendências da moderna administração de empresas. SP, Pioneira, 1997, pg. 128-145.

FERREIRA, Leila da Costa. A política ambiental no Brasil. In: População, meio ambiente e desenvolvimento – Verdades e contradições. UNICAMP. 1996 a.

FERREIRA, Leila da Costa; VIOLA, Eduardo. Incertezas de sustentabilidade na Globalização. Campinas: SP: Editora da UNICAMP, 1996 b.

FLORIT, Luciano. Teoria social e relação sociedade/natureza a partir da obra de Anthony Giddens. In: Cadernos de Sociologia Programa de Pós – graduação em Sociologia, v. 10, p.61 – 86. 1998.

FOSTER, John B. Ecologia de Marx – materialismo e natureza. Civilização Brasileira, 2005.

FOUREZ, Gerard. Ciência, Poder Político e ético. In: A construção das Ciências – Introdução à Filosofia e a ética das ciências. SP, UNESP, 1995.

FRANCO, Augusto de. Desenvolvimento local Integrado e sustentável: Dez consensos. In; Revista Proposta. n. 78, set./nov.1998.

FRANCO, Maria Laura P. B. Análise de conteúdo. Brasília: Plano Editora, 2003.

FREIRE, Roberto. O PPS, a ciência e os transgênicos. Textos elaborados pelo Dep. Roberto Freire. CDI – Coordenação de Publicações/ C. dos Deputados. Brasília: 2004.

FREITAS, Adriana Gomes. Modelos emergentes de gestão empresarial. In: Novos rumos da administração. RJ: Vozes. 1999.

FUKUYAMA, Francis. Nosso futuro pós – humano: consequência da revolução da biotecnologia; Tradução de Maria Luiza X. de A Borges. – RJ: Rocco, 2003.

GERAQUE, Eduardo. Jornalismo e meio ambiente, uma abordagem epistemológica. v.2, n.2, jun. 2005.

GIDDENS, Anthony et. All. A importância dos clássicos. In: Teoria social hoje. SP: UNESP, 1999 a.

_____Modernização Reflexiva: Política, tradição e estética na ordem social moderna.SP:UNESP, 1997 b.

_____Mundo em descontrolado – O que a Globalização está fazendo de nós. 4.Ed. RJ: Record, 2005 c.

_____O surgimento da política – vida (193 –212) In: Modernidade e identidade. Trad. Plínio Dentzien.RJ: Jorge Zahar Ed., 2002 d.

GIRARDI, Ilza Maria Tourinho.O que os agricultores ecologistas pensam sobre os OGM's.Revista Consciência. Volume 01, Número 01. Novembro. 2004.

GIULIANI, Gian Mario. Sociologia e ecologia: Um dialogo reconstruído. In: Agricultura, meio ambiente e condições de vida. Revista Raízes. Ano XVII. No. 16, Março, 1998.

GOHN, Maria da Glória. Movimentos sociais no inicio do século XXI: Antigos e novos atores sociais. Vozes, 2003.

_____Teorias dos Movimentos sociais: Paradigmas clássicos e contemporâneos. Loyola, 1997.

GONCALVES, Carlos Alberto e MEIRELLES, Anthero de Moraes. Projeto e relatórios de pesquisa em Administração. SP – Atlas, 2004a.

GONCALVES, Carlos Walter Porto. O desafio ambiental.RJ: Record, 2004 b.

_____Os (des) caminhos do meio ambiente. 11ª.Edição – SP – Contexto, 2004 c.

GRANGER, Gilles Gaston.A ciência e as ciências. Trad. Roberto Ferreira.SP? Editora da UNESP, 1994.

GREENPEACE. Ação direta de inconstitucionalidade.Número 3526/2005.

GUANZIROLI, Carlos E. et all. Agricultura familiar e reforma agrária no século XXI. RJ: Garamond, 2001.

GUIMARAES,J. A esperança equilibrista: o governo Lula em tempos de transição.SP: Edt Perseu Abramo, 2004.

GUIVANT, Julia Silvia. A agricultura sustentável na perspectiva das Ciências Sociais. In: Meio ambiente, desenvolvimento e cidadania: desafios para as Ciências sociais.SP:Cortez/UFSC,2001.

GURGEL, Cláudio. A gerencia do pensamento – Gestão contemporânea e consciência neoliberal. SP – CORTEZ, 2003.

GURGEL, George. Meio ambiente, produção e consumo: A interface em curso. (mimeo).2007.

GUTIÉRREZ, Francisco In: Cidadania ambiental e planetária – ecopedagogia e cidadania planetária. SP, Cortez, 2000.

HABERMAS,Jurgen. A inclusão do outro: Estudos de teoria política. Trad. de George Sperber.SP:

Loyola, 2002.

_____ Conhecimento e interesse. Trad. José Heck. RJ: Zahar Editores, 1982.

HAGUETTE, Teresa Maria Frota. Dialética, Dualismo epistemológico e pesquisa empírica. In: Dialética hoje. André Haguette et al.(orgs.). 1990.

HALL, Richard H. Organizações: estruturas, processos e resultados. Trad. Roberto Galman.SP: Prentice Hall, 2004.

HARVEY, David. Condição pós-moderna. SP, Loyola, 1992.

HELLER, Agnes et all. A condição política pós – moderna. Civilização Brasileira, 1998.

HENRY, John. A revolução científica e as origens da ciência moderna. Trad. de Maria Luiza X.Borges,RJ, Zahar Editores, 1998.

HERRERA, Guillermo Castro. Naturaleza y Sociedad en la Historia de América Latina.Panamá:CELA,1996.

HESS, Remi. Produzir sua obra: o momento da tese. Apresentação de Christine Delory – Monberger; tradução de Dr. Sérgio da Costa Borba e Dr. Davi Gonçalves – Brasília: Líber Livro Editora, 2005.

HOBELINK, Henk. As novas biotecnologias para o 3º. Mundo.Novas esperanças ou falsas promessas? In: Biotecnologia. Muito além da revolução Verde. Desafio ou Desastre? POA/RS, pg. 107-154.1990.

HOEFFEL, João Luiz et alli. Modelos de gestão ambiental. In: Novos rumos da administração. Vozes. 1999.

IANNI, Octávio, A sociedade local e Global.RJ: Vozes, 1999.

INVENTÁRIO: teses, dissertações e monografias; NPGA – 1987 /2001. – Salvador: Escola de Administração da UFBA. Julho, 2001.

JAPIASSU, Hilton. As origens das relações entre Saber e Poder. In: As paixões da ciência – Estudo de História das Ciências. SP, Letras & letras. 1999.

JOHNSON, Allan G. Dicionário de Sociologia: guia prático da linguagem sociológica. Trad. Ruy Jungmann. RJ: Jorge Zahar Ed, 1997.

JOLLIVET, M e PAVE, Alain. O Meio ambiente – Questões e perspectivas para a pesquisa. (53 – 112). In Gestão de recursos naturais renováveis e desenvolvimento – Novos desafios para a pesquisa ambiental. Paulo Freire Vieira e Jacques Weber (org). Trad. Anne Sophie de Pontbriand. 3ª. Edição – SP – Cortez – 2002.

KLOCHKOVSKI, L. Tendencias de modernizacion y perspectivas Del desarrollo economico de Latinoamerica. (5 – 20). In Revista Iberoamerica. Moscu, 2004.

KLOETZEL, Kurt. O que é meio ambiente.SP:Brasiliense, 1998.

KONDER, L. A dialética hoje. (prefácio). In: A dialética hoje. Haguette, André et.al(org).RJ: Vozes, 1990.

KONDER, Leandro. O calor da utopia e a frieza da ciência. (136 – 140) In – A sociologia no horizonte do século XXI – Leila da Costa Ferreira et al. SP – Boitempo, 2002.

KORTEN, David C. Cuando las transnacionales gobiernan el mundo.(Trad. Elena Olivos y Francisco Huneeus). Chile:Cuatro Vientos, 1998.

LACEY,Hugh.Sementeiras brasileiras foram engolidas pelas multinacionais.Trad. G. Barata. In: Revista eletrônica Comciência. 2004.

LAWRENCE, Paul R. et. al. O desenvolvimento de organizações:diagnóstico e ação. Trad. Meyer Stilman.SP: Editora Edgard Blucher Ltda.1972.

LAKATOS, Eva Maria. Sociologia da Administração.SP– Atlas, 1997.

LANGE, Oskar. Moderna economia política.(Trad. De Pedro Lisboa). SP, Vértice,1986.

LATOUR, Bruno. Políticas da natureza – Como fazer ciência na Democracia. Trad. Carlos Aurélio Mota de Souza. Bauru, SP – EDUSC, 2004 a.

LATOUR, Bruno; WOOLGAR, Steve. A vida de laboratório – A produção dos fatos científicos.Trad. de Ângela Viana.RJ: Relume Dumará, 1997 b.

LAVILLE, Christian e DIONNE, Jean. A construção do saber – Manual de Metodologia da Pesquisa em Ciências Humanas.Trad. Heloisa Monteiro e Francisco Settineri. Porto Alegre – Editora Artes Medicas Sul Ltda - Belo Horizonte – Editora UFMG, 1999.

LEFF, Enrique. Epistemologia ambiental. Petrópolis – RJ – Vozes – 2000 a.

_____ Saber ambiental – Sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder. Trad. de Lucia Mathilde Orth – Petrópolis – RJ – Vozes – 2001 b.

_____ Racionalidade ambiental: a reapropriação social da natureza. Trad. Luis Carlos Cabral. RJ:Civilização Brasileira, 2006 c.

LEHER, Roberto. Resgatar a tradição crítica para construir práticas necessariamente renovadas. (07 – 32).In: Pensamento crítico e movimentos sociais: diálogos para uma nova práxis.SP: Cortez, 2005.

LEIS, Hector Ricardo. A modernidade insustentável – As críticas do ambientalismo a sociedade contemporânea. Petrópolis, RJ – Vozes – Santa Catarina – UFSC, 1999.

LEONARDI, Lúcia. A sociedade global e a questão ambiental.Pg. 195-206. In: Desenvolvimento e Natureza: estudos para uma sociedade sustentável. Ed.Cortez. 2002.

LEROY et.al.Tudo ao mesmo tempo agora: desenvolvimento, sustentabilidade, democracia: o que isso tem a ver com você? Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

LEWINSOHN, Thomas M e PRADO, Paulo Inácio. Biodiversidade brasileira - Síntese do estado atual do conhecimento. SP – Contexto – 2002.

LIMA, Aida F. Jornalismo e literatura como suporte à causa ambiental. Um breve resgate histórico. Volume 2, Número 2, Junho de 2005.

LIMA, Maria Jose Araújo. Desenvolvimento econômico e equilíbrio ecológico (39-56). In Ecologia humana – realidade e pesquisa. Petrópolis - Vozes, 1984.

LOMBORG, Bjorn. O ambientalista cético – Revelando a real situação do mundo. Trad. de Ivo Korytowski e Ana Beatriz Rodrigues. RJ – ELSEVIER, 2002.

LOUREIRO, Carlos F. B. O movimento ambientalista e o pensamento crítico: Uma abordagem política. RJ: Quartet, 2005.

LOWY, M. Ideologia. In: ideologia e ciência social: elementos para uma análise marxista. (11 – 35). SP: Cortez, 1989.

LUBISCO, Nidia M. L e VIEIRA, Sonia Chagas. Manual de estilo acadêmico – Monografias, Dissertações e Teses. 2ª. Edição. Salvador – EDUFBA, 2003.

LUTZENBERG, José A Fim do futuro? Manifesto ecológico brasileiro. Porto Alegre/RS. Edt. Movimento, 1980.

MACHADO, Jeanne da Silva. A solidariedade na responsabilidade ambiental. RJ: Ed. Lúmen Júris, 2006.

MAGALHAES, Sonia Barbosa. A investigação sociológica e a dimensão ambiental. (193 – 213) In Trabalho, sociedade e meio ambiente – Jacob Lima et al (org). João Pessoa – Ed. Universitária – UFPB, 1996.

MAIMON, Dália et al. As ciências sociais e a questão ambiental: rumo à interdisciplinaridade. S/Edt. 1990.

MARCONDES, Sandra. Brasil, amor a primeira vista! Viagem ambiental no Brasil do século XVI ao XXI. SP – Peiropolis, 2005.

MARCUSE, Herbert. Liberdade e agressão na sociedade tecnológica. (03 – 12). In: Revista Civilização Brasileira. Ano III, Numero 18 – Março – Abri, RJ: Civilização brasileira. 1968.

MARINHO, Pedro. Pesquisa em Ciências humanas. RJ – Vozes, 1980.

MARSDEN, Terry K. Globalização e sustentabilidade – Criando espaços para alimentos e natureza. (25 – 46) In Globalização, trabalho, meio ambiente – Mudanças socioeconômicas em regiões frutícolas para exportação. Josefa Cavalcanti (org). Recife – Editora Universitária da UFPE, 1999.

MARSDEN, Richard et al. Introdução: A coruja de Minerva: reflexões sobre a teoria na prática. In: Handbook de Estudos Organizacionais. SP. Atlas. V. 2. 2001.

MARTINE, George. População, meio ambiente e desenvolvimento: o cenário global e nacional. In: População, meio ambiente e desenvolvimento – Verdades e contradições. UNICAMP. 1996.

MARTINEZ – ALIER, J. Justiça ambiental e distribuição ecológica de conflitos. (122 – 135). In – A sociologia no horizonte do século XXI – Leila da Costa Ferreira et al. SP – Boitempo, 2002.

MARTINS, José de Souza. O cativo da terra. SP: Hucitec, 1998.

_____ A chegada do estranho.SP: Hucitec, 1993.

MARX, K .O Manifesto do Partido Comunista.S/D.

_____ O Capital – Crítica da economia política - O processo de produção do capital.Trad. Reginaldo Sant’Anna. 6ª. Ed.V.I. RJ: Civilização Brasileira, 1980.

_____ O 18 Brumário de Luis Bonaparte e Cartas a Kugelmann. Trad. L. Konder et al. 4ª. Ed. RJ: Paz e Terra, 1978.

MASSARINI,Alicia.Tecnociência, natureza e sociedade: o caso dos cultivos transgênicos.Trad. Simone Pallone.In: Revista eletrônica Comciência.Novembro, 2004.

MAWHINNEY, Mark. Desenvolvimento sustentável: uma introdução ao debate ecológico. Trad. Cláudio Queiroz.SP: Loyola, 2005.

MAXIMIANO, Antônio César A. Uma nova dimensão de gerenciamento. In: Além da hierarquia: como implantar estratégias participativas para administrar a empresa enxuta. Pg. 13-44. SP, ATLAS, 1995.

MAY, Peter H. et all. Economia do Meio ambiente: teoria e prática. Campus/ Elsevier, 2003a.

MAY, Tim. Pesquisa social – Questões, métodos e processos. Trad. Carlos Alberto Silveira Netto Soares. 3ª. Edição – Porto Alegre – Artmed, 2004b.

MAYOR, Federico; FORTI, Augusto. Ciência e Poder. Trad. Roberto Ferreira. Campinas, SP: Papirus: Brasília: Unesco, 1998.

MELUCCI, Alberto. Ecologia e pacifismo. In: A invenção do presente: movimentos sociais nas sociedades complexas. (Trad. de Ma. do Carmo Alves do Bomfim) Vozes,RJ,2001.

MENDONCA, Francisco.A emergência da temática ambiental (09 – 20). In Geografia e Meio ambiente. 7ª. Edição, SP – Contexto, 2004.

MESZAROS, Istvan. O poder da ideologia.Trad. Paulo Cezar Castanheira.SP: Boitempo Editorial, 2004.

MICHELOTTI, Gabriela. Meio ambiente, sociedade e meios de comunicação: representações sociais da questão ambiental na sociedade de risco e na era da informação. Volume 2, Número 2, Junho de 2005.

MILANI, Carlos.Como aprofundar a reflexão crítica sobre as Organizações contemporâneas enquanto fenômeno relacional, ao mesmo tempo objeto de análise e campo de prática? (mimeo).UFBA/ADM: 2006.

- MILMAN, L. Habermas e a comunicação idealizada. In: Revista Veritas. Porto Alegre: EDIPUC, 1996.
- MINAYO, Maria Cecília et al. Pesquisa social – Teoria, método e criatividade. RJ: Vozes, 1994.
- MIRANDA, Evaristo Eduardo de. O descobrimento da Biodiversidade: a ecologia de índios, jesuítas e leigos no século XVI. SP: Loyola, 2004.
- MOL, Arthur P.J et all. Meio ambiente, modernidade e sociedade de risco: O horizonte apocalíptico da reforma ambiental. Trad. Salvador Dal Pozzo Trevisan. Ilhéus-Ba: UESC, 2003.
- MOP (Meeting of Parties). In: Portal do Ministério das Relações Exteriores e Ministério do Meio Ambiente. Abril, 2006.
- MORAES, Antônio Carlos Robert. Ideologias geográficas: Espaço, cultura e políticas no Brasil. 3ª. Edição. SP: Hucitec. 1996.
- _____. Meio ambiente e Ciências humanas. Hucitec. 1997.
- MOREIRA, Roberto. Economia política da sustentabilidade: uma perspectiva neomarxista. In: Mundo Rural e Tempo presente. RJ: Mauad, 1999a.
- MORIN, EDGAR., Os setes saberes necessários a educação do futuro. SP, Cortez, 2001.
- MOROZ, Melânia. O processo de pesquisa: iniciação. Brasília, Plano Editora, 2002.
- NASCIMENTO, Elimar Pinheiro. Globalização e exclusão social: fenômenos de uma nova crise da modernidade. In: Desafios da globalização. RJ: Vozes, 1997.
- NATÉRCIA, Flávia. Os riscos ecológicos das plantas transgênicas: o que se diz e o que se entende. Revista eletrônica Comciência, Novembro, 2004.
- NAVARRO, Zander. Política, protesto e cidadania no campo: as lutas sociais dos colonos e trabalhadores rurais do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 1996.
- NEDER, Ricardo Toledo. Crise sócio-ambiental: Estado e Sociedade Civil no Brasil (1982/ 1998). SP, AnnaBlume, 2002.
- NETO, Canrobert Costa. Agricultura sustentável, tecnologias e sociedade. In: Mundo Rural e Tempo Presente. MAUAD, RJ. 2000.
- NEVES, Clarissa Eckert Baeta et. all. Pesquisa social empírica – Métodos e técnicas. Cadernos de Sociologia. Numero 09. PPGS- UFRGS. 1998.
- NOAL, Fernando Oliveira. Os ritmos e os riscos – Considerações sobre globalização, Ecologia e Contemporaneidade. (67 – 86). In Sociedade e Meio ambiente - A educação ambiental em debate. Carlos Frederico B. Loureiro et al. (org). 2ª. Edição, SP – Cortez, 2002.
- NOGUEIRA, Marco Aurélio. Em defesa da política. SP/SENAC, 2001.
- O'DONNELL, Guillermo. Sobre o Estado, A democratização e alguns problemas conceituais: Uma

visão latino – americana com uma rápida olhada em alguns países pós – comunistas. In: Novos Estudos Cebrap. Julho. 1993.

OLIVEIRA, Fátima. Afinal, qual é mesmo o “suave veneno” dos transgênicos? Revista Eletrônica Comciência. Novembro. 2002.

OLIVEIRA, George Gurgel de. Indústria petroquímica e a gestão do meio ambiente. (51 – 60). In Revista Organizações e Sociedade. Escola de Administração da UFBA. Volume 06, número 15, Maio e Agosto, 1999.

OLIVEIRA, Paulo de Salles. Caminhos de construção da pesquisa em Ciências Humanas. (17 –26) In Metodologia das Ciências humanas – Paulo de Salles Oliveira (org). SP – HUCITEC – UNESP, 1998.

OLIVEIRA, Silvio Luiz de. Sociologia das organizações – Uma análise do homem e das empresas no ambiente competitivo. SP – Pioneira Thomson Learning, 2002.

ORTIZ, Renato. Anotações sobre a mundialização e a questão nacional. (36 – 45). In – A sociologia no horizonte do século XXI – Leila da Costa Ferreira et al. SP – Boitempo, 2002.

ORTIZ, Renato. Taquigrafando o social. (5 – 16). In Ciências sociais e Trabalho intelectual. SP – Olho d Água, 2002.

PAIXAÕ, Ruy Sérgio Deiró. Legislação brasileira relativa a organismos geneticamente modificados: Um olhar crítico. Dissertação de mestrado. UNIBAHIA/UNEB. 105 páginas. 2003.

PAT ROY, Moony. As nações ricas e as nações pobres de genes. In: O escândalo das sementes. O domínio na produção de alimentos. pg. 03-37. Ed. Nobel, 1987a.

_____ O século 21: Erosão, Transformação Tecnológica e Concentração do Poder empresarial. SP: Expressão Popular, 2002.

PAULA, João Antonio de. Adeus ao Desenvolvimento – A opção do Governo Lula. BH: Autêntica, 2005.

_____ A economia política da mudança: os desafios e os equívocos do início do governo Lula. BH: Autentica, 2003.

PELAEZ, M; PONCET, C. Estratégias, Industrias e mudança técnica: uma análise do processo de diversificação da Monsanto. In: Anais III Congresso Brasileiro de História econômica e IV Conferencia Internacional de História de empresas. Curitiba, UFPR, 1999.

PELIZZOLI, M.L. A emergência do paradigma ecológico. Reflexões ético-filosóficas para o século XXI. Ed. Vozes. 1999.

PERFIL DAS EMPRESAS DO RAMO QUÍMICO NO BRASIL. CUT – CNQ. Agosto/1994.

PESSIS – PASTERNAK, Guita. A ciência – Deus ou Diabo. Trad. Edgard Carvalho. SP, Editora UNESP, 2001.

PETRAS, J. et all. Argentina: entre la desintegración y la revolución. Acessado no site

www.indymedia.org em 16 de Julio de 2002.

_____ El campesinado y el Estado en América Latina. Acessado no site www.indymedia.org em 07 de março de 2002.

_____ A crise da agricultura brasileira. In: Brasil de Cardoso: a desapropriação do país. Trad. Jaime Clasen. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

_____ Para onde vai o Brasil? In: Marxismo vivo – Revista de Teoria e Política Internacional. Número 07.SP: PSTU, 2003.

_____ Neoliberalismo: América latina, Estados Unidos e Europa. Trad. Ana Maria R. Naumann et al. SC: Editora da FURB, 1999.

PETRAS, James; VELTMEYER, Henry. Brasil de Cardoso a desapropriação do país. Trad. Jaime Clasen. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

POLIZELLI, Dermeval et al. Meio ambiente, trabalho e Administração. In: Construindo a ciência ambiental. SP: Annablume, 2002.

PONTING, Clive. Uma história verde do mundo. Tradução de Ana Zelma Campos. RJ: Civilização brasileira, s/data.

PORTILHO, Fátima. Sustentabilidade ambiental, consumo e cidadania. SP: Cortez, 2005.

PORTO, Maria Stela Grossi. Politizando a tecnologia no campo brasileiro: dimensões e olhares. Rj: Relume – Dumará, 1997.

PRIGOGINE, Ilya. O fim das certezas – Tempo, Caos e as leis da natureza. Trad. Roberto Ferreira. SP – Editora da UNESP, 1996.

PRODUÇÃO acadêmica em Administração Pública. 1995-2000. NPGA.Org: Assessoria do Núcleo de Pós – Graduação em Administração – Coordenação do Mestrado Profissional. Julho, 2001.

PROGRAMA Televisivo Globo Ciência. 15 de Abril de 2006.

QUINTELLA, Rogério Hermida et al. O papel dos paradigmas técnicos – econômicos nos estudos organizacionais e no pensamento estratégico – empresarial. In: RAP, Rj. 36(6):905 –32, Nov/Dez. 2002.

RATTNER, Henrique. Liderança para uma sociedade sustentável. Trad. David Kohler. SP, Nobel, 1999.

REIGOTA, Marcos. Ecologia na América Latina In: Ecologia, elites e intelligentsia na América latina: um estudo de suas representações sociais. SP, AnnaBlume, 1999.

REINACH et al. Transgênicos e Células – tronco: duas revoluções científicas. SP: Bei comunicação. 2005.

REIS, Fábio Wanderley. Política e racionalidade: problemas de teoria e método de uma sociologia crítica da política. 2ª. Edição. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2000.

Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial 1992: Desenvolvimento e Meio ambiente. SP: FGV, 1992.

RIBEIRO, Isabel de Cássia Santos. Interdependência Ecológica e ISO 14001: Mecanismos de indução de micro pequenos fornecedores e prestadores de serviços pelas grandes empresas da Indústria química e petroquímica da Bahia. Monografia de especialização. Outubro. 2001.

RIBEIRO, Wagner Costa. A ordem ambiental internacional. SP, Contexto, 2001.

RIECHMANN, Jorge. Cultivos e alimentos transgênicos – Um guia crítico. Trad. Ricardo Rosenbusch. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

ROBERTS, Karlene H; Grabowski, M. Organizações, Tecnologia e Estruturação. (313 – 333). In: Handbook de estudos organizacionais. Clegg, S et al. (orgs). SP: Atlas, 2004.

RODRIGUES, Carlos Alberto. Perspectivas de reestruturação da Petroquímica Brasileira. S/d, S/L. 2001.

RODRIGUEZ Y RODRIGUEZ, Martius Vicente. Gestão de empresas sustentáveis. RJ – Elsevier, (Harvard Business Review). 2005

RONDEAU, Alain. A gestão dos conflitos nas organizações. Trad. Ofélia de Lanna S. Torres. S/d..

RUEGG, Elza Flores et al. Impacto dos agrotóxicos sobre o ambiente, a saúde e a sociedade. Coleção Brasil Agrícola – SP – ICONE - 1986.

RUSCHEINSKY, Aloísio. No conflito das interpretações: O enredo da sustentabilidade. (15 –33) In: Sustentabilidade: uma paixão em movimento. Porto Alegre: Sulina, 2004.

RUTTA, Ana Maria et all. Critérios de excelência – o estado da arte da gestão a excelência do desempenho. FPNQ, SP, Rev. 01, Fev. 01/2001.

SACHS, Ignacy. Ecodesenvolvimento, ambiente e estilos de desenvolvimento. Pg. 7-27. In: ecologia e desenvolvimento. APED, 1992.

SALOMON, Décio Vieira. Maravilhosa incerteza – Ensaio de metodologia dialética sobre a problematização no processo de Pensar, pesquisar e criar. SP – Martins Fontes, 2000.

SANTANA, Vânia Mundin. Ciência e sociedade no Brasil. SP: Símbolo, 1978.

SANTILLI, Juliana. Socioambientalismo e novos direitos – Proteção jurídica a diversidade biológica e cultural. SP – Peiropolis – 2005.

SANTOS, Antonio Raimundo dos. Metodologia científica – A construção do conhecimento. 6. Edição – RJ – DP&A, 2004.

SANTOS, Boaventura de Sousa et. all. Semear outras soluções: os caminhos da biodiversidade e dos conhecimentos rivais. RJ: Civilização Brasileira, 2005.

política na transição paradigmática. 2ª. Edição. SP: Cortez, 2000a.

_____ “Cinco desafios à imaginação sociológica”(17 – 22;”O Estado e os modos de produção social de poder social.”(115- 134);”O norte, o sul e a utopia.”(281 – 348). In: Pela mão de Alice – O social e o político na pós – modernidade. Cortez, 2001b.

_____A globalização e as ciências sociais. 2.Ed. SP: Cortez, 2002c.

SANTOS, Ednalva Maria Marinho dos et. al. O texto científico: diretrizes para elaboração e apresentação.2ª.Edição.Salvador: UNYHANA/QUARTETO, 2002.

SANTOS, Elisabete. A diluição da fronteira entre sociedade e natureza a dimensão ontológica da crise de paradigmas nas ciências. (39 – 158). In Revista Organizações e Sociedade. Escola de Administração da UFBA. Salvador.Volume 01, numero 21,dez. 1993.

SANTOS, Milton. Espaço e Globalização. In: Técnica, espaço, tempo: Globalização e meio técnico científico informacional. HUCITEC, 1997.

SANTOS, Reginaldo Souza. As contribuições dos economistas ao Estudo da Administração política – O Institucionalismo, O gerencialismo e o regulacionismo.(99 – 116). In Revista Organizações e Sociedade. Escola de Administração da UFBA. Volume 10, número 28, Setembro - Dez. 2003.

_____A Administração política como campo do conhecimento. SP/Ba: Mandacaru - Fundação Escola de Administração da UFBA, 2004.

SARMIENTO PATRICIO, Inês Emilia. O significado da biotecnologia. In: Biotecnologia e agricultura - Perspectivas para o caso brasileiro. Ed.Vozes, 1984.

SCHLUCHTER, W.”Neutralidade de valor e a ética da responsabilidade”.(55- 110). In: Política, ciência e cultura em Max Weber. COELHO, M. F. Pinheiro et al. (org). SP, UNB, 2000.

SCHMIDT, Alfred. El concepto de naturaleza en Marx. México, Siglo Veintiuno, 1976.

SCHMIDT, Benicio Viero.”Ciência e Política”.(111- 126). In: Política, ciência e cultura em Max Weber. COELHO, Maria Francisca Pinheiro et al. (org). SP, UNB, 2000.

SCHNAIBERGER, Allan. Contradições nos futuros impactos socioambientais oriundos da nanotecnologia. SP: Xamã. 2006

SCHOULZE, Simone H. C. Patentes, transgênicos e clonagem: implicações jurídicas e bioéticas.Brasília: Editora da UNB, 2002.

SCHWARTZMAN,Simon. (coord). Administração da atividade científica. Brasília, FINEP/CNPQ, 1981.

SCLIAR, Moacyr. O nascimento da ciência no Brasil. SP – Odyssesus Editora, 2002.

SEMINÁRIO Internacional sobre biodiversidade e transgênicos. Anais. Brasília.Junho, 1999.

SEN, Amartya. Os fins e meios do desenvolvimento. In: Desenvolvimento como liberdade. Cia das

Letras. 1999.

SERAFINI, Luciana Atti. Biotecnologia: princípios e precauções. In: Biotecnologia na agricultura e na agroindústria. Guaíba: Agropecuária, 2001.

SHIKI, Shigeo. Sustentabilidade do sistema agroalimentar nos cerrados: entorno de Irai de Minas. Uberlândia: EDUFU, 2000.

SILVA, Christian Luiz da et al. Reflexões sobre o Desenvolvimento sustentável: agentes e interações sobre a ótica multidisciplinar. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.

SILVA, Reinaldo Oliveira da. Teorias da Administração. SP – Pioneira Thomas Learning, 2001.

SOBRAL, Helena Ribeiro. Globalização e Meio ambiente. In: Desafios da globalização. Ladislau Dowbor et al. (orgs). Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

SORJ, Bernardo. A construção intelectual do Brasil contemporâneo: Da resistência à ditadura ao governo FHC. RJ: Jorge Zahar Ed. 2001.

SORJ, John et al. As biotecnologias no Brasil. Políticas e desenvolvimento. Ed. Almed/UNICAMP, pg.36-62. 1985.

SOTO, William H. G. A produção do conhecimento sobre o “mundo rural” no Brasil: as contribuições de José de Sousa Martins e José Graziano da Silva. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2002.

SOUZA, Nali de Jesus de. Desenvolvimento econômico. 4ª. Edição. SP: Atlas, 1999.

SOUZA, Sofia Silva de. Teoria implícita de organização em uma empresa orientada para a gestão do conhecimento: O caso Monsanto -Ba. Dissertação de Mestrado Profissional. UFBA/NPGA. 2003.

SPOSATI, Aldaíza. Globalização, um novo e velho processo. In: Desafios da globalização. RJ: Vozes, 1997.

STABLEIN, Ralph. *Dados em Estudos Organizacionais*. In: Handbook de Estudos Organizacionais. SP. Atlas. V. 2. 2001.

STRATHERN, Paul. Darwin e a evolução em 90 minutos. Trad., Maria Helena Geordane; revisão técnica, Geraldo Renato de Paula. RJ: Jorge Zahar Ed., 2001.

SUZINA, Ana Cristina. A questão ambiental e o discurso informativo: formas de mobilização social. Volume 1, Número 1, Novembro de 2004.

TACHIZAWA, Takeshy. Organizações não governamentais e terceiro setor: criação de ONG's e estratégias de atuação. SP: Atlas, 2002.

TAPIA, Jorge e ARAUJO, Ângela M. C. Estado, classes e estratégias – Notas sobre um debate. IFFH – UNICAMP, 1991.

TASSARA, Eda Terezinha de Oliveira. A propaganda do discurso ambientalista e a produção estratégica da dominação. (11 – 15) In Revista de Estudos Regionais e urbanos. – Espaço e Debates

– Ano XII – numero 35. NERU – FAPESP. 1992.

TEIXEIRA, Elizabeth. As três metodologias: acadêmicas, da ciência e da pesquisa. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.

TENORIO, Fernando Guilherme. Tem razão a Administração - Ensaio de teoria organizacional e gestão social. Ijuí – Ed. Unijui, 2002.

TOKAR, Brian. Monsanto uma história interdita.(mimeo). 2004.

TORRES, Haroldo da Gama. Indústrias sujas e intensivas em recursos naturais: importância crescente no cenário industrial brasileiro. In: População, meio ambiente e desenvolvimento – Verdades e contradições.UNICAMP. 1996.

TRANSGÊNICOS - Riscos, benefícios e incertezas. In Revista Ciência Hoje. SBPC – Volume 34, Número 203 – Abril de 2004.

TRIGUEIRO, André et all. Meio ambiente no século 21 – 21 especialistas falam da questão ambiental nas suas áreas de conhecimento. RJ – Sextante – 2003 a.

TRIGUEIRO, Michelangelo Giotto Santoro.”O cientista e o político nas biotecnologias.”(205 – 234).In: Política, ciência e cultura em Max Weber. COELHO, Maria Francisca Pinheiro et al. (org). SP, UNB, 2000 b.

TUDGE, Colin. Os alimentos do futuro—orgânicos,transgênicos e nutrição global. SP; FOLHA, 2002.

URBAN, Teresa. Missão (quase) impossível: aventura e desventuras do movimento ambientalista no Brasil.SP: Petrópolis, 2001.

VALLA, Victor Vicent et al. Ciência e tecnologia no Brasil – História e ideologia (1974 – 1976). Brasília, CNPq, Coordenação editorial, 1981. Coleção Estudos de política científica e tecnológica, 4).

VALLE, Cyro Eyer do. Meio ambiente: acidentes, lições, soluções.SP: Editora Senac São Paulo, 2003.

VANDANA, Shiva. Biopirataria: a pilhagem da natureza e do conhecimento; Tradução de Laura Cardellini de Oliveira; RJ: Vozes, 2001.

VARELLA, Marcelo D; FONTES, Eliana; ROCHA, Fernando Galvão da. Biossegurança e Biodiversidade: contexto científico regulamentar. BH: Del Rey,1998.

VASCONCELLOS, Maria Jose Esteves de. Pensamento sistêmico – O novo paradigma da ciência. SP – Campinas, Papirus, 2002.

VELOSO, Adriana. Tecnologia e movimentos sociais na América latina. Acessado no site www.indymedia.org em Julho de 2003.

VERDUM, Roberto e MEDEIROS, Rosa Maria Vieira. RIMA – Relatório de Impacto ambiental, Elaboração e resultados. 3ª. Edição – Porto Alegre – Editora Universidade - UFRGS, 1995.

VIANA, Gilney; SILVA, Marina; DINIZ, Nilo. O desafio da sustentabilidade: Um debate socioambiental no Brasil. SP: Editora Fundação Perseu Abramo, 2001.

VIEIRA, Eurípides Falcão; VIEIRA, Marcelo Milano F. A tecnologia: mudança e inovação. (65 – 74). IN: A dialética da pós – modernidade: A sociedade em transformação. FGV, 2004.

VIEIRA, Marcelo et al. Sobre organizações, instituições e poder. RJ:FGV, 2003.

VIEIRA, Paulo Freire et al. Gestão de recursos naturais renováveis e desenvolvimento: novos desafios para a pesquisa ambiental. CORTEZ, 2002.

VIGEVANI, Túlio. Meio ambiente e relações internacionais. (27 – 62) In Revista Ambiente e Sociedade. NEPAM – UNICAMP. Ano I – 2º. Semestre de 1997.

VILANOVA, Santiago. Empresários verdes para um planeta azul – La estrategia ambiental de la empresa del siglo XXI. Barcelona – Blume, 1994.

VILAS BOAS, Sergio. Formação & Informação ambiental: jornalismo para iniciados e leigos. SP: Summus, 2004.

VIOLA, Eduardo e LEIS, Hector. Desordem global da Biosfera e nova ordem internacional – O papel organizador do Ecologismo. In Revista de Cultura e Política Lua Nova. Numero 20. Maio de 1990.

WEBER, Max. A ética protestante e o espírito do capitalismo. 9ª.ed. SP, Pioneira. 1994.

_____ A objetividade do conhecimento na ciência social e na ciência política. (81 - 138) In Metodologia das Ciências humanas – Paulo de Salles Oliveira (org). SP – HUCITEC – UNESP, 1998.

_____ Letrado chineses” – Olhos e ouvidos da Burocracia In: Coleção Grandes Cientistas Sociais. S/d.

WHIPP, Richard. Desconstrução criativa: estratégia e organizações. (229 – 250). In: Handbook de estudos organizacionais. Clegg, S et al. (orgs). SP: Atlas, 2004.

WILKINSON, John et.all. A transnacionalização da industria de sementes no Brasil – biotecnologias, patentes e biodiversidade. RJ – ACTIONAID – 2000b.

_____ Perfis emergentes no setor agroalimentar. (27 – 44) In Reestruturação do sistema agroalimentar – Questões metodológicas e de pesquisa. Renato Maluf et al (org). RJ – REDCAPA, 1999a.

WINSEMIUS, Pieter; GUNTRAM, Ulrich. Mil tons de verde. Tradução de Durval Freire Olivieri. BA: 2004.

ZAMBONI, Lílian M. S. Cientistas, jornalistas e a divulgação científica: subjetividade e heterogeneidade no discurso da divulgação científica. Campinas, SP: Autores Associados, 2001.

ZANONI et.al. Desenvolvimento e Meio ambiente; em busca da interdisciplinaridade: pesquisas

urbanas e rurais. Curitiba: Ed. da UFPR, 2002.

ZHOURI, Andréa et al. A insustentável leveza da política ambiental -desenvolvimento e conflitos socioambientais. BH, Autêntica, 2005.

ZYGMUNT, Bauman. Globalização: as conseqüências humanas. RJ: Vozes, 1999.

RUIZ-LÓPEZ, Osvaldo Javier. O ethos dos executivos das transnacionais e o espírito do capitalismo. Tese de Doutorado em Ciências Sociais apresentada ao Departamento de Sociologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas. Agosto. 2004.

LENZI, Cristiano Luis. A sociologia sob o signo ecológico: Um estudo sobre modernização ecológica, Desenvolvimento sustentável e Teoria da sociedade de risco. Tese de Doutorado em Ciências Sociais apresentada ao Departamento de Sociologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas. Outubro. 2003.

PINHEIRO, José Moura. Gestão socioambiental: Conceitos, modelos e práticas.

BREDARIOL, Celso Simões. O aprendizado da negociação em conflitos ambientais.

FERREIRA, Daniel Paulo et al. A estrutura organizacional, os incentivos governamentais e a diversificação: fatores responsáveis pela expansão e consolidação do Grupo Nova América no cenário empresarial brasileiro.

ODA, Leila. Transgênicos: A guerra da desinformação. In: Brazilian Business. Nov. 2003.

APÊNDICE A

Quem é quem na disputa pelo controle social dos transgênicos no Brasil.

No âmbito da pesquisa documental identificamos um universo amplo de organizações envolvidas na problemática dos transgênicos no Brasil. No sentido de ilustrar esta diversidade apresentamos algumas informações sobre algumas destas em que momentos diferenciados e por decorrência de experiências e objetivos distintos substanciam a reflexão do tema para pesquisas futuras:

Nome da organização: **Embrapa**

Ano de fundação: 1961

Foco:

Uma das maiores instituições de pesquisa tropical, a Embrapa tem 37 Centros de Pesquisa, três Serviços e 11 Unidades Centrais, estando presente em quase todos os Estados da Federação, nas mais diferentes condições ecológicas. Emprega 8.619 pessoas, das quais 2.221 são pesquisadores, 45% com mestrado e 53% com doutorado, e opera um orçamento da ordem de R\$ 877 milhões anuais. Coordena o Sistema Nacional de Pesquisa Agropecuária -SNPA, constituído por instituições públicas federais, estaduais, universidades, empresas privadas e fundações, que, de forma cooperada, executam pesquisas nas diferentes áreas geográficas e campos do conhecimento científico. No âmbito internacional, mantém 275 acordos de cooperação técnica com 56 países e 155 instituições de pesquisa. E instalou nos Estados Unidos e na França, com apoio do Banco Mundial, laboratórios para o desenvolvimento de pesquisa em tecnologia de ponta - que contam com as bases físicas do Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (USDA), em Washington, e da Agrópolis, na Universidade de Montpellier, na França.

Fonte: Newsletter Monsanto em Campo - Novembro | 2005 | edição VI | Ano I

Nome da organização: **FASE (Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional)**

Ano de fundação: 1961

Foco:

A FASE - Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional é uma organização não governamental, sem fins lucrativos, que atua em seis estados brasileiros. Desde suas origens, esteve comprometida com o trabalho de organização e desenvolvimento local, comunitário e associativo. Ao longo da década de 60, a FASE lançou as bases de um trabalho ligado ao associativismo e ao cooperativismo, mas o golpe de 64 fez com que estes rumos tivessem de ser redefinidos. A resistência à ditadura e a formação das oposições sindicais e dos movimentos comunitários de base passaram a ser o foco principal da entidade.

Na década de 70, a FASE apoiou o movimento de organização social que enfrentou a carestia, o trabalho infantil e as desigualdades econômicas e sociais. Teve grande presença junto ao campesinato no norte do Brasil, junto aos trabalhadores rurais do nordeste, aos trabalhadores da construção civil e das indústrias metalúrgicas do sudeste e dos movimentos de associações de moradores de norte a sul do país. Formando centenas de lideranças pelo Brasil e apoiando-as em suas reivindicações, chegou aos anos 80 participando de todo o processo que levou à anistia, à constituinte e às eleições diretas.

Para aprofundar a transição democrática, ao longo da segunda metade dos anos 80 e nos anos 90, a FASE desenvolve ferramentas e metodologias educativas voltadas para o controle popular e a participação da cidadania no âmbito das questões urbanas e rurais. O tema do desenvolvimento social e ambientalmente sustentável, a luta pela ação afirmativa de movimentos sociais de mulheres, afro-descendentes e indígenas, bem como a ação pela exigibilidade e justiciabilidade em Direitos Econômicos Sociais e Culturais, vem marcando a sua atuação no quadro de luta contra as desigualdades.

Nesse início de século, a FASE se lançou na atuação local, nacional e internacional com vistas a integrar redes, fóruns e plataformas, sempre visando derrotar as políticas de caráter neoliberal. No campo da

promoção de seus princípios e da produção de conhecimento, a FASE realiza convênios com órgãos públicos, monitora projetos e faz parcerias com universidades. Os resultados destas ligações podem ser vistos em dezenas de publicações, na revista periódica Proposta, editada há quase 30 anos, e em seminários, cursos, palestras e campanhas realizadas pela instituição.

Nome da organização: WWF- Brasil (Fundo Mundial para a Natureza)

Ano de fundação: 1961

Foco:

O WWF-Brasil é uma organização não governamental brasileira dedicada à conservação da natureza com o objetivo de harmonizar a atividade humana com a conservação da biodiversidade e promover o uso racional dos recursos naturais em benefício dos cidadãos de hoje e das futuras gerações. A instituição des envolve projetos em todo o país e integra a Rede WWF, uma das maiores redes independentes de conservação da natureza, com atuação em mais de 100 países e o apoio de cerca de 5 milhões de pessoas, incluindo associados e voluntários.

Em 1961, quando foi fundado, a sigla WWF significava “World Wildlife Fund” o que foi traduzido como “Fundo Mundial da Natureza” em português. No entanto, com o crescimento da organização ao redor do planeta nas décadas seguintes, a atuação da instituição mudou de foco e as letras passaram a simbolizar o trabalho de conservação da organização de maneira mais ampla. Com isso, a sigla ganhou sua segunda tradução: “World Wide Fund For Nature” ou “Fundo Mundial para a Natureza”.

Atualmente, porém, a sigla WWF tornou-se tão forte internacionalmente que, para evitar confusão ou mensagens equivocadas, não se faz mais tradução para qualquer significado literal. Ou seja, agora a organização é conhecida simplesmente como WWF, uma organização de conservação global. A única exceção é a América do Norte, onde o antigo nome de “Fundo Mundial para a Natureza” continua a ser usado. Em 30 de agosto de 1996 foi criado oficialmente o WWF-Brasil, uma organização nacional que integra a Rede WWF, uma das maiores organizações de conservação da natureza no mundo.

Nome da organização: A TERRA DE DIREITOS

Ano de fundação: 1961

Foco:

A Terra de Direitos desenvolve e apóia ações relacionadas à promoção, defesa e reparação dos direitos humanos e à emancipação dos movimentos sociais no Brasil e na América Latina.

Para isso, presta assessoria jurídica e faz advocacia popular para os movimentos sociais de luta pela terra, moradia, meio ambiente, entre outros. Também denuncia violações dos direitos humanos; realiza pareceres, estudos, pesquisas, relatórios e dossiês; faz mediação de conflitos coletivos; promove e apóia campanhas e promove atividades de formação, tribunais populares e audiências públicas; além de fazer articulações com outras instituições sociais, movimentos, redes e fóruns, desde o âmbito local até o internacional.

Missão

Atuar pelos direitos humanos, contribuindo com a luta emancipatória dos movimentos sociais populares na efetivação dos seus direitos.

Objetivos

Contribuir na construção de estratégias para a efetivação dos direitos humanos, econômicos, sociais, culturais e ambientais.

Atuar na proteção dos direitos civis e políticos quando sua violação impedir a efetivação dos direitos humanos, econômicos, sociais, culturais e ambientais.

Atuar em conjunto com os movimentos sociais, entidades e organizações civis na documentação, assessoria jurídica e denúncias de violações de direitos humanos.

Utilizar mecanismos jurídicos nacionais e internacionais para reparar, promover, proteger e os direitos humanos.

Participar do processo de construção de uma assessoria jurídica popular de direitos humanos.

Participar de redes, fóruns e outras articulações que fortaleçam a luta dos movimentos sociais populares.

Articular atores da sociedade civil na ação concreta de efetivação de direitos humanos.

Promover estudos e pesquisas com a finalidade de fomentar políticas públicas de direitos humanos e os direitos humanos como políticas públicas.

Apoiar e realizar processos de formação e capacitação em temáticas de promoção dos direitos humanos.

A Terra de Direitos trabalha com questões sócio-ambientais que interferem no presente e no futuro da sociedade, sempre relacionadas às demandas dos movimentos sociais. A maioria dessas questões, de interesse da sociedade civil, como o uso responsável da água, a não utilização de sementes transgênicas e o combate às cadeias produtivas que prejudicam o meio ambiente e as comunidades camponesas são conflitantes com os interesses econômicos dos grupos hegemônicos e, por isso, precisam ser acompanhadas atentamente.

A Terra de Direitos visa à preservação do meio ambiente e criação de valor social e econômico numa perspectiva de sustentabilidade. Para isso, promove ações contra a produção e disseminação criminosa de transgênicos e atua juridicamente em intoxicação por agrotóxicos, especificamente no plantio de fumo na região do Paraná. Também instrumenta, juridicamente, cooperativas e pequenos proprietários que desenvolvem práticas agroecológicas e acompanha audiências públicas que afetam bacias hidrográficas e o acesso público à água.

“Deveríamos discutir a conservação da base de produtividade, ou seja: o solo, a água, a biodiversidade. Deveríamos falar sobre o sustento dos agricultores, a segurança alimentar para os pobres, para todos. O mesmo sistema que destrói a Terra, destrói o direito dos pobres à comida. Hoje, os mais afetados pela fome são aqueles que produzem comida, mas não têm acesso a ela, que têm de vender todos os grãos para comprar produtos químicos para produzir esses mesmos grãos”.

Vandana Shiva, ativista ambiental, física, feminista e filósofa. Prêmio Nobel Alternativo da Paz de 1993 e do Prêmio Dia da Terra (Trecho de entrevista publicada na Folha de S. Paulo de 01/20/2002);

Nome da organização: ABRA (Associação Brasileira de Reforma Agrária)

Ano de fundação: 1967

Foco:

A ABRA é uma organização não governamental, sem fins lucrativos, fundada em 1967 e efetivamente instalada em 1969. Ganhou grande destaque nos duros tempos da Ditadura Militar, dedicando-se, nos seus 35 anos de vida, à causa da Reforma Agrária.

O seu principal fundador e primeiro presidente foi o saudoso José Gomes da Silva, grande especialista na matéria e um autêntico paladino da Reforma Agrária no Brasil. Escreveu vários artigos e livros sobre o tema, tendo sido um dos principais autores intelectuais do Estatuto da Terra. Foi secretário de Agricultura no Governo Franco Montoro e Presidente do INCRA, no governo Sarney, a convite de Tancredo Neves.

Atualmente, ocupa a presidência desta organização, o também fundador da mesma, e grande defensor da Reforma Agrária, o ex-deputado federal constituinte Plínio de Arruda Sampaio. Elaborador, com sua equipe, do II Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA), colaborando com o governo de Lula.

A ABRA se propõe a tirar do papel este Plano, dando consequência prática às históricas bandeiras dos trabalhadores rurais brasileiros. Uma Reforma Agrária sintonizada com uma nova realidade econômica e social, mas com clareza de objetivos e de metas a alcançar. Para isso, é preciso garantir às instituições públicas encarregadas da Reforma Agrária, as condições financeiras, humanas e organizacionais necessárias para que possam cumprir esses compromissos, pois o País tem pressa em resgatar a cidadania do homem e da mulher do campo, redistribuir a renda concentrada, promover a justiça social, desenvolver os assentamentos agrários e a agricultura familiar, defender o meio ambiente, proteger as nossas crianças e nossos adolescentes do trabalho aviltante, extirpar o trabalho escravo tragicamente ainda existente e elevar o padrão educacional e cultural no meio rural brasileiro. Nesse início do século XXI, a ABRA reivindica um novo projeto de Nação – democrático, desenvolvido e socialmente justo.

A ABRA procura abrir o diálogo nacional com toda a sociedade e os movimentos organizados. Busca o aprofundamento da democracia e o estabelecimento de relações respeitadas com todas as instituições democráticas. (...). Luta por um Brasil de todos, sem preconceitos e discriminações, com plena liberdade para todos, dentro do estado de direito democrático.

Nome da organização: AS – PTA (Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa).

Ano de fundação: 1984

Foco:

AS-PTA – Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa – tem por objetivo a promoção do desenvolvimento da agricultura brasileira com base nos princípios da agroecologia e no fortalecimento da agricultura familiar.

Criada em 1984 como “projeto anexo” à FASE, a entidade constituiu-se como ONG com personalidade jurídica própria em 1990. Desde 1996 é reconhecida pelo governo federal como instituição de utilidade pública e de caráter filantrópico. As linhas de trabalho da AS-PTA conjugam dois níveis de intervenção:

No nível “micro”, a entidade mantém dois programas de desenvolvimento local: um, na região Centro-Sul do Paraná, envolvendo 12 municípios; o outro, objeto do presente projeto, localiza-se no Agreste da Paraíba, com ação inicial em 3 municípios e atualmente em expansão para outros 13, tendo também incidência indireta em 61 municípios de outras regiões semi-áridas do estado. Os programas locais são implementados em parceria com organizações dos agricultores familiares atuantes nas regiões: o Fórum Regional das Organizações dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais do Centro-sul do Paraná e o Pólo Sindical da Borborema, na Paraíba. Os programas locais são espaços onde, a um só tempo, articulam-se vários objetivos: enfrentamento coletivo pelas organizações dos agricultores dos bloqueios técnicos, sócio-econômicos e políticos antepostos ao desenvolvimento dos sistemas produtivos e à segurança alimentar das famílias agricultoras, através da constituição de redes sociais locais de experimentação e de disseminação de inovações; a promoção da sustentabilidade social e política das dinâmicas locais de inovação, através da implementação de ações voltadas para o fortalecimento da capacidade das organizações dos agricultores para a gestão autônoma de projetos próprios de desenvolvimento nas comunidades rurais; a geração, aprimoramento e sistematização de conceitos e métodos relacionados à transição agroecológica dos sistemas familiares de produção, que constituem uma fonte de referência para a formulação de propostas de políticas públicas favorecedoras do desenvolvimento sustentável da agricultura familiar.

No nível “macro”, a AS-PTA integra ativamente redes regionais e nacionais de promoção da agroecologia, como a Articulação do Semi-árido Brasileiro, as Jornadas Paranaenses de Agroecologia e a Articulação Nacional de Agroecologia. Nessas dinâmicas constituídas no âmbito da sociedade civil, onde se articulam organizações e movimentos da agricultura familiar, agro-extrativistas, povos indígenas, ONGs, pesquisadores de instituições públicas, professores universitários e de escolas agrícolas e extensionistas, a entidade procura impulsionar processos de intercâmbio de informação e conhecimentos que permitam a mútua-fecundação entre as experiências práticas do “campo agroecológico”. Simultaneamente, procura também fortalecer a expressão social e a capacidade propositiva e de influência desse campo na formulação de políticas públicas para a agricultura brasileira. Ao estimular e participar ativamente de ações em rede, a AS-PTA tem procurado facilitar a constituição e a intensificação de fluxos de informação e conhecimentos no campo da agroecologia e do desenvolvimento sustentável da agricultura familiar. Para tanto, mantém um Centro de Informação, dotado de um banco de dados sobre experiências agroecológicas e de um acervo atualizado de publicações e documentos, atualmente com cerca de 30.000 títulos.

Além da integração a redes de promoção da agroecologia e do desenvolvimento sustentável, a AS-PTA tem sido convocada a participar em espaços públicos de debate e de formulação de políticas para a agricultura familiar. A entidade está representada no Conselho Nacional para o Desenvolvimento Sustentável da Agricultura Familiar (CONDRAF) e no Conselho Nacional Assessor Externo da Embrapa. Representantes da AS-PTA se fazem igualmente presentes nos conselhos assessores de diversas unidades operacionais dessa instituição de pesquisa, como o Centro Nacional de Pesquisa Agropecuária para o Trópico Semi-árido (CPATSA), em Petrolina-PE, o Centro Nacional de Pesquisa em Agrobiologia (CNPAB), em Seropédica-RJ, e o Centro Nacional de Pesquisa do Algodão (CNPAB), em Campina Grande-PB. Por outro lado, a expertise da AS-PTA, seja no campo metodológico, seja no campo técnico tem sido solicitada de forma crescente por parte de instituições públicas vinculadas ao planejamento e à implementação de políticas para o desenvolvimento rural.

Nome da organização: ESPLAR

Ano de fundação: 1974

Foco:

O ESPLAR é uma organização não governamental, sem fins lucrativos, fundada em 1974, que atua no semi-árido cearense, desenvolvendo atividades voltadas para a agroecologia, a serviço da Agricultura Familiar. Realiza trabalhos nas seguintes áreas temáticas:

- a) Fortalecimento das organizações de trabalhadores e trabalhadoras rurais;
- b) Preservação ambiental e qualidade de vida;
- c) Desenvolvimento de sistemas agroecológicos;
- d) Processamento da produção agrícola.

Tem como missão contribuir na construção de novos modelos de desenvolvimento local, integrado e sustentável, com foco na agricultura familiar, fundamentado na agroecologia, na equidade de gênero e apoiado em políticas públicas, fortalecendo a autonomia dos trabalhadores e trabalhadoras rurais e a construção de uma sociedade justa e democrática.

E IDÉIAS E AÇÕES

Para melhor cumprir sua missão, o ESPLAR atua fortalecendo e contribuindo para a construção e o desenvolvimento de redes, articulações e campanhas de âmbito internacional, estadual, regional e local:

- Campanha Nacional "Por um Brasil Livre de Transgênicos"
- Iniciativa de Monitoramento das Instituições, Financeiras Multilaterais em uma perspectiva de Gênero.
- Rede Terra do Futuro.
- Rede Interamericana de Agriculturas e Democracia – RIAD (Rede Brasil sobre Instituições Financeiras Multilaterais).
- Associação Brasileira de ONGs -ABONG.
- Fórum Cearense pela Vida no Semi-Árido.
- Rede de Intercâmbio de Sementes – RIS / Rede Abelha.
- Marcha Mundial de Mulheres.
- Fórum de Segurança Alimentar.

Nome da organização: **ISA** (Instituto Sócioambiental)

Ano de fundação: 1994

Foco:

O Instituto Socioambiental (ISA) é uma associação sem fins lucrativos, qualificada como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (Oscip), desde 21 de setembro de 2001. Fundado em 22 de abril de 1994, o ISA incorporou o patrimônio material e imaterial de 15 anos de experiência do Programa Povos Indígenas no Brasil do Centro Ecumênico de Documentação e Informação (PIB/CEDI) e o Núcleo de Direitos Indígenas (NDI) de Brasília. Ambas, organizações de atuação reconhecida nas questões dos direitos indígenas no Brasil. No final dos anos 1980, uma série de fatos e processos marcaram um período de intensas interações entre diferentes segmentos organizados da sociedade civil brasileira, nas vertentes sociais e ambientais: o processo de formulação e aprovação dos direitos sociais coletivos e do meio ambiente na Constituição Federal (1987/88); a campanha da Aliança dos Povos da Floresta (1989); o Encontro dos Índios em Altamira (Pará) para protestar contra um grande plano oficial de aproveitamento hidrelétrico da Bacia do rio Xingu (1989) e a formação do Fórum Brasileiro de ONGs, Movimentos Sociais Preparatório para a Rio 92 (1990) e a própria Conferência das Nações Unidas (1992).

As pessoas que se juntaram para formular, fundar e implantar o Instituto Socioambiental, entre 1993 e 1995, tiveram participação decisiva e destacada na idealização e implementação dos processos acima mencionados.

Nome da organização: **DIREITO DO PLANETA VERDE**

Ano de fundação: 1995

Foco:

O Instituto "o Direito por Um Planeta Verde" tem como finalidade a defesa do meio ambiente, da biodiversidade e dos direitos dos povos indígenas, especialmente nas áreas de florestas tropicais equatoriais

O Planeta Verde na Opinião de Líderes e Juristas Ambientalistas:

"Desde a sua fundação, em 1995, o Instituto "O Direito por um Planeta Verde" cumpre um papel fundamental no desenvolvimento e consolidação do Direito Ambiental Brasileiro. Nesse período, o Instituto teve importante participação na elaboração das leis e normas ambientais aprovadas pelo Congresso Nacional e pelo Conselho Nacional do Meio Ambiente. Reunindo renomados especialistas do país, o Instituto edita a conhecida Revista de Direito Ambiental e realiza cursos em todas as regiões do país. Pelo seu trabalho sério e dedicação, tornou-se uma referência nacional e internacional".

Senadora Marina Silva, Ministra do Meio Ambiente.

"O Instituto "O Direito por um Planeta Verde" é a maior e mais conhecida instituição jurídico-ambiental do Brasil. Integrado por especialistas de todo o país, muitos deles professores das melhores universidades brasileiras, o Instituto em poucos anos se transformou em ator indispensável e sempre presente nos grandes debates ambientais, tanto no Parlamento, como na academia. Seja propondo inovações legislativas, como a Lei dos Crimes contra o Meio Ambiente de 1998, seja opondo-se às tentativas de enfraquecimento das leis existentes, o Instituto, pela sua credibilidade científica e acadêmica, viu um ponto de apoio para todos aqueles que se preocupam com a nossa ameaçada biodiversidade."

Deputado José Sarney Filho, Ex-Ministro do Meio Ambiente

"O Brasil conta hoje com uma das mais avançadas legislações ambientais do mundo. Por outro lado, publica-se mais sobre Direito Ambiental aqui do que em todos os países da América Latina somados. Não obstante tantos avanços, continua a degradação dos nossos recursos naturais. Nesse contexto de boa lei e cumprimento insuficiente, o trabalho do Instituto "O Direito por um Planeta Verde" é imprescindível. Responsável por tudo que há de bom no Direito Ambiental Brasileiro, o Instituto, pela excelência de seu trabalho, sempre encontra as portas abertas por onde passa. Foi a primeira instituição brasileira a abordar o tema da implementação ambiental. E, mais recentemente, foi também a pioneira ao iniciar um Projeto Piloto sobre indicadores de implementação ambiental. O Brasil deve muito aos membros do Instituto "O Direito por um Planeta Verde".

José Carlos Carvalho, Ex-Ministro do Meio Ambiente.

Nome da organização: Associação Brasileira de Ciências.

Ano de fundação: 1916

Foco:

A Academia Brasileira de Ciências foi fundada no dia 3 de maio de 1916, na cidade do Rio de Janeiro, com o nome Sociedade Brasileira de Ciências, alterado em 1921 para sua atual denominação.

De início, a entidade abrangia apenas três seções: Ciências Matemáticas, Ciências Físico-Químicas e Ciências Biológicas. Seu principal objetivo era estimular a continuidade do trabalho científico dos seus membros, o desenvolvimento da pesquisa brasileira e a difusão da importância da ciência como fator fundamental do desenvolvimento tecnológico do país.

Henrique Charles Morize foi seu primeiro presidente, à frente da diretoria provisória (1916/1917), sendo reconduzido a essa posição por três mandatos sucessivos.

A partir de 1928, Arthur Alexandre Moses, Acadêmico participante das Diretorias em dez gestões como presidente, passou a desempenhar papel primordial na Academia. Moses reativou a publicação dos Anais da Academia Brasileira de Ciências e, após vários empreendimentos bem sucedidos, conseguiu em 1959 recursos governamentais para a compra de um andar inteiro de um prédio, moderno para a época, onde até hoje está instalada a sede da Academia.

Nos anos 60, o Presidente da República autorizou a doação de um número significativo de bônus do Tesouro Nacional, resgatáveis em vinte anos, através da influência de Carlos Chagas Filho, que sucedeu Moses na Presidência da Academia. Estes recursos, correspondentes a um milhão de dólares, cuja aplicação não estava submetida a nenhuma determinação específica, fortaleceu consideravelmente o potencial da Academia.

Do final da década de 60 até o início da década de 80, a Academia foi liderada por dois renomados cientistas: Aristides Pacheco Leão e Maurício Matos Peixoto, presidentes por 7 e 5 mandatos consecutivos, respectivamente.

A Academia tem desempenhado papel relevante em várias atividades ligadas à ciência no Brasil, como por exemplo, liderando e influenciando na criação de diversas instituições, viabilizando publicações científicas, desenvolvendo programas e eventos científicos, estabelecendo convênios internacionais, e disponibilizando recursos para a sociedade acadêmica.

Durante a década de 70, a Academia recebeu substancial apoio financeiro do Governo Federal, especialmente através da FINEP. Esse apoio possibilitou a expansão de suas atividades, com a participação em importantes programas nacionais e internacionais.

Após um substancial declínio na década de 80, a presente década, liderada pelos Presidentes Oscar Sala e Eduardo Moacyr Krieger (esse último ocupa o cargo desde 1993), marca o retorno do apoio financeiro do governo, o que tem possibilitado a organização de vários novos programas e uma maior interação com a comunidade científica internacional.

Atualmente a Academia reúne seus membros em dez áreas especializadas: Ciências Matemáticas, Ciências Físicas, Ciências Químicas, Ciências da Terra, Ciências Biológicas, Ciências Biomédicas, Ciências da Saúde, Ciências Agrárias, Ciências da Engenharia e Ciências Humanas.

Nome da organização: **AJUFE** (Associação dos Juizes Federais do Brasil):

Ano de fundação: 1972

Foco:

Congregar os juizes federais para realizar uma efetiva troca de experiência e idéias. Esse foi o argumento do juiz federal Jesus Costa Lima, ao propor a criação da Associação dos Juizes Federais do Brasil, no dia 20 de setembro de 1972, durante a inauguração do prédio da Justiça Federal do Ceará.

A idéia foi aprovada por unanimidade pelos magistrados federais presentes, que escolheram Costa Lima como presidente e lhe deram a incumbência de elaborar o anteprojeto de estatuto para a Associação, aprovado pouco tempo depois.

Desde sua fundação, a Ajufe tem atuado na elaboração e acompanhamento de projetos do interesse do Poder Judiciário, na realização de seminários e eventos e na disseminação de idéias, propostas e princípios da magistratura federal. A atuação em questões políticas e sociais também tem estado presente ao longo dos 30 anos de existência, a exemplo da campanha "Justiça para todos", lançada em 2001.

Nome da organização: **ANPR** (Associação Nacional dos Procuradores da República)

Ano de fundação: 1973

Foco:

A Associação Nacional dos Procuradores da República foi criada no dia 22 de setembro de 1973, em assembléia realizada na sede da Procuradoria Geral da República no Distrito Federal, com a participação de 40 procuradores, após uma série de reuniões preparatórias. A entidade nasceu com o nome de Associação dos Procuradores da República e seu primeiro presidente foi o procurador Geraldo Andrade Fonteles.

Quase oito anos depois, em 20 de fevereiro de 1981, nova assembléia inseriu no nome da entidade seu caráter nacional, que passou a ter a denominação atual: Associação Nacional dos Procuradores da República. A ANPR congrega cerca de mil procuradores de todo o país. É dirigida por uma diretoria Executiva, tendo ainda delegados em todas as unidades da Federação e um Conselho Fiscal.

Desde sua fundação, a ANPR atua na busca do fortalecimento do Ministério Público Federal e da carreira dos procuradores da República. A árdua luta de mais de 35 anos alcançou conquistas importantes e prossegue indispensável, diante das ameaças enfrentadas hoje pela instituição e seus membros, em diversos planos.

São seus objetivos:

1. Velar pelo prestígio, direitos e prerrogativas da classe;
2. Propugnar pelos interesses de seus sócios, mediante adoção de medidas que incentivem o bom desempenho das funções e cargos do Ministério Público Federal;
3. Colaborar com o Estado no estudo e na solução das questões relativas ao exercício das funções atribuídas aos Procuradores da República, bem como na definição, estruturação e disciplina da respectiva carreira;
4. Defender seus associados judicial e extrajudicialmente perante autoridades públicas, sempre que desrespeitados em seus direitos e prerrogativas funcionais;
5. Realizar ou promover cursos, seminários, conferências, estudos em geral e a publicação de trabalhos jurídicos, objetivando o aprimoramento profissional dos membros do Ministério Público;
6. Promover o conagraçamento da classe e estimular o intercâmbio de estudos e trabalhos entre associados;
7. Executar, diretamente ou através de convênios, programas de assistência, previdência e lazer em favor dos sócios, associados e de seus familiares, extensivos aos dependentes dos Procuradores falecidos anteriormente à data de sua fundação, tudo conforme as condições estabelecidas nos respectivos planos.

Nome da organização: **CONJUR** (Consultoria Jurídica do Ministério do Desenvolvimento Agrário)

Ano de fundação: ?

Foco:

A Consultoria Jurídica do Ministério do Desenvolvimento Agrário – CJ/MDA é um órgão setorial de execução da Advocacia-Geral da União¹, estando administrativamente subordinada ao Ministro titular da

pasta, e tecnicamente vinculada à Consultoria-Geral da União, que é órgão de direção da Advocacia-Geral da União.

Tendo por incumbência prestar consultoria e assessoramento jurídicos² ao Ministério do Desenvolvimento Agrário, à CJ / MDA compete³:

I - assessorar juridicamente a autoridade ministerial;

II - exercer a coordenação e orientação técnica das unidades jurídicas dos órgãos autônomos e entidade vinculada ao MDA, mediante vinculação destes aos pareceres de Consultoria que forem aprovados pelo Ministro de Estado⁴<http://www.mda.gov.br/index.php?sccid=167> - sdfootnote4sym.

III - fixar a interpretação da Constituição, das leis, dos tratados e dos demais atos normativos a ser uniformemente seguida em suas áreas de atuação e coordenação quando não houver orientação normativa do Advogado-Geral da União;

IV - elaborar estudos e preparar informações, por solicitação da autoridade ministerial;

V - assistir a autoridade assessorada no controle interno da legalidade administrativa dos atos a serem por ela praticados ou já efetivados, e daqueles oriundos de órgão ou entidade sob sua coordenação jurídica;

VI - examinar, prévia e conclusivamente, no âmbito do Ministério do Desenvolvimento Agrário:

a) os textos de editais de licitação, bem como os dos respectivos contratos ou instrumentos congêneres, a serem celebrados e publicados;

b) os atos pelos quais se vá reconhecer a inexigibilidade, ou decidir a dispensa de licitação.

Para desincumbir-se de sua missão, a Consultoria Jurídica do MDA tem suas atribuições fixadas pelo art. 7º, incisos I a VIII, da Estrutura Regimental do MDA, aprovada pelo Decreto nº 5.033, de 5 de abril de 2004, cujo texto pode ser acessado neste site, no campo “legislação da unidade”.

A estruturação administrativa da Consultoria Jurídica do MDA consta de seu Regimento Interno, conforme previsão dos arts. 62 a 79 do Anexo à Portaria MDA nº 63, de 9 de agosto de 2004, publicada no Diário Oficial da União de 11 de agosto de 2004, Seção 1, cujo texto pode ser acessado neste site, no campo “legislação da unidade”, constando organograma logo em seguida.

¹ Art. 2, II, da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993

² Art. 1º, parágrafo único da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993

³ Art. 11 da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993

⁴ Art. 42 da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993

Nome da organização: Coodetec

Ano de fundação: 1995

Foco:

A COODETEC é uma cooperativa central que congrega hoje 40 cooperativas associadas, sendo 27 do Paraná, 2 de Santa Catarina, 1 de Goiás, 1 do Mato Grosso do Sul, 1 em São Paulo e 8 do Rio Grande do Sul. Sua base territorial é o Brasil podendo receber associadas de qualquer Estado da Federação. Sendo 02 Cooperativas Centrais: Cotriguaçu e Coceal com 05 filias cada.

Após o trabalho de geração de novas cultivares, inicia-se o processo de multiplicação de semente básica necessária para atender a demanda.

No caso de trigo e soja, a política da COODETEC é a de licenciamento das cultivares protegidas de acordo com a lei nº 9456/97 para que empresas de sementes as multipliquem e comercializem mediante contrato. Com as culturas de milho e algodão a COODETEC sustenta estrutura própria de produção e vendas para o abastecimento integral do mercado, não licenciando variedades ou híbridos.

Para a produção de sementes de milho híbrido a COODETEC se aparelhou com moderno sistema de produção e classificação de sementes, fazendo toda a sua produção com colheita e secagem em espigas pré selecionadas o que proporciona alta qualidade e segurança absoluta no vigor das sementes.

Desde a criação da COODETEC houve uma preocupação crescente com a busca de maior participação no mercado e através de um programa de difusão e vendas se evoluiu para a montagem de uma equipe para atender esta demanda.

A COODETEC dispõe atualmente de uma equipe de 15 representantes regionais sob a supervisão de uma gerência própria atuando nos estados de Mato Grosso, Goiás, Minas Gerais, Mato Grosso do Sul, Paraná, São Paulo, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

Esta equipe além de realizar a comercialização dos produtos cuida também da difusão e disseminação das novas tecnologias, através da implantação de campos e lavouras demonstrativas e Dias de Campo com a presença de agricultores nas regiões de recomendação dos produtos.

Conforme prevê a sua missão, a COODETEC desenvolve pesquisas na área de melhoramento genético, visando a obtenção de novas cultivares que atendam as demandas dos produtores.

Até o presente momento a COODETEC vinha aplicando métodos tradicionais de melhoramento, mas a partir do recebimento do Certificado de Qualidade em Biossegurança (CQB) em agosto/97, passou a utilizar também os recursos da engenharia genética no seu programa de pesquisa. Além das linhas básicas comuns para todas as culturas trabalhadas, como rendimento, tipo agrônomico, e resistência às doenças, cada cultura tem suas linhas especiais.

As variedades transgênicas que levam as iniciais CD (de Coodetec) têm como ponto de partida material genético selecionado e desenvolvido em laboratórios de última geração da própria Cooperativa e incorporam a tecnologia RR, da Monsanto, com quem a Central mantém parceria.

Nome da organização: Instituto de Estudos Socioeconômicos (**INESC**)

Ano de fundação: 1979

Foco:

O Instituto de Estudos Socioeconômicos – Inesc, é uma organização não governamental, sem fins lucrativos, não partidária e com finalidade pública. Tem por missão: "Contribuir para o aprimoramento da democracia representativa e participativa visando à garantia dos direitos humanos, mediante a articulação e o fortalecimento da sociedade civil para influenciar os espaços de governança nacional e internacional".

Criado em 1979, o Inesc atua, em todos os seus projetos, com duas principais linhas de ação: o fortalecimento da sociedade civil e a ampliação da participação social em espaços de deliberação de políticas públicas. Em todas as suas publicações e intervenções sociais utiliza o instrumental orçamentário como eixo fundante do fortalecimento e da promoção da cidadania. Para ampliar o impacto de suas propostas e ações, o Inesc atua em parceria com outras organizações e coletivos sociais, e se posiciona politicamente entre as organizações no campo democrático da Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais – Abong, da qual atualmente ocupa a Diretoria de Fortalecimento Institucional.

O Inesc acredita no trabalho em rede e participa de inúmeros fóruns, redes e articulações sociais nacionais e internacionais.

A intervenção da instituição visa estimular o debate público e contribuir para a construção de um novo conceito de cidadania, que agregue a ampliação da participação pública, da responsabilidade e solidariedade social. A superação da pobreza e das desigualdades sociais; a reafirmação do conceito de Direitos Humanos (políticos e civis), Econômicos, Sociais, Ambientais e Culturais – Dhescas como parâmetro de construção da moderna cidadania e o combate à persistente exclusão social de amplas parcelas da sociedade brasileira são desafios permanentes da ação política da instituição.

Além de atuar nacionalmente, o Inesc intervém em espaços públicos internacionais de pressão por democratização de instituições de governança global, assim como nos espaços regionais, buscando a ampliação e o reconhecimento pleno dos direitos humanos.

Nome da organização: **FASE** (Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional)

Ano de fundação: 1961

Foco:

A FASE - Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional é uma organização não governamental, sem fins lucrativos, que atua em seis estados brasileiros, Desde suas origens, esteve comprometida com o

trabalho de organização e desenvolvimento local, comunitário e associativo. Ao longo da década de 60, a FASE lançou as bases de um trabalho ligado ao associativismo e ao cooperativismo, mas o golpe de 64 fez com que estes rumos tivessem de ser redefinidos. A resistência à ditadura e a formação das oposições sindicais e dos movimentos comunitários de base passaram a ser o foco principal da entidade.

Na década de 70, a FASE apoiou o movimento de organização social que enfrentou a carestia, o trabalho infantil e as desigualdades econômicas e sociais. Teve grande presença junto ao campesinato no norte do Brasil, junto aos trabalhadores rurais do nordeste, aos trabalhadores da construção civil e das indústrias metalúrgicas do sudeste e dos movimentos de associações de moradores de norte a sul do país. Formando centenas de lideranças pelo Brasil e apoiando-as em suas reivindicações, chegou aos anos 80 participando de todo o processo que levou à anistia, à constituinte e às eleições diretas.

Para aprofundar a transição democrática, ao longo da segunda metade dos anos 80 e nos anos 90, a FASE desenvolve ferramentas e metodologias educativas voltadas para o controle popular e a participação da cidadania no âmbito das questões urbanas e rurais. O tema do desenvolvimento social e ambientalmente sustentável, a luta pela ação afirmativa de movimentos sociais de mulheres, afro-descendentes e indígenas, bem como a ação pela exigibilidade e justiciabilidade em Direitos Econômicos Sociais e Culturais, vem marcando a sua atuação no quadro de luta contra as desigualdades.

Nesse início de século, a FASE se lançou na atuação local, nacional e internacional com vistas a integrar redes, fóruns e plataformas, sempre visando derrotar as políticas de caráter neoliberal. No campo da promoção de seus princípios e da produção de conhecimento, a FASE realiza convênios com órgãos públicos, monitora projetos e faz parcerias com universidades. Os resultados destas ligações podem ser vistos em dezenas de publicações, na revista periódica Proposta, editada há quase 30 anos, e em seminários, cursos, palestras e campanhas realizadas pela instituição.

Nome da organização: Via Campesina

Ano de fundação: 1992

Foco:

A Via Campesina é um movimento internacional que coordena organizações camponesas de pequenos e médios agricultores, trabalhadores agrícolas, mulheres rurais e comunidades indígenas da Ásia, África, América e Europa. Trata-se de um movimento autônomo, pluralista, mas com ligações políticas e econômicas. Está formada por organizações nacionais e regionais cuja autonomia é cuidadosamente respeitada. Está organizada em 8 regiões: Europa do Leste, Europa do Oeste, Nordeste e Sudeste da Ásia, Sul da Ásia, América do Norte, Caribe, América Central e América do Sul. Em breve serão constituídas outras regiões na África.

Originou-se em Abril de 1992, quando vários dirigentes camponeses da América Central, da América do Norte e da Europa reuniram-se em Manágua, Nicarágua no contexto do Congresso da União Nacional de Agricultores e Pecuaristas (Unión Nacional de Agricultores y Granaderos-UNAG). Em maio de 1993, foi realizada a Primeira Conferência da Via Campesina em Mons, na Bélgica, durante a qual foi constituída como organização mundial e foram definidas as primeiras linhas estratégicas de trabalho, bem como suas estruturas. A Segunda Conferência Internacional realizou-se em Tlaxcala, México, em abril de 1996. Assistiram à mesma, 37 países e 69 organizações nacionais e regionais, que analisaram uma série de temas que são preocupação central dos médios e pequenos produtores tais como: soberania alimentar, reforma agrária, invasões de terras, crédito e dívida externa, tecnologia, participação das mulheres, entre outros. Durante a 2ª Conferência é declarado o dia "17 de abril como dia Internacional da Luta Camponesa" em homenagem aos atingidos no massacre de Eldorado dos Carajás. Já a Terceira Conferência foi em novembro/00 em Bangalore (Índia), e contou com mais de 100 delegados de organizações camponesas de 40 países. A Via Campesina está num processo de expansão e consolidação e pela sua natureza é uma organização politicamente complexa, pluricultural, com uma ampla cobertura geográfica projetando-se como uma organização da representatividade de pequenos e médios produtores a nível mundial. A Via Campesina desenvolve seu trabalho a partir dos seguintes eixos de ação: Gremiais, Político, Econômico, Comunitário, Gênero, Capacitação e Tecnológico. Para cada um desses eixos define-se objetivos e prioridades:

- Articulação e fortalecimento das suas organizações afiliadas;

- Incidir nos centros de poder e decisão dos governos e organismos multilaterais para reorientar as políticas econômicas e agrícolas que afetam aos pequenos e médios produtores;
- Fortalecimento da participação das mulheres nos aspectos sociais, econômicos, políticos e culturais;
- Formulação de propostas sobre temas importantes como: Reforma Agrária, Soberania Alimentar, Produção, Comercialização, Pesquisa, Recursos Genéticos, Biodiversidade, Meio ambiente e Gênero.

Estrutura e Organização

- A Conferência: é a máxima instância de decisão, se reúne a cada 03 (três) anos;
- As Regionais: são instâncias de articulação em cada região;
- A Comissão Coordenadora Internacional: coordena as regionais.
- As comissões estão integradas por 50 % de companheiras e 50% de companheiros

A Via Campesina trabalha na construção de uma política de alianças com outras forças sociais, econômicas e políticas, a nível mundial, para lutar pelos seus direitos.

Nome da organização: Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (**IDEC**)

Ano de fundação: 1987

Foco:

O Idec, Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor, é uma associação de consumidores fundada em 1987. Não possui fins lucrativos. Não tem qualquer vínculo com empresas, governos ou partidos políticos. Os recursos financeiros para o desenvolvimento de suas atividades têm sua origem nas anuidades pagas pelos seus associados, na vendas de assinaturas da Revista do Idec e outras publicações, além da realização de cursos. Outra parte dos recursos origina-se do apoio de agências de financiamento internacionais destinadas a prestar ajuda a entidades da sociedade civil. As contas do Idec são auditadas por auditorias independentes.

A coordenadora institucional do Idec, Marilena Lazzarini, preside a Consumers International, uma federação que congrega mais de 250 associações de consumidores que operam no mundo todo. O Instituto faz parte do Fórum Nacional das Entidades Cíveis de Defesa do Consumidor - criado para fortalecer o movimento dos consumidores em todo o País - e da Associação Brasileira de Organizações Não-Governamentais (Abong).

O que o Idec faz

Orientação - Orienta e informa seus associados sobre seus direitos como consumidores e para que se previnam de problemas utilizando o Código de Defesa do Consumidor. Os associados podem se dirigir ao Idec pessoalmente, por carta, telefone, fax ou e-mail. O Idec orienta associados em todo o Brasil.

Temas de interesse coletivo - O Idec atua em temas de grande relevância para o interesse coletivo dos consumidores e da sociedade como um todo. As atividades são norteadas pela busca do fortalecimento da cidadania e por uma sociedade mais justa.

Testes e avaliações - Testa comparativamente e avalia produtos e serviços. Os produtos testados são comprados em estabelecimentos comerciais, sem prévio aviso. O Idec não aceita presentes ou doações de empresas. Os testes são feitos em laboratórios reconhecidos por sua alta qualidade. Os técnicos do Instituto elaboram o plano de teste e acompanham os ensaios. Os resultados dos testes

de produtos ou serviços divulgados pelo Idec não podem servir de base para a publicidade ou promoção de empresas ou suas marcas.

Ações judiciais - Move ações judiciais contra empresas e governos. Os beneficiários são seus associados, como um todo, ou grupo de associados. São movidas, também, ações civis públicas que beneficiam toda a coletividade. O Idec não promove processos que tenham interesse apenas individual.

Revista do Idec - Edita a Revista do Idec, pioneira no país. A revista é distribuída mensalmente a todos os associados do Idec, e, assim como qualquer dos seus meios de comunicação, não veicula nenhum tipo de publicidade, seja de empresas, seja de governos. Além da Revista, o Idec edita livros que permitem aos consumidores obterem informações complementares quanto a seus direitos, segurança e saúde.

Portal - Mantém o portal www.idec.org.br, com um dos mais completos conteúdos relacionados a defesa do consumidor. Os associados dispõem de conteúdos exclusivos.

APÊNDICE B**Atas de reuniões ordinárias da CTNBio – 2003/2006.**

Ano	Discriminação ordinária.	Discriminação da extensão do documento
2003		
2003	66 ^a . Reunião ordinária.	02 páginas.
2003	67 ^a . Reunião ordinária.	10 páginas.
2003	68 ^a . Reunião ordinária.	08 páginas.
2003	69 ^a . Reunião ordinária.	07 páginas.
2003	70 ^a . Reunião ordinária.	08 páginas.
2003	71 ^a . Reunião ordinária.	07 páginas.
2003	72 ^a . Reunião ordinária.	02 páginas.
2003	73 ^a . Reunião ordinária.	10 páginas.
2004		
2004	74 ^a . Reunião ordinária.	05 páginas.
2004	75 ^a . Reunião ordinária.	04páginas.
2004	76 ^a . Reunião ordinária.	03 páginas.
2004	77 ^a . Reunião ordinária.	03 páginas.
2004	78 ^a . Reunião ordinária.	04 páginas.
2004	79 ^a . Reunião ordinária.	05 páginas.
2004	80 ^a . Reunião ordinária.	06 páginas.
2004	81 ^a . Reunião ordinária.	07 páginas.
2004	82 ^a . Reunião ordinária.	08 páginas.
2004	83 ^a . Reunião ordinária.	06 páginas.
2004	84 ^a . Reunião ordinária.	08 páginas.
2005		
2005	85 ^a . Reunião ordinária.	04 páginas.
2005	86 ^a . Reunião ordinária.	06 páginas.
2005	87 ^a . Reunião ordinária.	04 páginas.
2006		
2006	88 ^a . Reunião ordinária.	09 páginas.
2006	89 ^a . Reunião ordinária.	03 páginas.
2006	90 ^a . Reunião ordinária.	10 páginas.
2006	91 ^a . Reunião ordinária.	11 páginas.
2006	92 ^a . Reunião ordinária.	21 páginas.
2006	93 ^a . Reunião ordinária.	14 páginas.
2006	94 ^a . Reunião ordinária.	22 páginas.
2006	95 ^a . Reunião ordinária.	10 páginas.
2006	96 ^a . Reunião ordinária.	08 páginas.
2006	97 ^a . Reunião ordinária.	10 páginas.
2006	98 ^a . Reunião ordinária.	24 páginas.
2007		
2007	99 ^a . Reunião ordinária.	09 páginas.

Fonte: www.ctnbio.org.br

APÊNDICE C

Ciclo de protestos I – 2000/ 2002 – ONG Greenpeace.

Protesto 1: Monsanto Mente! - 2001

O Greenpeace denunciou hoje que a Monsanto mentiu quando declarou que possuía o Registro Especial Temporário (RET) para o seu campo experimental de milho transgênico Bt. A declaração foi feita na última quarta-feira (04/07), depois que a organização ambientalista localizou uma plantação ilegal da empresa em Santa Cruz das Palmeiras, interior do estado de São Paulo.

Em um protesto bem-humorado, ativistas do Greenpeace sinalizaram o rastro de mentira deixado pela Monsanto.

Um ativista da equipe de Caça-transgênicos da organização ambientalista seguiu um Visconde de Sabugosa transgênico, ao mesmo tempo em que escrevia “MENTIRA” com tinta atóxica no tapete branco estendido em frente ao prédio do escritório central da multinacional, na capital paulista. Os ativistas também entregaram o “Prêmio Mentira do Ano” para a Monsanto. (NEDG –2001)

Protesto 2 : Concretagem Da Constituição Federal / 2001



O Greenpeace advertiu hoje o Ministro da Agricultura, Pratini de Moraes, em Brasília (DF), que a soja transgênica da Monsanto não poderá ser liberada comercialmente no Brasil. Ativistas da organização ambientalista concretaram uma réplica gigante da Constituição Federal em frente ao Ministério da Agricultura, ao mesmo tempo em que entregaram outro exemplar ao ministro. O Greenpeace acusa Pratini de Moraes de desrespeitar as leis brasileiras e semear uma grande confusão internacional quanto à situação legal da soja geneticamente modificada no País.

“A Constituição Federal Brasileira garante que qualquer atividade ou empreendimento que possa trazer qualquer risco potencial ao meio ambiente requer Estudo de Impacto Ambiental (EIA/RIMA)”, diz Mariana Paoli, coordenadora da campanha de Engenharia Genética do Greenpeace. “Nem a Medida Provisória que modifica a Lei de Biossegurança, nem o Decreto sobre rotulagem recentemente anunciado pelo Governo Federal têm o poder de revogar uma sentença judicial.” (NEDG –2001)

Protesto 3: Mordada ! / 2001.



Durante a abertura do Seminário “OGMs fatos e mitos”, organizado pelo Ministério de Ciência e Tecnologia, em Brasília, ONGs da Campanha Por Um Brasil Livre de Transgênicos entre outras, protestaram contra o fato de nenhuma ONG ter sido convidada para o debate. Membros do Greenpeace, Idec, Aspta, Inesc, Isa e WWF amarraram uma mordada na boca enquanto o Ministro de Ciência e Tecnologia proferia o discurso de abertura do evento.

“Este Workshop é parcial, tendencioso e visa apenas promover os transgênicos” diz, Marijane Lisboa, Diretora Executiva do Greenpeace, uma das ONGs da Campanha Brasil Livre de Transgênicos. “Além de excluir as ONGs do debate, só foram convidados notórios defensores dos transgênicos. Não tendo sido convidados as diversas, nenhum cientista independente que tenham críticas aos organismos geneticamente modificados” esclarece Marijane.

As ONGs consideram um insulto ter como mediador do painel “Impactos Ecológicos” o ex-presidente da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança, Luís Artur, que foi o responsável por dispensar o Estudo de Impacto Ambiental para a soja transgênica da Monsanto Roundup Ready, em 1998.

Além disso, o workshop não discutirá o Protocolo de Biossegurança - acordo internacional, que assegura e regulamenta o princípio da precaução quanto aos riscos dos transgênicos para a saúde e o meio ambiente e regulamenta exportações e importações de transgênicos no mundo. O Protocolo já foi assinado por mais de 100 países, mas não pelo Brasil, tendo a relutância do Ministério da Ciência e Tecnologia, CT N-Bio e Ministério da Agricultura.

As ONGs entregaram uma carta ao Ministro de Ciência e Tecnologia, Ronaldo Sardenberg, lamentando a atitude do Ministério em defender os transgênicos, e recusar o debate aberto, amplo e balanceado. (NEDG –2001)

Protesto 4 : Lavando Os Pratos! 2001.



O Greenpeace protestou hoje em Brasília (DF) contra projeto de lei que visa a liberar os transgênicos no Brasil. Ativistas da organização ambientalista colocaram um prato gigante no lago do Congresso Nacional para lembrar aos deputados federais que 74% da população brasileira diz não aos transgênicos. Os ativistas tentaram entregar a mensagem para o Congresso, mas foram impedidos pela segurança do local.

A Comissão Especial sobre Alimentos Geneticamente Modificados da Câmara dos Deputados, encarregada de analisar projetos de lei sobre transgênicos, vota quarta-feira (12/12) proposta do seu relator, deputado Confúcio Moura (PMDB-RO), que defende a liberação dos transgênicos no Brasil.

Dos 19 projetos de lei apresentados para serem analisados pela Comissão, 18 são contrários à comercialização irrestrita de transgênicos no país. Mesmo assim, o deputado Confúcio Moura apresentou, em novembro de 2001, substitutivo que visa a liberar a produção de transgênicos sem que todas as avaliações necessárias sejam realizadas.

Pesquisa de opinião pública, encomendada pelo Greenpeace e realizada pelo IBOPE em julho deste ano, mostra que a maioria da população brasileira diz não aos transgênicos: 74% preferem consumir um alimento convencional a um geneticamente modificado. Mais da metade (67%) são contrários ao plantio comercial de transgênicos enquanto não existir consenso na comunidade científica sobre a segurança destes alimentos. (NEDG – 2001)

Protesto 5: Borboletas No Fórum Social Mundial (RS) / 2002.



Greenpeace realizou hoje, no Fórum Social Mundial em Porto Alegre (RS), um protesto bem-humorado contra a liberação de transgênicos no meio ambiente. Vestidos de borboletas, ativistas da organização ambientalista invadiram o auditório da Faculdade de Direito da PUC, onde ocorria seminário sobre transgênicos. O objetivo da intervenção foi alertar a respeito dos impactos negativos dos transgênicos sobre os insetos benéficos para a agricultura.

“Os insetos benéficos são responsáveis pela polinização, pelo controle natural de pragas e pelo fornecimento de comida para insetos e pássaros”, disse Mariana Paoli, coordenadora da campanha de Engenharia Genética do Greenpeace.

“Alguns estudos já realizados indicam que os organismos geneticamente modificados afetam negativamente a biodiversidade, pois a polinização das sementes transgênicas provoca uma contaminação genética sem precedentes”. (NEDG – 2002)

Protesto 6: Monstros Transgênicos No Fórum Social Mundial !



O Greenpeace e as demais ONGs , que fazem parte da campanha Por Um Brasil Livre de Transgênicos, realizaram hoje durante o Fórum Social Mundial, em Porto Alegre, manifestação pacífica contra a liberalização dos alimentos geneticamente modificados no País. Cerca de 10 ativistas, vestidos de “monstros transgênicos”, montaram um varal com imagens de pessoas segurando cartazes com mensagens de protesto à produção e à comercialização desses produtos.

Segundo a coordenadora da campanha de engenharia genética do Greenpeace, Mariana Paoli, o Brasil é fundamental para a questão, pois é o único país capaz de exportar em larga escala produtos não-transgênicos para o mundo todo. “A opção pelo consumo de não-transgênicos será amplamente reduzida se o Brasil liberar o cultivo dos transgênicos”, disse Mariana. (NEDG – 2002)

Protesto 7: Colagem Na Perdigão! 2002



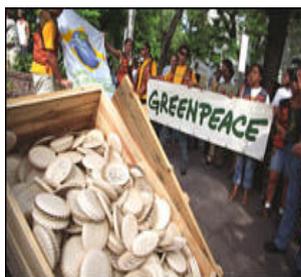
Ativistas do Greenpeace foram hoje à sede da Perdigão, em São Paulo, comunicar o resultado de um novo teste que encontrou soja transgênica em três produtos: Lanche Chester, Hamburguer de Frango e Almôndegas de Carne.

Os vinte e cinco ativistas bloquearam parcialmente a saída dos caminhões, colaram adesivos nos mesmos com a mensagem “pode conter transgênicos” e explicaram a funcionários da empresa o motivo do protesto. O Greenpeace tentou entregar uma cópia do laudo emitido pelo laboratório chinês DNA Chips , que realizou o teste, à diretoria da empresa, junto com uma carta solicitando que a Perdigão deixe de usar transgênicos em seus produtos; a empresa, no entanto, recusou-se a receber o material e nem sequer permitiu que a carta e o laudo fossem protocolados na portaria do prédio. A entidade ambientalista informou que enviará hoje os laudos e a carta por correio. (NEDG – 2002)

APÊNDICE D

Ciclo de protestos II – 2003/ 2006 – ONG Greenpeace.

Protesto 1: Monsanto fora do nosso prato! / 2003.



O Greenpeace e a coalizão de organizações não governamentais protestaram contra a Monsanto hoje, entregando milhares de mensagens estampadas em pratos de papel. Ao mesmo tempo, voluntários do Greenpeace penduraram um enorme banner "Monsanto fora do nosso prato" do teto da sede da empresa em Porto Alegre.

A demonstração aconteceu durante o Fórum Social Mundial. Mais de 100.000 pessoas de todos os países reuniram-se em Porto Alegre para discutir visões e estratégias para um mundo baseado em justiça e sustentabilidade, oposto a um dominado pelas corporações globais irresponsáveis.

A Monsanto e as sementes geneticamente modificadas (GMOs) que a empresa produz representam uma grave ameaça à segurança alimentar e vão em direção contrária à pesquisa agrária. "A Monsanto criou sementes transgênicas, como a soja geneticamente modificada, para aumentar o volume de vendas de seus agroquímicos. Os cultivos transgênicos estão contaminando nossos estoques de semente, nossa agricultura e nossa comida", argumenta Mariana Paoli, coordenadora da campanha de engenharia genética do Greenpeace Brasil. "Enquanto a Monsanto ganha, somos nós e nosso meio ambiente que paga. Nós queremos a Monsanto fora das nossas sementes, fora dos nossos campos e fora dos nossos pratos". (NEDG – 2003)

Protesto 2: Dia da Mentira / 2003.

Ativistas do Greenpeace foram hoje à sede da Nestlé, em São Paulo, comunicar o resultado de um novo teste que encontrou 60% de soja transgênica da Monsanto na ração para cachorros ALPO, da Purina. Esta é a maior quantidade de transgênicos já encontrada em um produto à venda no mercado brasileiro. O teste foi realizado pelo laboratório Genescan, em Itú (SP).

"A Nestlé havia declarado que não utiliza qualquer derivado de organismos geneticamente modificados em seus produtos" (trecho da carta da Nestlé), mas este resultado comprova que esta empresa está mentindo ao consumidor brasileiro", declarou Tatiana de Carvalho, assessora da Campanha de Engenharia Genética do Greenpeace Brasil.

No Dia da Mentira, o símbolo da Nestlé foi representado por três ativistas fantasiados de passarinho dentro de um ninho gigante, enquanto outros ativistas penduravam no prédio uma faixa vermelha com a mensagem "1o de Abril, Dia da Nestlé". A cor da faixa se refere à lista vermelha do "Guia do Consumidor - lista de produtos com e sem transgênicos", publicado pelo Greenpeace. A segunda edição do Guia, que será lançada em maio, novamente terá os produtos da Nestlé incluídos na lista vermelha, junto às demais empresas que não garantem ao consumidor produtos livres de transgênicos. Cópias do guia foram distribuídas aos funcionários da empresa e ao público no local.

"No Brasil, 34 marcas de alimentos já adotaram controle de transgênicos, demonstrando seu respeito ao consumidor e o meio ambiente. Não existe motivo para a Nestlé continuar se negando a fazer o mesmo", afirmou Tatiana. Segundo uma pesquisa de opinião, realizada pelo IBOPE em dezembro de 2002 em todas as regiões do país, 71% dos brasileiros preferem alimentos livres de transgênicos. (NEDG – 2003)

Protesto 3 : Tratoração / 2003.



Ativistas do Greenpeace protestaram hoje contra a Medida Provisória 113, que libera comercialmente a safra de soja transgênica gaúcha no mercado interno. A medida publicada pelo governo em 26 de março de 2003, deverá ser votada no Congresso Nacional em breve. Durante a manifestação, um trator representando a Monsanto derrubou diversas placas que simbolizavam a agressão da MP ao meio ambiente, à opinião pública, à exportação agrícola, à segurança alimentar, à legislação brasileira, aos pequenos agricultores, além de não respeitar o Consea (Conselho Nacional de Segurança Alimentar). Ao final do protesto, o trator foi barrado por um grupo de ativistas que carregavam uma faixa com os dizeres "Congresso Nacional: não deixe a Monsanto passar por cima do Brasil".

"A Medida Provisória beneficia a Monsanto por conseguir colocar no mercado interno um produto que não passou por qualquer tipo de avaliação e desrespeita uma sentença judicial que exige o Estudo de Impacto Ambiental (EIA/RIMA) e de saúde humana, normas de rotulagem plena e rastreabilidade antes da liberação comercial de qualquer transgênico", afirma Mariana Paoli, coordenadora da campanha de engenharia genética do Greenpeace.

A MP favorece uma minoria dos agricultores que cometeram uma ilegalidade. A contaminação da safra está numa área restrita do país e sua liberação no mercado interno poderá minar iniciativas de sucesso, como vem acontecendo no Paraná. Perdem com a medida provisória, a maioria dos agricultores e os consumidores brasileiros, que terão que engolir soja transgênica plantada ilegalmente no Rio Grande do Sul. (NEDG:2003)

Protesto 4 : O frango da BUNGE / 2003.



Greenpeace denunciou hoje na fábrica de rações da Bunge em Porto Alegre o resultado de um teste que detectou 30% de soja transgênica em um produto da empresa que não traz essa informação no rótulo. O produto, uma ração para aves da marca Vitosan, foi testado pelo laboratório Genescan do Brasil (2). Embora esteja em vigor uma lei que briga a rotulagem de qualquer produto para consumo humano ou animal que contenha mais de 1% de organismos transgênicos, o resultado do teste evidencia que as indústrias não estão cumprindo a legislação, já que não existe fiscalização por parte dos órgãos responsáveis.

Na manifestação, um ativista fantasiado de frango devolveu, com a ajuda de outros 20 ativistas, aproximadamente uma tonelada da ração transgênica à Bunge. Em todos os pacotes devolvidos foram colados adesivos com a frase: "pode conter transgênicos". O frango carregava também uma grande etiqueta em que se lia "comi transgênico, comi Bunge". O Greenpeace entregou uma carta à empresa demandando que deixe de usar organismos geneticamente modificados (OGMs), até que seja capaz de cumprir a legislação e informar corretamente o consumidor sobre o conteúdo transgênico de seus produtos. (NEDG – 2003)

Protesto 5: No Planalto contra o Partido dos Transgênicos (PT) / 2003.



Ativistas do Greenpeace fizeram um protesto hoje pela manhã na rampa do Palácio do Planalto, em Brasília (DF), antes de uma reunião convocada pelo vice-presidente José Alencar, em que a Medida Provisória que pode liberar o plantio e a comercialização da soja transgênica no país seria discutida.

Um ativista caracterizado como o presidente Luiz Inácio Lula da Silva vestia uma faixa presidencial em que se lia “PT - Partido dos Transgênicos”.

Um banner lembrava o compromisso que o então candidato à presidência havia assumido com o Greenpeace de não liberar os organismos geneticamente modificados no Brasil. A menos de um mês antes das eleições no ano passado, respondendo a um questionário da organização, Lula assinalou a opção “sim” em resposta à pergunta “Caso o senhor seja eleito manterá a proibição da liberação comercial dos transgênicos no país?”.

O Greenpeace considera extremamente grave e lamentável a possível assinatura da MP. A medida fere a legislação ambiental e uma sentença judicial, que exigem a realização de estudos de impacto ambiental e sobre a saúde humana, além de normas de rotulagem plena e rastreabilidade dos transgênicos. (NEDG – 2003)

Protesto 6 : No Planalto contra o projeto de Biossegurança / 2004.

Greenpeace protesta no Palácio do Planalto para alertar o governo que Projeto de Lei sobre Biossegurança não reflete a vontade da maioria dos eleitores. Na manhã de hoje, ativistas do Greenpeace protestaram na rampa do Palácio do Planalto, em Brasília (DF), para alertar o governo federal que a ampla maioria da população brasileira é contra a liberação de organismos transgênicos no país. O protesto ocorreu no mesmo dia em que haverá uma reunião entre o Ministério do Meio Ambiente, a Casa Civil e o novo relator da Comissão Especial sobre Biossegurança, Renildo Calheiros (PC do B-PE) para discutir o Projeto de Lei (PL) de Biossegurança. Os ativistas do Greenpeace representaram a porcentagem de brasileiros contrários aos transgênicos: "7 entre 10 brasileiros não querem transgênicos", informava a faixa.



O Greenpeace considera lamentável o tratamento que vem sendo dado pelo governo federal à questão da biossegurança. O PL original, apresentado pelo governo em outubro de 2003 depois de diversas reuniões interministeriais, previa o licenciamento ambiental, incluindo estudos de impacto ambiental antes da liberação de qualquer variedade transgênica. Previa também que os pareceres da CTNBio (Comissão Técnica Nacional de Biossegurança) só seriam vinculantes quando fossem desfavoráveis; caso contrário, o parecer da CTNBio deveria passar pela aprovação dos Ministérios do Meio Ambiente, Saúde e Agricultura. (NEDG – 2004)

Protesto 7: Abrindo os olhos! /2004.



A bordo do navio Arctic Sunrise, o Greenpeace lançou hoje a quarta edição do Guia do Consumidor - lista de produtos com ou sem transgênicos (1), que traz 28 empresas a mais do que a edição anterior. Das 108 indústrias de alimentos presentes na nova versão, 56% (60 empresas) estão na lista vermelha - ou seja, não garantiram aos consumidores que seus produtos derivados de soja ou milho estão livres de matéria-prima transgênica. Na edição anterior esse índice era de 61%.

O lançamento contou com a presença de ativistas do Greenpeace que, de olhos vendados, denunciaram companhias que ainda não adotam medidas de controle para garantir que seus produtos cheguem livres de transgênicos aos consumidores. É o caso da empresa Bunge, detentora das marcas Soya, Delícia, Mila, Primor, Sol e Suprema, entre outras.

A indústria holandesa, que fatura R\$ 12 bilhões por ano no Brasil, adota na Europa uma política contra o uso de transgênicos, e realiza o controle em toda a sua produção de alimentos - inclusive naqueles destinados à alimentação dos porcos europeus. Já no Brasil, a empresa não faz nenhum tipo de verificação em relação aos produtos transgênicos para os produtos que coloca nas prateleiras dos supermercados. Após o lançamento do guia no Arctic Sunrise, os ativistas do Greenpeace seguiram para o Mercado Público de Porto Alegre para distribuí-lo à população. (NEDG:2004)

Protesto 8 : Bandeira Transgênica! / 2004.



Às vésperas de o Senado votar o regime de urgência do Projeto de Lei de Biossegurança, o Greenpeace realizou hoje um protesto em Brasília lembrando aos parlamentares que a ampla maioria (73%) dos brasileiros rejeita os transgênicos. Diante do Congresso, ativistas da organização ambientalista colocaram um mastro em cima de uma caminhonete e hastearam uma bandeira com o símbolo oficial da rotulagem de transgênicos e um ponto de interrogação. A ação foi encerrada quando os ativistas foram retirados do local pelos bombeiros, encaminhados à delegacia - onde foi feita uma ocorrência -, mas liberados em seguida. Ainda nesta tarde, os representantes da organização entregarão ao presidente do Senado, José Sarney, uma carta sobre as alterações no Projeto de Lei, juntamente com a bandeira hasteada durante a manifestação.

O objetivo da manifestação foi questionar o Senado, mostrando que a sociedade está acompanhando com apreensão a tramitação do PL de Biossegurança, que corre o risco de excluir a necessidade da avaliação ambiental e de saúde. Entidades civis estão preocupadas com a possibilidade do PLC 009/2004 ser aprovado nos próximos dias com o substitutivo do senador Osmar Dias (PDT), que não garante a obrigatoriedade das empresas em realizar o licenciamento ambiental e de avaliação do Ministério da Saúde. A proposta de Osmar Dias confere ainda caráter deliberativo aos pareceres da CTNBio (Comissão Técnica Nacional de Biossegurança), uma comissão vinculada ao Ministério de Ciência e Tecnologia que deveria desempenhar importante papel técnico consultivo, mas não ter poder para liberar ou não os transgênicos já que esta não realiza análises ou estudos sobre a interação dos transgênicos com o meio ambiente e a saúde da população, competência dos órgãos de controle e fiscalização dos Ministérios.

“Retirar a competência de avaliação do Ministério do Meio Ambiente e do Ministério da Saúde seria de extrema irresponsabilidade e ameaçaria ainda mais a biodiversidade e a agricultura do País”, disse Mariana Paoli, coordenadora da campanha de engenharia genética do Greenpeace. “A contaminação genética causada pelos transgênicos representa um risco imprevisível e irreversível. Os estudos de impacto ambiental serviriam para minimizar este tipo de problema. Sem esta ferramenta, os patrimônios agrícola e ambiental brasileiros estão à mercê das poucas multinacionais que detêm a tecnologia transgênica”, afirma Paoli. (NEDG – 2004)

Protesto 9 : País acorrentado aos interesses internacionais. / 2004.



O Senado Federal abriu hoje um grave precedente, ao aprovar um Projeto de Lei de Biossegurança sem a exigência do licenciamento ambiental para que os transgênicos sejam liberados no País. Ao aprovar o substitutivo do senador Ney Suassuna (PMDB -PB), os senadores põem o Brasil sob o sério risco de ver o meio ambiente simplesmente ignorado por leis e projetos futuros.

O Greenpeace fez várias manifestações diante do Congresso Nacional e Palácio do Alvorada nas últimas semanas em Brasília (DF), exigindo respeito à opinião da população e ao meio ambiente, por parte do poder público. No dia 22 de setembro, ativistas caracterizados como representantes das grandes corporações (como a Monsanto), carregaram em direção ao Palácio do Planalto uma bola de "chumbo" gigante, marcada com o símbolo da rotulagem dos produtos transgênicos e ligada a uma corrente. A ação correspondia ao fato de o País estar sendo "acorrentado" aos OGMs (organismos geneticamente modificados) e aos interesses de grandes empresas.

A concessão do poder de decisão à CTNBio (Comissão Técnica Nacional de Biossegurança) para a liberação comercial dos transgênicos é outro grave problema do texto aprovado, que desfigurou completamente a lei apresentada inicialmente pelo governo. O Projeto de Lei original assegurava que os ministérios do Meio Ambiente e da Saúde teriam a palavra final sobre o tema - depois de realizar as avaliações de impacto de cada transgênico. A proposta original do governo foi fruto da discussão entre vários órgãos do poder executivo, elaborado inclusive com a participação da sociedade civil. (NEDG – 2004)

Protesto 10: Consulado da República da Soja / 2005.



O Greenpeace, em parceria com a Campanha por Um Brasil Livre de Transgênicos, protestou contra a tentativa de controle corporativo da alimentação mundial praticado pela Monsanto e outras empresas de biotecnologia. O objetivo é denunciar a República da Soja, que consiste em imensas áreas contínuas de plantios do grão no Brasil, Argentina, Uruguai, Paraguai com projetos de expansão para a Bolívia.

Essas áreas são objeto de um plano de domínio de um pequeno grupo de indústrias de biotecnologia agrícola, com a intenção de aumentar o número de áreas com plantio de culturas transgênicas. Entre essas empresas, a mais agressiva é a Monsanto, cujas sementes têm o domínio absoluto do mercado de transgênicos.

O protesto contou com a participação de cerca de 200 pessoas, consistiu na fixação de uma placa de ferro no chão, em frente ao prédio da Monsanto em Porto Alegre, que a partir de agora passa a ser conhecido como Consulado da República da Soja.

Ao término do protesto, representantes das entidades tentaram, em vão, entregar uma carta com as demandas do grupo a representantes da Monsanto. Porém, a empresa encontrava-se vazia há três dias. “Na terceira edição do FSM, também tentamos entregar à empresa nossas reivindicações e não fomos recebidos pelos funcionários, que escaparam pela garagem. Trata-se de total descaso para com a sociedade civil e parte significativa da população, que quer ver seus direitos respeitados”. Quando o grupo estava de saída do local, um advogado da Monsanto apareceu e se comprometeu a entregar a carta à companhia. (NEDG – 2005)

Protesto 11: Presidência da República Transgênica do Brasil / 2005.



Em frente ao Palácio do Planalto, ativistas do Greenpeace ofereceram ao Presidente um novo carro oficial para a "Presidência da República Transgênica do Brasil" simbolizando a possibilidade de o presidente assumir ou não a direção de um país transgênico. O objetivo da ação foi mostrar ao Presidente Lula e à população que ainda existe uma última chance de defender o meio ambiente e a vontade dos brasileiros.

O protesto aconteceu às vésperas da sanção final do Projeto de Lei (PL) de Biossegurança, que foi aprovado pela Câmara dos Deputados no último dia 2 de março. Para que o presidente Lula assegure que os transgênicos não sejam liberados sem a realização dos devidos estudos de impacto ambiental, é necessário o veto a quatro parágrafos e um inciso do Projeto de Lei de Biossegurança .

O Greenpeace acredita que a regulamentação dos organismos geneticamente modificados, não deva ser feita se não garantir a segurança do meio ambiente e da população. Entre os riscos que os transgênicos representam para o meio ambiente, estão a poluição genética , a perda de biodiversidade , o surgimento de ervas daninhas resistentes a herbicidas e o aumento do uso de agrotóxicos .

O Projeto de Lei aprovado pela Câmara dos Deputados retira as competências dos ministérios do Meio Ambiente, da Saúde e da Agricultura de decidir sobre a liberação ou não de qualquer variedade transgênica, concentrando nas mãos da CTNBio o poder decisório sobre a liberação de organismos geneticamente modificados.

Elimina a obrigatoriedade de estudos de impacto ambiental anteriores à liberação de plantio e à comercialização de transgênicos, o que vai contra a Constituição Brasileira , que prevê a realização destes estudos. Além disso, o texto aprovado pelos deputados também desrespeita a vontade de mais de 80% da população brasileira , que se mostrou contrária a liberação dos transgênicos sem que estudos prévios de impacto no meio ambiente e na saúde humana sejam realizados. (NEDG – 2005)

Protesto 12 : Óleos Liza / 2005.



Ativistas entregaram dossiê ao governo comprovando a utilização de soja transgênica nas fábricas da Bunge e Cargill; organização exige que os produtos dessas empresas sejam retirados dos supermercados e que a lei que garante a informação ao consumidor seja cumprida

O Greenpeace denunciou hoje a utilização de soja transgênica na fabricação das duas marcas líderes de óleo de cozinha no Brasil.

Cerca de 20 ativistas representando o consumidor brasileiro e empurrando 20 carrinhos de supermercado cheios de latas de óleos Soya, fabricado pela Bunge, e Liza, fabricado pela Cargill, desceram a rampa do Congresso e se posicionaram próximos à entrada da Câmara dos Deputados enquanto a denúncia era entregue aos parlamentares. (NEDG – 2005)

Protesto 13: Milho Transgênico Da Bayer / 2006.



Greenpeace realizou hoje um protesto pacífico em frente à sede da Bayer CropScience, em São Paulo. Cerca de 30 ativistas da organização ambientalista isolaram simbolicamente a sede da empresa com uma fita zebrada dizendo “área contaminada”, simularam uma plantação de milho no jardim e colaram uma faixa no prédio com os dizeres “Milho transgênico: no nosso prato não!”.

A atividade teve como objetivo pressionar a empresa para que retire da CTNBio (Comissão Técnica Nacional de Biossegurança) o pedido de liberação comercial de seu milho transgênico Liberty Link. O processo de liberação dessa variedade geneticamente modificada está na pauta da reunião da CTNBio, que começa amanhã em Brasília. Após a atividade, a Bayer não se posicionou sobre as evidências do risco do milho transgênico. Representantes da empresa apenas apresentaram ao Greenpeace uma carta informando que a variedade está em avaliação na CTNBio. Por isso, a organização ambientalista encaminhou uma denúncia à CTNBio, solicitando um posicionamento sobre o assunto . O milho transgênico Liberty Link recebeu um gene artificial de bactéria para ser resistente ao agrotóxico glufosinato de amônio – também fabricado pela Bayer e conhecido comercialmente pelo nome Basta. O

milho transgênico da Bayer foi proibido na Áustria em 1999, e não é plantado comercialmente em nenhum país da União Européia. A própria empresa retirou seu pedido de liberação em diversos países – como a Inglaterra – alegando que seria economicamente inviável produzir esse milho seguindo todas as medidas de segurança necessárias para evitar a contaminação de plantações vizinhas (4).

“A Bayer não pode usar o Brasil como campo de testes e os brasileiros como cobaias. Este milho transgênico não pode ser liberado até que exista uma certeza sobre a sua segurança”, disse Gabriela Vuolo, coordenadora da campanha de engenharia genética do Greenpeace. “Se a empresa for irresponsável e mantiver seu pedido de liberação comercial, caberá à CTNBio e ao governo proteger os brasileiros”. O Greenpeace exige que a Bayer siga o Princípio da Precaução e não coloque em jogo a saúde da população, a segurança de nosso meio ambiente e a agricultura familiar. (NEDG – 2006)

Protesto 14: Vigília Na CTNBio / 2006.



Trabalhadores rurais e integrantes de ONGs ambientalistas e da sociedade civil não arredaram pé e mantiveram a vigília em frente à Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNBio), em Brasília. A manifestação, iniciada na manhã desta quarta-feira, foi organizada para protestar contra uma possível aprovação de dois pedidos de liberação comercial de milho geneticamente modificado feitos pelas empresas Bayer e Monsanto.

O pedido feito pela Bayer é para comercializar um milho resistente ao agrotóxico gluofosinato de amônio (Liberty Link). Já o pedido da Monsanto é para a comercialização de um milho com propriedade inseticida (Guardian Bt).

Gritando palavras de ordem a favor das sementes crioulas e contra os transgênicos, os manifestantes abriram faixas lembrando aos integrantes da Comissão, que chegavam para a última reunião do órgão no ano, sobre a importância de se manter o Brasil livre do milho geneticamente modificado. A vigília é organizada pela Via Campesina e pela Campanha Por Um Brasil Livre de Transgênicos. (NEDG – 2006)

Protesto 15: Pimenta na boca dos outros é Transgênico! 2006.



A Câmara dos Deputados deu de ombros para a biossegurança brasileira e aprovou nesta quarta-feira (20/12), por 247 votos a favor, 103 contra e 2 abstenções, a Medida Provisória 327 que altera as regras para o plantio de transgênicos no entorno das Unidades de Conservação. A votação aprovou também duas emendas acatadas pelo relator da MP, Paulo Pimenta (PT-RS), que libera o algodão transgênico da Monsanto plantado ilegalmente no país e reduz o número de votos necessários na CTNBio (Comissão Técnica Nacional de Biossegurança) para aprovações comerciais de organismos geneticamente modificados.

“Essa votação e a conseqüente aprovação da MP é uma clara indicação do descaso do Congresso e do governo com a proteção ambiental, com a biossegurança brasileira, com as leis feitas pela própria casa e principalmente com a opinião da maioria dos eleitores, que não querem transgênicos no seu prato”, afirmou Gabriela Vuolo, coordenadora da campanha de Engenharia Genética do Greenpeace.

A aprovação da MP 327 pôs em xeque a biossegurança do país e descaracterizou a lei aprovada em 2005, que estabeleceu normas para a liberação de novas variedades transgênicas no Brasil. “O mais chocante de tudo é que até a liderança do governo, que tinha uma posição contrária às emendas, votou a favor delas”, concluiu Gabriela.

Para protestar contra a MP 327, o Greenpeace fez na Câmara dos Deputados uma manifestação bem humorada. Dois papais noéis e dois duendes do Greenpeace ficaram hoje por três horas em frente ao espaço cultural da Câmara dos Deputados, onde estes estavam reunidos para discutir os encaminhamentos para a votação da pauta de hoje, que incluía a decisão a respeito da MP dos transgênicos.

Os papais noéis e os duendes perguntavam aos deputados qual presente de Natal eles gostariam de dar ao Brasil. Se eles fossem a favor da MP, ganhavam um crachá com o símbolo dos transgênicos. Se fossem contra, ganhavam um cartão de Natal.

Inocêncio de Oliveira (PFL – PE) não se avexou a colocar o crachá, e falou todo orgulhoso: “Eu sou a favor dos transgênicos”. Rodrigo Maia, líder da bancada do PFL na Câmara, partido que apresentou boa parte das 19 emendas à MP, foi outro que aceitou de bom grado a credencial dos transgênicos. “Estou com a minha bancada, que em grande parte é a favor da MP”, afirmou.

Os papais noéis presentearam com cartões de Natal os deputados contrários, como Marcelo Ortiz (PV – SP), que considerou preocupante o fato de a MP desrespeitar o posicionamento científico de especialistas e desconsiderar o impacto ambiental dos transgênicos. “Temos que respeitar o princípio da precaução”, afirmou. (NEDG – 2006)

ANEXO A

COMO SE PRODUZ UM TRANSGÊNICO- MONSANTO/2007

ANEXO B

COMPOSIÇÃO DA CTNBio

A CTNBio - constitui um colegiado multidisciplinar composto por representantes de diversos segmentos e áreas.

Presidente da CTNBio : Jorge Almeida Guimarães <i>Representante do Ministério da Ciência e Tecnologia – MCT</i>		
Mandato Membro : 19/11/2003 a 19/11/2006		
Mandato Presidente : 29/12/2004 a 29/12/2005		
Email : pr@capes.gov.br		
Representantes da Área Vegetal / Ambiental		
Nome	Mandato	Email
Adailton Tomaz da Silva	22/10/04 a 22/10/07	Curtesilva@centershop.com.br
Alexandre Lima Nepomuceno	08/07/04 a 08/07/07	Nepo@cnpsa.embrapa.br
Aluizio Borém de Oliveira	08/07/04 a 08/07/07	Borem@ufv.br
Edilson Paiva	08/07/04 a 08/07/07	Edilson@cnpsa.embrapa.br
Irajá Ferreira Antunes	10/09/03 a 10/09/06	Iraja@cpact.embrapa.br
Ana Clara Guerrini Schenberg	27/11/02 a 27/11/05	Acgschen@usp.br
Celso Omoto	27/11/02 a 17/11/05	Celomoto@esalq.usp.br
José Oswaldo Siqueira	06/06/03 a 06/06/06	Siqueira@ufla.br
Marcus Vinícius S. Coelho	22/05/03 a 22/05/06	Marcuscoelho@agricultura.gov.br
Vera Lúcia Imperatriz Fonseca	16/07/04 a 16/07/07	Vlifonse@ib.usp.br
Representantes da Área Saúde Humana /Animal		
Aron Jurkiewicz	07/02/03 a 07/02/06	Aron.farm@epm.br
Erna Geessien Kroon	19/08/04 a 19/08/07	Kroone@icb.ufmg.br
Iris Ferrari	10/09/03 a 10/09/06	Genclin@unb.br
Joaquim Mansano Garcia	19/08/04 a 19/08/07	Jmgarcia@fcav.unesp.br
Liana Brentano	02/12/02 a 02/12/05	Liana@cnpsa.embrapa.br
Marcello André Barcinski	18/09/02 a 18/09/05	Barcinsk@inca.gov.br
Marco Antonio Zago	28/11/02 a 28/11/05	Marazago@usp.br
Maralice A. B. de Oliveira Cotta	11/10/04 a 11/10/07	Maralice@agricultura.gov.br
José Pinto de Siqueira Júnior	29/11/04 a 29/11/07	Siqueira@dbm.ufpb.br
Walter Colli	28/11/02 a 28/11/05	Walcolli@usp.br
Representantes do Ministério da Ciência e Tecnologia		
Sônia Regina M. de Bittencourt	19/08/04 a 19/08/07	Sregina@mct.gov.br

ANEXO B - COMPOSIÇÃO DA CTNBIO

Representantes do Ministério das Relações Exteriores		
Braz da Costa Baracuhhy Neto	12/02/04 a 12/02/07	Braz@mre.gov.br
Bernardo Veloso	09/12/04 a 09/12/07	Bernardo@mre.gov.br
Representantes do Ministério da Saúde		
Reinaldo Felipe Nery Guimarães	08/10/04 a 08/10/07	Rfg@saude.gov.br
Letícia Rodrigues da Silva	30/07/03 a 30/07/06	Leticia.silva@anvisa.gov.br
Representantes do Ministério do Meio Ambiente		
Lídio Coradin	28/05/04 a 28/05/07	Lidio.coradin@mma.gov.br
Rubens Onofre Nodari	07/04/03 a 07/04/06	Rubens.nodari@mma.gov.br
Representantes do Ministério da Educação		
Mario Portugal Pederneiras	07/04/03 a 07/04/06	Mariopederneiras@mec.gov.br
Waldemiro Gremski	07/04/03 a 07/04/06	Gremski@uol.com.br
Representantes do Órgão de Defesa do Consumidor		
Archimedes José S. P. Franco	31/10/03 a 31/10/06	Procon.superint@sidh.ba.gov.br
Maria Inês Fornazaro	20/07/04 a 20/07/07	Mifornazaro@uol.com.br
Representantes de Órgão de Proteção à Saúde do Trabalhador		
Sandhi Maria Barreto	18/09/02 a 18/09/05	Sandhi.Barreto@saude.br
Representante do Setor Empresarial de Biotecnologia		
Gloverson Lamego Moro	18/09/02 a 18/09/05	Gloverson.moro@syngenta.com
Lauro Domingos Moretto	03/12/03 a 03/12/06	Lauromoretto@sindusfarma.org.br

Fonte: www.CTNBio.org.br

ANEXO C

HOME – PAGE DA CTNBio.

ANEXO D

NOTÍCIAS ELETRÔNICAS – Monsanto. 2000/2004.

ANEXO E

HOME – PAGE DA MONSANTO.

ANEXO F

IMAGEM- ORIGEM DA ONG GREENPEACE. 1971

ANEXO G

HOME – PAGE DA ONG GREENPEACE.

ANEXO H

NOTÍCIAS ELETRÔNICAS – GREENPEACE. 2000/2006.

2000

1. 02/06/2000
Justiça suspende decisões da CTNBio sobre milho transgênico da Bayer
2. 20/06/2000
Alimentos vendidos no Brasil estão contaminados com transgênicos
3. 29/06/2000
Greenpeace e outras ONGs fazem protesto contra transgênicos em Brasília
4. 07/07/2000
Greenpeace condena a nota do governo FHC favorável a transgênicos.
5. 03/08/2000
Novartis cede à pressão dos consumidores e desiste de produzir alimentos transgênicos
6. 08/08/2000
Soja transgênica permanece proibida
7. 06/09/2000
Teste do Greenpeace comprova que milho chinês não é transgênico
8. 20/09/2000
Produtos alimentícios vendidos no Brasil estão contaminados por transgênicos, revelam análises feitas pelo Greenpeace
9. 22/09/2000
Greenpeace lança campanha pública contra os transgênicos
10. 25/09/2000
Greenpeace lança novo site sobre transgênicos
11. 26/09/2000
Ativistas do Greenpeace são presos na Índia em protesto contra transgênicos
12. 29/09/2000
Greenpeace alerta população para riscos dos transgênicos
13. 03/10/2000
Greenpeace alerta população do RS para riscos dos transgênicos
14. 06/10/2000
Greenpeace realiza protesto em Campinas contra os transgênicos
15. 11/10/2000
Campanha "Transgênicos no meu prato, não!" chega ao Rio de Janeiro

16. 13/12/2000
Doença da Vaca Louca e Protocolo de Biossegurança favorecem próxima safra brasileira.
17. 13/11/2000
Greenpeace Alerta a População de Salvador para riscos dos Alimentos Transgênicos
18. 16/11/2000
Vigilância Sanitária ordena a retirada de produtos transgênicos das prateleiras
19. 25/11/2000
Greenpeace alerta população de Brasília para riscos dos transgênicos
20. 28/11/2000
Audiência Pública discute a questão dos transgênicos no Brasil
21. 29/11/2000
Governo dá subsídios à Monsanto

2001

1. 14/01/2001
Primeiro Tribunal Popular realizado no Brasil condena transgênicos por unanimidade
2. 25/01/2001
Principais varejistas do Reino Unido rejeitam transgênicos em seus produtos
3. 15/03/2001
Greenpeace alerta consumidores gaúchos para riscos dos transgênicos
4. 21/03/2001
Arroz dourado não será liberado no meio ambiente nos próximos 5 anos
5. 28/03/2001
Greenpeace protesta: produção de peixe transgênico ameaça os oceanos
6. 06/04/2001
Greenpeace comemora proibição de transgênicos pelo governo da Tailândia
7. 09/04/2001
Primeiro tribunal popular brasileiro sobre transgênicos acontece em Fortaleza
8. 11/04/2001
Primeiro Tribunal Popular realizado no Brasil condena transgênicos por unanimidade
9. 04/05/2001
Estudo mostra que soja transgênica usa mais agrotóxicos
10. 21/06/2001
Índia proíbe plantio comercial de algodão geneticamente modificado

11. 04/07/2001
Equipe Caça-Transgênicos do Greenpeace localiza plantio ilegal
12. 06/07/2001
Greenpeace denuncia: Monsanto mente!!!
13. 10/07/2001
Greenpeace critica relatório da ONU sobre Índice de Desenvolvimento Humano
14. 17/07/2001
Plantio ilegal de transgênico ainda não foi suspenso
15. 19/07/2001
Ibama dá ultimato a Monsanto
16. 26/07/2001
Greenpeace pede ajuda à polícia para investigar plantio ilegal de transgênicos
17. 27/07/2001
Soja transgênica não será liberada no Brasil
18. 30/07/2001
Greenpeace entrega Constituição Federal ao Ministro da Agricultura
19. 15/08/2001
Novo estudo revela genes desconhecidos em soja transgênica da Monsanto
20. 30/08/2001
Greenpeace divulga nova lista de alimentos contaminados com transgênicos
21. 03/09/2001
ONGs protestam por serem excluídas de seminário sobre transgênicos
22. 27/09/2001
Greenpeace denuncia: milho cultivado no México apresenta níveis de contaminação genética
23. 09/10/2001
Fracassa manobra do Governo para liberar os transgênicos
24. 27/10/2001
Greenpeace denuncia: milho cultivado no México apresenta níveis de contaminação genética
25. 16/11/2001
Trader Joes abandona a venda de produtos feitos com transgênicos
26. 29/11/2001
Greenpeace lança estudo sobre agricultura sustentável

27. 10/12/2001
Greenpeace alerta: deputados votam amanhã projeto de lei que pode liberar transgênicos no Brasil

2002

1. 20/01/2002
Greenpeace denuncia manobra do Ministério de Ciência e Tecnologia para liberar os transgênicos
2. 03/02/2002
Greenpeace adverte: transgênicos afetam a biodiversidade
3. 04/02/2002
Campanha monstruosa contra transgênicos durante o Fórum Social Mundial
4. 26/02/2002
Justiça adia decisão sobre destino da soja transgênica no Brasil
5. 12/03/2002
Comissão de deputados aprova projeto de lei favorável aos transgênicos
6. 15/03/2002
Greenpeace faz alerta no dia do consumidor: Brasileiros comem alimentos transgênicos
7. 28/03/2002
Cultivo de transgênicos nos Estados Unidos deve aumentar em 2002
8. 11/04/2002
Estudo mostra que soja transgênica é menos produtiva
9. 16/04/2002
Monsanto admite que cultivos geneticamente modificados sem aprovação estão contaminando cadeia alimentar
10. 23/04/2002
Grupos mexicanos fazem apelo à comissão de meio ambiente do Nafta
11. 29/05/2002
Greenpeace lança Guia de Consumidores sobre transgênicos
12. 10/06/2002
Soja e milho não-transgênicos aquecem exportações brasileiras
13. 14/06/2002
Greenpeace e empresários europeus visitam cooperativas agrícolas no Paraná e no Rio Grande do Sul.
14. 28/06/2002
Mais um produto na Lista Verde!

15. 02/07/2002
Teste de transgênicos é falho no Brasil
16. 01/08/2002
Greenpeace denuncia: produtos da Perdigão contêm transgênicos
17. 01/08/2002
Greenpeace contesta resposta da Perdigão
18. 13/09/2002
Perdigão se compromete a não usar transgênicos em seus produtos
19. 17/09/2002
Relatório lançado no Reino Unido mostra que os transgênicos são um desastre econômico
20. 16/10/2002
Greenpeace e Idec promovem protesto contra os transgênicos
21. 22/11/2002
Makro e Carrefour garantem ao Greenpeace produtos sem transgênicos
22. 29/11/2002
União Européia aprova a mais restrita legislação sobre rotulagem de transgênicos do mundo
23. 13/12/2002
Greenpeace comenta acordo europeu sobre rastreabilidade de transgênicos

2003

1. 27/01/2003
Greenpeace e ONGs protestam contra a contaminação genética da Monsanto
2. 21/02/2003
Indústrias de alimentos dizem não aos transgênicos
3. 13/03/2003
O governo Lula manterá suas promessas sobre transgênicos?
4. 14/03/2003
Salsicha do Extra contém transgênicos.
5. 01/04/2003
Greenpeace denuncia: produto da Nestlé contém transgênicos
6. 04/04/2003
Medida provisória beneficia Monsanto e tenta legalizar a ilegalidade
7. 16/04/2003
Investidores da Monsanto correm sérios riscos

8. 06/05/2003
Greenpeace protesta contra MP que libera transgênicos
9. 10/05/2003
Greenpeace lança guia atualizado de produtos com e sem transgênicos
10. 11/06/2003
Batavo adota controle de transgênicos
11. 12/06/2003
Greenpeace, ao lado de outras entidades, encaminha propostas para Projeto de Lei sobre transgênicos ao governo Lula
12. 16/06/2003
Protocolo de Biossegurança da ONU coloca lobby norte-americano pró-transgênicos na defensiva
13. 02/07/2003
Parlamento Europeu torna mais rígida a rotulagem de transgênicos
14. 21/07/2003
OMC sufoca direito de dizer NÃO aos transgênicos
15. 25/07/2003
Oposição de consumidores e indústrias deve garantir uma Austrália livre de transgênicos
16. 28/07/2003
Greenpeace cria zona "livre de OMC" para proteger biodiversidade
17. 14/08/2003
Greenpeace alerta: soja transgênica não está liberada
18. 18/08/2003
Semente transgênica da Monsanto contamina o México e força legalização
19. 20/08/2003
Greenpeace recorre de decisão da justiça
20. 25/08/2003
Ducôco garante produtos sem transgênicos
21. 03/09/2003
Sociedade civil pede discussão sobre transgênicos com Lula .
22. 09/09/2003
Greenpeace pede que Argentina retire apoio aos EUA na Organização Mundial do Comércio
23. 09/09/2003
Justiça mantém proibição da soja transgênica da Monsanto

24. 10/09/2003
Protocolo de Cartagena sobre Biossegurança entra em vigor amanhã
25. 12/09/2003
Greenpeace faz cumprir o Protocolo de Biossegurança, acordo que a OMC pretende boicotar
26. 17/09/2003
Governo não fiscaliza transgênicos
27. 25/09/2003
Greenpeace protesta contra Medida Provisória que beneficiará Monsanto
28. 26/09/2003
Greenpeace promete recorrer da decisão que favorece apenas a Monsanto e minoria de agricultores
29. 01/10/2003
Nestlé atende a vontade do consumidor e decide não utilizar transgênicos
30. 15/10/2003
Greenpeace comemora proibição de transgênicos no Paraná
31. 16/10/2003
Greenpeace comemora proibição de transgênicos no Paraná
32. 16/10/2003
Greenpeace lança campanha de consumidores
33. 21/10/2003
Greenpeace faz ação em supermercado de Porto Alegre
34. 29/10/2003
Greenpeace lamenta a reportagem de capa da edição revista VEJA de 29/10
35. 31/10/2003
Greenpeace leva campanha de consumidores ao Rio de Janeiro
36. 05/11/2003
Campanha de Consumidores do Greenpeace chega a Cuiabá
37. 10/11/2003
Victor Fasano apóia campanha do Greenpeace
38. 14/11/2003
Greenpeace faz ação em Belo Horizonte
39. 20/11/2003
Greenpeace, ao lado do CREA-BA e outras organizações, faz protesto em Salvador

40. 27/11/2003
Porto de Paranaguá está pronto para receber soja não-transgênica
41. 02/12/2003
Brasil adota Protocolo de Cartagena de Biossegurança
42. 04/12/2003
Greenpeace encerra tour de consumidores com protesto em supermercado de SP
43. 09/12/2003
Votação de milho transgênico na Europa respeita interesses dos consumidores
44. 19/12/2003
Wickbold e Panco garantem produtos livres de transgênicos

2004

1. 20/01/2004
Monsanto não está saindo da Argentina.
2. 26/01/2004
Ibope confirma: 73% dos brasileiros são contra a liberação dos transgênicos
3. 28/01/2004
Ambientalistas entregam manifesto em favor do PL original de biossegurança
4. 02/02/2004
Enquanto Brasil discute Projeto de Lei, Bélgica proíbe plantio de transgênico
5. 05/02/2004
Para o Greenpeace, Projeto de Biossegurança ainda pode ser melhorado
6. 17/02/2004
Sociedade realizará julgamento popular dos transgênicos em Porto Alegre
7. 27/02/2004
Primeira legislação internacional de Biossegurança entra em vigor
8. 26/03/2004
Greenpeace exige implementação da rotulagem de transgênicos
9. 12/04/2004
Escândalo do milho transgênico ilegal: UE pode proibir importação dos EUA
10. 13/04/2004
Greenpeace lança quarta edição do Guia do Consumidor: 28 novas empresas
11. 15/04/2004
Entra em vigor nova legislação europeia de rotulagem de transgênicos

12. 15/04/2004
Ativistas distribuem Guia em Rio Grande
13. 19/04/2004
Pesquisa revela preocupação de chineses quanto a transgênicos
14. 20/04/2004
Greenpeace inspeciona navio suspeito de carregar transgênico
15. 26/04/2004
Greenpeace protesta contra a contaminação da soja paranaense
16. 27/04/2004
Primeiro Guia do Consumidor do Greenpeace na China tem Danone e Heinz na lista de produtos sem transgênicos
17. 27/04/2004
Espanha comemora chegada de soja não transgênica do Brasil
18. 28/04/2004
Importação de soja transgênica é barrada pelo Greenpeace na Espanha
19. 28/04/2004
Greenpeace rotula produtos que podem conter transgênicos em Curitiba
20. 29/04/2004
Greenpeace faz despedida de navio com soja não transgênica no Paraná
21. 03/05/2004
Greenpeace bloqueia navio para impedir que soja convencional seja contaminada com transgênicos.
22. 04/05/2004
Navio com soja transgênica abandona Paranaguá após protesto do Greenpeace
23. 08/05/2004
Greenpeace e consumidores devolvem produtos a supermercado em Porto Alegre
24. 08/05/2004
Greenpeace evita contaminação por transgênicos: navio deixa Paranaguá sem carregar
25. 11/05/2004
Bunge admite uso de transgênicos durante inspeção de biossegurança do Greenpeace
26. 12/05/2004
Greenpeace bloqueia descarregamento de soja na Itália
27. 14/05/2004
Polícia Federal protege empresa que contamina soja brasileira.

28. 28/06/2004
Chineses chegam ao Brasil para alertar sobre as ameaças dos transgênicos
29. 16/07/2004
Dossiê inédito mostra que maior contaminação transgênica se dá no maquinário agrícola
30. 20/07/2004
Agricultores gaúchos são as maiores vítimas da contaminação transgênica
31. 22/07/2004
Agricultores do MT devem ficar atentos à contaminação transgênica
32. 25/08/2004
Greenpeace alerta: maioria da população não quer transgênicos .
33. 30/08/2004
Paraná deve ser maior fornecedor de soja não-transgênica para França
34. 02/09/2004
Franceses recomendarão soja convencional do Paraná para a Europa
35. 16/09/2004
Senado falha ao não votar Biossegurança com licenciamento ambiental
36. 22/09/2004
Greenpeace faz protesto para exigir que Lula não condene o Brasil aos transgênicos
37. 30/09/2004
Greenpeace protesta contra experimentos genéticos nos portões da Bayer na Índia .
38. 06/10/2004
Senado condena o Brasil, ao aprovar transgênicos sem licenciamento ambiental
39. 08/10/2004
Greenpeace comemora decisão de região francesa em banir transgênicos
40. 15/10/2004
Na capital brasileira dos transgênicos, Greenpeace lança campanha “Essa não dá para engolir”
41. 15/10/2004
Para o Greenpeace, nova MP liberando a soja transgênica é absurda
42. 28/10/2004
Greenpeace chega à capital mundial da gastronomia com a campanha “Essa não dá para engolir”
43. 04/11/2004
Greenpeace chega a Belo Horizonte com a campanha “Essa não dá para engolir”

44. 10/11/2004
Campanha contra transgênicos mobiliza consumidores em Recife
45. 12/11/2004
Campanha mobiliza consumidores de João Pessoa contra transgênicos
46. 18/11/2004
Campanha mobiliza consumidores de Fortaleza contra transgênicos
47. 22/11/2004
Algodão transgênico continua proibido; comissão que autorizou sua liberação não tem legalmente esse poder
48. 23/11/2004
Greenpeace chega a Salvador com a Campanha ESSA NÃO DÁ PARA ENGOLIR
49. 26/11/2004
Greenpeace chega ao Rio de Janeiro com a campanha contra transgênicos
50. 02/12/2004
Campanha contra transgênicos chega a Cuiabá
51. 08/12/2004
Greenpeace chega a Brasília com a campanha Essa não dá para engolir
52. 22/12/2004
Senado legaliza crime transgênico para safra de soja 2004/2005
53. 23/12/2004
Campanha contra transgênicos distribui mais de 100 mil Guias do Consumidor

2005

1. 13/01/2005
Lula converte MP da soja transgênica em Lei desrespeitando decisão judicial
2. 28/01/2005
Participantes do Fórum Social Mundial 2005 protestam contra transgênicos da Monsanto
3. 14/02/2005
Soja transgênica perde mercado na Austrália
4. 28/02/2005
Paraná lucra com rejeição europeia a transgênicos
5. 02/03/2005
Greenpeace chama sociedade para garantir um Brasil livre de transgênicos
6. 15/03/2005
Dia mundial do consumidor: brasileiros não têm nada a comemorar

7. 17/03/2005
Cerrado está ameaçado por decisão ilegal e irresponsável da CTNBio
8. 22/03/2005
Última chance para Lula proteger a biodiversidade brasileira contra os transgênicos
9. 24/03/2005
Lei de Biossegurança não impõe transgênicos à população
10. 31/03/2005
Escândalo com milho transgênico distribuído “por engano” nos EUA expõe fragilidade de atuação dos órgãos reguladores.
11. 12/04/2005
Escândalo do milho transgênico ilegal: UE pode proibir importação dos EUA
12. 14/04/2005
China produz arroz transgênico ilegal e contamina sua produção
13. 15/04/2005
União Européia impõe restrições a importações de milho dos EUA
14. 06/06/2005
Brasil boicota regras internacionais mais rigorosas para transgênicos
15. 10/06/2005
Justiça obriga Monsanto a tornar público seu relatório sobre efeitos dos transgênicos nos ratos
16. 22/06/2005
Lei de Biossegurança pode ser considerada inconstitucional
17. 23/06/2005
Nova campanha do Greenpeace incentiva consumidores a pressionarem Bunge por produção livre de transgênicos
18. 25/06/2005
Greenpeace leva nova campanha de transgênicos a jogo da Liga Mundial de Vôlei
19. 28/06/2005
Empresa Scata Painéis se recusa a veicular outdoor do Greenpeace
20. 25/07/2005
Greenpeace leva campanha “Encha o SAC da Bunge” ao Parque Farroupilha
21. 28/07/2005
Pressionada pelos EUA, OMC insiste que Europa abandone restrição a transgênicos
22. 01/08/2005
Campanha Encha o SAC da Bunge vai a Campos do Jordão

23. 22/08/2005
Campanha “Encha o Sac da Bunge” tem grande aceitação do público em Manaus
24. 22/08/2005
“Encha o Sac da Bunge” na Praia de Ipanema
25. 25/08/2005
Campanha contra Bunge em Brasília neste fim de semana
26. 30/08/2005
Capital federal recebe a Campanha “Encha o Sac da Bunge”
27. 05/09/2005
Campanha ‘Encha o Sac da Bunge’ orienta mineiros sobre transgênicos
28. 05/09/2005
Consumidores baianos são alertados sobre os riscos dos produtos da Bunge
29. 08/09/2005
Novo Guia do Consumidor: mais quatro empresas livres de transgênicos
30. 14/09/2005
Greenpeace vai ao STF contra a Lei de Biossegurança
31. 23/09/2005
Europa rejeita alimentos transgênicos
32. 29/09/2005
Bunge: cem anos desrespeitando o consumidor e o meio ambiente
33. 06/10/2005
Greenpeace denuncia: óleos Soya e Liza são feitos com soja transgênica
34. 14/10/2005
Dia Mundial da Alimentação: transgênicos não são a solução para a fome do mundo.
35. 25/10/2005
Câmara discutirá denúncia do Greenpeace contra Bunge e Cargill
36. 03/11/2005
Paraná sanciona lei estadual mais rigorosa para rotulagem de transgênicos
37. 24/11/2005
Governo despreza consulta pública e regulamenta Decreto de Lei de Biossegurança
38. 28/11/2005
Suíça vota “não” a plantações geneticamente modificadas
39. 08/12/2005
Transgênicos: depoimento de ministérios comprova que indústria descumpra a lei

2006

1. 12/01/2006
Relatório financiado por empresas de biotecnologia ignora crescente rejeição a transgênicos
2. 19/01/2006
Nova CTNBio favorece interesses da indústria de biotecnologia
3. 30/01/2006
Grécia se posiciona contra transgênicos
4. 16/02/2006
Representante fantasma da sociedade civil é nomeado presidente da CTNBio
5. 20/02/2006
Governo adia reunião decisiva sobre biossegurança
6. 21/02/2006
Aliança Global pede o fim das “Sementes Suicidas”
7. 08/03/2006
Primeiro relatório global sobre contaminação transgênica revela casos de disseminação de OGMs proibidos no mundo
8. 13/03/2006
Decisão do governo brasileiro é grande vitória para a biossegurança do planeta
9. 13/03/2006
A biossegurança do planeta pode estar nas mãos do governo brasileiro
10. 15/03/2006
ONGs exigem que Nova Zelândia não barre negociações do Protocolo de Biossegurança
11. 15/03/2006
Syngenta usa área próxima a parque nacional para plantar soja transgênica
12. 15/03/2006
Fórum Global da Sociedade Civil faz declaração a favor da identificação explícita de transgênicos
13. 16/03/2006
Será que o Paraguai está se juntando à Nova Zelândia para destruir o Acordo de Curitiba sobre Biossegurança?
14. 17/03/2006
Reunião de Biossegurança em Curitiba termina com acordo fraco
15. 21/03/2006
Ibama multa Syngenta em R\$ 1 milhão e vai pedir destruição de campo experimental

16. 21/03/2006
Brasil apóia proibição de pesquisa e comercialização de tecnologia Terminators
17. 22/03/2006
Paraná tem primeiro decreto estadual de regulamentação de transgênicos.
18. 23/03/2006
Ministério Público Federal recomenda cancelamento da nomeação de novo presidente da CTNBio
19. 24/03/2006
Rejeição aos transgênicos terminators: uma vitória da sociedade civil
20. 04/04/2006
Contaminação transgênica na Espanha: um alerta para a Europa
21. 05/04/2006
Nestlé obtém patente sobre café transgênico
22. 28/04/2006
Greenpeace tenta impedir que Porto de Paranaguá escoe soja transgênica
23. 10/05/2006
Direito de permanecer livre de transgênicos é legítimo, diz OMC
24. 17/05/2006
Primeira carga transgênica de Paranaguá chega à França em meio a protestos
25. 25/05/2006
Greenpeace alerta para riscos do mamão transgênico
26. 21/06/2006
Paraná tem dia de mobilização pela fiscalização da rotulagem de transgênicos
27. 18/07/2006
Grandes empresas revelam por que adotam política não-transgênica
28. 26/07/2006
Ministério Público de Uberlândia investiga uso de transgênicos pela Cargill
29. 27/07/2006
Censura: Greenpeace França é obrigado a tirar do ar site com informações sobre plantações transgênicas
30. 15/08/2006
Greenpeace alerta para o perigo da contaminação do milho transgênico
31. 21/08/2006
Greenpeace exige proibição global de importação de arroz transgênico dos EUA

32. 05/09/2006
Arroz transgênico ilegal da China contamina produtos na Europa
33. 11/09/2006
Arroz transgênico ilegal da Bayer é encontrado em supermercados da Europa
34. 12/09/2006
Mais duas empresas decidem banir transgênicos de seus produtos
35. 29/09/2006
OMC enfraquece o Princípio da Precaução
36. 03/10/2006
Ativistas fazem protesto contra milho transgênico em três continentes
37. 10/10/2006
Transgênicos sem controle: Greenpeace revela novas evidências de contaminação causada pelo arroz transgênico da Bayer
38. 10/10/2006
Dia Mundial da Alimentação: você sabe o que está comendo?
39. 11/10/2006
Adria mostra ao Greenpeace seus esforços para entrar na lista verde do Guia do Consumidor
40. 17/10/2006
Lula ganha votos transgênicos?
41. 31/10/2006
Mais de 11 mil consumidores recebem guia sobre alimentos transgênicos.
42. 01/11/2006
Áreas protegidas ameaçadas por transgênicos.
43. 13/11/2006
Milho transgênico pode colocar saúde dos brasileiros em risco
44. 17/11/2006
Relatório do Greenpeace sobre arroz aponta alternativas para substituir engenharia genética
45. 21/11/2006
Greenpeace protesta contra milho transgênico da Bayer
46. 23/11/2006
Grandes importadores russos querem soja não-transgênica do Brasil
47. 24/11/2006
CTNBio adia decisão sobre milho transgênico da Bayer

48. 28/11/2006
Greenpeace condena aprovação de arroz transgênico nos Estados Unidos
49. 05/12/2006
Justiça suspende decisões da CTNBio sobre milho transgênico da Bayer
50. 13/12/2006
Chova ou faça sol, vigília contra transgênicos não arreda pé da CTNBio
51. 14/12/2006
Entenda o que a MP pode mudar na Lei de Biossegurança
52. 14/12/2006
Biossegurança 1, transgênicos 0
53. 20/12/2006
Artigo - Tratoração transgênico
54. 20/12/2006
Pimenta na boca dos outros é transgênico.
55. 21/12/2006
Lobby transgênico fica sem presente de Natal

Acessado em www.greenpeace.com.br

ANEXO I

PEÇA PUBLICITÁRIA – MONSANTO.

ANEXO J

PEÇA PUBLICITÁRIA – MONSANTO.

ANEXO L

PEÇA PUBLICITÁRIA – MONSANTO.

ANEXOM

MANIFESTO FARROUPILHA.